

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO**

RILDO BENTO DE SOUZA

**“A HISTÓRIA NÃO PERDOA OS FRACOS”:
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO MÍTICA DE
PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA**

**GOIÂNIA,
MARÇO DE 2015**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Rildo Bento de Souza		
E-mail:	rildo_bento@ufg.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Universidade Federal de Goiás		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:		UF:	CNPJ:
Título:	"A História não perdoa os fracos": o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira.		
Palavras-chave:	Pedro Ludovico Teixeira; Mito; Museu; Memória; Monumento.		
Título em outra língua:	"History will not forgive the weak": the mythical construction process Pedro Ludovico Teixeira.		
Palavras-chave em outra língua:	Pedro Ludovico; Myth; Museum; Memory; Monument.		
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	20/03/2015		
Programa de Pós-Graduação:	História		
Orientador (a):	Cristina de Cássia Pereira Moraes		
E-mail:	cristinadecassiapmoraes@gmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

RILDO BENTO DE SOUZA

**“A HISTÓRIA NÃO PERDOA OS FRACOS”:
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO MÍTICA DE
PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Poder, Sertão e Identidades.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes.

GOIÂNIA,
MARÇO DE 2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Souza, Rildo Bento de

"A História não perdoa os fracos": [manuscrito] : o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira / Rildo Bento de Souza. - 2015.

CCLXVII, 267 f.

Orientador: Profa. Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes .
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH) , Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015.
Bibliografia.

Inclui fotografias, tabelas, lista de figuras.

1. Pedro Ludovico Teixeira. 2. Mito. 3. Museu. 4. Memória. 5. Monumento. I. , Cristina de Cássia Pereira Moraes, orient. II. Título.

RILDO BENTO DE SOUZA

**“A HISTÓRIA NÃO PERDOA OS FRACOS”:
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO MÍTICA DE
PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA**

Tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 20 de Março de 2015, pela seguinte Banca Examinadora:

Profa. Dr^a. Cristina de Cássia Pereira Moraes
Universidade Federal de Goiás – UFG (Presidente)

Prof. Dra. Andréa Ferreira Delgado
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Profa. Dra. Lena Castello Branco Ferreira de Freitas
Universidade Federal de Goiás – UFG

Prof. Dra. Ivanilda Aparecida de Andrade Junqueira
Universidade Federal de Goiás – UFG

Prof. Dr. Danilo Rabelo
Universidade Federal de Goiás – UFG

Prof. Dr. Noé Freire Sandes
Universidade Federal de Goiás – UFG (suplente)

Profa. Dr. Jean Tiago Baptista
Universidade Federal de Goiás – UFG (suplente)

Para minha mãe, *Ondina de Fátima*,
Para minha grande amiga, Profa. *Cristina de Cássia*,
Sem dúvida, as duas mulheres mais incríveis,
admiráveis, e guerreiras que eu já conheci.

AGRADECIMENTOS

E não é que já se passaram quatro anos? Desde a aprovação no programa de pós-graduação até esse momento, muita coisa aconteceu. É verdade que eu não vi a maioria delas, pois estava com a ideia fixa no famoso e tão acalentado objeto de pesquisa. Nesses quatro anos, enquanto a “banda passava”, eu, como todo pós-graduando, só tinha olhos e pensamento naquele tema que para o restante da sociedade não tinha valor ou serventia alguma. E nesses quatro anos, foram muitas as tentativas de explicar, para os colegas da academia e para os leigos, o motivo das noites mal dormidas, da compra exagerada de livros sobre o mesmo tema, da falta naquele evento, ou do fim do relacionamento amoroso. Por trás de tudo isso estava o tal do objeto de pesquisa.

Durante as loucuras do processo de pesquisa e escrita, várias pessoas, físicas e espirituais, contribuíram para que tudo saísse a contento, e eu, finalmente, conseguisse realizar a promessa que fiz para mim mesmo quatro anos antes: escreverei uma tese de doutorado! Se será relegada ao esquecimento, se será execrada ou aclamada na defesa, só o futuro dirá. Porém, mesmo diante da aprovação ou da reprovação da banca examinadora, quero compartilhar os seus méritos e os seus erros com algumas pessoas.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, por meio dos guias espirituais da minha Sagrada Umbanda, que não me deixaram jogar tudo pro alto, e fizeram com que eu perseverasse diante das dificuldades mais diversas que apareceram nesse período. Sem eles esse trabalho não seria possível!

Abaixo de Deus, só mesmo a minha orientadora para garantir que eu não desistisse. A profa. Cristina de Cássia, com a sua adorável habilidade de sugerir caminhos e cobrar, e eu com a minha mais adorável ainda habilidade de não os seguir e postegar os prazos prometidos, trilhamos durante esses dez anos (da monografia de graduação à tese de doutorado!) um caminho de respeito, confiança, aprendizado e amizade.

Foi graças ao seu convívio que eu me tornei o ser humano que sou hoje (não sei se isso é bom ou ruim, ainda estou procedendo a análise).

Abaixo de Deus e da orientadora está a família. A família, obviamente, deveria vir abaixo de Deus, porém como a perspectiva é acadêmica, fica nessa hierarquia mesmo. Minha mãe, Ondina, e meu irmão Nilton Santos, foram o porto seguro dessa aventura chamada doutorado. Mesmo nos momentos de silêncio, vocês contribuíram muito para que eu conseguisse terminar. Acredito que meu pai, se estivesse entre nós, estaria orgulhoso.

Como extensão da família, estão os parentes, que quero agradecer de modo especial a minha prima Selma Pinheiro (*in memoriam*), e meus padrinhos Ademir e Kátia. E também aquela família que escolhemos, que são os amigos queridos que me proporcionaram muitos momentos prazerosos durante esse período: minha querida Kárita Melo, Rafael Ibrahim, Miguel Ibraim, Larissa Mendanha, Jacinto Júnior, Érika F., Julyana Machado, Rosângela Marques, Mayara Paiva, Kalyna Ynanhiá, Wildes Rodrigues, Dianari Júnior, Suzi Rodrigues, Cristina, Paulo Afonso e Sandra Hans, sempre leais e dispostos.

Aos amigos Henrique Martins, pelo empréstimo dos textos de teoria, Alan Ricardo, Gabriel da Silva, Diego Veloso, Leandro Carvalho, Lara Tavares, Andréia Lisboa, Jair Júnior, e Thiago Cancelier, por dividirem comigo a ansiedade do mundo acadêmico.

Quero agradecer também aos professores que fizeram parte do exame de qualificação e que contribuíram muito para o trabalho que ora se apresenta: prof. Eguimar Chaveiro, profa. Ivanilda Junqueira, prof. Danilo Rabelo, e prof. Jean Baptista. Muito obrigado pelos conselhos e pelo incentivo.

Aos professores da Faculdade de História, grandes mestres. E ao Marco Aurélio, secretário da Pós-Graduação, sempre disposto a ajudar e a desburocratizar o sistema.

Aos queridos amigos, dentre colegas e alunos, que fiz no Colégio Estadual Divino Pai Eterno, em Trindade, onde trabalhei até 2013.

Aos queridos amigos, dentre colegas e alunos, que fiz na Faculdade de Ciências Sociais da UFG, no curso de Museologia, em especial os professores Pablo, Ivanilda, Jean, Camila, e Glauber.

Aos amigos da Academia Trindadense de Letras, Ciências e Artes, em especial ao casal, profa. Lena Castello Branco e Floriano Freitas, amigos queridos, que muito me ajudaram durante este período, sempre com uma palavra amiga, um conselho, e um incentivo.

Ao querido prof. Bento Araújo Jayme Fleury Curado, grande pesquisador sobre a história goiana, pela amizade, carinho, disponibilidade, ajuda com vários documentos, e por me socorrer nos momentos de dúvidas sobre algum fato específico da história. Muito obrigado!

A Profa. Ana Bandeira e a Laryssa, do Ciar/UFG, pela ajuda com a revisão ortográfica nos dois primeiros capítulos.

Aos funcionários do Museu Pedro Ludovico, pela disponibilidade. À dona Fátima Cançado, do Arquivo Frei Simão Dorvi, na Cidade de Goiás.

E por fim, aos professores que gentilmente aceitaram compor a banca examinadora desse despretensioso trabalho!

RESUMO

Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) foi um dos mais significativos personagens da história goiana no Século XX. Exerceu o cargo de chefe do executivo estadual, seja como Interventor ou Governador, por dezenove anos, quinze deles de forma ininterrupta, além da sua atuação como Senador. Foi também o idealizador e construtor de Goiânia, a nova Capital de Goiás, e o seu maior legado político. Este trabalho tem o objetivo de propor um processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Deste modo, partimos do princípio que ele é um mito, consagrado pela memória coletiva e pela história, perpetuado pelas ruas, monumentos, museu, que levam o seu nome ou foram erguidos em sua homenagem. Nossa hipótese é que esse processo foi construído por uma teia discursiva elaborada pelo próprio Pedro Ludovico ao longo da sua vida e que serviu para nortear a sua imagem projetada na história e na memória.

Palavras-chave: Pedro Ludovico Teixeira; Mito; Museu; Memória; Monumento.

ABSTRACT

Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) was one of the most significant characters of Goiás history in the twentieth century. He served as head of the state executive, either as Interventor or Governor, for nineteen years, fifteen of them continuously, in addition to their role as Senator. It was also the founder and builder of Goiânia, Goiás the new capital, and its greatest political legacy. This work aims to propose a mythical construction process of Pedro Ludovico Teixeira. Thus, we assume that it is a myth, enshrined in the collective memory and history, perpetuated through the streets, monuments, museum, bearing his name or were erected in his honor. Our hypothesis is that this process was built by a discursive web prepared by Peter himself Ludovico throughout his life and which served to guide its image projected on the history and memory.

Keywords: Pedro Ludovico Teixeira; Myth; Museum; Memory; Monument.

RÉSUMÉ

Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) était l'un des personnages les plus importants de l'histoire Goiás au XXe siècle. Il a servi en tant que chef de l'exécutif de l'État, soit comme interventor ou le gouverneur, pendant dix-neuf ans quinze d'entre eux en permanence, en plus de leur rôle en tant que sénateur. Il était également le fondateur et bâtisseur de Goiânia, Goiás la nouvelle capitale, et son plus grand héritage politique. Ce travail vise à proposer un procédé de construction mythique de Pedro Ludovico Teixeira. Ainsi, nous supposons que ce est un mythe, inscrite dans la mémoire collective et l'histoire, perpétué à travers les rues, monuments, musées portant son nom ou ont été érigés en son honneur. Notre hypothèse est que ce processus a été construit par un web discursive préparé par Pierre lui-même Ludovico toute sa vie et qui a servi à guider son image projetée sur l'histoire et la mémoire.

Mots-clés: Pedro Ludovico Teixeira; le mythe; le musée; la mémoire; monument.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O TEMPO DA ONÇA	16
PRIMEIRO CAPÍTULO: O TEMPO REVOLUCIONÁRIO	33
1.1- Os Tempos da Revolução	34
1.2- O Primeiro Tempo	44
1.3- O Segundo Tempo	53
1.4- O Terceiro Tempo	62
1.5- O Quarto Tempo	70
SEGUNDO CAPÍTULO: O TEMPO GOIÂNIA	79
2.1- O Tempo do Progresso	80
2.2- O Tempo da Cidade	106
TERCEIRO CAPÍTULO: O TEMPO DA CONSAGRAÇÃO	132
3.1- O Tempo da <i>Oeste</i>	134
3.2- O Tempo da História	151
3.3- O Tempo da Memória	158
3.3.1- O Hino, o Selo e a Comenda	161
3.3.2- Instituições Sócio-Culturais	164
3.3.3- Livros de Memória	167
3.3.4- O Filme	179
QUARTO CAPÍTULO: O TEMPO MÍTICO	183
4.1- O Tempo da Musealização	185
4.2- O Tempo da Monumentalização	201
4.2.1- O Busto da Praça	206
4.2.2- A Praça do Busto	210
4.2.3- O Palácio da Praça	211

4.2.4- A Estátua da Praça	213
4.2.5- O Painel defronte a Praça	221
4.2.6- E o Estádio? E o seu Busto?	224
4.2.7- O Parque Agropecuário	226
4.2.8- O Bairro	226
4.2.9- O Mercado do Bairro	229
4.2.10- As Ruas e Avenidas	231
4.2.11- As Escolas e os Colégios	231
4.2.12- O Túmulo	233
4.2.13- Em sua Terra Natal...	235
CONCLUSÃO: O TEMPO DO JEQUITIBÁ	238
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	244

LISTA DE IMAGENS

Imagem nº 1:	Capa da Revista “Informação Goyana”, jan/fev de 1931.....	75
Imagem nº 2:	Selo comemorativo pelos 120 anos de nascimento do Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Acervo Particular do autor.....	163
Imagem nº 3:	Placa de reforma do Museu Pedro Ludovico Teixeira em 1998. Foto do autor.....	193
Imagem nº 4:	Busto de Pedro Ludovico em frente ao Palácio das Esmeraldas. Foto do autor.....	207
Imagem nº 5:	Detalhe da Placa do Busto de Pedro Ludovico. Foto do autor.....	208
Imagem nº 6:	Detalhe do Busto de Pedro Ludovico. Foto do autor.....	209
Imagem nº 7:	Placa da Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Foto do autor.....	211
Imagem nº 8:	Detalhe do Palácio Pedro Ludovico Teixeira. Foto do autor.....	212
Imagem nº 9:	Estátua Equestre de Pedro Ludovico. Foto do autor.....	214
Imagem nº 10:	Detalhe da Placa da Estátua Equestre de Pedro Ludovico. Foto do autor.....	216
Imagem nº 11:	Painel do Prédio do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Foto do autor.....	222
Imagem nº 12:	Detalhe do Painel do IHGG. Pedro Ludovico e Dona Gercina. Foto do autor.....	223
Imagem nº 13:	Detalhe do Painel do IHGG. Pedro Ludovico assinando o decreto de transferência da Capital. Foto do autor.....	223

Imagem nº 14:	Detalhe do Painel do IHGG. Pedro Ludovico. Foto do autor.....	224
Imagem nº 15:	Busto de Pedro Ludovico no Estádio Olimpico. Fonte: http://www.enjoygram.com/m/771966697420438505_440152893	225
Imagem nº 16:	Placa do Setor Pedro Ludovico. Foto do autor.....	227
Imagem nº 17:	Detalhe da fachada do Mercado Municipal Pedro Ludovico. Foto do autor.....	229
Imagem nº 18:	Fachada do Mercado Municipal Pedro Ludovico. Foto do autor.....	230
Imagem nº 19:	Fachada da casa onde nasceu Pedro Ludovico na Cidade de Goiás. Foto do autor.....	235
Imagem nº 20:	Detalhe da Placa na casa onde nasceu Pedro Ludovico na Cidade de Goiás. Foto do autor.....	236

“Dizem que não foram os homens normais que mudaram o curso da História; talvez eu seja um deles...”

Pedro Ludovico Teixeira

INTRODUÇÃO:

O TEMPO DA ONÇA

O primeiro encontro entre Pedro Ludovico Teixeira e o temido Senador Antônio Ramos Caiado¹ (Totó Caiado), que seria o seu mais ferrenho adversário político, ocorreu no Rio de Janeiro e, pelo visto, não foi muito amistoso. O Senador perguntou para o jovem médico: *“Fiquei sabendo que o senhor está me combatendo”*. Eis que Ludovico responde: *“Não. Eu estou combatendo a sua política”*. E ele retrucou: *“Cuidado, menino! Não mexa com a onça, não”* (TEIXEIRA, 2009, p. 195).

A onça é um dos animais selvagens mais temidos, principalmente nos *sertões* do País, onde ela está associada a um animal solitário, que ataca pelas costas e tem uma mordida mortal. É o personagem principal de várias histórias assustadoras, e engraçadas que fazem a diversão de quem as escuta. Não por acaso, a onça-pintada e a onça parda, ou suçuarana, são os maiores felinos do continente americano. Não há esse, pressuponho, que ao adentrar uma mata fechada, não fica a expreita olhando as árvores, temendo uma investida do animal. Porém, a sua fama e o medo que espalha, é maior que o seu ataque contra humanos. Seu nome evoca um pressentimento de que algo de ruim possa acontecer, e nesse sentido, ela é mais que respeitada, é temida. Talvez por isso, o Senador Totó Caiado, o principal expoente de uma oligarquia poderosa em Goiás que governou o Estado durante vários lustros na Primeira República (1889-1930), tenha se comparado a uma. É no tempo da onça que se inicia a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira.

¹ Antônio Ramos Caiado (1874-1967), mais conhecido como Totó Caiado. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Exerceu os cargos de Intendente Municipal, secretário do Interior e Justiça, secretário de Segurança Pública, deputado estadual, deputado federal e senador.

O objetivo desse trabalho é propor um processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Para tanto, partimos do princípio que ele é um mito, consagrado pela memória coletiva e pela história, perpetuado pelas ruas, monumentos, museu, que levam o seu nome ou foram erguidos em sua homenagem. Nossa hipótese é que esse processo foi construído por uma teia discursiva elaborada pelo próprio Pedro Ludovico ao longo da sua vida e que serviu para nortear a sua imagem projetada na história e na memória.

À primeira vista, o nome Pedro Ludovico evoca um passado não muito distante na história de Goiás, uma vez que ele é constantemente lembrado em jornais, revistas, e livros. É, pois, o grande idealizador e construtor de Goiânia, a jovem Capital do Estado, projetada para cinquenta mil habitantes e que hoje já extrapolou a barreira de um milhão. Na cidade há vários signos por onde o seu nome é visto e sua imagem evocada. Do *coração* da cidade planejada, a Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, mais conhecida como Praça Cívica, tal qual grandes artérias, saem largas avenidas, hoje já tão minúsculas diante da metrópole que cresce célere. Em um breve passeio se descortina o, já nem tão imponente, Palácio das Esmeraldas, com o busto de Pedro Ludovico centralizado, os prédios públicos, o jardim, a estátua em homenagem aos trabalhadores que ajudaram a construir Goiânia, conhecido como "*Monumento das Três Raças*". Logo em frente as Avenidas Tocantins, Goiás e Araguaia se apresentam sinuosas. O coreto também pode ser visto, no início da avenida que no projeto original levou o nome de Pedro Ludovico e depois foi rebatizada para homenagear a antiga Capital. Mas ele ainda batiza o Centro Administrativo, todo reformado, com janelas espelhadas, que contrasta com a praça que um dia já foi considerada moderna, mas que hoje se perde numa cidade que se renova diariamente. Há, outrossim, contornando a praça, a estátua equestre de Pedro Ludovico. Não há como dissociá-lo da cidade idealizada por ele!

É quase onipresente, uma vez que, por todos os lados que se vire, se deparar-se-á com Pedro Ludovico. Ao sair da praça, seu nome é evocado em museu, escolas, colégios, ruas, avenidas, bairro e mercado. A princípio

parece que seu nome está em todos os lados, em todos os lugares e mesmo aqueles que não o associam à cidade que se descortina diante dos olhos, não há quem negue nunca ter ouvido falar sobre. E foi essa estranha sensação de intimidade a uma pessoa que morreu há mais de três décadas que me impulsionou a pesquisar essa personagem que conseguiu se perpetuar na memória e na história de Goiás.

Entretanto, a trajetória da pesquisa não ocorreu assim de forma instantânea e nem a princípio, era esse o meu objeto de estudo. Até chegar em Pedro Ludovico percorri um longo caminho durante o Doutorado, cujo projeto inicial previa pesquisar as relações de caridade e filantropia na Sociedade São Vicente de Paulo, dando continuidade ao que havíamos feito no Mestrado², tanto na Cidade de Goiás (antes de 1937), como depois da transferência da Capital. Um dos grandes marcos da referida Sociedade foi a construção da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, que contou com o apoio irrestrito de dona Gercina Borges Teixeira³, esposa do então Interventor do Estado, Pedro Ludovico.

Quando, no decorrer da pesquisa, me deparei com essas duas personagens deixei de lado a Sociedade São Vicente de Paulo e me aprofundei neles, ainda sob a perspectiva da caridade e da filantropia. Em Pedro Ludovico encontrei o médico sanitarista, maçom, que sonhou com uma cidade ordenada; em Gercina vislumbrei a católica fervorosa, que, juntamente com a Sociedade São Vicente de Paulo e a Legião Brasileira de Assistência, humanizaram a cidade de pedra de Ludovico. Novamente, quando o estudo caminhava nessa direção, mais uma vez fui surpreendido

² Ver SOUZA, 2010.

³ *“Gercina Borges Teixeira nasceu em 26 de agosto de 1900, em Rio Verde-GO, filha de Antônio Martins Borges e Maria Conceição Borges. Em 1917, conclui em Franca- SP, o Curso Normal e em 1918, casou-se com Pedro Ludovico Teixeira, médico e político, com quem teve seis filhos. Teve destacada atuação como primeira de Goiás nos períodos em que o marido governou o Estado. Fundou, em 11 de abril de 1937, a Santa Casa de Misericórdia de Goiânia. Em 2 de agosto de 1942, aclamaram-na presidente perpétua das Obras Assistenciais de São Vicente de Paulo, exercendo dois mandatos: de 1942 a 1945 e de 1951 a 1961, quando em 6 de março, pediu dispensa do cargo de presidente da Comissão Estadual da LBA. Faleceu em 22 de novembro de 1976.”* Disponível em: <http://www.museupedroludovico.go.gov.br/post/ver/147437/gercina-borges>. Gercina foi biografada por Esther Barbosa Oriente no livro *“Dona Gercina a mãe dos Pobres”*, 2000.

por Pedro Ludovico, que durante a pesquisa, se colocava como o protagonista de todo o processo.

Nesse momento o tempo já avançava e o projeto de pesquisa já havia sido reformulado várias vezes. As leituras biográficas e historiográficas sobre Pedro Ludovico e Goiânia me prendiam cada vez a atenção. Por fim, ao analisar a documentação arrolada sobre o fundador de Goiânia, reescrevi o projeto para analisá-lo profundamente no presente trabalho.

A mudança de objeto, comparado ao projeto inicial com o qual entrei no Programa de Pós-Graduação, em 2011, foi radical. Desde já explico: em novembro de 2012 fui aprovado no concurso de professor substituto da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás para ministrar disciplinas referentes a História e ao Patrimônio no curso de Museologia. Fiquei nesse cargo até julho de 2013, quando fui aprovado para professor efetivo do curso de Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da mesma instituição. O projeto de pesquisa foi reformulado, em definitivo, nessa época, onde tentei dialogar com a nova experiência profissional na área museológica.

A partir de então, passei a aprofundar em Pedro Ludovico, não no sentido biográfico, já que não é essa nossa intenção, mas de analisar a teia discursiva que permitiu que ele se perpetuasse na memória de Goiás, tornando, a nosso entender, o primeiro grande mito fundador do Estado, que, juntamente com Bartolomeu Bueno da Silva, divide esse posto. Porém, enquanto o intrépido bandeirante paulista se encontra no longínquo século XVIII, e o seu processo de consagração pela memória foi construída ao longo de todo esse período, como demonstra o trabalho de PINHEIRO (2003, 2008), Pedro Ludovico controlou a forma como a sua imagem foi projetada e lhe permitiu criar grandes linhas narrativas que sustentaram não somente a criação do mito, como também a sua perpetuação, como no caso da Revolução de 1930 e na Construção de Goiânia.

Embora, reitero, esse estudo não tem a intenção de ser biográfico, faz-se necessário historiar brevemente a trajetória do nosso personagem. Pedro Ludovico Teixeira nasceu em 23 de outubro de 1891 na cidade de

Goiás, que no período era a Capital do Estado. Filho do médico João Teixeira Álvares, com quem teve uma relação complicada⁴, e de Josefina Ludovico de Almeida, passou os primeiros anos de vida na antiga Vila Boa. Em 1910 transferiu-se para o Rio de Janeiro, para estudar, inicialmente engenharia e depois mudou de ideia para medicina. Antes, porém, passou em Uberaba, onde o pai residia, uma vez que este separou-se de sua mãe quando Pedro Ludovico ainda estava em seu ventre e este se recusou a lhe ajudar no financiamento dos estudos. Prosseguiu para a Capital Federal e conseguiu se manter com o patrocínio do coronel Braz Abrantes. Em março de 1916 retornou a Goiás, já formado, exercendo a sua profissão, primeiramente, em Bela Vista, logo depois em Trindade, onde ficou um mês atendendo os romeiros do Divino Pai Eterno, e finalmente, Rio Verde, no sudoeste goiano, aonde chegou em 1917.

No ano seguinte casou-se com Gercina Borges Teixeira, filha do coronel Antônio Martins Borges, que se opunha a situação política goiana, que era comandada pela família Caiado. O casal teve seis filhos: Mauro Borges, que chegou a ser governador, Lívia Borges, Pedro Borges, Paulo Borges, Antonio Borges e Goiano Borges. Em Rio Verde Pedro Ludovico

⁴ José Mendonça Teles no seu estudo biográfico sobre Pedro Ludovico dedica um capítulo para tratar da ausência do Álvares no seu nome, diferentemente dos irmãos. O seu pai, João Teixeira Álvares, era um renomado médico, aluno de Pasteur, em Paris, escritor e homem de um temperamento bem peculiar, destacando a boemia e a sua paixão pelas mulheres. Nascido em 1858 na antiga Santa Luzia, atual Luziânia, em 1884, *“um ano antes de formar-se, vem à Cidade de Goiás para casar-se com Josefina Ludovico de Almeida, que segue com ele para a Corte”*. Quando sua mãe separou do seu pai no início de 1891, não sabia que estava esperando Pedro Ludovico e ele só o reconheceu por meio de um processo na justiça movido pelo *“filho rejeitado”*, quando este estava com dezoito anos. Em 1910, quando Pedro seguia para o Rio de Janeiro com o intuito de cursar Engenharia, ele passou em Uberaba, onde seu pai residia, para pedir-lhe ajuda, *“já que o doutor João Teixeira havia custeado os estudos médicos de seu irmão Josito, em Salvador, Bahia. Essa ajuda lhe foi negada, mas não impediu que Pedro continuasse sua jornada em direção ao Rio de Janeiro”*. A respeito do nome Álvares, do seu pai, *“certa vez, perguntei ao primeiro prefeito de Goiânia, o saudoso professor Venerando de Freitas Borges porque Pedro Ludovico Teixeira não usava o Álvares de seu pai, João Teixeira Álvares? Respondeu-me Venerando que Dr. Pedro tinha certa mágoa dele, que inclusive o representara, quando seu pai faleceu, em Uberaba, em 1940. Essa mágoa, entretanto, Pedro Ludovico não deixou transparecer em suas memórias (...) E mais, em 1939, Pedro Ludovico já governando em Goiânia, foi procurado por um emissário que lhe contou as dificuldades financeiras que estava passando o seu pai, em Uberaba. A notícia não o chocou, pois já era esperada, dada a vida donjuanesca de seu pai. Pegou certa importância em dinheiro, entregou ao emissário e disse: ‘Esse dinheiro dá para sustentá-lo. Mas não diga a ele que fui eu quem deu. Pode causar-lhe contrangimento’. Está explicado a ausência do Álvares no nome do estadista Pedro Ludovico Teixeira!”* (TELES, 2004, p. 78-83).

entrou em contato com a política por meio do Jornal “O Sertão”, do qual foi redator, onde combatia os políticos que detinham o poder na época. Foi preso duas vezes, antes de 1930, a mando, segundo seus biógrafos e ele próprio, da família Caiado, que controlava o Estado.

Em 1930 viu fracassar a sua tentativa de integrar a Câmara Federal pelo Partido Republicano, embora fosse o mais votado entre os candidatos da oposição. Em outubro, com o movimento propiciado pela Revolução de 1930, que levaria Getúlio Vargas ao poder, Pedro Ludovico foi a Minas Gerais arregimentar homens para invadir o território goiano. Depois de três combates, com os seus cento e dez comandados que aos poucos foram se dispersando, rendeu-se, ficando preso por quinze dias na cadeia de Rio Verde, até ser conduzido à Cidade de Goiás, por determinação do Senador Totó Caiado.

Era 24 de outubro de 1930 quando iniciou o trajeto de quase 300 quilômetros de Rio Verde à Capital goiana. Pouco antes de chegar a sua terra natal foi surpreendido com a notícia da vitória da Revolução e que a família Caiado abandonou a cidade se refugiando nos arredores. Nesse momento um destacamento, vindo de Paracatu-MG, comandado por Carlos Pinheiro Chagas e Quintino Vargas já se anunciava na antiga Vila Boa. E de preso, Pedro Ludovico passou, então, a líder do movimento revolucionário em Goiás, angariando, com isso, boa parte do seu capital político que o manteria inicialmente no poder. Foi nomeado pelo Interventor Provisório, Carlos Pinheiro Chagas, parte da Junta Governativa ao lado de Mário de Alencastro Caiado e Emílio Francisco Póvoa, conforme deliberou o Alto Comando da Revolução. Em 21 de novembro do mesmo ano, entretanto, foi nomeado Interventor Federal em Goiás.

No governo pôde colocar em prática a ideia da mudança da Capital, com a construção de uma nova e moderna cidade. Em 1932 nomeou uma comissão para estudar o melhor local para ser construída a nova Capital do Estado⁵. O local escolhido foi uma região próxima a cidade de Campinas,

⁵ “O local que se destina á fundação da nova capital foi escolhido por comissão composta dos senhores D. Emanuel Gomes de Oliveira, Revdmo. Arcebispo de Goiaz, Cel. Pireneus de Sousa, concentuadissimo oficial no Exercito, comandante do 6º. Batalhão de Caçadores,

que hoje é um bairro de Goiânia. O início do processo da transferência foi marcado por forte oposição de vários políticos e dos habitantes da antiga Vila Boa, que conspiraram de várias formas para tentar impedir a sua concretização, desde idas ao Rio de Janeiro para tentar boicotar a ideia junto ao Governo Central, até ameaças de morte contra o Interventor.

Em 24 de outubro de 1933 ocorreu o lançamento da Pedra Fundamental de Goiânia, no lugar onde hoje se encontra o Palácio das Esmeraldas. No mesmo ano começou o processo de reconstitucionalização do País, que se iniciava com a criação dos partidos políticos. Em Goiás, Pedro Ludovico participou ativamente na criação do Partido Social Republicano (PSR), que ocupou todas as cadeiras na Constituinte de 1934. No ano seguinte, obedecendo às diretrizes da Constituição Federal foi formada a Assembleia Constituinte do Estado de Goiás, que dentre suas atribuições estava a eleição do governador. Embora contasse com alguns opositores, Pedro Ludovico foi eleito com ampla maioria.

Durante o período do Estado Novo, que se iniciou em 1937, Pedro Ludovico foi, mais uma vez, reconduzido como Interventor, ocupando o cargo até 1945, ou seja, de forma ininterrupta, esteve a frente do Poder Executivo do Estado de Goiás por quinze anos. Em 1937, outrossim, transferiu definitivamente a Capital do Estado para Goiânia, que ainda estava em construção. A inauguração da nova Capital ocorreu dia 5 de julho de 1942 num evento conhecido como Batismo Cultural.

Em 22 de dezembro de 1945, elegeu-se Senador pelo PSD, com expressiva votação. Neste período participou dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Em 1950 abandonou o cargo na capital Federal e se candidatou ao governo do Estado de Goiás, numa coligação

de Ipameri, dr. Laudelino Gomes, medico, diretor geral do Serviço Sanitario do Estado, sr. Antonio Augusto de Santana, comerciante estabelecido nesta capital, dr. Jeronimo Curado Fleurí, engenheiro-eletricista e dr. Colemar Natal e Silva, advogado, o qual funcionou como secretario da comissão. Não obstante o claro entendimento de todos os membros da comissão, julgou o Governo que seria de boa política submeter a escolha, á apreciação de técnicos em matéria de urbanismo, pelo que convidou os drs. Armando Augusto de Godoi, urbanista, conhecido em todo o Brasil, Benedito Neto de Velasco, engenheiro-civil e construtor no Distrito Federal e Americo de Carvalho Ramos, engenheiro, detentor de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização, realizados no estrangeiro, para visitarem e estudarem o local e emitirem parecer sobre os resultados a que chegara a comissão” (TEIXEIRA, 1933, p. 124).

entre o PSD e o PTB, consagrando-se nas urnas. Em 1954 afastou-se do governo para, novamente, se candidatar ao Senado, sendo eleito e reeleito em 1962.

Em novembro de 1964 ocorreu uma intervenção federal no Estado, por parte do Regime Militar que se instalara no Brasil desde março daquele ano, com o objetivo de destituir Mauro Borges do governo de Goiás. Pedro Ludovico chegou a arrigimentar homens armados para defender o mandato de seu filho, porém, sem sucesso, já que o mesmo foi afastado do governo. Com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), promulgado em outubro de 1965 pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, foram extintos os partidos políticos existentes e criado o bipartidarismo. Diante de tal situação, Pedro Ludovico filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se configurava no partido de “*oposição*” ao regime. Por este partido chegou a exercer a vice-presidência do Senado. Em 1º de outubro de 1969, Pedro Ludovico teve o mandato de Senador cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos, devido ao Ato Institucional nº 5 (AI-5). Durante o período de ostracismo político lançou sua autobiografia em 1973, ficou viúvo em 1976 e morreu de um infarto fulminante na sua residência em 16 de agosto de 1979.

No campo das artes e das letras, Pedro Ludovico teve muito destaque. Participou, por exemplo, em 1939, da fundação da Academia Goiana de Letras, do qual foi ocupante da Cadeira 01 e seu primeiro Presidente, permanecendo na instituição até a sua morte, sem, contudo, ter tomado posse formal. Ademais, é o Patrono da Cadeira 01 do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; Patrono da Cadeira 08 da Academia Goianiense de Letras; e foi membro honorário da Academia de Letras de São Paulo, além de pertencer aos quadros da Maçonaria. Destarte, vários pontos dessa breve biografia serão aprofundados no decorrer dos Capítulos, bem como o contexto histórico de cada período e a posição de Pedro Ludovico no processo.

Uma vez apresentado o nosso personagem, ressaltamos que o objetivo do trabalho, então, é o de analisar o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira, partindo do pressuposto de que o mesmo o

engendrou a partir de um discurso bem definido e fundamentado sobre si. Com isso a análise centrou no discurso de Pedro Ludovico e como esse discurso fundamenta o mito que se consolidará após a sua morte. Por opção puramente metodológica não aprofundamos sobre nenhuma outra personagem que tenha participado desse processo, como sua esposa, dona Gercina, os seus filhos, e companheiros políticos mais próximos, tanto correligionários quanto adversários. Embora eles tenham desempenhado um papel importante na vida de Pedro Ludovico, a forma como o trabalho foi pensado e estruturado não permitiu que eles integrassem ao estudo de forma mais efetiva. Durante a pesquisa levantamos uma rica documentação sobre personagens importantíssimos que flutuam no universo ludoviquiano e que merecem uma atenção cuidadosa por parte da historiografia como, por exemplo, Gercina Borges, Venerando de Freitas e Alfredo Nasser.

Para analisar o processo de construção mítica de Pedro Ludovico recorreremos aos seus relatórios, a sua autobiografia, a suas entrevistas, livros memorialísticos, reportagens em jornais e revistas, monumentos, o museu, ruas e avenidas, bairro, escolas e colégios. Ou seja, todos os signos que sustentam a perpetuação da memória de Pedro Ludovico em Goiás.

Nesse estudo, entretanto, pressupomos que o processo de construção mítica de Pedro Ludovico não estava alicerçado somente em Goiânia e na sua autobiografia, acreditamos que, para além de Goiânia, a Revolução de 1930 é importantíssima para entendermos o nascimento do 'herói', que de filho rejeitado chega ao cargo político mais alto do Estado. Nosso objetivo não é demonizar e nem sacralizar Pedro Ludovico, é analisar como se constituiu o processo de preservação da sua memória que o tornou um mito para o Estado de Goiás.

Ademais, ao analisar o conteúdo dos relatórios, entrevistas, e discursos políticos de Pedro Ludovico, estamos procurando compreender como no decorrer do tempo, as perspectivas sobre determinado assunto vão mudando ou se solidificando. Quando, por exemplo, analisarmos um fato da vida de Pedro Ludovico narrado por ele mesmo em momentos diversos da sua vida, vemos como esse discurso vai se alterando, e como a

preocupação em alicerçar sua história e entrelaçá-la à de Goiás e a de Goiânia emerge por trás da memória.

Por isso daremos pouca ênfase nesse estudo aos discursos contrários ao de Pedro Ludovico, que já foram objetos de outros trabalhos, como o estudo de Lena Castello Branco Ferreira de Freitas (2009) sobre a família Caiado, que trás a versão dos decaídos da Revolução de 1930 e nos oferece uma imagem diferente de Pedro Ludovico; ou no estudo de Mariana de Simone Kaadi (2007), sobre Joaquim Rosa. Contudo, eles apareceram como forma de contraponto em alguns momentos desse trabalho. Outrossim, ao nos apropriarmos do discurso que Pedro Ludovico faz de si, é evidente que estamos abordando a história dos vencedores. Em sua visão de mundo, sua ideologia, suas opiniões frente aos fatos, seu julgamento de pessoas e do próprio passado, enfim, em sua particular leitura de um mundo tão seu, encontramos uma personagem que imaginou conduzir o processo histórico e não ser conduzido por ele. A partir do exposto, nossa metodologia contemplou a teia discursiva produzido por Pedro Ludovico ao longo da sua trajetória política e pessoal.

Por discurso compreendemos como um texto, ou melhor, *“uma dispersão de textos”*, cuja *análise “levam-se em conta não apenas os elementos lingüísticos, pois o mesmo é afetado pela exterioridade que lhe é constitutiva e que, embora não transparente, se reflete na/pela materialidade da língua”* (CAZARIN, 2006, p. 300). Ademais, *“a formação discursiva é a projeção na linguagem da formação ideológica”* (CAZARIN; LASSEN, 2008, p. 62). Ou seja, para se fazer análise de discurso, deve-se considerar a formação ideológica do autor e a sua relação com o contexto e sua intencionalidade. A partir daí, o discurso começa a produzir *“sentidos”*, principalmente *“no contato do histórico com o lingüístico, que constitui a materialidade específica do discurso”* (ORLANDI, 2008, p. 08).

Para PÊCHEUX a análise do discurso ocorre no entrecruzamento de três caminhos, quais sejam, o acontecimento, a estrutura e a tensão entre descrição e interpretação (2008, p. 18-19). Para o autor, deve-se analisar um discurso a partir de *“redes de memória”* e dos *“trajetos sociais nos quais ele irrompe”*, nesse aspecto deve-se considerar sempre *“o outro nas sociedades*

e na história”, possibilitando, dessa forma, os processos de ligação, de identificação e de interpretação (p. 54-56). Quando se faz uma leitura de um texto, o leitor torna-se assim um sujeito, estabelecendo uma relação com o autor e produzindo sua própria interpretação. Essa é a importância do *outro*, na produção de enunciados discursivos⁶.

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há uma identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o outro, objeto de identificação (PÊCHEUX, 2008, p. 56-57).

A partir do conceito de Michel Pêcheux, de *“leitura trituração”*, nos propomos a analisar o discurso de Pedro Ludovico que legitimaram o seu processo de constituição mítica. Para esse autor *“o exterior de um discurso deve ser pensado não como um além de uma fronteira, mas como um aqui, sem fronteiras assinaláveis, como a presença-ausência, eficácia do outro dentro do mesmo sentido”*. Ademais, o autor reforça que *“é nas operações de recortar, de extrair, de deslocar, de confrontar que se constitui o dispositivo mais particular de leitura”*. Que conduz, nessa perspectiva, *“a dar lugar ao inconcebível em um duplo gesto: conceber claramente o concebível*

⁶ “Ler constitui-se, assim, em uma prática social que mobiliza o interdiscurso, conduzindo o leitor, enquanto sujeito histórico, a inscrever-se em uma disputa de interpretações. Este desestabiliza sentidos já dados, daí o efeito de inconsistência de todo e qualquer texto, que se caracteriza como uma heterogeneidade provisoriamente estruturada. Ler, escreve Indursky (2001), “é mergulhar em uma teia discursiva invisível construída de já-ditos para desestruturar o texto e (re)construí-lo, segundo os saberes da posição-sujeito em que se inscreve o sujeito-leitor”. Na prática da leitura, o sujeito-leitor vai ocupar uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-autor, identificando-se ou não com ele” (CAZARIN, 2006, p. 302).

para mostrar o inconcebível” (PÊCHEUX apud CAZARIN, 2006, p. 301-302). Ou seja, *“regular um sistema e um intradiscurso e destruir a homogeneidade imaginária dos mesmos. Essa prática de leitura é por ele designada de leitura-trituração”* (CAZARIN, 2006, p. 302). Esse modelo de análise será feito principalmente nos dois primeiros Capítulos onde buscaremos o discurso ludoviquiano acerca da Revolução de 1930 e da construção de Goiânia.

Além do discurso devemos conceituar o que compreendemos por mito, uma vez que partimos do pressuposto que Pedro Ludovico é um mito constituído pela memória e pela história e perpetuado e legitimado pelo poder, que o ressignifica como elemento de coesão social. Uma das definições para a palavra mito que o dicionário sugere é que se trata de uma *“representação de fatos ou personagens reais, exagerada pela imaginação popular, pela tradição”* (HOLANDA, 2004). Mircea Eliade o define como:

A definição que a mim, pessoalmente, me parece a menos imperfeita, por ser a mais ampla, é a seguinte: o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do "princípio". (...) É sempre, portanto, a narrativa de uma "criação": ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente (ELIADE, 1972, p. 09).

Se tomarmos esse conceito, podemos fazer facilmente uma analogia à história de Pedro Ludovico, que ao idealizar e construir Goiânia torna a narrativa da criação como algo que ocorreu no tempo primordial, ou seja, no início. Enquanto criador e impulsionador do progresso no Estado de Goiás, a narrativa produzida por Pedro Ludovico o coloca nesse patamar de mítico. Outrossim, para CAMPBELL, o *“material do mito é o material da nossa vida, do nosso corpo, do nosso ambiente”* (1990, p. 07), ou seja, ele não está dissociado da realidade. Em outro estudo, o renomado autor propõe que *“não é a sociedade que deve orientar e salvar o herói criativo; deve ocorrer precisamente o contrário”* (2007, p. 367).

Para RIBEIRO JÚNIOR (2007), o mito “*é um fato vivo, autêntico, que acompanha os povos em todo o seu ciclo de vida. Uma vez aflorado não permanece em sua forma primitiva, mas varia, desenvolvendo-se, primeiro oralmente e depois fixado na escrita*” (p. 15). Em outra parte sustenta que na realidade, “*o mito é uma estrutura original da experiência humana: expressa um mundo ideal, às vezes uma aspiração não conseguida*” (p. 18). Em seu estudo, o autor também critica a mitificação de personalidades famosas, seja no campo das artes como também na política, quando “*os meios de comunicação de massa reforçam o processo de mitificação já existente no imaginário sócio-cultural, dando-lhe caráter sagrado*” (p. 70). Ele cita como exemplo o caso da repercussão da morte de Tancredo Neves. De fato, Pedro Ludovico também utilizou os meios de comunicação, como os jornais, e principalmente a *Revista Oeste*, para perpetuar a sua versão da história e dessa forma, se cristalizar no imaginário social como um herói. Nessa mitificação moderna “*os detalhes concretos e históricos são esquecidos, os defeitos e erros suprimidos*”, ou seja, permanecem “*somente figuras perfeitas capazes de inspirar novas gerações. Transformam-se em modelos exemplares, mitos arquetipais, a serem imitados*” (p. 69). É assim que Pedro Ludovico passou para a história, ao tomar para si as rédeas da sua própria narrativa, principalmente por meio da sua autobiografia, onde seus defeitos e erros são suprimidos para dar lugar a um homem com ares de herói.

Um dos trabalhos mais interessantes a respeito desse tema é o de GIRARDET (1987), sobre o mito político. Para o autor, mito é “*um sistema de crença coerente e completo*”, cuja legitimidade é a “*sua simples afirmação*” e a sua lógica é a do “*seu livre desenvolvimento*”. Os mitos, nesse sentido, podem surgir “*dos pontos mais opostos do horizonte político, pode ser classificada à ‘direita’ e à ‘esquerda’, segundo a oportunidade do momento*” (p. 11-12). E como a conceituação de mito, a partir da sua análise clássica não contempla o “*mito político*”, embora parece corresponder a alguns dos seus principais aspectos, o autor assim o define como:

O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária,

é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções. De fato, é em cada um desses planos que se desenvolve toda mitologia política, é em função dessas três dimensões que ela se estrutura e se afirma... Daí a necessidade de se situar em uma perspectiva global que, sem ignorar cada uma dessas dimensões, permite reencontrá-las todas em sua conjunção e em sua unidade. Daí, sobretudo, a necessidade de levar em consideração a singularidade de uma realidade psicológica de uma especificidade muito evidente (GIRARDET, 1987, p. 13-14).

O processo de constituição mítica para o autor perpassa uma narrativa legendária, uma função explicativa e um papel mobilizador. É a partir desses três planos que analisaremos o mito de Pedro Ludovico, que possui uma *narrativa legendária* que o próprio faz de si, principalmente no período da Revolução de 1930 e na construção de Goiânia, conferindo um caráter épico aos acontecimentos; é *explicativa* na medida em que é constantemente lembrada nos meios de comunicação, e nas narrativas individuais, em que a memória é projetada para a reconstrução e ressignificação do passado; e por fim, possui um *papel mobilizador* quando é difundido como um personagem idealizado e tido como exemplo de conduta que deve inspirar os homens no presente, seja com a criação do museu ou dos monumentos, que garantem essa mobilização. Nesse sentido, Pedro Ludovico é um mito político, o único que temos em Goiás até o momento.

Para analisar o seu processo de constituição mítica, dividimos a tese em quatro Capítulos, ou quatro *tempos*. Nesse ínterim, recorreremos aos pressupostos de KOSELLECK (2001), para fundamentar essa divisão. O referido autor usa a expressão “*estratos del tiempo*” como metáfora, uma vez que a mesma é usada para designar as formações geológicas e que foram modificadas ao longo do tempo. Ao enquadrar este termo à história humana política e social “*y ala estructura histórica permite separar analíticamente diferentes niveles temporales em los que se mueven las personas, se*

desarrollan los acontecimientos o se averiguan sus presupuestos de larga duración” (p. 35). O autor defende esse modelo de análise em contraposição a narrativa linear e a narrativa circular, uma vez que *“los tiempos históricos constan de varios estratos que remiten unos a otros y sin que se puedan separar del conjunto”* (p. 36). A experiência também deve ser pensada em três estratos no tempo: a singularidade, a repetição e a limitação⁷.

A partir desse conceito dividimos os Capítulos em quatro tempos, que são analisados como unidades temporais que visam a construção mítica de Pedro Ludovico, evidenciando elementos desse processo, quais sejam, a Revolução de 1930, a construção de Goiânia, a consagração da história e da memória e a perpetuação do mito. Cada capítulo foi pensado de modo a resguardar a sua *singularidade*, a *repetição* e a *limitação* do tema proposto no tempo analisado que é delimitado em função das fontes e da teia discursiva de Pedro Ludovico.

No primeiro Capítulo, por exemplo, intitulado *“O Tempo Revolucionário”*, nosso objetivo não é o de narrar os acontecimentos da Revolução de 1930 e a participação de Pedro Ludovico no processo; ao contrário, é analisar a construção do *revolucionário* a partir da teia discursiva engendrada por ele ao longo da sua vida. O tempo revolucionário, apesar de dizer respeito a Revolução de 1930, invade toda a trajetória política e pessoal de Pedro Ludovico. Iremos analisar cinco momentos de sua vida em que ele refletiu sobre a Revolução, desde 1930 até 1978; porém, faremos isso não cronologicamente, mas do último discurso produzido, até o primeiro. Com isso, pretendemos compreender quais linhas narrativas Pedro Ludovico se utilizou para construir o que consideramos ser a base do seu processo de constituição mítica.

⁷ Os extratos do tempo são decifrados analiticamente por KOSELLECK (2001) em três que, por sua vez, configuram a experiência: *“El primer dato de experiencia cuando se pregunta por el tiempo en los procesos históricos es, por supuesto, la unicidad”* (p. 36), ou seja, os acontecimentos vividos por determinado grupo e sua singularidade. *“Pero esta unicidad es sólo la mitad de la verdad, ya que toda la historia descansa al mismo tiempo sobre estructuras de repetición que no se agotan en la unicidad”* (p. 37), que refere-se ao fato da singularidade estar apoiada sobre estruturas de repetição que não esgotam. Por fim, *“la fundamentación biológica que acabo de apuntar y su consiguiente limitación de las experiencias históricas posibles nos remite a outro estrato del tiempo”* (p. 41), isto é, a limitação biológica dos seres humanos.

No segundo Capítulo, “*O Tempo Goiânia*”, dividimos a análise em duas partes. Na primeira analisamos Pedro Ludovico construindo discursivamente a sua cidade ideal, a partir de pesadas críticas desferidas contra a então Capital, a Cidade de Goiás. Perpassando pelo discurso do progresso, iremos compreender como Pedro Ludovico, o médico, se entrelaçará com o político, para conseguir o objetivo de transferir a Capital para uma cidade que nem existia, num dos Estados mais pobres do País. Na segunda parte analisaremos a construção discursiva de Goiânia na narrativa do próprio Pedro Ludovico, onde ele se coloca como sinônimo da jovem cidade idealizada e construída por ele. Se a Revolução de 1930 é a base, ou o alicerce, do seu processo de constituição mítica, Goiânia será as paredes dessa estrutura.

No terceiro Capítulo, “*O Tempo da Consagração*”, iremos, primeiramente, analisar o discurso veiculado pela *Revista Oeste* sobre Pedro Ludovico e a construção de Goiânia. Fazendo eco aos feitos do então Interventor Federal no período do Estado Novo (e conseqüentemente, carregada ideologicamente), e combatendo todos aqueles que porventura são seus adversários, a Revista consagra um discurso mítico e heróico para Pedro Ludovico, que será amplamente repercutido, não somente por ela, mas também por outros órgãos de imprensa e também pela representação que ele terá por parte da população. Na outra parte, analisaremos a forma como a historiografia aborda a trajetória de Pedro Ludovico por meio de duas obras significativas sobre essa personagem. Por fim, iremos buscar no discurso de familiares, amigos, admiradores e adversários a forma como Pedro Ludovico passou a ser visto após a sua morte. Outrossim, também abordaremos a sua trajetória em instituições sócio-culturais como a Academia Goiana de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, e a Maçonaria. Também enfocaremos o selo comemorativo, a comenda e o filme-documentário como formas de perpetuação de Pedro Ludovico na memória. Este Capítulo, metaforicamente, é o maderamento que vai em cima das paredes e que sustentará o telhado.

No quarto Capítulo, “*O Tempo Mítico*”, iniciaremos com uma análise do Museu Pedro Ludovico e sua atuação para a ressignificação,

perpetuação e divulgação da memória ludoviquiana. Iremos abordar a história do museu, e a influência que a família ainda exerce na instituição, cobrando e exigindo das autoridades um maior empenho no trato aos pertences da casa. Ademais, em um segundo momento, analisaremos todos os monumentos erguidos à Pedro Ludovico, bem como o batismo do seu nome à ruas, avenidas, escolas, mercado, bairro, dentre outros. O objetivo é arrolar todos os signos presentes no Estado, e principalmente, em Goiânia que sirvam de veiculação à memória de Pedro Ludovico. Pressupomos que essa última etapa do seu processo de constituição mítica, sustentado pela Revolução de 1930, pela construção de Goiânia, pela história e pela memória, represente o telhado, que de cima é a única parte que é vista de uma casa, e que esconde todos esses estratos temporais, interligados pela trajetória de Pedro Ludovico que, em última análise, evidencia a força do seu discurso.

Embora pensados individualmente e com começo, meio e fim, os quatro Capítulos, ou os *quatro tempos*, se entrelaçam, se comunicam e se interpenetram nos tempos e temas específicos abordados por cada um deles. A trajetória que se inicia no *tempo da onça*, tem um longo caminho até chegar no *tempo do jequitibá*. O discurso narrativo de Pedro Ludovico, o mito produzido pelo Estado de Goiás e até hoje evocado, nos conduzirá ao longo das próximas páginas.

PRIMEIRO CAPÍTULO: O TEMPO REVOLUCIONÁRIO

Rio Verde-GO, 24 de outubro de 1930.

Era madrugada quando o tenente Catulino entrou na cela onde, havia quatorze dias, se encontrava Pedro Ludovico Teixeira, portando uma ordem expedida pelo senador Antônio Ramos Caiado, o Totó Caiado, para que o prisioneiro fosse remetido à Cidade de Goiás, então capital do Estado. Sem saber qualquer notícia sobre o andamento da Revolução da qual participara, com o objetivo de anular as eleições de março, para presidência da República, Pedro Ludovico vestiu sua “*única roupa velha e rasgada*”, sendo conduzido por Zaquel Crispim e César Cunha Bastos, que o abraçaram ressaltando a dignidade do prisioneiro (TEIXEIRA, 1973, p. 37-38).

Nessa longa viagem, de quase trezentos quilômetros, o destino de Pedro Ludovico mudaria, reflexo da mudança a nível nacional, com a deposição do presidente Washington Luiz e a ascensão de Getúlio Vargas. Ele não sabia naquele momento, mas a Revolução do qual tomara parte e lutara fora vencedora. Este fato foi constantemente ressaltado por Pedro Ludovico durante toda a sua vida. Seu orgulho por ter sido preso político de uma Revolução era evidente. Tinha em sua casa em Goiânia, por exemplo, um quadro da cadeia de Rio Verde, que mostrava orgulhoso, chegando a apontar até mesmo a cela onde estivera prisioneiro por duas semanas.

A biografia do herói fora milimetricamente pensada na sua autobiografia, lançada em 1973. O herói de preso a Interventor, de comandado a comandante. De senador ao ostracismo. Neste Capítulo, tomaremos como principais fontes a autobiografia de Pedro Ludovico, bem como suas entrevistas, seus discursos e seus relatórios. O objetivo é compreender como Pedro Ludovico se projeta como um *revolucionário*, e faz

disso um pilar do seu processo de construção mítica. Para além disso, nossa tese é que o mesmo tece para si essa sacralização na memória coletiva do Estado e, principalmente, de Goiânia. Nesse sentido, Pedro Ludovico se enquadra no termo cunhado por Le Goff: um “*senhor da memória e do esquecimento*”, que “*é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas*” (2003, p. 422).

1.1- Os Tempos da Revolução

Mas antes que entremos de fato no objetivo desse capítulo, há que se fazer uma pequena digressão a fim de situar no tempo e no espaço o papel desempenhado por Pedro Ludovico durante a Revolução de 1930, que o faz rememorá-la constantemente. Pedro Ludovico tornou-se Interventor Federal no Estado em 23 de novembro de 1930, quando chegou a Goiás a notícia da sua nomeação. De 30 de outubro a 23 de novembro fizera parte da Junta Provisória, composta, além de si, por outros dois membros: Emílio Franciso Póvoa e Mário d’Alencastro Caiado⁸. Junta essa, aliás, que sucedeu o governo provisório de Carlos Pinheiro Chagas, que durou poucos dias.

O contexto político nacional foi determinante para que Pedro Ludovico fosse alçado ao poder. O governo do então Presidente do Estado de Goiás, Alfredo de Moraes, durou poucos meses. Em dezembro de 1929

⁸ Apesar de ser da família Caiado, Mário era inimigo político do senador Antonio Ramos Caiado, principalmente por causa do fato conhecido como “*Questão do Judiciário*”, ocorrida durante o governo de Brasil Ramos Caiado (1925-1929). “*Os desembargadores que compunham o Tribunal de Justiça de Goiás acusavam o poder executivo, representado por Brasil Ramos Caiado, de interferir nos assuntos do judiciário, impedindo o funcionamento regular dos órgãos de justiça. Sob o conflito, escondia-se a disputa entre dois ramos da família Caiado: um liderado por ‘Totó’ Caidado, do qual participava Brasil Ramos Caiado, Presidente do Estado, e o outro liderado por Mário d’Alencastro Caiado, desembargador do Tribunal goiano, situado na oposição. Com apoio de Washington Luís, ‘Totó’ Caiado vence a disputa, aumentando o número de desembargadores, o que lhe garantiu maioria no plenário do Tribunal. Em contrapartida a oposição se fortalece e se articula*” (ASSIS, 2009, p. 99).

ele fora convocado, pelo presidente do País, Washington Luís, juntamente com os outros dirigentes estaduais que o apoiavam, para uma concentração no Rio de Janeiro, com o objetivo de apoiar a campanha e encaminhar a posse de Júlio Prestes, na eleição que ocorreria em 1º de março de 1930. No Estado, o vice-presidente, Humberto Martins Ribeiro, assumiu a presidência até 24 de outubro de 1930, colocando fim a Primeira República em Goiás.

A eleição nacional estava polarizada entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal. O primeiro gozava do apoio do Presidente e de vinte, dos vinte e três Estados da Federação. O segundo era apoiado pelo Rio Grande do Sul, seu Estado de origem; Paraíba, Estado de João Pessoa, seu vice; e Minas Gerais, que rompera com a “*política do café com leite*”⁹ com São Paulo, devido à indicação de Júlio Prestes a presidência e não um político mineiro.

A Constituição republicana de 1891 excluía o direito ao voto de grande parcela da população. Não podiam, por exemplo, votar os analfabetos (a grande maioria do povo brasileiro), as mulheres (que só conseguiriam esse direito em 1932), os mendigos, os soldados, e os membros das ordens religiosas. Na primeira eleição para presidente do Brasil, por exemplo, em 1894, votaram apenas 2,2% da população. Na última eleição da Primeira República, em 1930, compareceram apenas 5,6% da população. Isso possibilitou “*a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas por partidos únicos, também estaduais*” (CARVALHO, 2006, p. 40-41).

O chefe político local, pertencente a essas oligarquias eram denominados de coronéis. E o coronelismo era a consequência “*da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada*” (LEAL, 1948, p. 20). As eleições eram marcadas por muita violência, tanto por parte da situação quanto da oposição, e pela completa falta de credibilidade¹⁰. Geralmente, os vitoriosos

⁹ Alternância do poder central entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

¹⁰ As eleições eram marcadas por muita violência e fraude. “*Nenhum coronel aceitava perder as eleições. Os eleitores continuaram a ser coagidos, comprados, enganados, ou*

eram aqueles que se alinhavam ao projeto nacional e mantinham relações bem sólidas com o Presidente do País.

Nesse cenário, a vitória de Júlio Prestes não representou nenhuma surpresa, inclusive, como de praxe, com a contestação do resultado pelos derrotados. Descontentes, alguns setores da Aliança Liberal buscaram uma aproximação com o movimento tenentista¹¹. Em meio a conspiração revolucionária, em 26 de julho de 1930, João Pessoa, candidato a vice de Getúlio Vargas, fora assassinado em Recife, por motivos passionais e não políticos, porém, mesmo assim *“ele foi transformado em mártir do movimento que se articulava. Nos meses seguintes, a conspiração recrudescer com a adesão de importantes quadros do Exército”* (FERREIRA; PINTO, 2003, p. 406).

simplesmente excluídos. Os historiadores do período concordam em afirmar que não havia eleição limpa. O voto podia ser fraudado na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado, ou na hora do reconhecimento do eleito. Nos estados em que havia maior competição entre oligarquias, elegiam-se às vezes duas assembleias estaduais e duas bancadas federais, cada qual alegando ser a legítima representante do povo. A Câmara Federal reconhecia como deputados os que apoiassem o governador e o presidente da República, e tachava os demais pretendentes de ilegítimos. Continuaram a atuar os cabalistas, os capangas, os fósforos. Continuaram as eleições ‘a bico de pena’” (CARVALHO, 2006, p. 42). Ao cabalista *“cabia garantir a inclusão do maior número possível de partidários de seu chefe na lista de votantes”*; o fósforo era aquele que comparecia na hora da votação no lugar do eleitor alistado *“que não podia comparecer por qualquer razão, inclusive por ter morrido”*; os capangas *“cuidavam da parte mais truculenta do processo. Eram pessoas violentas a soldo dos chefes locais. Cabia-lhes proteger os partidários e, sobretudo, ameaçar e amedrontar os adversários, se possível evitando que comparecessem à eleição”*. *“Em caso de não haver comparecimento de votantes, a eleição se fazia assim mesmo. A ata era redigida como se tudo tivesse acontecido normalmente. Eram as chamadas eleições feitas a ‘bico de pena’, isto é, apenas com a caneta. Em geral, eram as que davam a aparência de maior regularidade, pois contava na ata que tudo se passara sem violência e absolutamente de acordo com as leis”*. (IDEM, 2006, p. 33 a 35).

¹¹ Em junho de 1922, *“o Clube Militar lançou um protesto contra a utilização pelo governo de tropas do Exército para intervir na política local de Pernambuco. Como resposta, o governo determinou o fechamento do Clube Militar, com fundamento em uma lei contra as associações nocivas à sociedade. Esses fatos precipitaram a eclosão do Movimento Tenentista, assim conhecido porque teve como suas principais figuras oficiais de nível intermediário do Exército – tenentes em primeiro lugar e capitães”* (FAUSTO, 2010, p. 172). *“Embora de natureza estritamente militar e corporativista, o tenentismo despertou amplas simpatias, por atacar as oligarquias estaduais. A consciência política dos oficiais, sobretudo no que refere ao mundo das oligarquias, tornou-se mais clara durante a grande marcha de milhares de quilômetros que fizeram pelo interior do país na tentativa de escapar ao cerco das forças governamentais (Coluna Prestes). O ataque às oligarquias agrárias estaduais contribuía para enfraquecer outro grande obstáculo à expansão dos direitos civis e políticos. O lado negativo do tenentismo foi a ausência de envolvimento popular, mesmo durante a grande marcha. Os ‘tenentes’ tinham uma concepção política que incluía o assalto ao poder como tática de oposição. Mesmo depois de 1930, quando tiveram intensa participação política, mantiveram a postura golpista alheia a mobilização popular”* (CARVALHO, 2006, p. 66).

A Revolução começou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul no dia 03 de outubro de 1930. Os focos de resistência em todos os Estados, compostos principalmente pelas oligarquias oposicionistas, fizeram com que a Revolução se alastrasse rapidamente. Em 24 de outubro, dia em que o prisioneiro Pedro Ludovico começava sua viagem à Cidade de Goiás, generais do Exército depuseram Washington Luís da Presidência da República, criando uma Junta Provisória de Governo. Embora tenham tentado permanecer no poder, a Junta Provisória passou o cargo para Getúlio Vargas em 03 de novembro de 1930, sob pressão dos revolucionários.

Em um dos seus mais aclamados estudos *“Quatro Tempos de Ideologia em Goiás”*, o historiador Luís Palacin analisa a ideologia da Revolução de 1930. Este estudo tem como suporte, principalmente, o Relatório de Pedro Ludovico, de 1933, então Interventor do Estado, a Getúlio Vargas, sobre um balanço do antes e do depois de sua chegada ao poder. Durante sua análise, o historiador foi preciso ao afirmar que tanto a Revolução como seu Interventor em Goiás, encontravam-se *“esprimidos entre a urgência do presente e a andadura pachorrenta de uma revolução não revolucionária”* (PALACIN, 1986, p. 86).

Essa definição se explica, por que, pressupomos, Palacin estava imbuído do conceito epistemológico de Revolução¹², e tal fato não foi evidenciado durante o episódio que marcou a saída de Washington Luís e a emergência de Getúlio Vargas ao poder. Uma revolução não revolucionária evoca, por sua vez, que este conceito, forjado pelos vencedores para engrandecê-los ainda mais na memória nacional, é um dos paradigmas historiográficos a necessitar de uma apurada revisão.

Inúmeros historiadores analisaram a Revolução de 1930 e a trataram por este termo, e não simplesmente como um golpe, que é o que ela, de fato, representou¹³. A própria divisão da história da República em

¹² *“No pensamento político, o termo refere-se à tomada ilegal, usualmente violenta, do poder que produz uma mudança fundamental nas instituições de governo”* (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 663).

¹³ De acordo com José Murilo de Carvalho: *“O episódio ficou conhecido como Revolução de 30, embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre se seria adequado usar a*

denominar o período anterior a ela de República Velha ou Primeira República, evidencia que a base ideológica desse episódio da história brasileira é muito mais complexa do que se supõe¹⁴. A historiadora Sônia Regina de Mendonça, por exemplo, trata o termo *Revolução de 30* entre aspas, ressaltando que o que de fato ocorreu foi um golpe que, por sua vez:

(...) resultou no deslocamento da tradicional oligarquia paulista do epicentro do poder, enquanto que os demais setores sociais a ele articulados e vitoriosos não tiveram condições, individualmente, nem de legitimar o novo regime, nem tampouco de solucionar a crise econômica. O período de 1930-37 pode, por isso mesmo, ser definido como de crise política aberta, sem que nenhuma das frações de classe envolvidas lograsse tornar-se hegemônica em sucessão a burguesia cafeeira, o que acabou garantindo ao Estado – a burocracia estatal – a possibilidade de atuar com relativa margem de autonomia face aos interesses em disputa (MENDONÇA, 1990, p. 322).

A partir de 1930, portanto, o que se viu foi *“uma troca da elite do poder, sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais; subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais”* (FAUSTO, 2010, p. 182). Pedro Ludovico encaixa-se no quesito *“técnicos diplomados”*, já que era médico, e *“jovens políticos”*. O historiador Eliezer Cardoso de Oliveira assinala que *“a forma que Pedro Ludovico entreviu na realidade aproxima-o conceitualmente do perito moderno”* (OLIVEIRA, 1999, p. 177). Ou seja, pertencia a um grupo que se encontrava completamente aliado do poder até 1930. Mas se não há consensos quanto à denominação de *“revolução”* para designar o fato

palavra revolução para descrever o que aconteceu. Certamente não se tratou de uma revolução, se compararmos o episódio com o que se passou na França em 1798, na Rússia em 1917, ou mesmo no México em 1910. Mas foi sem dúvida o acontecimento mais marcante da história política do Brasil desde a Independência.” (2006, p. 89).

¹⁴ Ao contrapor memória e história a partir da Revolução de 1930, *“há que se observar o sentido da recomposição dos acontecimentos pelos homens que acompanharam e viveram mudanças operadas naquela década. A memória aproxima-se de um exercício de autoconsciência de um grupo, enquanto os historiadores profissionais, distantes dos olhos e dos ouvidos do passado, passam a auscultar os acontecimentos em outra direção. (...) Nesse jogo metonímico (metalepse), a narrativa historiográfica recompôs o passado em busca de um outro futuro, cujos traços seriam revelados quando se completasse a sonhada ruptura com a herança colonial geradora do arcaísmo. Livres do passado, os brasileiros poderiam ensaiar um novo olhar sobre o Brasil moderno”* (SANDES, 2003, p. 156).

histórico, isso também não ocorre para os seus integrantes. Os personagens que emergiram desse processo, do qual Pedro Ludovico é um exemplo, taxaram a si próprios como *revolucionários*.

No seu estudo sobre Pedro Ludovico, a historiadora Maria Cristina Teixeira Machado analisou a ideologia revolucionária em Goiás. Essa ideologia foi dividida em três fases. A primeira que ocorreu nos anos vinte até a formação da Aliança Liberal. Nesse período, a oposição não relacionava o cenário político regional com o nacional. À luta contra o caiadismo, cujas denúncias da oposição giravam em torno do uso pessoal do patrimônio público, corrupção, violências policiais, fraudes eleitorais, incompetência administrativa, não representava, contudo, uma oposição a Washington Luís, por exemplo, a quem era sempre solicitada uma intervenção federal no Estado. Na segunda fase da ideologia revolucionária, destaca-se uma aproximação do cenário regional com o cenário nacional. Pedro Ludovico analisa a conjuntura e percebe que se a oposição em Goiás aderir ao candidato apoiado por Washington Luís seria o mesmo que aderir ao caiadismo. *“Parte-se da bandeira anti-caiadista para a bandeira da Aliança Liberal”*. A terceira e última fase se inicia com a vitória da Revolução de 1930, quando teriam que aplicar o discurso da ideologia revolucionária, ou seja, conciliar teoria e prática. Para isso, Pedro Ludovico utiliza o discurso do atraso, e propõe o progresso¹⁵ como meta fundamental do seu governo, que culminará com a construção de Goiânia (MACHADO, 1990, p. 119-121).

¹⁵ *“Em Goiás, o progresso, ou seja, o lento e gradual desenvolvimento do Estado, se daria através da superação do atraso que, segundo o discurso da época, seria possível pela incrementação de novos meios de comunicação, possibilitando a integração do Estado aos centros desenvolvidos do país, pelo desenvolvimento das potencialidades do Estado e ainda, pela superação da mentalidade retrógrada que barrava o caminho do Estado em direção a seu destino. Goiás precisava de estradas, de explorar suas riquezas, de educar sua população, de moralizar a administração pública e de nova mentalidade. Procedendo na busca dessas metas, o governo contribuiria para encaminhá-lo na senda de um futuro promissor. O crescimento econômico e a moralização administrativa foram encarados como elementos fundamentais à superação do atraso e à inserção do Estado na trilha do progresso. Esta ideologia progressista promoveu, na sua aplicação, o fenômeno que, sociologicamente, conceitou-se modernização. Daí porque, refiro-me ao segmento da classe dominante que promoveu este processo, como elite progressista/modernizadora. O progresso que o Estado passa a vivenciar, se dá via modernização, uma vez que as transformações estruturais não são propostas, e consoante com a origem e natureza da ideologia revolucionária, não são efetuadas”* (MACAHADO, 1990, p. 123).

Já em seu estudo pioneiro, pela abrangência e profundidade, a historiadora Ana Lúcia da Silva, analisa a Revolução de 1930 em Goiás, sob o viés marxista. Nessa perspectiva, há uma predominância do viés econômico para determinar o rumo dos acontecimentos históricos. Escrita como tese de doutoramento na USP, em 1982, a historiadora defende que não houve uma *revolução* e sim uma alternância de oligarquias no poder. Essas oligarquias dissidentes, contrárias ao Caiadismo, realizaram o seu sonho de poder; sonho esse que não foi possível alcançar de forma legal, pelo voto. Inspirados pelo movimento armado conduzido pela Aliança Liberal, as oligarquias dissidentes, *“não tiveram dúvidas em lançar mão das armas e, graças a elas, derrubarem a oligarquia que controlava Goiás por mais de duas décadas”* (SILVA, 1982, p. 157).

Assim, o Estado que se estrutura em Goiás após 1930 não difere do anterior em termos do seu conteúdo de classe, pois nenhum segmento da estrutura social tem condições, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas locais, de se constituir como força social e pressionar no sentido de seus interesses. As modificações dar-se-ão ao nível da forma do Estado, pois a maior centralização a nível nacional pôs fim ao sistema oligárquico e as oligarquias, mesmo subsistindo como força local, se subordinaram ao poder central, perdendo o controle direto do Estado, onde é instalado um Interventor, nomeado por Getúlio Vargas. No entanto, mesmo que o Interventor tenha que obedecer a certas diretrizes emanadas do Poder Central, sua base de sustentação política são as oligarquias, que de oposição no período anterior – às vezes somente local – passaram à situação (SILVA, 1982, p. 153).

Contraopondo-se a este trabalho, o historiador Nasr Fayad Chaul, num estudo de viés mais cultural que econômico, assinala que, em outubro de 1930, não houve simplesmente uma alternância de oligarquias no poder. O autor argumenta que os grupos que acenderam ao poder em 1930 *“tinham de descobrir formas político ideológicas que os distinguissem dos grupos depositos”*, o que ocorreu com a ideologia do progresso. Outrossim, na sociedade da época, emergiu um líder que reunia o *fazendeiro* e o *profissional liberal*, e que representava *“uma nova ordem, de novos homens, com jalecos e leis, remédios e construções”*, substituindo *“a velha ordem*

oligárquica”. Esses novos homens, que estudaram nos grandes centros do País e do exterior, “*dariam ao estado uma nova mentalidade: mais progressista, mais moderna, mais dinâmica. Era o espelho dos anos 30 refletindo em Goiás*”. Outro fator defendido pelo autor era que esses novos grupos que ascenderam ao poder não eram iguais as oligarquias da Primeira República, “*pois tinham uma mentalidade urbana*” (CHAUL, 2010, p. 203).

A nova ordem política do estado passou a ser representada por Pedro Ludovico Teixeira, síntese de fazendeiro e profissional liberal. Nesse cenário, se os novos donos do poder não representavam os interesses de uma burguesia ou de um proletariado, também não representavam, literalmente, os da classe média local. Traduziam, sim, os ideais dos novos grupos políticos em ascensão, principalmente, os do sul e do sudoeste do estado. O período não significa, portanto, uma simples alternância de oligarquias no poder político em Goiás: agora se trata de um conglomerado de políticos afinados com a política varguista e dispostos a promover o desenvolvimento capitalista da região. A este processo, que contou com a participação relativa das camadas médias urbanas, denominavam modernização (CHAUL, 2010, p. 204).

Na análise em que Silva enxerga uma simples alternância de oligarquias, Chaul vislumbra um grupo que encontrou no discurso do progresso o elemento capaz de distinguir o antes e o depois da Revolução de 1930. E o antes da Revolução era o atraso, a pobreza e o isolamento. São esses elementos que Francisco Itami Campos, sobre o coronelismo em Goiás, defende como fatores predominantes para que na configuração do poder nacional, o Estado de Goiás fosse “*politicamente inexpressivo*”. E essa “*inexpressão vai proporcionar, em última análise, condições de auto-gestão da política e da administração pública por parte dos chefes políticos estaduais, sem intervenção federal*” (CAMPOS, 1983, p. 83).

Podemos pressupor que o discurso do progresso, tão acalentado por Pedro Ludovico Teixeira, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, contrapunha-se ao atraso, ao mesmo tempo em que o eliminava, e com isso eliminando também a inexpressão política de Goiás no âmbito nacional. Como se verá posteriormente, a construção da nova

Capital, Goiânia, propagada como a filha mais nova da Revolução de 30, teve o objetivo de impulsionar o progresso do Estado, e servir de exemplo para o País, no período em que se propalava a “*Marcha para o Oeste*”¹⁶, inspirando até mesmo, posteriormente, a construção de Brasília, nos anos de 1950. Outrossim, o fato de Getúlio Vargas ser o primeiro Presidente brasileiro a visitar Goiás, evidencia que houve uma melhora no papel político desempenhado pelo Estado.

Embora a Aliança Liberal, e em seguida a Revolução, tenham sido aderidos, no caso de Goiás, mais por contrariar a oligarquia da família Caiado, do que por afinidades políticas, como avaliza a historiografia goiana sobre o tema, e do qual também me filio; há que se considerar o discurso coerente de continuidade histórica, fruto do jogo da ideologia ou das ideologias, que forjaram a construção do período revolucionário.

Nesse sentido, de acordo com o historiador Nóe Freire Sandes, a maioria dos escritos sobre a Revolução de 1930 “*está vinculada ao desejo de memória, alimentado pelos homens que participaram do movimento. Portanto, memória e pensamento histórico partilham da árdua tarefa de interpretação do passado*” (SANDES, 2003, p. 153). Ao ressaltar sua proeminência durante o processo revolucionário, Pedro Ludovico utiliza, constantemente, o subterfúgio da memória. Uma “*memória histórica*”, que na ascepção de Halbwachs (1990) é a formação de uma memória oficial, ou institucional, que é imposta a partir da manipulação do poder, e é apropriada e resignificada pela história.

Nesse duelo das forças da memória, o espólio da Revolução de 1930 foi tomado por Pedro Ludovico, que o empunhou como uma bandeira

¹⁶ “A ‘*Marcha*’, rememorando a figura mítica do bandeirante, seria continuada pelo Estado Novo que, enfatizando a ideia de uma nação em movimento rumo à sua concretude e ao seu progresso, sugeria um movimento no sentido da construção de uma nação, que irmanada caminharia rumo ao seu progresso futuro. Novamente, tratava-se de um movimento, de uma marcha, dos paulistas pelo sertão, pelo interior. A imagem do bandeirante como herói da história do Brasil serviu para conferir legitimidade a um ‘novo movimento bandeirante’, através de uma tradição inventada. (...) Assim, para além de seu sentido de brasilidade, a ‘*Marcha para Oeste*’, era, também, uma questão de segurança nacional. A estratégia política da criação de colônias agrícolas nacionais, nas áreas consideradas vazias do interior do país, servia, por um lado, ao propósito de promover a diminuição dos conflitos urbanos, através do patrocínio da migração interna pelo estado; por outro, o povoamento das fronteiras nacionais evitaria sua ocupação por nações estrangeiras” (PEREIRA, 1997, p. 118). Mais sobre o assunto ver: OLIVEIRA, 2013.

de si próprio até o fim da vida. O silenciamento, ou as zonas de sombra do passado, a qual foram alocados os decaídos, ou seja, aqueles que foram aliados do poder a partir de outubro de 1930, evidencia que nesse duelo apenas a versão ludoviquiana prevaleceu. Nesse discurso, Pedro Ludovico aparece como o *mito fundacional*¹⁷, a gênese de uma história gloriosa que se desenrolaria a partir de então. Sobre isso, Ecléa Bosi nos adverte:

A experiência política, enquanto partidária, necessariamente vai modelando, com o tempo, formas de discurso valorativo, convencional, “ideológico”, que podem esconder o teor mais objetivo da fala testemunhal; formas que vão ficando cada vez mais parecidas com as da crônica oficial, geralmente celebrativa (BOSI, 2004, p. 458).

Isso posto, a fim de otimizar o presente capítulo, analisaremos a construção desse discurso revolucionário de Pedro Ludovico em quatro tempos: em 1978, quando concede a sua última entrevista; em 1973, quando publica o seu livro *Memórias*; em 1933, quando lança o Relatório destinado a Getúlio Vargas; e em 1930, no momento da Revolução, no tempo imediato. Ademais, faremos a análise não no tempo cronológico, mas em ordem decrescente, ou seja, de 1978 a 1930, para evidenciar qual o discurso que permaneceu a fim de consolidar e consagrar o mito Pedro Ludovico.

A partir, principalmente, do conceito de memória analisaremos a construção desse discurso revolucionário de Pedro Ludovico em vários períodos da sua vida, enfocando a forma como o passado é utilizado para enaltecer sua figura política e a sua importância para a história do Estado. Para isso, o discurso de Pedro Ludovico se divide em antes e depois da sua chegada ao poder.

Contudo, faz-se necessário aprofundar sobre a questão da memória. Partimos do princípio de que a memória não resgata o passado, e sim o reconstrói condicionada pelo presente de quem lembra. E que nesse

¹⁷ De acordo com Hall, o mito fundacional é “*uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’*” (2001, p. 54-55).

processo a memória seleciona fatos desse passado, não obedecendo a um encadeamento cronológico, que, por sua vez, pertence a uma memória mais ampla, à memória de um grupo, ou simplesmente a uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990).

1.2- O Primeiro Tempo

O primeiro tempo ocorre em 1978, quando Pedro Ludovico concedeu a sua última entrevista¹⁸. Ele se encontrava um pouco debilitado, e viria a falecer no ano seguinte. A entrevista foi republicada em agosto de 1998, pelo próprio Jornal Opção, que a justificou devido ao fato de que num suplemento especial da edição anterior, a maioria dos dezoito intelectuais goianos ouvidos pela reportagem *“considerou Pedro Ludovico como a pessoa mais influente do século 20 em Goiás”* (JORNAL OPÇÃO, 1998, p. A-16). Nas duas horas de entrevista, Pedro Ludovico pôde se posicionar e se defender em várias questões. Olhando retrospectivamente a Revolução de 1930, por exemplo, quarenta e oito anos depois, aquele que governara o Estado durante vários lustros, pôde, enfim, analisar a sua importância para a história de Goiás.

Com esse depoimento Ludovico quer reforçar os elementos já anunciados na biografia, certo de que o jornal atingiria um público bem maior. Percorre suas lembranças, sua trajetória política e sustenta valores individuais como coragem, êxito e austeridade no sentido de fortalecer a antiga imagem de velho cacique, presente na memória coletiva e na história, como que dando uma sobrevida à sua imagem, para que as gerações futuras o conhecessem ali e, também, para que todos soubessem do peso e do alcance de sua mão para alijar do poder uma oligarquia e virar Goiás de ponta-cabeça. Tudo parecia programado para ressaltar um período suficientemente coerente e atrativo para fixar a atenção de todos (BARRETO, 2002, p. 67).

¹⁸ Entrevista concedida aos jornalistas José Luiz Bittencourt Filho e Herbert de Moraes Ribeiro publicada no Jornal Opção.

Aos 87 anos de idade, viúvo, isolado politicamente desde 1969, quando teve o mandato de Senador cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos devido ao Ato Institucional nº 5 (AI-5)¹⁹, o idealizador de Goiânia fez da sua última entrevista um marco para o seu processo de construção mítica. Há que se ressaltar que toda a entrevista centra-se em analisar o processo revolucionário e o papel desempenhado por Pedro Ludovico durante esse período. Para fins didáticos, dividimos a análise da entrevista em três partes, ou três grandes temas a que Pedro Ludovico se dedicou mais profundamente: o Estado de Goiás antes da Revolução, o processo revolucionário e a sua ideologia, e o Senador Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado), que fora o seu grande adversário político.

Para se colocar como revolucionário e o protagonista de uma história que teve por objetivo libertar o povo goiano das mãos de uma oligarquia, como Pedro Ludovico apregoou até o fim da vida, ele precisava se justificar estabelecendo um cenário do período antes da Revolução que mostrasse o seu papel histórico como algo heróico, antes de tudo.

Nesta perspectiva, Pedro Ludovico reflete sobre o início da sua carreira política em 1924 quando lançou o jornal “O Social” em Rio Verde e passou a combater a oligarquia que controlava o poder no Estado. Ele se referia a essa oligarquia como “caiadismo”. *“O caiadismo que dominava Goiás com balaço e cutelo. Todo o Estado tinha medo nessa época”*. Os focos de resistência ao poder vigente se encontravam em Rio Verde, Cidade

¹⁹ “O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contra-revolução dentro da contra-revolução. Ao contrário dos Atos anteriores, não tinha prazo de vigência. O presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso, o que a Constituição de 1967 não autorizava. Restabeleciam-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos. A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo. Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 constituiu no fato de que ele reforçou a tese dos grupos de luta armada, cujas ações se multiplicaram a partir de 1969. O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar, seguindo cada vez mais o cruso de uma ditadura brutal” (FAUSTO, 2010, p. 265).

de Goiás e Inhumas. (TEIXEIRA, 2009, p. 192). Perguntado do por quê dessas três cidades combaterem o caiadismo ele responde:

Combatiam, obviamente, porque não estavam de acordo com os Caiados. Basta lembrar que as eleições, naquela época, eram uma farsa. As pessoas iam votar com o voto dentro do envelope e não sabiam em que estavam votando. Era, realmente, um voto absolutamente secreto. Secreto mesmo... (sorri). E por muitos outros motivos que eu não gostaria de dizer. Não me agrada e não me convém falar sobre coisas passadas, que denigrem uma situação (TEIXEIRA, 2009, p. 192).

Essa fala revela uma contradição com o restante da entrevista. Pedro Ludovico para se esquivar dos motivos que o moviam contra a família Caiado sustenta seu argumento numa questão que fugia do próprio controle dos seus adversários: o sistema eleitoral brasileiro no período. Conforme explicamos páginas atrás, numa nota de rodapé, o processo eleitoral da Primeira República, salientamos que tanto a oposição quanto situação se beneficiavam desse sistema vicioso e altamente corruptível. Nos seus domínios, os coronéis faziam valer a sua vontade política sobre os eleitores, criando até mesmo expressões populares como “*curral eleitoral*”, dentre outros.

Há que se ressaltar, outrossim, que quase cinquenta anos separava Pedro Ludovico dos acontecimentos no ano de 1930. Para suprir a ausência de detalhes pressupomos que ele usou a memória coletiva para se justificar, seja dizendo do *medo* que todo o Estado tinha nessa época. *Medo* este de se posicionar politicamente contra a oligarquia dominante, principalmente durante o processo revolucionário, onde os acontecimentos se sobrepunham e era difícil prever o desfecho da história em andamento. Pedro Ludovico, por exemplo, afirma que após a Revolução de 1930, “*ninguém teve medo*” (TEIXEIRA, 2009, p. 192 e 193).

Percebe-se por parte do entrevistado uma insistência em apresentar o antes e o depois da Revolução de 1930. Apesar de criticar profundamente a família Caiado, ele o faz de forma a enquadrar sua opinião dentro de um contexto nacional. Pedro Ludovico afirma, por exemplo, que as

oligarquias dominavam todos os Estados do Brasil, e que através delas “predominavam a violência, o arbítrio, o paternalismo, o autoritarismo. E ninguém poderia ir contra aquela situação” (TEIXEIRA, 2009, p. 194). Antes, porém, ele complementa: “O Brasil todo era como Goiás. O Brasil inteiro era mantido por absurdos” (TEIXEIRA, 2009, p. 194).

Embora Pedro Ludovico afirme que os Caiados antes da Revolução “eram fortes e violentos” (TEIXEIRA, 2009, p. 200), ele disse que nunca sofreu qualquer intimidação ou violência quando estava à frente do jornal oposicionista “O Social”. “Mas a imprensa da situação nos atacava constantemente”. O jornal era impresso em Rio Verde e chegou a ter circulação de quatro mil exemplares. (TEIXEIRA, 2009, p. 193).

O jornal era quase que distribuído de graça. Eu mesmo, no entanto, é que o financiava, com o dinheiro do meu bolso, embora alguns amigos também me ajudassem. Eu era médico na cidade, ganhava um pouco de dinheiro, o meu sogro me ajudava... E assim foi. [...] É lógico que o jornal me projetou, também. Ele ajudou o povo de Rio Verde a ficar do meu lado, durante os quatro ou cinco anos em que circulou. Depois eu fui nomeado interventor federal e com a minha ausência ele desapareceu. (TEIXEIRA, 2009, p. 193-194).

Como podemos observar, Pedro Ludovico constrói a argumentação de que embora vivesse num Estado dominado por uma oligarquia violenta, ele, como um dos representantes mais ativos da oposição, não sofreu qualquer tipo de violência ou intimidação durante o período em que fez circular um jornal que tinha a função de criticar abertamente a família Caiado. Nesse jogo das memórias, Pedro Ludovico pôde passear pelo início da sua biografia política, como a afirmar a todos da sua importância histórica. É assim que ele entra no segundo grande tema da sua entrevista que foi o processo revolucionário.

De acordo com Pedro Ludovico, a base ideológica da Revolução de 1930 foi, principalmente, o aspecto político. “As eleições, como já disse, eram uma farsa. Você nunca podia votar no candidato de sua verdadeira preferência. Começava por aí” (TEIXEIRA, 2009, p. 194). Historicamente, Pedro Ludovico situou o início da Revolução de 1930 em 1922, no

movimento conhecido como Revolta do Forte de Copacabana²⁰, início do Movimento Tenentista que também contaria com o apoio da Coluna Prestes²¹.

Pedro Ludovico confirmou que conspirou com o Presidente do Estado de Minas Gerais, e com líderes do Movimento Tenentista como Siqueira Campos e o próprio Prestes. Ao se inserir dentro de uma trama a nível nacional, Pedro Ludovico se coloca como o protagonista do processo revolucionário em Goiás e que, talvez por isso, justificasse o poder que exerceu desde então na política goiana.

Com ímpetos heróicos, como os combates durante o processo revolucionário de 1930, Pedro Ludovico, aos 87 anos de idade, pôde fazer de sua última entrevista, sua bandeira, ante um período de ostracismo a qual fora colocado após o golpe de 1964, que acabou por destituir do governo do Estado seu filho Mauro Borges. Sobre isso, Ecléa Bosi nos alerta:

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como

²⁰ Primeiro ato do Movimento Tenentista, “ocorrido no Rio de Janeiro a 5 de julho de 1922. O clima de ofensas falsas ou verdadeiras ao Exército e a repressão contra o Clube Militar levaram os jovens ‘tenentes’ a se rebelar, como um protesto destinado a ‘salvar a honra do Exército’. A revolta não se estendeu a outras unidades. Depois de lançar os primeiros tiros de canhão, os rebeldes sofreram bombardeios e ficaram cercados. No dia seguinte, centenas deles se entregaram, atendendo a um apelo do governo. Um grupo porém se dispôs a resistir. O forte voltou a ser bombardeado por mar e por aviões. Dezesete militares, com a adesão ocasional de um civil, decidiram sair pela praia de Copacabana, indo de encontro às forças do governamentais. Na troca de tiros morreram dezesseis, ficando feridos os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Os “Dezoito do Forte” começavam a criar a legenda do “tenentismo” (FAUSTO, 2010, p. 172).

²¹ Encontro da Coluna Paulista, que tinha por objetivo derrubar o governo de Artur Bernardes, com a Coluna Gaúcha liderados pelos tenentes João Alberto e Luís Carlos Prestes, que tinha o apoio da oposição e se mesclava com as divergências políticas locais. Desse encontro, em abril de 1925, juntaram-se em um único grupo Coluna Miguel Costa – Luís Carlos Prestes, que ficou conhecida como Coluna Prestes, que tinha por objetivo percorrer o Brasil propagando a idéia de revolução e convencer a população a se rebelar contra as oligarquias dominantes. “A Coluna realizou uma incrível marcha pelo interior do país, percorrendo cerca de 24 mil quilômetros até fevereiro/março de 1927, quando seus remanescentes deram o movimento por terminado e se internaram na Bolívia e no Paraguai. Seus componentes nunca passaram de 1500 pessoas, oscilando muito com a entrada e saída de participantes transitórios. A Coluna evitou entrar em choque com forças militares ponderáveis, deslocando-se rapidamente de um ponto para outro. O apoio da população rural não passou de uma ilusão. As possibilidades de êxito militar da Coluna eram praticamente nulas. Entretanto, ela teve um efeito simbólico entre os setores da população urbana insatisfeitos com a elite dirigente. Fosse como fosse, a seus olhos havia esperanças de mudar os destinos da República, como mostravam aqueles heróis que corriam todos os rios para salvar a nação” (FAUSTO, 2010, p. 173).

testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando a sua posição ou matizando-a (BOSI, 2004, p. 453).

Detalhadamente, Pedro Ludovico narra a sua luta no processo revolucionário com os três tiroteios do qual participou, *“mandando e recebendo bala”*. O primeiro foi após atravessar o Rio Paranaíba, vindo de Minas Gerais, onde fora buscar, além de munição, homens para o combate. No primeiro conflito atuou como apaziguador, impedindo que os seus oponentes fossem assassinados: *“Mas logo em seguida eu consegui a adesão desse pessoal que estava contra mim. (...) Eu os trouxe para o meu carro, com medo de que sofressem represálias dos meus correligionários”*²². O segundo combate ocorreu perto da cidade de Quirinópolis, quando Pedro Ludovico comandava cento e dez homens e enfrentaram apenas vinte soldados da polícia e um sargento. *“Em toda a Revolução eu perdi apenas um homem”*. (TEIXEIRA, 2009, p. 197- 198).

A minha revolução durou pouco porque não tínhamos munição nem equipamento bélico. A reação, contudo, era grande. Após vencermos os 20 soldados, perto de Quirinópolis, continuamos em frente, de caminhão. Fomos para Rio Verde. Lá, sim, a coisa ficou dura. Havia cerca de 200 homens armados. Quando chegamos em Rio Verde, muitos dos que me acompanhavam já haviam desistido da luta no caminho. Mesmo assim chegamos lá com 70 homens, a maioria não estava acostumada à luta. [...] Era mês de outubro e estava dando a tal da disenteria. Todo o meu pessoal estava doente, inclusive eu. De qualquer forma, derrotamos a polícia em Quirinópolis. Em Rio Verde

²² Essa fala de Pedro Ludovico nos faz lembrar a tese do Homem Cordial de Sérgio Buarque de Holanda. *“Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. (...) Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo”* (HOLANDA, 1999, p. 146 e 147).

tivemos de recuar, pois o número deles era bem maior. [...] E eu não digo isso para parecer valente. Mas eu nunca senti medo. Houve um momento em que fomos obrigados a fugir, pois não tínhamos mais equipamentos para lutar. Fomos obrigados a rastejar, com as balas passando zunindo em cima de nossas cabeças. Isso foi em Rio Verde. Nesse momento, eu só queria me esconder. Fui para um matagal. Nesse instante, cada um procurou seu rumo. Muitos foram para Uberlândia. Eu já não podia juntar-me a eles, pois se saísse de onde estava poderia ser atingido pelas próprias balas de meus companheiros. Eu estava entre dois fogos. A luta havia começado às cinco horas da manhã. Quando me refugiei no mato, a minha fadiga era muito grande. O cansaço foi tanto que dormi seis horas, ali mesmo, no meio do tiroteio. E responder aos tiros como, se nem balas eu tinha mais? Acordei com a polícia me prendendo. Fui tratado até muito bem. Preso, fui para a cadeia (TEIXEIRA, 2009, p. 198).

A todo o momento Pedro Ludovico fazia do período revolucionário uma epopeia com ares de grandeza, bravura e determinação. Porém, foi Palacín, que ao analisar este período afirmou que a *“(...) a revolução de trinta não teve em Goiás nem preparação e organização, nem por conseguinte um programa. Simplesmente adesões pessoais, na base de antagonismos também pessoais”* (PALACIN, 1986, p. 88).

Pedro Ludovico precisava se justificar. Recontar e recriar essa história. Buscar subterfúgios na memória, e principalmente, no espaço que lhe estava destinando o jornal, para fazer da Revolução de 1930 o grande momento da história de Goiás, e que se ela não tivesse acontecido era como se toda a história goiana após 1930 também não existisse. Devia-se a ele, como mito fundador, as glórias pelo presente. Pedro Ludovico criou uma narrativa vitoriosa que se *“impôs como ‘memória histórica’ silenciando grande parte de seus opositores políticos”*. Outrossim, sua *“permanência no poder político refletia a formação de uma nova temporalidade, que o transformou em símbolo da modernização em Goiás”* (KAADI, 2007, p. 87).

O terceiro tema a que ele dedica boa parte da entrevista é sobre o seu principal adversário político, o Senador Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado). Sobre o Senador, líder do clã dos Caiado, Pedro Ludovico afirma que ele *“era de fato um líder. Tinha qualidades essenciais para isso. Ele era*

um homem bonito (sorri) e isso influi. Ele era bonito e enérgico". Entretanto, a *"sua inteligência era medíocre"*. E embora considerasse Totó Caiado um líder, o fato de ser enérgico não lhe conferia as qualidades de ser *"justo, honesto, humano e decente"*, que para Ludovico era a *"maior qualidade para chegar a líder"*. (TEIXEIRA, 2009, p. 196 e 197).

Ao ressaltar esses aspectos desabonadores do seu grande adversário político, Pedro Ludovico se projeta como a sua antítese²³. Embora num hiato de quarenta e oito anos, sua memória busca sempre se coloca como alguém que retirou Goiás do atraso. Ao reafirmar esse passado, que a seu ver era terrível, Ludovico busca para si um reconhecimento por parte daqueles que o leriam por meio da sua entrevista.

Para si, Pedro Ludovico reservou alguns adjetivos positivos. *"Eu era justo"*. *"Sou um homem de temperamento brando, mas não tenho medo de nada"*. Antes, porém, afirmou: *"Nunca fui autoritário. Nunca mandei matar ninguém. Ou até mesmo prender um dos Caiados. Agora, eu fazia questão absoluta de ser respeitado. Mas sempre usei o poder com justiça"*. (TEIXEIRA, 2009, p. 201). A partir do discurso ludoviquiano, pressupomos que os Caiados mandavam matar, e ordenavam prisões dos adversários, coisa que ele fazia questão de ressaltar que não o fez. Como se o espelho estivesse invertido, Pedro Ludovico se reflete como o oposto daquela imagem que ele tentou cristalizar em relação à oligarquia dos Caiado. Ao mesmo tempo em que se engrandece, Ludovico faz duras críticas ao período anterior ao seu governo.

Afirmou também que nunca fez uso da violência, e que as supostas histórias de perseguições e espancamentos durante o seu governo eram somente *"histórias"*, urdidas, provavelmente pela oposição. *"(...) se o senador (Totó Caiado) era corajoso, eu era ainda mais corajoso que ele. E isso é uma coisa que eu digo sempre. Eu nunca tive medo de ninguém"* (TEIXEIRA, 2009, p. 195 e 197).

²³ Sobre a relação entre Pedro Ludovico e Totó Caiado ver: Fernandes, 2013.

Eu tive dois contatos com o senador Antônio Ramos Caiado. Isso foi antes de 1930. [Esse encontro foi descrito no início da Introdução. O outro encontro] foi logo depois que ele já havia caído. Eu estava na velha Goiás e o secretário da Segurança Pública não queria ouvir o senador Caiado, que estava preso, sem que eu estivesse presente. Não era meu desejo ir vê-lo. Mas, mesmo assim, eu fui. [Questionado se deu a ordem de prisão contra o senador] Não, não. O senador Antônio Ramos Caiado e integrantes de sua família foram presos por ordem do Estado-Maior da Revolução, com sede no Rio de Janeiro. [...] Eu esqueci completamente Totó Caiado quando assumi o poder. Não me preocupei mais com ele. (TEIXEIRA, 2009, p. 195 e 197).

É dessa forma que o “*temido*” Senador, na visão de Pedro Ludovico, permaneceu após quase cinquenta anos. Urdindo a trama para apresentar uma personagem que fosse, antes de tudo, a sua antítese, a versão ludoviquiana da história tenta, também, julgar o seu inimigo de acordo com o contexto histórico. Para Pedro Ludovico, longe do sistema político da Primeira República, em outra época, Totó Caiado nunca chegaria ao poder. “*Ele tinha a mão forte um pouco exagerada. Naquela época, o Brasil era todo assim. Os chefes políticos ganhavam as coisas no grito*” (TEIXEIRA, 2009, p. 197).

Ao analisar essa entrevista, a historiadora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas sustenta que a narrativa de Pedro Ludovico “*ilustra a mentalidade predominante entre os políticos de Goiás, ao iniciar-se a década de 1930, quando ainda se fazia necessário ostentar valentia*”. Noutro passo, assegura que nas suas declarações “*feitas depois de adquirida a serenidade da velhice, o ex-interventor constata que o inimigo de ontem não diferia dos demais políticos brasileiros do seu tempo*”, reconhecendo na figura de Totó Caiado, não o covarde que lhe foi impingido, mas sim a de um homem corajoso (FREITAS, 2009, p. 133).

Durante a entrevista, assim como na sua autobiografia, que analisaremos a seguir, Pedro Ludovico reconstruiu o passado “*ora ignorando, ora dissimulando os momentos polêmicos que pretendia que fossem esquecidos*”. No fim deveria prevalecer a “*sua imagem de herói, de homem fora do comum, do homem-guia do Estado de Goiás*” (FERNANDES,

2013, p. 78). Para projetar sua figura, durante esse período em que fora alijado do poder, tal qual ocorrera a oligarquia dos Caiado, Pedro Ludovico não compara o antes e o depois de 1964. Sabiamente ele tece sua trama comparando o antes e o depois de 1930. Ao destacar sua importância para o Estado, Ludovico se movimenta no tempo como a afirmar sua coragem e que a própria história de Goiás, com a construção de Goiânia, um dia dependeram dela para se concretizar. Homem singular, com ares de mito. É esse o sentido que Pedro Ludovico dá a entrevista.

1.3- O Segundo Tempo

O segundo tempo inicia em 1973, quando Pedro Ludovico publicou aquele que seria um dos principais marcos do seu processo de constituição mítica: a sua autobiografia denominada “*Memórias*”. Obviamente que esse documento será utilizado no decorrer dos outros capítulos, aqui, entretanto, aprofundaremos na sua versão sobre o processo revolucionário. Ademais, há que se ressaltar que bem como a sua última entrevista, quanto o seu livro autobiográfico, inserem-se no mesmo patamar ideológico: o de se fazer ouvir. Com o livro e com a entrevista, Pedro Ludovico, fez sua voz ecoar para aqueles que o julgavam morto politicamente. Com o objetivo de fazer a sua versão se tornar conhecida e respeitada, o passado é utilizado como um artifício para se colocar perante a história como alguém que fora injustiçado.

O contexto para se fazer ouvir, além de muito importante, explica a sua amargura e o ressentimento. Em 1969, como já o dissemos, Pedro Ludovico teve o seu mandato de Senador cassado, devido ao AI-5. Isolado politicamente, sem o protagonismo político que marcara sua vida desde 1930, Pedro Ludovico se recolhe em sua casa, em Goiânia, retorna timidamente a medicina, campo onde sempre se manteve atualizado, e cuida, também, da sua fazenda em Rio Verde. Durante esse período de

ostracismo ele escreve a sua autobiografia, que é, antes de tudo, um “(...) *texto político e de protesto que, além de ‘voltar ao passado’ para reconstruir sua imagem, evidencia os confrontos, os debates e os ressentimentos que Ludovico sentia diante da situação política que enfrentava*” principalmente pela cassação e a suspensão dos seus direitos políticos pela Junta Militar por dez anos (FERNANDES, 2003, p. 20).

As memórias de Ludovico contêm registros, opiniões e idéias que marcaram sua época; lembra os acontecimentos de um mundo que se desenrolava à sua frente, diante do qual via-se obrigado a agir. Não se tem notícia de um governador que tenha se preocupado em anotar, ao final de cada expediente, os acontecimentos diários, o que, mais uma vez, o coloca sob a influência de Getúlio Vargas, que fez um relatório de 1.200 páginas, no período que antecedeu a Revolução de 1930 até 27 de setembro de 1942 (...) Contudo, Pedro Ludovico, ainda que tenha anotado os acontecimentos de cada dia, ao escrever um livro de memórias, em 1973, procurou filtrar os fatos, selecionando-os como em qualquer biografia. Para além da simples transcrição, suas anotações traduzem valores, idéias, tradições e comportamentos que permitem tanto recuperar formas de ser e agir do seu grupo social, naquela época histórica, como também passa a operar sobre as representações que desses momentos ainda perduram e que atuam como elemento da harmonia social (BARRETO, 2001, p. 22-23).

Em 1973, finalmente seu livro é publicado e de acordo com a nota “*esclarecimento ao leitor*” da segunda edição, o editor Paulo Dias de Araújo ressalta que a “*sua primeira edição não foi bastante para quem desejou um exemplar, a partir da noite de autógrafos, quando ele foi entregue ao público*”. Por isso tiveram que garantir uma segunda tiragem menos de um mês depois da primeira. O sucesso foi explicado como um gesto de “*gratidão de Goiás a quem dedicou toda a sua vida ao seu serviço, sem visar a interesses outros senão ao bem-estar comum, ao progresso de sua terra*”. A segunda edição foi feita pela Editora Cultura Goiana, criada para “*editar e divulgar os escritores goianos*”, sendo que a inauguração da editora ocorreu justamente com o livro “*Memórias*” de Pedro Ludovico, que ainda nas palavras do editor possui um “*extremado amor a esta terra, (...) sua*

fidelidade aos amigos e a grande compreensão demonstrada com seus adversários e contraditores (porque inimigos ele não os tem, pelo menos entre os seus opositores)” (ARAÚJO, 1973, p. 7-8). E são aos seus amigos que Pedro Ludovico credita o sucesso do seu livro:

Nada mudou para mim, mesmo tomando conhecimento do entusiasmo do responsável pela Editora Cultura Goiana, que distribuiu a primeira edição deste livro e se responsabilizou pela impressão da segunda. Mais do que no valor da obra, eu confiava – como confio – nos meus amigos que fiz ao longo de minha acidentada vida pública. A eles unicamente é que devo o que o meu editor chama de sucesso. Sem amigos eu não teria leitores (TEIXEIRA, 1973, p. 01).

O sucesso do livro reforça o apelo que a figura de Pedro Ludovico exercia sobre Goiânia e seus habitantes. Em seu livro há uma apaixonada narrativa da sua trajetória pessoal e, principalmente, política, onde a memória pessoal intercala-se com transcrições de documentos ou testemunhos de amigos buscando dar credibilidade aos fatos narrados.

A autobiografia sempre procurou um espaço entre o discurso da história por seu feito memorialístico, sua relação com um certo passado e, sobretudo, por sua ficção de credibilidade, e o discurso do sujeito, pelo espaço egocêntrico que parecia instaurar. A autobiografia simula que todo o narrado é todo o acontecido. Esse efeito vincula a autobiografia com a história como discurso. No espaço autobiográfico, um eu, prisioneiro de si mesmo, proclama, para poder narrar sua história, que ele (ou ela) foi aquele que hoje escreve: é um fugir e um ficar (JOZEF, 1998, p. 299-300).

Outrossim, há que se ressaltar que *“os processos da memória, a recordação e o esquecimento – e sua manifestação como literatura – implicam uma teoria ficcional do ato autobiográfico e do texto que é sua consequência”* (JOSEF, 1998, p. 299). Pelo contexto em que fora escrita, pressupomos que o objetivo de Pedro Ludovico com o livro era o de criar mais um marco, ou lugar de memória²⁴, a fim de garantir, para além do seu

²⁴ Cf. NORA, 1993.

espaço na história e na memória, a perpetuação do seu discurso e da sua versão dos fatos, tecendo uma trama que tinha por objetivo o reconhecimento e a exaltação dos seus feitos.

Em seu livro ele narra, rapidamente, sua infância; a vida que se descortinou no Rio de Janeiro, onde fora para estudar; a volta para o Estado de Goiás; a passagem por Bela Vista, Trindade, até chegar em Rio Verde; o casamento e por fim, a política, destacando o processo revolucionário em 1930.

Na sua última entrevista, de 1978, analisada anteriormente, Pedro Ludovico retoma muitos pontos importantes da sua autobiografia, que logicamente é muito mais abrangente. Na entrevista, percebe-se um Pedro Ludovico mais amargurado, possivelmente devido ao fato de estar viúvo, e que necessitava reafirmar constantemente sua importância. Ademais, há que ressaltar a sua memória extraordinária, que soube relacionar o contexto nacional com o regional, e se colocar como o protagonista do processo revolucionário em Goiás, da mesma forma como o faz no seu livro.

(...) começamos a criticar os erros da política e da administração do Estado, onde imperava uma familiocracia. (...) Pouca gente tinha coragem de combater o Caiadismo. (...) As eleições eram um escárnio, uma brincadeira. (...) Aliás, isso acontecia no Brasil inteiro (TEIXEIRA, 1973, p. 27).

Ressalta-se a similaridade do discurso entre o escrito e o falado na última entrevista, que ocorreria cinco anos depois. Antes de entrar no capítulo denominado de “*Revolução de 1930*”, Pedro Ludovico escreve sobre como era Goiás sob o domínio da família Caiado, tecendo um quadro aterrador. É interessante essa estratégia de escrita, pois com isso ele reforça o seu papel de antagonista dessa forma de se fazer política. Assim, no desenrolar do texto sobre as minudências do processo revolucionário “*mocinhos e bandidos*” já estão descritos e familiarizados ao leitor. Logo no início do referido capítulo Pedro Ludovico já trata de urdir o contexto nacional com a sua participação no processo.

A Revolução estava em marcha. Os Presidentes paraibano, mineiro e gaúcho eram os seus principais chefes.

Duas vezes foi marcada a data da explosão.

Duas vezes fui convocado a Minas Gerais, para ser orientado. Duas vezes foi adiada.

(...)

No dia 4 de outubro de 1930, recebi, pela manhã, um telegrama do Dr. Diógenes Magalhães, de Belo Horizonte, nos seguintes termos: “Procuração segue urgente” e do Adelino, à tarde: “seguiu gasolina”, que significavam *Revolução começou*.

(...)

No dia 4 mesmo, tomei o meu carro, acompanhado de um motorista, e segui para Minas (TEIXEIRA, 1973, p. 34).

Logo nos primeiros parágrafos do referido Capítulo, Pedro Ludovico vincula o seu nome ao alto escalão da Revolução. O discurso revela um personagem articulado, que tomou para si as rédeas da situação dentro do seu Estado. O fato de ter sido avisado com antecedência sobre o início do processo revolucionário o coloca nessa categoria.

As dez páginas que Pedro Ludovico reserva para discutir a Revolução, ou seja, apenas o mês de outubro de 1930, mostra o grau de importância desse evento dentro das suas memórias. Outrossim, observa-se que, a título de comparação, os primeiros quinze anos de vida de Pedro Ludovico ocupam somente quatro páginas. O seu livro, portanto, não é uma autobiografia tradicional, é uma biografia política. A sua maior preocupação é mostrar o seu legado político. De 1891 a outubro de 1930, por exemplo, apenas vinte e cinco páginas são gastas para narrar a sua vida durante trinta e nove anos; um pouco mais que o dobro do que ele gasta para contar, pormenorizadamente, como ocorreu o processo revolucionário e como ele chegou ao poder.

Podemos pressupor que para Pedro Ludovico, a sua vida só fazia sentido dentro do campo de ação política, que a sua vida que valia a pena contar, que o tornava diferente dos demais homens, era enquanto detinha o poder, ou seja, de 1930 a 1968. Isolado e com os direitos políticos suspensos, Pedro Ludovico, possivelmente, viu que a sua autobiografia o recolocaria, pelo menos na memória de quem o lesse, dentre os grandes

personagens da história política desse Estado. “A *autobiografia é a experiência textual de alguém que quer contar sua vida para dizer quem é. Toda obra é uma forma de escrever-se, de permanecer nos espaços da memória, na arqueologia da recordação*” (JOZEF, 1998, p. 298-300).

A vida de Pedro Ludovico era a política, e a sua vida antes da política não merecia longas narrações, nem profundidade. Nos seus primeiros trinta e nove anos de vida, narrados nas primeiras vinte e cinco páginas, observamos apenas a construção do caráter e da carreira de um indivíduo: a educação em Goiás e no Rio de Janeiro, a volta, o trabalho, o casamento, e o início da participação política. Sua vida estava intrinsecamente ligada aos seus feitos políticos. A sua memória, portanto, não dizia respeito somente a si mesmo, era a memória de uma cidade criada por ele, Goiânia, e a memória de um Estado que só conseguiu alguma projeção nacional nos seus governos, como veremos mais adiante. Nessa perspectiva, seu livro foi pensado para colocar o leitor frente à construção de um indivíduo singular, e às vezes, onipresente. Seus dramas privados são escondidos para dar lugar ao homem público²⁵.

(...) meu ótimo amigo (...) me arranjou um guia e cavalos, para que eu pudesse alcançar o rio Paranaíba (...). Andei 50 quilômetros no mesmo dia e, ali chegando, ao escurecer, havia uma única canoa, cujo dono se recusou a nos transportar para o outro lado. Disse-me que, se o fizesse, seria castigado. (...) Tinha que atravessar o rio de qualquer forma. Dei-lhe cem mil réis e ele concordou. Quando chegamos do lado mineiro, já anoitecera. (...) [Em Uberlândia] procurei a residência do Dr. Diógenes Magalhães, revolucionário e coerente com a causa do movimento. (...) No dia imediato à minha chegada a Uberlândia, parti para a mesma região de onde tinha vindo (...). Trazia comigo, além de alguns companheiros, que me esperavam em Uberlândia (...), mais vinte rapazes, que, espontaneamente, a mim se ofereceram para lutar (...) Parti adoentado de Uberlândia. Atravessamos o Paranaíba em um barco, (...) e depois de uma hora de marcha em território goiano tivemos o primeiro choque. A minha vanguarda encontrou-se em uma curva da estrada com um automóvel que conduzia seis soldados e um motorista. Não houve tempo para entendimentos e o tiroteio se estabeleceu entre os dois grupos (TEIXEIRA, 1973, p. 35-36).

²⁵ Cf. DAMATTA, 1997.

A longa citação se justifica, primeiramente, por mostrar o discurso revolucionário de Pedro Ludovico, que tinha o objetivo de ressaltar as dificuldades enfrentadas por ele para montar a sua pequena tropa de cento e dez homens para lutar pela Revolução em Goiás. Ademais, evidencia, também, a falta de organização da Revolução, uma vez que Pedro Ludovico não conseguira amealhar uma centena de aliados para lutar pelo ideal revolucionário dentro do seu próprio Estado. Somente o medo de lutar contra o Caiadismo não justifica a falta de uma oposição constituída, nem que seja por laços de amizade e compadrio, para se vincular nesse momento.

Até chegar a Rio Verde, Pedro Ludovico enfrentou resistência em Quirinópolis. A quatro quilômetros apenas do destino final, percebeu-se que *“dos 110 homens da nossa força 40 haviam desertado, após o segundo tiroteio. Restavam-me setenta.”* Quando finalmente estavam nos limites da cidade, perceberam *“que as forças governistas ali tinham sido muito aumentadas, com soldados e paisanos”* (TEIXEIRA, 1973, p. 36-37).

Continuando a marcha, fomos logo interceptados por uma intensa fuzilaria, a que resistimos duas horas. Terminada a nossa munição, o meu pessoal recuou, menos eu e dois companheiros, que se separaram de mim, cada qual procurando se salvar. Nós três não tínhamos possibilidade de alcançar os caminhões que nos conduziam.

Ficando só, tentei abrigar-me, depois de arrastar-me pelo solo cerca de 500 metros, chegando a um pequeno bosque. Era tal a minha fadiga, que dormi imediatamente seis horas seguidas. Então, um menino, que estava à procura de um animal, me viu e foi avisar, na cidade, que havia um homem morto, onde se dera o combate.

Poucos minutos depois, um grupo de 20 homens se acercou do lugar em que me encontrava, vindo atirando em todas as moitas. Despertei com os tiros e avistei o grupo. Levantei-me e um dos componentes, surpreso, me deu ordem de prisão (TEIXEIRA, 1973, p. 37).

Assim chegou ao fim a participação de Pedro Ludovico no processo revoluciário. Os quatorze dias restantes, até o dia 24 de outubro, quando foi transferido para a Cidade de Goiás, Pedro Ludovico passou na cadeia de Rio Verde, conforme descrevemos no início desse capítulo. Ao

chegar à Cidade de Goiás percebeu que os membros da família Caiado haviam fugido, quando souberam da vitória da Revolução. Comunicado que uma coluna de revolucionários, comandadas pelo Dr. Carlos Pinheiro Chagas e Quintino Vargas, se aproximava da Capital de Goiás, vindos de Paracatu, Pedro Ludovico cancelou o envio de duzentos homens que havia pedido a Minas Gerais, por telegrafo, para garantir a segurança dos revolucionários goianos.

Logo após ocupar o Palácio Conde dos Arcos, sede do governo estadual, Pedro Ludovico foi empossado como um dos três membros da Junta Governativa, conforme decisão do alto escalão revolucionário, junto com o desembargador Emílio Póvoa e o Juiz de Direito da Capital, Dr. Mário de Alencastro Caiado. De acordo com Pedro Ludovico, na hora da posse *“quis ceder a cadeira do centro ao Desembargador Póvoa, não só porque era o mais velho, senão também um Juiz muito íntegro, que gozava de ótimo conceito. Por insistência de Carlos Pinheiro Chagas, tomei esse lugar”* (TEIXEIRA, 1973, p. 40).

Deve-se ressaltar que a memória seleciona os fatos que julga conveniente. Para Pedro Ludovico, a insistência de Carlos Pinheiro Chagas, do alto comando revolucionário, que o fez sentar na cadeira do centro, mesmo sendo o mais jovem dentre os três, revela que o seu papel foi central no desenrolar da revolução em Goiás. Esse pequeno gesto já indicava que em Goiás, principalmente com o contato constante com Minas Gerais, seu nome já figurava como o protagonista do processo revolucionário.

O ilustre mineiro [Carlos Pinheiro Chagas] tinha muito prestígio com a Revolução, não só devido à situação política de Minas, um dos maiores fatores da vitória, como por ter pegado em armas a seu favor.
A Junta durou poucos dias, tendo sido eu nomeado Interventor Federal do Estado.
Organizei logo o meu Secretariado (...) (TEIXEIRA, 1973, p. 41).

O discurso que Pedro Ludovico constrói ao descrever o prestígio de Carlos Pinheiro Chagas com a Revolução é emblemático, pois ele

assinala o fato do médico mineiro ter pegado em armas e lutado efetivamente a favor dos ideais revolucionários. Ora, em Goiás ele também o pegara, e talvez por isso, fora o escolhido, dentre os três, para ser o Interventor Federal. Se o prestígio, portanto, fosse medido pelos atos de bravura, o conceito de Pedro Ludovico com o alto escalão revolucionário não era dos piores. Mesmo tendo sido apenas três combates, e lutado com cento e dez homens que foram se dispersando aos poucos, Pedro Ludovico conseguiu mostrar que era capaz de morrer pelos seus ideais, se fosse preciso, já que em combates que envolvem luta armada é impossível saber o resultado. Outro fator que mostra como o seu discurso revolucionário foi pensado a fim de exaltar os seus feitos é quando Pedro Ludovico afirma que saiu de Uberlândia doente. Quer maior demonstração de fidelidade e bravura? Ao analisar a referida obra, a historiadora Marilena Julimar Fernandes ressalta que:

Pela análise da obra *Memórias*, percebemos que Ludovico, de certa forma, sente-se vítima de um presente – Ditadura Civil Militar – que o prejudica e fere sua liberdade. Desta feita, constrói para si a imagem de um homem justo, honesto, inocente, mas, explicitamente, não rotula os militares. Entretanto, o ressentimento, o sentimento de hostilidade é manifesto na tentativa de reconstruir um passado em que acredita ter sido glorioso (FERNANDES, 2013, p. 56).

Esse passado glorioso de Pedro Ludovico foi conseguido devido a uma série de fatores históricos, que, independente da sua atuação, aconteceriam. O contexto nacional, com a vitória dos revolucionários, produziu os seus heróis locais em diversos pontos do País²⁶. Em Goiás, isso não seria diferente. No Estado, de acordo com livro *Memórias*, a Revolução de 1930 tinha nome e sobrenome: Pedro Ludovico Teixeira.

²⁶ Cf. FREITAS, 1999.

1.4- O Terceiro Tempo

Agora, vamos recuar no tempo quarenta anos, e ver como Pedro Ludovico enxergou a Revolução em 1933. O hiato é grande, mas justificável. No período de 1933 a 1973, Pedro Ludovico tratou de construir e consolidar a sua principal obra: Goiânia, cuja importância para o seu processo de constituição mítica será analisada no Capítulo seguinte.

Partindo do pressuposto que, tanto na sua última entrevista quanto no seu livro, o objetivo de Pedro Ludovico era o de se fazer ouvir e perpetuar a sua trajetória política que se iniciou em 1930; no Relatório de 1933, entretanto, o objetivo ainda era o de se consolidar politicamente. Se no livro e na entrevista os fatos foram narrados depois de quarenta anos ou mais, quando a velhice lhe deu a maturidade e a serenidade próprias da idade, três anos após o processo revolucionário, vemos a descrição dos mesmos fatos já narradas, mas de forma mais intempestuosa, ou apaixonada. Ademais, o objetivo do Relatório era o de fornecer um diagnóstico completo do Estado a fim de promover uma mudança da organização político-econômica para a introdução de Goiás no discurso revolucionário.

De acordo com Luiz Palacín, o Relatório de 1933 ofereceu a “*fundamentação moral da ação revolucionária*” (PALACIN, 1986, p. 85). Na capa do Relatório consta que o mesmo foi feito para ser apresentado a Getúlio Vargas, bem como ao povo goiano, e seguia assinado por Pedro Ludovico Teixeira. A estrutura do documento está assim disposta: uma breve Introdução, que, *a priori*, será a questão principal da nossa análise, e onze capítulos, distribuídos em 193 páginas. Os capítulos abordam os seguintes temas: educação, navegação fluvial, colonização, serviço sanitário, estatística, força pública, força e luz da Capital, justiça, mudança da capital, receita e despesa geral, situação econômica e financeira. Todos os capítulos tinham o objetivo de mostrar os avanços e as dificuldades enfrentadas pelo “*governo revolucionário goiano*” em cada uma das questões, embasados em

várias informações e quadros estatísticos. Nesse ínterim, o historiador Wilton de Araújo Medeiros ressalta que os vários quadros estatísticos anexos ao Relatório, que buscavam mostrar a “*realidade*” de forma imparcial, tinham o objetivo de “*reforçar um discurso reformador, mas sobretudo, moralizante*” (MEDEIROS, 2010, p. 49).

A questão do “conhecimento numérico” é um ponto chave do relatório, tanto no que se refere ao modo como conseguiria demonstrar a “*realidade*” do Estado, quanto no que se refere à elaboração de seu pensamento conceitual. Afinal, no referido relatório, Ludovico não está simplesmente delineando um retrato do Estado. Ele está, também, constituindo uma imagem de si, pois, à semelhança da elite médica com que estudou e conviveu no Rio de Janeiro, vai constituir, por meio de sua própria lava, a sua versão local do pensamento conceitual (MEDEIROS, 2010, p. 47 e 48).

Ou seja, o Relatório era, antes de tudo, uma prestação de contas do que estava acontecendo em Goiás após 1930. A principal questão do documento, entretanto, é em torno da mudança da capital, que analisaremos mais profundamente no próximo Capítulo. Nesse momento, o que nos interessa é a Introdução, escrita por Pedro Ludovico Teixeira, e que possui apenas trinta e seis parágrafos curtos, a maioria de apenas uma linha e meia e uma única frase. Para além de facilitar a leitura, podemos pressupor que o objetivo de Ludovico fosse o de ser o mais incisivo na sua argumentação. Nas duas páginas e meia encontramos um homem extremamente amargurado, que usa o espaço para fazer uma retrospectiva do processo revolucionário, além de se promover e se defender:

Assim agimos [a escrita do Relatório], não com o intuito de propaganda pessoal, que se não adapta ao nosso temperamento, mas porque Goiás e seus homens são pouco conhecidos dos seus irmãos brasileiros. E, principalmente, porque os oligarcas dominadores da terra anhanguerina, tombados do seu profissionalismo político, que exerceram durante mais de duas décadas de anos, depois da nossa vitória espalharam que não éramos revolucionário e, sim, aproveitador do momento (TEIXEIRA, 1933, p. 03).

Nesse sentido, Pedro Ludovico repercute a respeito da oposição que enfrenta, principalmente pelos políticos que foram aliados do poder após a Revolução. Para Pedro Ludovico, o objetivo do relatório era o de prestar contas do seu governo e mostrar que os ecos oposicionistas em Goiás não tinham fundamento.

De acordo com a historiadora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, pouco tempo depois *“de empossado na interventoria federal, Pedro Ludovico dá ênfase à propaganda das realizações do seu governo”*. Dentre as estratégias adotadas por ele está a divulgação pela imprensa oficial e jornais aliados, além de ter tentado, em vão, divulgação nos jornais do Triângulo Mineiro. Também se utiliza os *“modernos meios de comunicação – rádio e cinema – para transmitir à população a crença de que está a moldar-se uma sociedade em que a felicidade perfeita será acessível a todos”*. Observa-se com isso, que *“o cotidiano das pessoas é influenciado pela doutrinação ideológica”*. Porém, a oposição ao novo regime também se articula e se mantém coesa, principalmente na Capital, em Jataí e em Anápolis, onde circulam *“pequenas, mas combativas folhas oposicionistas”*. Os políticos aliados do poder, ou decaídos, *“esforçavam-se, igualmente, para publicar, fora do estado, matérias sobre a situação política em Goiás”*. Entre os decaídos, era *“permanente a sensação de intimidação e cautela”*. Quando se queria *“contestar ou criticar o governo, sem correr o risco de retaliação, aos políticos decaídos restava o recurso à denúncia anônima (...). Valia de tudo: acusações, anedotas, ridicularia”* (FREITAS, 2009b, p. 165 a 168).

O quadro político em Goiás não se abrandara após a Revolução, denúncias de agressões e a impressão de que nada havia mudado em relação ao governo anterior, colocava em xeque o discurso de modificação em relação às práticas políticas que tanto Pedro Ludovico criticara na família Caiado. Sobre, por exemplo, o fato de ser acusado de ser um *“elemento irrequieto, turbulento, indesejável”* por haver *“abraçado os ideais de 22 e*

24²⁷, Pedro Ludovico diz que o fizera pois se identificava com os ideais que *“pretendia arrancar o Brasil da anarquia em que o haviam atirado”* (TEIXEIRA, 1933, p. 03).

Desiludido, como todos os sonhadores de então, dos processos democráticos e pacíficos para livrar o País da influencia nefasta dos que o exploravam por meio de uma política violenta, deshonesta e retrógrada, enfileiramo-nos, decidido, nas hostes dos que almejavam pelas armas redimir a nossa Patria (TEIXEIRA, 1933, p. 03).

Nota-se que Pedro Ludovico, para contestar o argumento dos decaídos de que não era um revolucionário, evoca o seu passado de lutas, que teria começado ainda em 1922, ressaltando as conspirações com Siqueira Campos, além de vivenciar, nesse período, *“toda a sorte de perseguições por parte dos mandões de Goiás”*. Para defender seus ideais, a narrativa de Pedro Ludovico o coloca como alguém que sempre representou um perigo para a situação dominante de então. Isso fica evidente quando ele argumenta: *“Não podíamos permanecer três meses seguidos em território goiano. Os mastins reacionários não davam tréguas aos que divergiam dos seus patrões”*. Conhecidos como *“imprudentes visionários”*, tinham as suas casas invadidas *“a qualquer hora do dia ou da noite, nas buscas costumeiras (...) por policiais mal educados e sem freios. (...) Nessa caminhada, conhecemos, por duas vezes, as prisões do Estado”*. (TEIXEIRA, 1933, p. 03-04).

Diferentemente da estrutura narrativa do livro *Memórias*, que não mostra a construção do Revolucionário de forma tão intensa, no Relatório, Pedro Ludovico amplia o seu sofrimento e o seu protagonismo no combate ao caiadismo. *“Afinal, depois de uma luta cívica desigual durante sete anos, em que sofremos grandes aborrecimentos e emoções, surgiu a Revolução de 1930, com que tínhamos assumido sérios compromissos”* (TEIXEIRA, 1933, p. 04).

²⁷ Pedro Ludovico se refere, nesse caso, aos ideais do Movimento Tenentista, mais precisamente sobre o Movimento dos Dezoito do Forte de Copacabana em 1922, e da Coluna Prestes, em 1924.

O que foi posto até agora converge para a seguinte conclusão: o objetivo de Pedro Ludovico era o de se afirmar como um revolucionário idealista antes mesmo da Revolução de 1930, e que fora até mesmo preso, em duas ocasiões. Essa assertiva é emblemática para a construção do herói. Em seu discurso, o herói já estava talhado antes dos acontecimentos nacionais eclodirem. A luta de Pedro Ludovico nada mais era que uma luta por ideais que teria se iniciado em 1922, com o Movimento Tenentista. Podemos pressupor que Pedro Ludovico, portanto, se colocava como o homem mais preparado para desempenhar em Goiás, os ideais revolucionários que tinham em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba as grandes pólos de difusão. A forma como constrói o discurso narrativo na Introdução do Relatório reflete um Pedro Ludovico preocupado em se legitimar como herdeiro natural do poder por meio do processo revolucionário. Isso só pode significar que o mesmo sofria grande oposição, principalmente em relação a sua legitimidade. O fato de iniciar a narrativa com a sua trajetória política e não apresentando o Estado, uma vez que o mesmo afirmou ser pouco conhecido do restante do País, apenas reforça esse argumento.

Para Getúlio Vargas, Pedro Ludovico devia passar a imagem do herói que muito lutou por sua terra, antes mesmo da Revolução ser deflagrada. A Introdução foi pensada para fazer emergir a imagem do herói que será endossada pelos parágrafos seguintes, quando Pedro Ludovico narra como se descortinou o processo revolucionário em Goiás.

Quando Pedro Ludovico aprofunda na sua participação durante a Revolução ele tenta se vincular aos líderes do processo. Ainda em dezembro de 1929 *“o dr. Antonio Carlos²⁸ contava conosco para agir em Goiaz na primeira oportunidade. No Palacio da Liberdade lhe manifestamos francamente a nossa desilusão pelo pleito de 1º de março”* (TEIXEIRA, 1933, p. 04). Há que se observar que Pedro Ludovico, ao se colocar aliado de um dos homens de maior confiança de Getúlio Vargas, que chegou a substituí-lo na Presidência da República quando este viajava, evoca a sua

²⁸ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946) foi Presidente do Estado de Minas Gerais durante a Revolução de 1930, sendo um dos seus líderes.

importância no processo revolucionário. Ou seja, participou da conspiração da Revolução ainda em 1929.

Antes de entrar nos detalhes locais, Pedro Ludovico assegura que a Revolução aconteceu devido à falta de legitimidade do sistema eleitoral: *“As apurações e o reconhecimento, como é notório, foram o maior achincalhe lançado aos brios de um povo civilizado”*. E que a mesma foi forçada por Washinton Luíz: *“Espicaçando, com excessos de prepotencia e desapeito á vontade popular, a sensibilidade dos que ainda titubeavam, fê-la explodir”* (TEIXEIRA, 1933, p. 04).

Destarte, em todo o restante da narrativa, Pedro Ludovico não cita nenhum nome de aliado, apenas o senador Antonio Ramos Caiado. Nenhum aliado é nomeado, nem mesmo os que formaram junto com ele a Junta Governativa, que durou poucos dias. Enquanto no seu livro de memórias ele cita nominalmente toda a ajuda que teve dos seus aliados nos mais diversos momentos, na Introdução do Relatório apenas o nome do narrador aparece. Não podemos afirmar que Getúlio Vargas tenha lido o relatório, mas quem quer que seja que o tenha feito, deve ter saído com a impressão de que Pedro Ludovico era o grande herói, e que seu nome era sinônimo de *revolucionário*. Nessa perspectiva, Foucault nos adverte que o discurso:

(...) não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2004, p.10).

O *“objeto do desejo”* de Pedro Ludovico, pressupomos, era, para além de se legitimar no poder, o de conter a argumentação dos opositoristas de que ele não era um revolucionário, pelo menos em relação à esfera federal. Outrossim, o *revolucionário* surge com ares de grandeza: *“Fomos, finalmente, ás armas e vencemos com uma facilidade imprevista”* (TEIXEIRA, 1933, p. 04).

Ao primeiro toque de reunir, estávamos na estacada. No dia 9 de outubro, á frente de 100 homens, invadíamos o sudoeste goiano, chegando, após dois encontros sangrentos, ás portas de Rio Verde, que atacamos, sendo repelidos em virtude de nossa deficiência de recursos bélicos e da superioridade numérica do adversário que se defendia.

Nessa ocasião, devido á debandada natural da nossa tropa, caímos prisioneiro. Ameaçado a todo momento de sermos fuzilado, isso não aconteceu porque a insurreição nacional, nessa hora, já abalára nas suas bases o poder constituído, cujo domínio era periclitante.

Depois de termos passado 14 dias incomunicável, fomos mandado para a capital de Goiaz e escoltado por 40 *Camisas Vermelhas* do ex-senador Ramos Caiado, que comandava *heroicamente* os seus soldados, a 100 leguas do *front*.

A 30 quilometros, porém, desta cidade, foi nos encontrar um automóvel, dando-nos a agradável, a confortadora notícia do nosso triunfo.

(...)

Passamos, desde então, de prisioneiro a comandante, entrando vitorioso nesta Capital (TEIXEIRA, 1933, p. 04).

O teor do texto acima destoa, e muito, tanto da entrevista quanto da narrativa no livro de memórias. É evidente que a tentativa de se colocar como o protagonista do processo revolucionário aparece nos três documentos. O que destoa é a forma como a trama do discurso é urdida. Embora mantenha a cronologia dos fatos, Pedro Ludovico não narra a origem dos homens que ele liderava, e nem que os “*encontros sangrentos*”, ocorreram, o primeiro por acaso, quando encontra-se um carro com soldados na estrada, e que após o combate foram resgatados pelo próprio Ludovico para não serem mortos pelas mãos dos seus *homens*. O segundo ataque aconteceu em Quirinópolis, quando quarenta de seus homens se debelaram. A narrativa que forja o herói é escrita nos campos de batalha, onde ressalta que com a recuada da tropa ficara sozinho para enfrentar os inimigos. O resultado é que foi preso, e só não morreu por conta do contexto nacional que, com as vitórias da Revolução, sustentaram a sua própria vida. No final, ainda ironiza o seu adversário político, o Senador Antônio Ramos Caiado, dizendo que o mesmo “*comandava heroicamente os seus soldados*” a centenas de quilômetros dos campos de batalha. Ao ressaltar essa diferença entre ambos, pressupomos: o *herói* na frente dos seus homens, e

o *inimigo* encastelado muito longe do local da batalha, Pedro Ludovico ridiculariza o chefe político dos Caiados.

Posteriormente, Pedro Ludovico reitera que sua nomeação como Interventor Federal ocorreu devido à *“confiança em nós depositada pelo digno e honrado Chefe do Governo Provisorio”*. Em relação ao seu governo ele pondera: *“Sem brilho o temos exercido, mas com ponderação, procurando não cometer os erros que combatíamos como opositorista e revolucionário”*. Mais a frente arremata: *“Quem se der ao trabalho de ler este relatório, pelo que adiante se vê, ajuizará da nossa boa vontade, do nosso esforço, no desempenho da missão que nos foi confiada”* (TEIXEIRA, 1933, p. 04-05). Pelo discurso adotado nos três documentos analisados até o momento: a última entrevista, o livro *Memórias*, e o Relatório, percebemos algumas similaridades, como o de ter os governos antes da Revolução de 1930 como modelo do que não deveria ser feito, mesmo seus adversários afirmando que ele o fez da mesma maneira, e até mesmo pior²⁹.

Pedro Ludovico termina a narrativa afirmando que o seu governo combate *“dia a dia, a rotina estacionaria, vamos infiltrando no seio do povo e das administrações as idéas de progresso”*. A receita para esse progresso que acabaria com a *“rotina estacionaria”*, que para Ludovico era a causa dos males das administrações, estava lá no Capítulo IX do Relatório, quando aborda a mudança da capital. É interessante que desse assunto Pedro Ludovico não se ocupa na Introdução, onde ele relaciona o progresso com as *“formidáveis reservas naturais”*, que faria Goiás, em pouco tempo, se situar *“economicamente entre os primeiros do Brasil”* (TEIXEIRA, 1933, p. 05).

Todo esse futuro promissor delineado por Pedro Ludovico só foi possível graças a Revolução. Ao fazer da Introdução do Relatório uma justificativa para se legitimar no poder, e se defender contra os ataques dos adversários que não o viam como revolucionário, Ludovico revela o seu protagonismo. Na sua defesa da Revolução, afirma:

²⁹ Cf. FREITAS, 2009.

Vencêra a revolução. Triunfavam, afinal, os ideais reivindicadores da nacionalidade conspurcada pelos oligarcas e vivedores, que se orientavam por um personalismo absorvente.

Realizavam-se os sonhos que fizeram tombar tantos bravos, que sacrificaram tanta mocidade despreendida.

A pátria desafogada, desoprimida, vivia sua grande hora histórica.

Goiáz esboçava ligeiramente o seu sorriso de liberdade, que era outrora vista nas brumas de um horizonte considerado inatingível.

Sentia o choque que acomete a quem é surpreendido por uma grande ventura.

(...)

Continuamos idealista e crente no futuro do Brasil (TEIXEIRA, 1933, p. 04-05).

A Revolução de 1930, para Pedro Ludovico era uma nova página na história do País e de Goiás, uma página que ele ajudou a escrever, seja no plano secundário, a nível nacional; ou liderando o processo, a nível regional, conforme o seu discurso corrobora. Ao final da análise do documento, pressupomos que Pedro Ludovico cumpriu seu objetivo, reafirmou o discurso de revolucionário e se colocou no centro do processo, como que dizendo que as rédeas descontroladas do poder em Goiás só foram domadas pelos seus pulsos firmes. A trama argumentativa do *herói* tecida pelo próprio postulante foi milimetricamente pensada para produzir tal efeito.

1.5- O Quarto Tempo

No quarto tempo, ou seja, o tempo imediato, analisaremos o discurso revolucionário de Pedro Ludovico na revista “*A Informação Goyana*”³⁰. A escolha justifica pelo fato de ser uma revista editada no Rio de

³⁰ Criada por Henrique Silva e Americano do Brasil em agosto de 1917. A partir de março de 1918 a direção ficou apenas com Henrique Silva até maio de 1935, quando deixou de circular. Sobre a Revista e o seu papel na construção da nacionalidade ver:

Janeiro, por intelectuais goianos com o intuito de projetar nacionalmente o Estado e a região central de País. A partir do referido documento, procuraremos compreender como a figura do então Interventor Federal, Pedro Ludovico, evoca uma clivagem na história do Estado, bem como analisar a forma como ecoou a mudança de governo em Goiás.

A primeira vez que o nome de Pedro Ludovico aparece na Revista foi na edição novembro-dezembro de 1930. Há que se pressupor os motivos pelo qual a revista não circulou em novembro uma vez que se tratava de uma revista mensal. O golpe de Getúlio Vargas, ou a Revolução de 1930, em outubro, talvez inviabilizou a sua produção, uma vez que, possivelmente, o editor da revista esperou o tempo passar para se posicionar sobre tão profundas transformações políticas.

(...) a 24 de Outubro ultimo foi aclamada uma Junta Governativa composta de 3 membros, a qual sucedeu o Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nomeado pelo Governo Provisório da Republica Interventor Federal no Estado. O nosso compatriótico, animado de boas intenções, vem realizando um governo honesto, trabalhador e progressista, que assim justifica a expectativa do povo goyano (A INFORMAÇÃO GOYANA, Nov/dez de 1930, p. 01).

A Revista, desde quando foi criada, em 1917, ressaltava os governos dos Presidentes de Estado, bem como a qualidade dos seus governantes. Por ocasião da eleição do Dr. Alfredo Lopes de Moraes, por exemplo, que governou de 14 de julho a 12 de dezembro de 1929, fez-se, em junho, uma reunião no salão nobre do Instituto dos Advogados, no Rio de Janeiro, com objetivo de homenagear o futuro presidente eleito e o apresentá-lo aos goianos que viviam no Rio, bem como a sociedade carioca.

(...) o Dr. Alfredo, que em palavras elegantes e simples, reafirmou as partes principais de sua plataforma, patenteando que aceitaria no governo, a cooperação de todos aqueles que almejassem o progresso e o desenvolvimento do Estado de Goyaz. A homenagem

NEPOMUCENO, 2003; sobre a Revista e as projeções do Estado de Goiás elaborada pela intelectualidade goiana ver: LISBOA, 2009.

causou magnífica impressão no seio da colônia goyana, tendo toda a imprensa carioca participado do jubilo dos goyanos. (A INFORMAÇÃO GOYANA, junho de 1929, p. 86).

Esse trecho evidencia o modo retumbante com que os assuntos referentes à Goiás eram tratados. Talvez por isso, no mesmo texto que ressaltava Pedro Ludovico, no último parágrafo há uma consideração: *“Esta Revista, alheia que sempre foi a qualquer pendência política, sente á vontade para fazer justiça á acção do novo governo, que vem prestado ao Estado relevantes serviços”* (A INFORMAÇÃO GOYANA, Nov/dez de 1930, p. 01).

Além dos *“relevantes serviços”*, como destacamos anteriormente, a revista presta inúmeros adjetivos a um governo que estava a menos de um mês no poder. Como a revista pode se considerar isenta se qualifica o governo Pedro Ludovico de *“honesto, trabalhador e progressista”*? Quando a revista se refere que o governo *“justifica a expectativa do povo goyano”*, podemos pressupor que a população goiana participou ativamente do processo revolucionário que desencadeou com a deposição de Washington Luís? Será que do Rio de Janeiro, onde a Revolução de 1930 ganhou contornos mais dramáticos, justamente por ser a capital do País, os editores da revista poderiam aferir com exatidão o sentimento do povo goiano durante o processo revolucionário?

Ora, o resultado das eleições de 1º de Março de 1930, em Goiás, evidenciam que a grande maioria dos eleitores votou em consonância com os grupos políticos que detinham o poder em Goiás. Para Presidente da República, Júlio Prestes obteve 17.833 votos, contra 943 de Getúlio Vargas. Para o Senado, Antônio Ramos Caiado obteve 18.037 votos, contra 699 de Guimarães Natal. Os deputados eleitos, por sua vez, obtiveram de treze a vinte e três mil votos. Pedro Ludovico, o candidato a deputado mais votado da oposição obteve apenas 1.839 votos, não conseguindo se eleger (SILVA, 1982, p. 156). A discordância de Pedro Ludovico em relação ao sistema eleitoral, que justificou sua *“luta”* contra o caiadismo, e sustentou essa versão até o fim da vida, se deu quando não conseguiu se eleger pelo voto

direto. A Revolução de 1930 encontrou uma oposição que logo aderiu a ela devido à esperança de chegar ao poder por outra via, que não a constitucional. Nessa perspectiva, ao afirmar que toda a população goiana o apoiou não encontra embasamento quando confrontados com os dados eleitorais, tão contestados por ele.

A linha editorial da Revista “*A Informação Goyana*”, por sua vez, evita tomar partido, porém, em outubro de 1929, durante o processo eleitoral que culminará com a eleição de Júlio Prestes há um artigo intitulado: “*Os factos como elles são...*” escrito em Goiás, acerca de telegramas enviados do Rio de Janeiro denunciando que a maioria dos jovens goianos que fazem curso superior em Belo Horizonte “*adheriu á chapa Getulio Vargas-João Pessoa*”. A crítica vem de forma ostensiva: “*Baila-lhes sempre na mente a illusão de que as formulas, embora com os vícios de origem, como essa que se consubstancia na Alliança Liberal, poderão melhorar a situação do paiz*”. De acordo com o texto, os jovens que tomaram tal atitude “*não tiveram á sua frente, ao tomarem-na, a imagem da terra longínqua e que tem sito fortemente espesinhada pelos governos mineiros*”. Para elucidar o fato o autor do texto aborda que Goiás tem sérios problemas com Minas Gerais referentes à fronteira, às estrada de ferro e aos impostos (A INFORMAÇÃO GOYANA, outubro de 1929, p. 19).

Ou seja, nesse momento a revista avalia que pelo fato de Minas Gerais apoiar o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, ela traz consigo os *vícios de origem*. E antes, entretanto, quando a situação se configurava na aliança entre São Paulo e Minas, na política conhecida como “*café com leite*”, esses vícios não existiam?

A revista “*A Informação Goyana*” em edição referente a janeiro e fevereiro de 1931 estampou a foto de Pedro Ludovico na capa. Não há nenhum texto além do nome e do cargo do homenageado. Cabe ressaltar que nessa edição, também, não há nenhuma outra menção ao governo, nem elogiosas, e muito menos críticas. De janeiro a agosto, as edições da revista seguiram o mesmo padrão: defender os interesses dos goianos, criticar a alta carga de impostos, valorizar as potencialidades econômicas e trazer algumas curiosidades a respeito da nossa fauna e flora. Na edição de

agosto, porém, nove meses depois de assumir a Interventoria do Estado, Pedro Ludovico e seu governo ganham destaque em um resumo de uma entrevista de quase duas páginas com o sugestivo título de “*Goiás Revolucionário*”³¹.

Goyaz era um Estado que, antes da Revolução, vivia no noticiário sensacional dos jornais. De lá somente nos vinham informações sobre o arbítrio dos governos de então. Mas, de outubro pra cá, fez-se silêncio sobre as coisas de Goyaz. Era um bom sinal. E as raras notícias que nos chegam dali dizem bem do governo revolucionário do Estado (A INFORMAÇÃO GOYANA, agosto de 1931, p. 03).

³¹ Entrevista concedida quando Pedro Ludovico se encontrava no Rio de Janeiro para prestar contas de seu governo ao Governo Provisório.

INFORMAÇÃO GOYANA

Revista mensal ilustrada e informativa das possibilidades economicas do Brasil Central
Fundador e Director : HENRIQUE SILVA Gerente: ADOLPHO V. PALAZZO
Correspondencia para a rua Carlos Sampaio, 55 (Aymoré Palacio Hotel)

ANNO XV

RIO DE JANEIRO, JANEIRO E FEVEREIRO DE 1931

VOL. XV — NS. 6 E 7



Imagem nº 1: Capa da Revista "Informação Goyana", jan/fev de 1931.

Em seu estudo de fôlego sobre a família Caiado, a historiadora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas analisa o processo de construção da demonização de Antonio Ramos Caiado no imaginário goiano. De acordo com esse estudo, no período anterior a Revolução de 1930, parte da imprensa do Rio de Janeiro era declaradamente oposicionista ao governo federal. Para defender seus interesses utilizavam armas *"nem sempre*

eticamente irrepreensíveis”. Como representante do Estado, no Rio de Janeiro³², Totó Caiado era uma das figuras mais atacadas quando se referia a Goiás. As acusações eram veiculadas na capital federal, “*principalmente na Gazeta de Notícias e no Correio da Manhã; em seguida, transcreviam-as os jornais oposicionistas goianos, da capital e do interior*” (FREITAS, 2009, p. 127). Podemos pressupor que depois da Revolução de 1930 esses jornais que eram oposicionistas, passaram a ser situacionistas, o que justifica a ausência de reportagens desabonadoras de Goiás nos jornais da Capital federal. Em Goiás, como abordamos páginas atrás, a oposição se articulou e uma guerra de informações e contra informações se instaurou na imprensa.

Outrossim, ressalta-se que o discurso defendido por Pedro Ludovico ao longo de toda a sua vida, de se colocar como o libertador de Goiás, aquele que instituiu a liberdade ao povo goiano, já se assentava desde o início do processo. O fato de legitimar o seu governo desqualificando o anterior, ou a política de interesses defendida pelo governo anterior, fica evidente.

Encontrámos uma divida passiva de 3.793:152\$729, compreendendo especialmente vencimentos do funcionalismo do interior, que estavam atrasados de dez meses, e contas dos fornecedores do Estado. (...) Deante desse caos, reuni os secretários e traçamos um plano de acção. Nesses nove mezes de governo temos cumprido á risca o que imaginámos. (...) Pensamos que, no fim deste mez, o funcionalismo de todo o Estado ficará em dia, quando o encontrámos, como disse com dez mezes sem receber. Como vê (...) temos nos esforçado por fazer algo em nossa terra, apesar da crise geral (A INFORMAÇÃO GOYANA, agosto de 1931, p. 03-04).

Nessa entrevista, não há citação direta a alguma pessoa, nem mesmo a família a que pertence, mas nota-se que o endereço das críticas de Pedro Ludovico é em relação à política da família Caiado. Ou seja, para que o Interventor pudesse legitimar o seu discurso de renovação e de mudança, precisaria, no entanto, se colocar como a antítese da situação

³² “*Seguindo o exemplo do senador gaúcho Pinheiro Machado, Ramos Caiado não quis ser presidente do estado, preferindo os cargos eletivos de representação federal, no Rio de Janeiro, onde podia articular-se com os grandes da República*” (FREITAS, 2009b, p. 132).

política do Estado até então. Isso fica evidente no final da entrevista, quando indagado sobre o quesito “*política*”.

Em Goyaz, reina perfeita harmonia entre os que tomaram attitudes ao lado da Alliança Liberal e, posteriormente, da Revolução. E pelos actos que vem praticando meu governo, dando plenas garantias mesmo áquelles que, hontem, no governo, commeteram toda a sorte de violências contra os revolucionarios, posso dizer que, no Estado de Goyaz, não ha descontentes com excepção – é claro – daquelles que o dominavam, como se fosse uma fazenda e que estão respondendo pelos seus crimes ante a Junta de Sancções. O povo e a maior parte dos políticos que acompanhavam, por motivos facilmente explicáveis, a situação decaída – todos, verificando as intenções honestas do governo estadual, têm-lhe dado provas de apoio que muito nos envaidecem (A INFORMAÇÃO GOYANA, agosto de 1931, p. 04).

O discurso de Pedro Ludovico, numa revista que circulava, sobretudo na Capital Federal, visava se colocar como o líder de um governo honesto, e que se pautava pelo respeito aos adversários, fazendo um paralelo, obviamente, com o que ocorria no passado e se colocando como seu contrário. Para Ludovico, o povo ficou do lado dos Revolucionários, e que não havia descontentes em Goiás, além dos decaídos. Isso evidencia a estratégia de Pedro Ludovico ao propagar que a Revolução de 1930 foi desejada pelo povo e que o seu governo respondia a esses anseios. A propaganda pessoal, entretanto, chega ao clímax no final da entrevista:

Volto para Goyaz (...) satisfeito por ter ouvido dos membros autorizados do governo provisorio, plena aprovação ao que tenho feito na interventoria de minha terra e mais ainda pelos imerecidos elogios que me fizeram. Fui um dos primeiros interventores nomeados pelo governo revolucionario e sou o ultimo que vem ao Rio, e assim mesmo para tratar dos interesses do Estado. Em Goyaz, não ha casos politicos, nem politicagem, felizmente (A INFORMAÇÃO GOYANA, agosto de 1931, p. 03-04).

O discurso ludoviquiano contesta os opositores, ao mesmo tempo em que faz elogio a si próprio. A aprovação da sua atuação como Interventor

Federal junto ao Governo Provisório, e o fato de ressaltar que foi um dos primeiros nomeados, além dos *“immerecidos elogios”* que sua gestão e sua pessoa foram agraciadas, evidencia a busca constante de Pedro Ludovico em se legitimar no poder. Finaliza por afirmar que não havia *politicagem* e nem *casos políticos*, como a assegurar que anteriormente os havia, e em grande quantidade.

Ao descrever o momento que estão vivendo, os homens traçam frequentemente uma imagem superficial e deformada dos fatos. O grau de comprometimento do observador, a qualidade e a quantidade das informações de que dispõe sua maior ou menor capacidade de análise, a maneira pela qual se deixa empolgar por paixões e sentimentos refletem-se no seu depoimento (COSTA, 1999, p. 385).

A imagem que Pedro Ludovico se esforça para construir para si ao longo da sua vida: a que liderou o movimento de *libertação* do Estado de Goiás, o que, evidentemente, o tornava um herói, e alicerçava o seu processo de constituição mítica, que começou a ser instituída tão logo assumiu o poder. *“O interventor goyano, que é médico na zona do Sudoeste, foi um combatente decidido, na luta contra o regimen deposto. E quando surgiu a Revolução, elle organizou uma columna e invadiu seu Estado, a fim de libertal-o”* (A INFORMAÇÃO GOYANA, agosto de 1931, p. 03). Mais uma vez a revista atesta o fato de que Pedro Ludovico já era um revolucionário antes mesmo da Revolução de 1930 começar. Seus ideais antes da Revolução, na luta contra a família Caiado, não o faziam ser um *“aproveitador do momento”*, como era acusado pelos seus inimigos, e que em tom de mágoa tenta se justificar na Introdução do Relatório que escreveria em 1933.

SEGUNDO CAPÍTULO: O TEMPO GOIÂNIA

Cidade de Goiás, 04 de dezembro de 1935.

Logo de madrugada dois automóveis deixaram a cidade, transportando Pedro Ludovico Teixeira e sua família, com destino ao recém criado Município de Goiânia³³. Vários amigos seguiram o cortejo até o povoado de Areias, na Serra Dourada, e lá o Governador Constitucional disse: *“Amo esta terra que é minha. Mas há um imperativo mais alto a que é preciso obedecer”*. O imperativo era o de acompanhar mais de perto o andamento das obras da nova Capital em construção. *“Na bagagem do Interventor (...) iam entusiasmo, a coragem, o otimismo e a certeza de que estava agindo sob o impulso de um ideal mais nobre, pelo bem do Estado e de seu povo”* (SOUZA, 1989, p. 11).

Nesse dia, com a transferência do Governador e sua família, e posteriormente dos outros secretários de governo, a história do Estado se dividia, selando a sorte de duas cidades simetricamente opostas: a *velha* Goiás, que desde o século XVIII se impôs como a capital, perdia sua importância política; e a jovem Goiânia, que estava nascendo cercada de expectativas e carregando consigo a esperança de todos aqueles que acreditavam que ela poderia alavancar o progresso do Estado.

Na Introdução, ressaltamos que o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira está embasado em dois tempos que o fez se distinguir dos demais da sua época e se afirmar como mito, quais sejam: a Revolução de 1930 e a construção de Goiânia. Esse capítulo tem por objetivo analisar o discurso de Pedro Ludovico em relação a Goiânia e como o mesmo se projeta na jovem Capital, tornando-a, deste modo, seu principal patrimônio político. Para tanto, dividimos o capítulo em duas partes: o

³³ O município de Goiânia foi criado pelo Decreto nº 327, de 02 de agosto de 1935.

Tempo do Progresso, analisando a construção de um discurso desabonador sobre a Cidade de Goiás, e a esperança em torno da ideia de uma nova capital; e o *Tempo da Cidade*, enfocando como Pedro Ludovico se apropriou do discurso sobre a construção de Goiânia, para se eternizar na memória coletiva, e se tornar sinônimo da jovem capital.

2.1- O Tempo do Progresso

Na historiografia, vários trabalhos enfocaram a cidade de Goiânia no decorrer dos seus oitenta anos de existência³⁴. A história da atuação dos

³⁴ Sobre uma leitura a partir do ponto de vista da engenharia ver: ÁLVARES, 1942; sobre alguns pormenores da mudança ver: CÂMARA, 1973; para uma análise de Goiânia nos primeiros tempos ver: COSTA, 1985; sobre os detalhes do Batismo Cultural ver: PIMENTA NETTO, 1993, GALLI, 2007 e SOUZA, 2002; para consultar documentos importantes da história de Goiânia ver os trabalhos de fôlego de MONTEIRO, 1938 e SABINO JÚNIOR, 1960, 1980; sobre a história de Goiânia do ponto de vista do seu idealizador ver: TEIXEIRA, 1973; sobre um estudo histórico de Goiânia ver PALACÍN, 1976, 1986, CHAUL, 1988, 1995, 2010, GOMIDE, 2003 e MENDONÇA, 2013; sobre um histórico pormenorizado da construção de Goiânia ver GODINHO, 2013; sobre a representação na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília ver ARRAIS, 2008; sobre a história de Goiânia a partir do ponto de vista do Museu Pedro Ludovico ver BARRETO, 2001 e 2002; sobre o cotidiano dos contrutores de Goiânia ver BERNARDES, 1989; sobre Goiânia no discurso da modernidade ver BERNARDES, 1998; sobre uma leitura da cidade a partir da memória dos seus habitantes ver BERTRAN, 1994; sobre Goiânia e Goiás nas primeiras três décadas a partir da Revolução de 1930 ver BORGES, 2000; sobre a importância da leitura na consolidação de Goiânia como uma cidade “civilizada” ver: MELO, 2007; sobre múltiplos olhares sobre Goiânia, ver a compilação de textos feito por BOTELHO, 2002; sobre Goiânia enquanto estratégia de poder ver CAMPOS, 1999, 2002; sobre Goiânia como pano de fundo para Pedro Ludovico e Totó Caiado ver FERNANDES, 2013, 2003; sobre Goiânia e sua relação com a saúde ver FREITAS, 1999; sobre a construção de Goiânia a partir do ponto de vista dos decaídos da Revolução de 1930 ver FREITAS, 2009; sobre uma leitura histórica do espaço urbano de Goiânia ver GONÇALVES, 2002 e MANSO, 2001; sobre a comemoração do cinquentenário da cidade ver GRAEFF, 1985; sobre os sessenta anos ver CALAGE, 1993; sobre os setenta e cinco anos ver ROCHA, 2009; sobre Pedro Ludovico e sua relação com a cidade e a política ver MACHADO, 1990 e CUNHA, 2009; sobre uma análise a partir da história econômica ver MACIEL, 1996; sobre o surgimento da metrópole ver o interessante estudo de MEDEIROS, 2003; sobre as migrações para Goiânia ver MENEZES, 2004, e SOUZA, 1995; sobre a estrada de ferro em Goiânia ver CAMPOS JÚNIOR, 1998; sobre o imaginário urbano ver MELLO, 2004; sobre o discurso antimudancista ver MENDONÇA, 2008; sobre uma análise cultural da cidade e seus múltiplos significados ver OLIVEIRA, 1999; sobre os governos estaduais ver ROCHA, 1998; sobre os antecedentes da construção de Goiânia ver SILVA, 1982; sobre o cotidiano dos primeiros moradores de Goiânia ver SOUZA, 1989; sobre o estilo Art Déco em Goiânia ver UNES, 2001, COELHO, 1997, 2002 e DOSSIÊ, 2010; sobre a vida de Pedro Ludovico ver TELES, 2004 e SILVEIRA,

políticos, dos operários que a construíram, dos discursos urdidos pela literatura, e sua arquitetura, constitui um rico dossiê sobre a jovem capital de Goiás, que ainda possibilita várias outras abordagens e interpretações. Aqui, propomos analisar, sob a ótica de Pedro Ludovico, a sua projeção no seu discurso sobre Goiânia.

O principal argumento que sustentou a ideia e a construção de Goiânia foi o do *progresso*³⁵ (CHAUL, 2010, p. 234; CHAUL, 1988, p. 166; MACHADO, 1990, p. 153). Na Introdução do Relatório de 1933, por exemplo, como já o dissemos no capítulo anterior, Pedro Ludovico ressalta que no constante combate ao marasmo, procurava infiltrar “*no seio do povo e das administrações as idéas de progresso*” (TEIXEIRA, 1933, p. 05). Tais ideias convergiam que o Estado só conseguiria se desenvolver com a construção de uma nova Capital. Esse discurso de *progresso* perpassou toda a trajetória de Pedro Ludovico. Quando, por exemplo, perguntado sobre como era Goiás em 1930, na sua última entrevista, a resposta veio clara e objetiva: “*Muito atrasado. Na mesma situação de Mato Grosso e Piauí. Ele só começou a melhorar, a progredir, a se elevar, depois que mudei a capital*”. (TEIXEIRA, 2009, p. 194).

Para Pedro Ludovico, os séculos anteriores da história goiana representavam um passado tenebroso, onde as ideias de “*decadência*”,

1992; sobre o relato de Mauro Borges sobre Goiânia ver TEIXEIRA, 2002; sobre relatos da vida de Pedro Ludovico e sua relação com a cidade ver REZENDE, 2001 e QUEIROZ, 2007; sobre a história política de Goiás com enfoque em Pedro Ludovico e seu grupo ver MOREIRA, 2000, FERNANDES, 2002, AQUINO, 2002; sobre aspectos pitorescos da cidade por meio de crônicas ver TELES, 1988 e FERREIRA, 2012; sobre a importância de Gercina Borges Teixeira no processo de construção e consolidação de Goiânia ver ORIENTE, 1981; sobre Goiânia dentro do sentido histórico de Goiás ver SANDES, 2002; sobre um roteiro sentimental de Goiânia por entre seus monumentos e lugares de memória ver TELES, 2007; sobre Goiânia e Marcha para o Oeste ver PEREIRA, 2002; sobre Goiânia como uma utopia ver CARVALHO, 2002; sobre o patrimônio cultural de Goiânia ver o livro organizado por LIMA FILHO e MACHADO, 2007, BADAN, 2004, SILVA, 2006; sobre a Revista Oeste ver: TELES, 1986, COSTA, 1986, NATAL E SILVA, 1986, SCHWAB, 2010; sobre a imprensa ver MARINHO, 2004 e MELO, 1985; sobre os discursos e as imagens da cidade ver ARRAIS, 1999 e 2003; sobre uma leitura de Goiânia a partir da paisagem ver CHAVEIRO, 2007; sobre os planos diretores de Goiânia e o sistema de áreas verdes ver RIBEIRO, 2004, MOURA, 2003; sobre o planejamento urbano e a segregação em Goiânia ver MORAES, 2003 e o livro coordenado por MOYSÉS, 2005; sobre as evoluções do plano urbanístico de Goiânia ver o interessante e pioneiro estudo de CORDEIRO, 1989, GONÇALVES, 2002, e FONTANEZI, 2004; sobre um estudo minucioso do projeto de construção de Goiânia ver DAHER, 2003.

³⁵ Sobre as ideias de progresso em Goiás ver: SILVA, 2002.

marcada pela diminuição da produção aurífera ainda no século XVIII; de “*isolamento*”, logo após a queda da mineração, que tentou ser rompido pela pecuária e pela estrada de ferro; e a de “*atraso*”, construída na academia para designar as relações de poder entre as oligarquias na Primeira República, formavam um quadro desolador do Estado.

Como ideia e ideal, o progresso surgiu no século XVII, na Inglaterra, sendo formulado por Francis Bacon. De acordo com seus postulados, o progresso só seria alcançado a partir de “*uma operação coerentemente planejada e dirigida*” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 614). Outrossim, o termo *progresso* também designa “*a crença de que os acontecimentos históricos desenvolvem-se no sentido mais desejável, realizando um aperfeiçoamento crescente*” (ABBAGNANO, 2000, p. 799). Desse modo, o progresso é, para Pedro Ludovico, “*sinônimo de desenvolvimento*”. Por conseguinte, a Cidade de Goiás se tornará “*a expressão do atraso*”, e Goiânia, por sua vez, “*o símbolo do progresso, expressão de um Estado que rompe com seu passado e de um povo que se mostra capaz de construir seu futuro ativamente. E isso será dito por Pedro Ludovico, em diferentes oportunidades*” (CAMPOS, 2002, p. 176-177).

Para Pedro Ludovico, a Cidade de Goiás, enquanto Capital, era o grande empecilho para o desenvolvimento do Estado. Porém, a criação de uma nova Capital, dentro de um contexto de crise mundial³⁶, em uma das mais pobres unidades da federação, evidenciava os obstáculos que essa ideia teria que superar. Palacín, por exemplo, argumenta que a mudança da Capital representou, dentro de uma “*Revolução não-revolucionária*”, “*uma força motriz, desestabilizadora e exigente de esforço, capaz de produzir*

³⁶ Refere-se a quebra da bolsa de Nova York e a crise econômica que atingiu o mundo inteiro. No Brasil, a “*crise de 1929 serviu para agravar as dificuldades já presentes na área econômica. O governo desenvolvera amplo programa de defesa do preço do café. Como conseqüência, as grandes safras foram produzidas nos últimos anos da década de 20. A superprodução coincidiu com a crise e com a Grande Depressão que a seguiu. Os preços do café despencaram. Num esforço desesperado para conter sua queda, o governo comprou os grandes excedentes e promoveu sua destruição. Não pôde, no entanto, evitar a queda na capacidade de importar e nas receitas derivadas em grande parte dos impostos sobre o comércio exterior. Maior produtor de café, o estado de São Paulo foi particularmente penalizado*” (CARVALHO, 2006, p. 90).

súbitas inversões sociais”. Ou seja, uma nova Capital seria “*uma revolução permanente, onde não houvera revolução*” (PALACÍN, 1986, p. 86).

Pressupomos que a Revolução de 1930, sozinha, não conseguiria produzir os dividendos políticos necessários para sua perpetuação do poder, motivo pelo qual Pedro Ludovico lançou a ideia da construção de uma nova Capital, com o objetivo primeiramente político. Caso essa ideia fosse concretizada e se tornasse um sucesso, seu nome se eternizaria sendo lembrado como aquele que dividiu a história do Estado em antes e depois de sua atuação³⁷.

Entretanto, Pedro Ludovico tece um discurso onde a sua ideia de que o progresso do Estado estava condicionado à mudança da Capital, nada mais era do que uma constatação do que muitos antes dele já haviam observado. Isso fica evidente nos argumentos históricos e científicos, que embasam toda a sua justificativa para a defesa da mudança. Ou seja, desde o século XVIII algumas vozes já se levantaram contra a Cidade de Goiás. Por um lado, Pedro Ludovico, com isso, divide os créditos pela ideia, porém, ao levar a cabo tal ideia, se projeta como alguém que teve a coragem de realizá-la; muito mais coragem do que todos os que a pensaram no passado.

Há outros fatores responsáveis pelo atraso de Goiás. Negá-los, para atirar toda a carga à velha capital goiana, seria atitude unilateral e vesga, que jamais perfilhariamos. Mas o fator flagrante, o que se apresenta em primeiro plano, o imediato é, inquestionavelmente, a incapacidade da capital atual para impulsionar o progresso do Estado. E como o poderá fazer uma cidade que, com duzentos e tantos anos de existência, apoiada na situação impar de capital, ainda hoje não resiste paralelo, já não dizemos com as outras capitais, porque isso pareceria gracejo, mas com qualquer cidadezinha obscura, que possuía 10.000 habitantes, água canalizada, rede de esgotos e casas de diversões? Como

³⁷ Neste sentido, CHAUL salienta que as “*aspirações dos grupos políticos em ascensão, reunindo os anseios das camadas médias urbanas e dos proprietários rurais, embebidos nas promessas de desenvolvimento, encontraram na transferência da capital o símbolo do almejado progresso. Goiânia seria o emblema unificador destes grupos, servindo, ao mesmo tempo, de plataforma política ao seu mentor contemporâneo. Viabilizava, ainda, o processo de unificação do sul e do sudoeste de Goiás em torno do poder representado por Pedro Ludovico Teixeira. Torna-se, deste modo, aceitável a afirmação de que, antes de ser uma capital para Goiás, Goiânia seria uma capital para o sul e o sudoeste do estado. E Pedro Ludovico procuraria ser a expressão daquela nova classe que surgia nestas regiões*” (2010, p. 235).

poderia dirigir e acionar o desenvolvimento do colossal território goiano uma cidade como Goiás, isolada, trancada pela tradição e pelas próprias condições topográficas ao progresso, e que em meio século não dá um passo para a frente, não se mexe, não se remoça, não resolve um só dos seus problemas? (TEIXEIRA, 1933, p. 122).

No primeiro capítulo do seu estudo sobre Goiânia, Wilton de Araújo Medeiros argumenta que antes de existir, Goiânia foi pensada, ou, antes de tudo, sonhada; é o que ele denominou de “*Sonho de Pedro Ludovico*”. Para que esse sonho se tornasse realidade o Interventor precisou construir ferramentas que se transformassem em conceitos, “*pois, somente por meio da elaboração de conceitos se poderia ter uma cidade concreta*”. Ademais, “*é muito marcante como o Interventor do Estado é também um interventor da vida e da história para dar conta de realizar o seu sonho*”. Afinado aos propósitos da nação pós-Revolução de 1930, Pedro Ludovico se articula com outras pessoas que comungam desse mesmo desejo e constrói uma argumentação que, inicialmente, perpassa a história e a ciência (MEDEIROS, 2010, p. 37).

O discurso de Pedro Ludovico no capítulo IX do Relatório de 1933, que trata exclusivamente da mudança da Capital, reflete uma sólida e apaixonada argumentação em defesa dessa ideia, embasada histórica e cientificamente. De acordo com CAMPOS, no referido Relatório “*Goiás é examinado como a um doente [...] Em tudo, Pedro Ludovico interfere, esquadrinha*” (2002, p. 170). Desse modo, o médico e o político se entrelaçam. Se para justificar a sua participação na Revolução de 1930 Pedro Ludovico precisou construir um discurso desabonador a respeito da política exercida pela família Caiado e a sua intolerância e violência ao lidar com vozes dissonantes, para justificar a construção de uma nova Capital não foi diferente, Pedro Ludovico não só examinou cuidadosamente a Cidade de Goiás como a um doente, como atestou a ela uma enfermidade incurável, quase que produzindo um atestado de óbito.

Esse é o primeiro ponto que gostaríamos de analisar no Relatório de 1933: a *doença* da Cidade de Goiás. Para se fazer um diagnóstico, primeiramente há que solicitar um breve histórico dos sintomas do paciente,

seguidos de exames detalhados. Pedro Ludovico faz exatamente isso. Porém, o faz já com o diagnóstico pronto: a doença da Cidade de Goiás chama-se *atraso*, então contrário de *progresso*. Uma doença tão grave que *contaminava* todo o restante do Estado. Para curar o Estado precisava-se atacar a raiz da *doença* ou do *problema*, condenando, deste modo, a antiga Capital. Pressupomos, outrossim, que ao fazer tal diagnóstico, tão profundamente embasado histórica e cientificamente, Pedro Ludovico também sonhava e idealizava a sua nova capital, fazendo dela o oposto da *velha* Goiás.

O quadro clínico dos sintomas está profundamente entrelaçado com a própria história da Cidade de Goiás. O primeiro núcleo urbano erigido em território goiano no início do século XVIII tem a arquitetura tipicamente colonial, de uma cidade que fora construída às pressas, dando a impressão de que a estadia por ela seria provisória, como a se lembrar perpetuamente do objetivo dos primeiros habitantes: o enriquecimento rápido por meio das jazidas de ouro. Com o passar do tempo, o *provisório* tornou-se *permanente* e unindo-se por laços de sociabilidades, sejam sociais ou religiosas, conseguiram se manter quando a produção aurífera caiu vertiginosamente ainda no decorrer da segunda metade dos setecentos³⁸.

Como se conservada *in vitro*, a antiga Vila Boa ainda mantém suas características arquitetônicas do pretérito. Cercada pela Serra Dourada, a Cidade de Goiás é cortada ao meio pelo rio Vermelho, famoso nos versos de Cora Coralina. Nos dois lados da cidade erguem-se as ruas, becos e vielas, desordenadamente em subidas e descidas obrigatórias a quem quiser explorá-la. Dessa forma, a Cidade de Goiás, passado o trauma, primeiro da decadência do ouro³⁹ e posteriormente da mudança da capital, conseguiu

³⁸ Sobre esse assunto ver: MORAES, 2005.

³⁹ O período da *decadência* do ouro atingiu todos os setores: o social, o econômico, o político e o cultural (PALACIN, 1972). A história da decadência, enquanto tema historiográfico está pautado basicamente em duas fontes, de que se serviram os pesquisadores, a saber, os relatórios dos viajantes estrangeiros que estiveram em Goiás nas primeiras décadas do século XIX e os relatórios dos capitães/presidentes da capitania/província. Essas, por sua vez, ajudaram a cristalizar a ideia de que Goiás, logo após o fim da mineração, viveu um período de trevas; porém, segundo o historiador Wilson Rocha Assis, ao contrário do que a historiografia perpetuou, a decadência da mineração não impediu o “*desenvolvimento social e cultural*”, mas apenas deu “*lugar a culturas e formas de socialização diferentes daquelas conhecidas no auge da produção aurífera ou*

encontrar o seu sentido histórico por meio do patrimônio, que se inicia na segunda metade do século XX, com os primeiros tombamentos. O ápice desse processo ocorreu em dezembro de 2001 quando, em Helsinque, na Finlândia, a antiga Capital do Estado foi agraciada pela UNESCO com o título de Patrimônio Histórico da Humanidade. O discurso norteador do processo de tombamento foi justamente a sua arquitetura, a sua localização e a sua memória histórica⁴⁰. É interessante essa pequena digressão para ressaltar que são justamente esses mesmos argumentos (arquitetura, localização e memória histórica) que Pedro Ludovico irá evocar no Relatório de 1933, para o seu diagnóstico sobre a *doença* e a consequente *condenação* da Cidade de Goiás.

A cidade fundada pelo intrépido bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva⁴¹, mais conhecido pela alcunha de Anhanguera, como seu pai, foi ressignificada e sofreu diversas interpretações que vieram se adequar ao contexto da época. De acordo com Pedro Ludovico, “*encerrado o ciclo heróico e enganador da mineração*”, a “*decadência da capital era evidente e constritora*” (TEIXEIRA, 1933, p. 117). No sentido linear, o primeiro testemunho evocado no Relatório é o de Couto de Magalhães⁴²,

daquelas características da modernidade capitalista” (ASSIS, 2007, p. 20). Outrossim: “(...) quanto ao tema da *decadência*, cabe observar que o termo, decantado pelos viajantes, não encontrava correspondência na sociedade local, distante ainda dos moldes de produção capitalista, que os europeus ansiavam por ver no sertão de Goiás. A sociedade local não se via indolente, ociosa e muito menos decadente. Apenas orientava-se por outros níveis de preocupações e buscava satisfazer necessidades vitais à sua maneira (CHAUL, 1995, p. 229)”. Os dois autores que ora citamos fazem parte de uma corrente historiográfica revisionista, cujo intuito era rever a forma com que o conceito de *decadência* foi usado pela historiografia tradicional. A partir das mesmas fontes que serviram para embasar o discurso da *decadência*, esses autores tinham por objetivo desconstruí-la, ou seja, em Goiás não houve *decadência*, porque eles não se viam com *decadentes*, o olhar do europeu não compreendeu a lógica da sociedade goiana no período.

⁴⁰ Sobre o processo de patrimonialização da cidade de Goiás ver TAMASO, 2007; e DELGADO, 2005.

⁴¹ Sobre este importante personagem histórico ver: PINHEIRO, 2003.

⁴² José Vieira Couto de Magalhães. “*Nasceu em Diamantina (MG), no dia 1º. de novembro de 1836 e faleceu no Rio de Janeiro no dia 14 de setembro de 1898. Formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1859 e obteve o título de Doutor pela mesma faculdade em 1860. Foi presidente das províncias de Goiás, 1862, Pará, 1864, Mato Grosso, 1867 — a qual estava sob sua administração quando se deu a invasão paraguaia, prestando altos serviços de modo a receber as honras de brigadeiro do exército —, São Paulo, 1889 — a qual estava sob sua administração quando foi proclamada a República. Iniciou a navegação a vapor no planalto central, nos rios Araguaia, Marajó e Tocantins. Foram suas iniciativas as organizações da Companhia Minas and Rio Railway e a Sociedade de Imigração São Paulo. Era associado ao Instituto Histórico e Geográfico*”

então Presidente da Província, que diz em 1863: “*Em uma palavra – Goiás, não só não reúne as condições necessárias para uma capital, como ainda reúne muitas para ser abandonada*” (MAGALHÃES apud TEIXEIRA, 1933, p. 119). No seu discurso ressaltou os seguintes pontos:

Temos decaído desde que a industria do ouro desapareceu. Ora, a situação de Goiás era bem escolhida quando a Província era aurífera. Hoje, porém, que está demonstrado que a criação do gado e a agricultura valem mais de que quanta mina de ouro há pela Província, continuar a capital aqui é condenar-nos a morrer de inanição, assim como morreu a industria que indicou a escolha deste lugar. (...) Quanto a mim, entendo que, na escolha do lugar para uma capital, se deve atender a diversas condições, que capitulo pela seguinte forma: condições higienicas, condições comerciais, condições administrativas. (...) Quanto a salubridade, não conheço, entre todos os lugares por onde tenho viajado (e não são poucos) um onde se reünam tantas molestias graves. Quasi que se pode asseverar que não existe aqui um só homem são. (...) [...] reproduzindo uma palavra verdadeira e melancolica do finado Bispo, pode-se dizer “que aqui a vida se escoia gemendo constantemente”. (...) O comercio aqui vive exclusivamente dos empregados públicos e da força de linha. Os meios de transporte são imperfeitos, a situação da cidade, encravada entre serras, faz com que sejam péssimas e de difícil transito as estradas que aqui chegam. (...) Uma apatia mortal parece dominar tudo, de modo que a mais completa indiferença reina para todas as matérias. Não quero insistir mais sobre esta matéria; não quero que se diga que de proposito carregou as côres do painel para torná-lo mais sombrio. Deixo as considerações, que poderia fazer, á consciencia de quem lê (MAGALHÃES apud TEIXEIRA, 1933, p. 117 a 120).

Outro testemunho ressaltado por Pedro Ludovico foi o do Presidente da Província de Goiás, Rodolfo Gustavo da Paixão, que em um documento anexo à mensagem enviada, em 1891, a Assembleia Estadual, descreve um quadro desolador sobre a cidade de Goiás. Entretanto, o então Presidente

Brasileiro (IHGB), à Associação Brasileira de Aclimação e a outras associações de Letras. Além do interior do Brasil, conheceu grande parte da Europa e África. Produziu trabalhos em Linguística, Botânica, Etnologia e Antropologia, sendo considerado o iniciador dos estudos folclóricos no Brasil. Além do Nheengatu e do Português, conhecia as línguas inglesa, alemã, italiana, espanhola e francesa. A obra O Selvagem (1876) é resultado dessas suas longas viagens e explorações do Araguaia, durante as quais Couto de Magalhães viveu cerca de 12 anos entre índios, estudando suas línguas e hábitos, colhendo suas lendas e tradições e traduzindo-as para o português”. Biografia disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/documenta/fichas_descritivas/Magalhaes_1876.htm.

não sugeriu explicitamente, como Couto de Magalhães, que a capital fosse transferida, porém no seu discurso ressaltou:

A Capital de Goiaz é, sem duvida, uma daquelas cidades cujo estado sanitario, dia a dia a peor, reclama as mais prontas e enérgicas providencias. (...) Situada (...) sobre terreno acidentado, cercada de altos montes (...) embarçando-lhe a regular ventilação (...) castigada por excessiva temperatura (...) com uma edificação á antiga, obedecendo, *in totum*, á arte colonial, que era antes a negação dos mais rudimentares princípios arquitetônicos e dos mais salutareos preceitos da moderna hygiene. (...) as margens do Rio Vermelho (...) despejo e lavadouro da população, não é e nem póde ser convenientemente distribuída ás casas. (...) desprovida de bom sistema de esgotos, capaz de evitar o uso prejudicialissimo das latrinas perfuradas no terreno, onde as materias fecais sem escoamento entram em rapida decomposição e exalam deleterios miasmas. (...) a decadente Vila Bôa hospêda em seu seio poderosos agentes de destruição, que hão de, em breve, transforma-la em vasta Necropole, onde a morte campeie com todo o seu cortejo de horrores (PAIXÃO apud TEIXEIRA, 1933, p. 111 e 112).

É sobre, principalmente, esses dois testemunhos que Pedro Ludovico tece o seu discurso desabonador, ou o seu diagnóstico, em relação à Cidade de Goiás. Talvez, se quisesse, o então Interventor do Estado poderia unir aos seus argumentos o fato de que foi em 1830 que, pela primeira vez, se falou sobre a mudança da Capital. Ela foi feita pelo então governador de Goiás no Império, Miguel Lino de Moraes, que queria levá-la para o norte, nas proximidades da região conhecida como Água Quente, hoje Caldas Novas (MONTEIRO, 1938, p. 03). Porém, pressupomos que Pedro Ludovico ao usar os discursos dos dois ex-presidentes queria um relato pormenorizado da situação que assemelhasse aos seus argumentos. As opiniões tanto de Couto de Magalhães quanto a de Rodolfo Gustavo da Paixão foram registradas em documentos oficiais, o que dava um caráter mais imponente à narrativa ludoviquiana.

É desolador registrar-se que a cidade de Goiaz, em 1933, ainda conserva os mesmos aspectos, os mesmos prejuízos, a mesma penúria de conforto, as mesmas condições

comerciais, a mesma deficiência de serviços públicos de que se ocuparam, falando sobre ela, Couto de Magalhães e Rodolfo Gustavo da Paixão, cujos conceitos ainda hoje guardam, em consequência, o calor da atualidade.

Quem focalizasse agora, com aguda precisão de conceitos e realidade de observação, as relações de existência da cidade de Goiás, correria o risco de ser tido como aproveitador de idéas e conceitos alheios, porque é impossível escrever-se sobre essa capital, com isenção, sem resvalar no que disseram os dois citados administradores ha, respectivamente, 70 e 43 anos (TEIXEIRA, 1933, p. 120).

Nessa perspectiva, o discurso urdido por Pedro Ludovico para justificar a urgência da mudança da Capital, cujas obras na época do Relatório já haviam iniciado, abarcam sobremaneira o aspecto higiênico e sanitário. Assim, depois de ver o discurso histórico seletivo acerca da perenidade da *doença* da Cidade de Goiás, passaremos para o resultado dos *exames*, que, por sua vez, nada mais são, que o aprofundamento da argumentação de Pedro Ludovico, enfocando, pormenorizadamente, os principais pontos que os ex-Presidentes citaram.

Nesse íterim, é necessária uma pequena reflexão sobre a ausência de um documento que causou enorme furor quando foi lançado em 1916, por coincidência, mesmo ano em que Pedro Ludovico tornava-se bacharel em medicina: o relatório intitulado “*Viagem Científica*”. Em 1912, por solicitação da Inspetoria de Obras contra as Secas, órgão vinculado ao Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, o Instituto Oswaldo Cruz organizou uma expedição chefiada pelos médicos sanitaristas Artur Neiva⁴³ e Belisário Pena⁴⁴, que, durante nove meses, mapeou o

⁴³ “O médico sanitarista baiano Artur Neiva desenvolveu importantes trabalhos nas áreas de história natural, etnografia e lingüística. Formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi nomeado interventor da Bahia (1931), onde criou o Instituto do Cacau. Organizou e fundou o Instituto Biológico de São Paulo e o Instituto de Tecnologia do Ministério do Trabalho e criou o Instituto de Biologia Vegetal do Ministério da Agricultura. Elaborou o primeiro código sanitário do Brasil quando dirigia o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e restabeleceu a profilaxia do tracoma e a vacina obrigatória e organizou o serviço para o combate à sífilis. Como uma das maiores autoridades do país em malária, foi designado por Oswaldo Cruz (1906) para organizar a profilaxia antimalárica na captação da água destinada ao Rio de Janeiro, em Xerém e Mantiqueira” (MAGALHÃES, 2004, p. 101)

⁴⁴ “Belisário Penna (1868-1939) doutorou-se em 1890, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1905 foi designado para trabalhar na Inspetoria de Profilaxia Rural da Febre Amarela, incorporando-se à campanha chefiada por Oswaldo Cruz para a erradicação desta

quadro nosológico do Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de todo o território goiano. Quatro anos depois foi publicado o extenso relatório dessa expedição nas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, que descortinou para o *litoral* a face de um país atrasado, onde “a solidão, a miséria, o analfabetismo universal, o abandono completo dessa pobre gente, devastada moralmente pelo obscurantismo, pelas abusões e feitiçarias, e física e intelectualmente por terríveis molestias endêmicas” (NEIVA; PENA, 1999, p. 220-221). Este relatório tornou-se a égide do movimento sanitaria na Primeira República⁴⁵ e foi muito criticado pela intelectualidade goiana, principalmente nas páginas da Revista Informação Goyana⁴⁶, que a considerou um atentado e um desrespeito a população de Goiás. De acordo com Nísia Trindade Lima, o documento:

(...) não só reuniu um amplo registro fotográfico, como apresentou o relatório de viagem que, publicado em 1916, tornou-se um marco de orgiem do movimento pelo saneamento rural na Primeira República. Uma das referências centrais do discurso em prol do saneamento é a célebre frase do médico Miguel Pereira “O Brasil é um imenso hospital”. (...) empreendeu amplo levantamento da flora, da fauna, do quadro de doenças e das condições de vida das populações locais. O retrato do Brasil, então esboçado, aponta a doença e não o clima ou a raça, como principal problema para o progresso das regiões. O atraso estava intimamente associado ao isolamento ou, para utilizar os termos do relatório, ao abandono a que eram elegadas as populações do interior do Brasil. Esse quadro era responsável pela ausência de qualquer sentimento de identidade nacional (...) (LIMA, 1999, p.84).

doença no Rio de Janeiro. A partir de então e até 1913, dedicou-se ao combate de endemias rurais, como a malária e a ancilostomíase. Por volta de 1914, através do jornal Correio da Manhã iniciou uma campanha “pelo saneamento físico e moral do Brasil”. Em 1918, publicou o livro O Saneamento do Brasil. Ainda neste ano, foi nomeado para dirigir o recém-criado Serviço de Profilaxia Rural, assumindo o cargo de Delegado de Saúde. Entre 1920 e 1922, foi diretor de saneamento do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), instalado em quinze estados os serviços de profilaxia rural. Em 1928, ocupou a chefia do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, percorrendo os estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, até ser requisitado pelo governo do Rio Grande do Sul para estudar as condições sanitárias daquele estado. Durante dois breves períodos, em setembro de 1931 e dezembro de 1932, ocupou interinamente o Ministério de Educação e Saúde” (MAGALHÃES, 2004, p. 101).

⁴⁵ Sobre o assunto ver: CASAZZA, 2006; LIMA, 1999 – principalmente o capítulo 3; LIMA, 2009; LIMA e HOCHMAN, 2000; MELLO e PIRES-ALVES, 2009; REZENDE, 2009; SÁ, 2009.

⁴⁶ Sobre esse assunto ver: LISBOA, 2009.

Há que se destacar que Goiás foi o único Estado percorrido de “*norte a sul*” pela expedição de Manguinhos, mapeando-o e descrevendo-o sob vários aspectos. Um relatório que desnudou para o Brasil as mazelas do interior, com uma população doente e desassistida pelo poder público, que recorria a uma medicina não-científica para tratar os males que a afligia, poderia ser usado para fundamentar o relatório de Pedro Ludovico, de forma muito mais incisiva que as declarações de dois ex-presidentes. Porém, os “*esquecimentos seletivos*”, na expressão de POULOT (2011), reforçam a lógica do pensamento ludoviquiano em caracterizar a cidade de Goiás como uma cidade doente e sem salvação; no relatório da expedição dos médicos de Manguinhos, a cidade de Goiás não aparece como a vilã do atraso do Estado. Na sua passagem pela Cidade de Goiás, em Setembro de 1912, os médicos viajantes a descreveram em todos os seus pormenores, com uma impressionante riqueza de detalhes:

Goiaz é uma cidade regular, de construções antigas, sem arquitetura, com o tipo das velhas casas das cidades do interior de Minas. Em todo caso é uma cidade, onde já se pode viver sem muito sacrificio, tendo acomodações para tropas, sociedade bem constituída, biblioteca regular, clube recreativo e literario, alguma vida intelectual. A cidade é calçada, e as casas comerciais bem sortidas, algumas bem importantes com grandes depozitos de generos, fazendas, calçados, chapéos e objetos de armarinho. Ha muitas casas de sirios. O transporte de mercadorias é feito em larga escala por tropas, e carros de bois até Anhanguera ou Araguari, em bôa estrada com o percurso de 80 legoas. Além de varias igrejas; conta com diversos edifícios publicos (...) A população da cidade propriamente dita, cujas habitações não se prestam ao *habitat* do *barbeiro*, por serem rebocadas, caiadas⁴⁷, forradas e assoalhadas, e além disso seus habitantes bem alimentados e adistrictos já ás exigencias dos preceitos de hijiene, têm aspecto de saúde, as crianças são sadias e folgazãs. Nos arrabaldes, porém, onde habitações apenas barreadas, há muitos casos de bocio e das manifestações graves da molestia de Chagas,

⁴⁷ A caiação foi um tipo muito comum de pintura utilizada nas habitações principalmente, na antiga Vila Boa de Goiás. Ela dava um efeito manchado às paredes e era muito fácil de fazer, posto que nos arredores da vila o solo era rico em calcário, transformado em *cal virgem*, o qual era misturado com água e se tornava a conhecida *cal extinta* hidratada para pinturas.

sendo nelas encontrado o *barbeiro* (NEIVA; PENA, 1999, p. 222).

O trecho do relato acima descortina uma Cidade de Goiás que Pedro Ludovico fez questão de esconder. Ao ressaltar os seus aspectos positivos, que surpreendeu os visitantes, tais como: o comércio, as boas estradas, a biblioteca, clubes literários (numa clara referência ao Gabinete Literário⁴⁸), os edifícios públicos, as casas rebocadas e caiadas, “*forradas e assoalhadas*”, a população bem alimentada, seguindo os preceitos higiênicos, Arthur Neiva e Belisário Pena forjaram um discurso que poderia colocar em xeque toda a argumentação de uma cidade doente urdida por Pedro Ludovico.

Pressupomos que a ausência deste importante documento no Relatório de 1933 apenas reforça os objetivos ludoviquianos. Acaso Pedro Ludovico se baseasse no Relatório dos médicos de Manguinhos sua argumentação de que a Cidade de Goiás representava o atraso e por isso o Estado todo assim o era, não teria sentido, uma vez que a antiga Capital foi aprovada pela inspeção feita pelos dois médicos, que, entretanto, foram bem críticos em relação ao restante do Estado. Ora, considerar o relatório de 1916 seria o mesmo que considerar que as razões do atraso do Estado estavam enraizadas no próprio Estado e não era culpa de nenhuma cidade específica, muito menos da Capital. Pedro Ludovico então desconsidera o relatório, mas acata as opiniões de dois ex-presidentes, bem como utiliza como parâmetro para condenar a cidade, o Regulamento de Saúde Pública que ele mesmo criou em 1932, como veremos mais adiante. Resolvemos analisar esses dois documentos, que a princípio não se dialogam, para tentar ver a Cidade de Goiás sob outra perspectiva, mas com os olhos de alguém de fora que a observa pela primeira vez.

⁴⁸ Instituição cultural voltada para aquisição de livros, por meio de subscrições, instalada em 10 de abril de 1864, na Cidade de Goiás (PASSOS, 1982, p. 159). Fundado “*pelo finado Raymundo Sardinha da Costa, funciona em uma sala contígua ao Curso Anexo, sendo mantido por 90 sócios concorrendo cada um anualmente com a quantia de 10\$000*” (AZEVEDO, 1987, p. 113).

Alvo de críticas por todos os viajantes que por lá passaram desde o início do século XIX⁴⁹, a antiga Vila Boa sofreu com o relatório de 1933, um processo de desconstrução, que como reiteremos páginas atrás, irá usar dos mesmos argumentos, no final do século XX, para ressurgir como a cidade do Patrimônio. Ou seja, a atenção conduzida a partir do diálogo entre os “*manejos políticos do passado*” e os “*usos públicos da história*”, revelou “*amplamente que o patrimônio era resultante de reconstruções com base na classificação e na escolha, bem como de esquecimentos seletivos e de comemorações voluntaristas*” (POULOT, 2011, p. 475).

No contexto específico da década de 1930, mais precisamente na argumentação da construção de uma nova capital, *sonhada* por Pedro Ludovico para ser o oposto da sua terra natal, a Cidade de Goiás foi desconstruída política e historicamente. O interessante é que Pedro Ludovico a todo o momento no relatório reforça o fato de que a antiga Vila Boa não atende os preceitos do *Regulamento dos Serviços de Saúde Pública do Estado* de 1931⁵⁰, ou seja, criado durante a sua gestão.

A mudança da capital, em 1933, tem a ver com a “criação” da Diretoria de Higiene e com o regulamento de 1931. É com base no saber médico que Pedro Ludovico, interventor federal, descaracteriza a antiga capital, Goiás, como cidade capaz de sediar o governo. Esse regulamento fornece, contra a cidade de Goiás, os principais argumentos, que se poderiam chamar “argumentos sanitários”. E tendo por base esse saber médico, a nova capital, Goiânia, é fundada (CAMPOS, 1999, p. 232-233).

⁴⁹ Seis viajantes percorreram a então Capitania e logo após Província de Goiás durante a primeira metade do século XIX. São eles: o naturalista francês Augustin François de Saint-Hilaire; o naturalista austríaco Johann Emmanuel Pohl; o militar português Luiz D’Alincourt; o botânico inglês Willian John Burchell; o naturalista escocês George Gardner; e o naturalista francês Castelnau. Mais sobre o assunto ver o interessante estudo de DOLES; NUNES, 1992.

⁵⁰ “Tendo por base o Decreto n. 714, de 19 de fevereiro de 1931, um novo regulamento do serviço de saúde é elaborado. Ele detalha os procedimentos a serem seguidos pela saúde pública em todo o estado. Tal como o regulamento de 1926, trata, inicialmente, da organização da Diretoria de Higiene, especificando serviços, cargos e atribuições. A diferença básica é que o regulamento de 1931 é mais longo e mais minucioso, com cerca de 1.100 artigos. O documento normatiza a casa, as ruas, a doença, as profissões, o trabalho, a escola, os alimentos, os hotéis e restaurantes, os hospitais, as farmácias, as barbearias, o lixo, o esgoto, a água, as igrejas e templos. Penetra e interfere em todos os recantos e meandros da vida da população” (CAMPOS, 1999, p. 234).

Sobre as residências, por exemplo, o *Regulamento dos Serviços de Saúde Pública* ressalta que todos os cômodos deviam ter “*porta ou janela abrindo diretamente para o exterior, por onde receba iluminação e insolação também diretas*”. As casas deveriam guardar “*distancias necessárias*” uma das outras “*para que se satisfaçam as condições convenientes de insolação*”. Ademais, “*nenhum prédio poderá ser construído de modo que qualquer de suas paredes externas se apoie diretamente nas encostas de colinas, prédios vizinhos ou elevações de terreno*”. Os dormitórios, por sua vez, “*deverão ter o seu piso banhado pelos raios solares, pelo menos durante duas horas no dia mais curto do ano*” (GOIÁS apud TEIXEIRA, 1933, p. 112-113). Para se respeitar o respectivo Regulamento, a conclusão que Pedro Ludovico chegou era que era “insustentável” a situação da Cidade de Goiás.

(...) as habitações da cidade de Goiaz (...) aberram todos os princípios de higiene e de todas as utilidades de conforto. 98% da população da capital dorme em alcovas bafientas, que nunca receberam sol e em que jamais entra luz ou ar diretamente do exterior. [...] Humidas e bafientas no inverno, quentes e abafadiças no verão, as peças íntimas da grande maioria das habitações desta capital, especialmente os quartos de dormir e as salas de trabalho incidem em cheio na proibição taxativa do mais tolerante regulamento de construções, insurgindo-se contra os mais rudimentares preceitos de higiene doméstica. Para as tornar mais distanciadas da habitação moderna e confortável do homem civilizado, faltam-lhes ainda, ás habitações desta cidade, além de outros requisitos, instalações sanitárias. Enumeram-se a dedo, uma ou duas em cada rua, as casas dotadas desse elemento indispensável, a menos que se queira dar o nome de instalação sanitária a privadas sem esgoto e sem caixa de descarga, simples aberturas feitas no solo rochoso dos quintais. A casa habitada, trivial, de Goiaz, longe, pois, de abrandar a inclemência do clima, longe de proporcionar ao homem os meios de tornar mais fácil a vida e de se furtar á plenitude da ação entorpecente da elevada temperatura media local, como que colobra com ela no esforço de fazer inhabitavel a cidade de Goiaz (TEIXEIRA, 1933, p. 112 a 114).

É interessante ressaltar, mais uma vez, que o diagnóstico acima foi realizado a partir de um documento elaborado pelo próprio governo do

Interventor Pedro Ludovico. Mesmo que o documento representasse o que havia de mais moderno para a medicina da época, a Cidade de Goiás não poderia ser condenada por conta da sua arquitetura, onde os preceitos sanitários e higiênicos, quando da sua construção, eram outros⁵¹. Outrossim, se o Interventor fosse usar tal documento para analisar a situação das cidades goianas do período acabaria por condenar várias outras, cuja fundação remonta ao ciclo do ouro⁵². Sua descrição da cidade de Goiás se assemelha de maneira impressionante a várias cidades do Estado, principalmente quando ressalta ser a antiga Vila Boa um ajuntamento desordenado de *“casas anti-higienicas e antiesteticas, apertando-se violentamente umas ás outras, dento de estreitíssima área acidentada, em torno da qual, sitiando-a, comprimindo-a, asfixiando-a quasi, se erguem morros e serras de todos os lados”* (TEIXEIRA, 1933, p. 112).

Para além da arquitetura e da localização, o problema da falta de água e da rede de esgotos foram outros pontos aprofundados por Pedro Ludovico para desconstruir a Cidade de Goiás enquanto Capital do Estado. Sobre o primeiro, a falta de água, o Interventor observa que a água utilizada pela população tem que ser buscada em duas fontes existentes na cidade: a Fonte da Carioca e o Chafariz do largo da Cadeia, construídas, respectivamente, em 1772 e 1778. Com isso, surge o problema dos carregadores de água, formada, principalmente, por pessoas com problemas neuropsicológicos⁵³. Essa *“tendencia comum, verificável em muitas famílias goianas, de manter cada uma delas um bôbo – mentecapto, idiota, imbecil – para o serviço de transportes domésticos, especialmente o de agua”*. Com isso, existem *“numerosas famílias que se beneficiam dos serviços desses desherdados da sorte, transformando-os em escravos irremissiveis, a troco dos restos de comida e de um canto para dormir, não raro entre os animais*

⁵¹ A arquitetura da cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX *“correspondiam plenamente aos conceitos médicos-higiênicos então vigorantes”* (MORAES, 1999). Mais sobre o assunto ver: ROSEN, 1994.

⁵² Tais como Bonfim (Silvânia), Couros (Formosa), Meia Ponte (Pirinópolis), Papuã/Papuan (Pilar de Goiás), Porto Real (Porto Nacional), São José de Mossâmedes (Mossâmedes), São José do Tocantins (Niquelândia), Santa Luzia (Luziânia), dentre outros. Sobre um panorama político cultural de Goiás durante o período colonial ver: ROCHA, 2001.

⁵³ Sobre esse assunto ver principalmente o segundo capítulo do estudo de: SOUZA, 2010.

domésticos” (TEIXEIRA, 1933, p. 115). A população recorria a esse estratagemas devido às águas das cisternas não serem potáveis.

É muito comum, em todas as cidades que não têm água canalizada, o expediente primitivo de recorrer à população à abertura de cisternas para se prover de água potável. Nesta capital, nem desse recurso se pôde valer a população, ainda que a maioria das casas tenha cisterna. É que aqui a água de poço é absolutamente impotável, devido à abundância de carbonato de cálcio que lhe adicionam as rochas calcárias que formam o sub-solo da cidade. Rara é a cisterna que não se tenha aberto na pedra viva, a dinamite. Em alguns pontos centrais do perímetro urbano, as águas dos poços não são utilizadas nem para banhos, porque, além do carbonato de cálcio, contêm outras substâncias que as tornam viscosas, neutralizam a ação química do sabão e provocam sensação desagradável na epiderme (TEIXEIRA, 1933, p. 114).

E se era difícil perfurar cisternas porque havia de se empregar muita dinamite, uma vez que a Cidade de Goiás “*se assenta toda ela em terreno rochoso*”, que poderia comprometer a estrutura das casas, imagina então construir redes de esgoto:

E como pôde uma cidade ser limpa, higiênica, habitável sem possuir um sistema de galerias subterrâneas para o escoamento dos detritos, águas servidas e matérias fecais? E mais: se se realizasse a captação e canalização de água em volume suficiente para atender às necessidades da população da cidade de Goiás, como se poderia construir, com os poucos recursos da municipalidade, ainda que auxiliada pelo Estado, a obra complementar, no caso a rede de esgotos, que, a ser traçada e realizada como a exigem as condições do centro urbano, importaria um dispêndio talvez superior a 2.000 contos?

Ao condenar a Cidade de Goiás como o contrário de *limpa, higiênica e habitável*, por meio da arquitetura, da água e da rede de esgotos, o discurso de Pedro Ludovico projeta sua cidade imaginada. A cidade dos sonhos do Interventor. Ao desconstruir a antiga Capital, o discurso ludoviquiano, constrói a cidade ideal, que seria, “*o lócus privilegiado da saúde*” (FREITAS, 1999, p. 240). Uma cidade que fosse simetricamente

oposta à *velha* Goiás, e que serviria de inspiração para retirar todo o Estado do *atraso*, impulsionando, com isso, o tão desejado *progresso*.

Ao decidir-se pela edificação de uma cidade moderna, o interventor federal Pedro Ludovico Teixeira – que era médico – pretendia que a nova capital privilegiasse a saúde dos habitantes, que seriam atendidos com abastecimento de água, rede de esgotos sanitários, coleta de lixo e regulamentação das construções, segundo parâmetros ideais de higiene e conforto. A cidade disporia também de parques, jardins, áreas destinadas a esportes e recreio, além de ruas e avenidas arborizadas (FREITAS, 1999, p. 239).

A cidade estava pronta, pensada, imaginada e desejada por Pedro Ludovico. Uma cidade ideal que não cabia dentro do fundo de vale a que a antiga Vila Boa estava perpetuamente condenada, cujos paredões da Serra Dourada delimitavam o seu crescimento tanto espacial quanto econômico, de acordo com o seu discurso.

Embora a mudança da capital constasse na Constituição do Estado desde 1891, e que a Empresa de Força e Luz da capital fizesse prever em contrato, de 1918, que se a capital mudasse continuaria com os privilégios também na nova cidade, a resistência à ideia que Pedro Ludovico tanto defendia, foi grande. Defensores da antiga Capital, principalmente entre os opositoristas da Assembleia Estadual, condenavam a campanha difamatória que o governo de Pedro Ludovico estava fazendo contra a Cidade de Goiás. Em 1934, quando entrou em vigor a nova Constituição Federal, que garantiria certa “*normalidade democrática*”, e “*dado o avanço das obras e a vigência de normas legais e administrativas editadas nos anos anteriores, a mudança da capital seria efetivada, mais cedo ou mais tarde*”. Para travar o processo da mudança e tentar manter a cidade de Goiás como Capital, os deputados opositoristas apresentaram uma emenda a Constituição Estadual: “*A transferência [da capital] se fará por lei ordinária e só depois que a Cidade de Goiás for dotada de todos os elementos imprescindíveis à continuidade de seu progresso, inclusive via férrea*”.

(FREITAS, 2009, p. 335). O então deputado Alfredo Nasser⁵⁴ foi um dos opositoristas que se destacaram contra a mudança da capital:

Vila Boa não é, nem podia ter sido responsável pela sorte de nossa economia, nem sua localização influiu desfavoravelmente no desvio dos rumos (...) com a metade do empréstimo contraído no Banco do Brasil, [a Cidade de] Goiás seria hoje uma capital com todos os requisitos de cidade moderna, tão exigentemente reclamados. (...) Nós não queremos hoje uma cidade nova. Queremo-la amanhã, não uma, mas duas, três, quantas puderem surgir no nosso abençoado solo. O que nós queremos hoje são escolas, trilhos, rodovias e navegação fluvial. Queremos aproveitamento racional de nossas riquezas, colonização para nossas terras, estradas de ferro em Vila Boa e o leito do Araguaia ouvindo a trepidação dos motores. (...) proporcionalmente, Goiás é uma das cidades mais cultas do Brasil. Um pouco de boa vontade proporcionaria o progresso material que lhe falta, como moldura às suas honrosas credenciais de cultura e civismo. (...) As ruas de Vila Boa foram os caminhos por onde pisaram os paulistas, reescrevendo a História do Brasil. (...) Esta terra existia, mas esta grandeza, não. Esta grandeza nós a tiramos do cansaço dos nossos braços e da recompensa do nosso cansaço (NASSER apud FREITAS, 2009, p. 335-336).

Os que defendiam que a Cidade de Goiás só precisava de reformas estruturais para se modernizar, provavelmente estavam inspirados nas mudanças empreendidas em Paris por Georges-Eugène Haussmann na segunda metade do século XIX, e em São Paulo e Rio de Janeiro⁵⁵ no século XX, onde *“a elite governamental brasileira procurou sanear, embelezar e modernizar as principais cidades do país”* (HAHNER, 1993, p. 165). Se foi possível fazer isso em outros lugares, também o seria na antiga Vila Boa. Porém, o discurso ludoviquiano se inspirava em Belo Horizonte⁵⁶ e não nas capitais francesa e nas grandes cidades brasileiras.

⁵⁴ Alfredo Nasser (1907-1965) foi um político goiano que exerceu os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador e Ministro da Justiça no governo de João Goulart. Foi um dos políticos mais críticos e combativos em relação a Pedro Ludovico Teixeira. Em 1995 foi organizado um livro com seus escritos, que revela um homem de grande sagacidade política, e uma crítica ácida que beira o sarcasmo. Mais sobre o assunto ver: NASSER, 1995.

⁵⁵ Sobre esse assunto ver: HAHNER, 1993, especialmente o capítulo 5.

⁵⁶ Sobre um estudo comparativo entre os projetos de construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília ver: ARRAIS, 2008.

Foi este o dilema que se apresentou ao Governo de Minas, em 1893, quando os seus dirigentes se convenceram de que Ouro Preto, apesar do seu riquíssimo patrimônio histórico, já não poderia vanguardar, como capital política, o progresso do Estado. Faleciam-lhe, como falecem á cidade de Goiaz, todas ou quasi todas as condições essenciais para se metamorfosear numa capital condigna e apresentável, que encabeçasse e dinamizasse o desenvolvimento da grande terra de Santos Dumont. Ali, como em Goiaz, o critério da escolha do local fora determinado exclusivamente pela existencia do ouro. Os fundadores de Vila Rica, bem como os de Vila Bôa, ávidos do valioso metal e imprevidentes da vida complexa das cidades do futuro, desconheciam totalmente os requisitos cuja falta viria, mais tarde, condenar as duas velhas vilas coloniais ao estacionamento ou ao desaparecimento (TEIXEIRA, 1933, p. 117).

Uma vez que o principal argumento dos antimudancistas era que os investimentos empreendidos para a construção da nova capital poderiam tornar a Cidade de Goiás moderna e apta a continuar como centro de todo o Estado, Pedro Ludovico, por sua vez, cercou-se, no Relatório de 1933, também de argumentos contrários a esta oposição.

Pedro Ludovico Teixeira, ao tecer um discurso que fundamentasse o seu desejo, foi incisivo no diagnóstico da doença, e principalmente, no tratamento indicado: a completa omissão. O médico e o político se entrelaçam de maneira inteligentemente e o paciente, uma vez diagnosticado com a doença do *atraso*, não caberia empreender nenhum esforço para tentar a cura, o *progresso*, porque o estado avançado da *moléstia* não possibilitava tal ação. Para se adequar, por exemplo, as exigências do *Regulamento de Serviços de Saúde Pública*, no tocante a arquitetura das casas, deveria reconstruir a cidade, já que toda ela estava em desacordo com as posturas sanitárias do início da década de 1930. Ademais, a localização da Cidade de Goiás, cercada pela Serra Dourada, impedia o seu crescimento ordenado, com terrenos planos e que impossibilitava, também, a circulação do ar.

Noutro passo, a falta de água não seria facilmente resolvida uma vez que o terreno não possibilitava a canalização da água; por outro lado, o rio

Vermelho sozinho não conseguiria suprir as necessidades da população, já que é um rio *“sujeito a variações extremas”*. *“Há anos em que, na seca, se reduz a um fio, a quase nada, e outros em que, na estação chuvosa, se centuplica, chegando a ameaçar as construções ribeirinhas”*. A solução seria a captação de água na barragem do rio Urú, a doze quilômetros da cidade, ou da captação de água nas barragens a serem contruídas no rio Vermelho e no córrego Bacalhau. Diante disso, de acordo com o discurso ludoviquiano, a renda média anual da antiga capital era de 302:147\$300, e o *“custo das obras e do material necessario, orçado muito modestamente”*, ficaria em 2.010:937\$100, ou seja, quase sete vezes maior que o orçamento anual do município. Em relação à rede de esgotos a conjuntura era idêntica ao problema da falta de água. Para resolver essa questão um técnico orçou em 326\$160 *per capita*, que no início da década de 1930 era de 8.256 habitantes. Para Pedro Ludovico era *“economicamente inexequivel em Goiás”* (TEIXEIRA, 1933, p. 115-116).

A esse argumento somam-se outros, como, por exemplo, o fato de que *“a cidade de Goiaz estaria até hoje às escuras se o Estado, com os tributos dos demais municípios, não lhe pagasse a iluminação publica”*. Ademais, acaso contasse somente consigo, *“a velha capital não teria promovido esse melhoramento, como por conta propria é quasi certo que não se promoverá nenhuma obra de vulto”*. No seu discurso percebe-se a tentativa, a todo momento, de jogar o restante do Estado contra a Cidade de Goiás⁵⁷. Isso fica explícito não só quando afirma que as melhorias na antiga Vila Boa foram feitas com o dinheiro de todos os municípios, mas principalmente na conclusão de suas ideias, quando reitera que com o dinheiro investido na iluminação da capital *“poderiam ter sido construídos*

⁵⁷ *“Só a intervenção do Estado lograria resolver o problema. Mas se o Estado pode intervir em benefício de uma pequena minoria, sacrificando em favor dela os tributos da sua população inteira, cumpre-lhe de preferência auscultar e satisfazer a grande maioria que o sustenta e cujos interesses são incomparavelmente mais dignos de atenção. No primeiro caso, dadas certas circunstancias, o Estado póde e no segundo deve intervir. Sempre que os interesses da minoria se chocam com os da maioria, cabe ao homem de governo ou conciliá-los, quando fôr possível, ou desprezar os daquela, para amparar os desta. Mal aviso andaria, pois, quem invertesse a ordem natural das cousas e, por capricho, por falta de visão, por conformismo ou por motivos sentimentais, sobrepujasse as causas dos grupos isolados, sempre egoístas, ás da grande coletividade, que é, em ultima analise, a razão de ser do Estado”* (TEIXEIRA, 1933, p. 116-117).

500 quilômetros de boas estradas de rodagem ou 26 grupos escolares” (TEIXEIRA, 1933, p. 122).

O Interventor vai mais além quando afirma que de 1890 a 1932, deduzindo as casas que ruíram com o tempo, não houve nenhuma construção de novas moradias na Cidade de Goiás, e que a população decresceu em quase dois mil habitantes de 1890 a 1932 (TEIXEIRA, 1933, p. 122). Porque investir numa cidade estagnada, que não cresce? Era esse o ponto principal da argumentação ludoviquiana para condenar, como a um médico diante de um paciente em estado terminal, a cidade fundada pelos bandeirantes paulistas.

Entre inverter recusos do povo na remodelação impossível de uma cidade velha e inafeiçoável às conquistas e às utilidades da vida moderna e aplicá-los na construção de uma capital nova, que seja verdadeira metrópole do seu progresso – a lógica, o senso das realidades, o interesse comum e o futuro do próprio Estado gritam ao administrador bem intencionado qual a resolução que lhe cumpre adotar. Aí não cabe nenhuma hesitação (TEIXEIRA, 1933, p. 117).

O discurso ludoviquiano transforma, no Relatório de 1933, a ideia de uma pessoa na aspiração de um Estado. Em seu estudo, a historiadora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas afirma que Pedro Ludovico não ouviu e nem pediu a opinião de quem quer que fosse sobre a transferência da capital, nem colaboradores, membros do governo, ou habitantes do Estado. *“Até onde foi possível averiguar, fica claro que a resolução de edificar uma nova capital para o estado, naquele exato momento, foi do interventor – e de ninguém mais”* (FREITAS, 2009, p. 289). Ou seja, ao construir um discurso tão profundamente embasado no Relatório para Getúlio Vargas, Pedro Ludovico quer justificar, constantemente, que a resolução da mudança era algo apoiado pela ampla maioria da população. *“Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo, não poderíamos permanecer surdo á vontade incontestável da maioria do povo goiano, de cujos anseios nos cumpre ser o defensor”* (TEIXEIRA, 1933, p. 122). A mesma estratégia discursiva já havia sido utilizada por Pedro Ludovico na Revolução de 1930,

quando afirmou que ela foi desejada e festejada pelo povo goiano, conforme analisamos no Capítulo anterior.

Entretanto, para se fazer *porta voz* da maioria, Pedro Ludovico necessitou negociar com a oposição. O seu discurso feriu profundamente os deputados ligados sentimentalmente à Cidade de Goiás, conforme afirmamos páginas atrás. Nesse sentido, o historiador Jales Guedes Coelho Mendonça denomina de “*Mudancismo Condicionado*”⁵⁸, os antimudancistas, oposição e parte da situação que tinham interesses na antiga Vila Boa, cujo entendimento era: não mais impedir “*já que era impossível, diante da obsessão do interventor federal*”⁵⁹ e do respaldo dos demais municípios, mas *interferir veementemente no resguardo dos interesses relacionados ao berço da civilização anhanguerina*” (MENDONÇA, 2008, p. 120).

O “*Mudancismo Condicionado*” fracassou, no fim prevaleceu a vontade de Pedro Ludovico e seu grupo político. Desse modo, a narrativa ludoviquiana assentou a mudança da Capital como um desejo de todos os goianos, e que ele próprio colocou as ações do seu governo a fim de beneficiar essa maioria, fato que é ressaltado no seu livro *Memórias*:

A aspiração de se dar ao nosso Estado uma Capital condigna empolgou quase cem por cento a sua população. A intelectualidade goiana, como todos os homens ilustres que se dirigiam a esta unidade federativa, manifestava-se com prazer, com entusiasmo, sobre o acontecimento que estava na ordem do dia e absorvia o pensamento dos que

⁵⁸ “A nova estratégia alterou a luta política, perpetrando a passagem gradual do campo do conflito para o setor do compromisso. A evolução foi amainando o ímpeto antimudancista dos pesserristas vilaboenses. Começaram a compreender que seria melhor perder os anéis aos dedos. A tradicional urbe de seus antepassados tinha de progredir, porém necessitava que se mantivessem algumas centelhas de desenvolvimento. A capital, que seria destronada, mas que reverenciavam e continuaria-lhes servindo de morada, bem como aos seus familiares, deveria disputar com a nova a hegemonia nos campos social, político, econômico e, fundamentalmente, cultural. Eis o lema: ‘Construir uma nova cidade sem destruir a outra’” (MENDONÇA, 2008, p. 120-121).

⁵⁹ “Ao longo dos primeiros anos da década de 1930, beneficiando-se do regime autoritário vigente, o interventor Pedro Ludovico Teixeira cuidou de apressar as medidas legais e administrativas necessárias para a concretização da mudança da capital. Em ritmo veloz, sucederam-se a designação da comissão encarregada de estudar a localização da futura capital e a elaboração do relatório respectivo. Seguiu-se a determinação da área para a construção, bem como a previsão do prazo de dois anos para a transferência definitiva da capital. Em 24 de maio de 1933, foi celebrada a primeira missa na cidade que nascia. Seguiu-se a assinatura do contrato com a firma da qual era sócio o arquiteto Atílio Correia Lima, que iria elaborar o plano urbanístico de Goiânia” (FREITAS, 2009, p. 325).

desejavam tirar Goiás da apatia em que vivia. Sentia-se um frêmito de admiração, de alegria, de ardor pela movimentação dos serviços encetados. Era mesmo exagerado o sentimento de propagar o valor do que se praticava neste Brasil Central, nesta região mal desenvolvida, ainda muito atrasada (TEIXEIRA, 1973, p. 97-98).

A ideia da nova capital que tiraria o Estado de Goiás do atraso foi amplamente utilizada por Pedro Ludovico para fazer dele o seu principal legado político. Embora desmentisse em várias entrevistas⁶⁰ e no seu livro *Memórias* que perseguiu os opositores⁶¹, contrariando estudos recentes⁶² sobre o governo de Pedro Ludovico, a oposição, por outro lado, principalmente na Cidade de Goiás, não lhe dava trégua, inclusive com ameaças de morte⁶³. Ao ser questionado, por exemplo, em 1974 se ele reconhecia ter “*rompido a tolerância democrática*” quando do confronto com os opositores na Assembleia Legislativa, em 1936, Pedro Ludovico expõe a sua ideia de democracia:

A história não perdoa os fracos. Naquele momento, o que admito é ter sido forte o suficiente para não recuar. Mas, veja bem que no consenso de todos os goianos, então, a mudança já havia conquistado sólido apoio da maioria. Uma decisão forte, mas tomada de acordo com a vontade da maioria, é na verdade uma decisão democrática (TEIXEIRA, 1998, p. 31).

Percebe-se que Pedro Ludovico pressupõe que a sua ideia era amplamente aceita por todo o Estado o que o avalizava para tomar qualquer decisão em prol dela, mesmo que para isso tivesse que ser um pouco mais

⁶⁰ Na sua última entrevista, conforme citamos no capítulo anterior, Pedro Ludovico ao ser questionado sobre as histórias de perseguições, e espancamentos, a resposta veio objetiva: “São histórias” (TEIXEIRA, 2009, p. 195).

⁶¹ “[...] durante o período interventor, em que os meus rancorosos adversários políticos não sofreram a menor perseguição, nem foram coagidos na sua liberdade, podendo usá-la em todos os sentidos, inclusive o de tramar coisas incríveis contra mim” (TEIXEIRA, 1973, p. 56).

⁶² Nesse sentido, destaca-se o estudo de FREITAS (2009), que analisa o governo de Pedro Ludovico Teixeira sob a ótica dos derrotados.

⁶³ “Um dia, no Palácio, recebi uma carta anônima me ameaçando de morte se eu não desistisse da mudança da capital. A carta dizia que lamentava muito ter de me matar, porque eu era bom filho, bom para a minha mãe, coisas assim. E outras” (TEIXEIRA, 2009, p. 201).

incisivo nas suas decisões, usando até mesmo da violência, conforme veremos mais adiante. Para o Interventor, a democracia era um instrumento que servia para favorecer a vontade da maioria, mesmo que essa maioria não pudesse ser medida⁶⁴. Temos apenas o discurso do próprio Pedro Ludovico e de todos aqueles que apoiavam a mudança, mas isso não dá a dimensão do todo. No seu livro de memórias, por exemplo, esse recurso de tentar transformar a sua ideia como uma ideia coletiva é amplamente utilizada, quando cita, por exemplo, as pessoas que o parabenizavam, e ao afirmar que todo o povo ficou contente com o seu governo, como ressaltamos páginas atrás.

Mas a ideia da mudança partiu só e somente só de Pedro Ludovico. Embora evocasse vozes do passado ou até mesmo utilizasse do discurso do Dr. Carlos Pinheiro Chagas, na noite em que a Revolução de 1930 fora vitoriosa, quando o médico mineiro, *“bom orador, opinou, para desagrado do povo vilaboense, cuja tradição de cultura e hospitalidade ressaltou, que a cidade de Goiás não deveria continuar como Capital”*; Pedro Ludovico não escreveu uma linha sequer na defesa dessa ideia durante os anos em que esteve como editor do jornal oposicionista em Rio Verde⁶⁵. Ao analisar o discurso do colega de profissão, Pedro Ludovico somente afirma que a ideia da mudança coincidia com a sua, *“alimentada desde menino”* (TEIXEIRA, 1973, p. 40).

Essas contradições são minimizadas pela força do discurso ludoviquiano que preveleceu sobre qualquer tentativa de criticá-lo. Sua ideia venceu, e seja por qual motivo íntimo Pedro Ludovico a defendeu, isso o projetou e o fortaleceu na política goiana, além de dividir a história de Goiás ao meio, fato de que ele tinha plena consciência, como quando afirmou que o Estado de Goiás só melhorou depois da mudança da Capital, conforme expusemos no início desse Capítulo. De fato, Pedro Ludovico queria,

⁶⁴ No seu discurso durante a reunião de formação do Partido Social Republicano, Pedro Ludovico enfatizou: *“Sou de parecer que as democracias devem ser formas de governo normais de todos os povos. Entretanto, reconheço a necessidade da ditadura em determinados momentos. Entre nós, o exemplo é palpitante. Impunha-se-nos, e se nos impõe, um governo forte. Estamos em uma fase de transição. É preferível a ditadura honesta e criteriosa, como a que temos, do que um governo mascarado de liberal, mal intencionado e carcomido pela politicagem”* (TEIXEIRA, 1973, p. 48-49).

⁶⁵ Cf. FREITAS, 2009.

outrossim, tratar do tema de modo científico e não sentimental. Acusado de “*inimigo da cidade de Goiás*”, Pedro Ludovico se justificou no próprio Relatório de 1933:

Não alimentamos sentimentos contrários á velha capital. Nascido aqui, criado aqui, educado no Liceu de Goiaz, preso portanto á cidade pelos laços afetivos que se estabelecem geralmente entre o homem e a sua terra natal, se considerações de ordem sentimental podessem influir em nosso animo, relativamente ao caso da mudança, é claro que a nossa opinião seria contraria á mesma, tanto mais pelo motivo de que ela fere profundamente os interesses de muitos membros de nossa família, assim como os de numerosos amigos. O que visamos, porém, é exclusivamente tornar grande o futuro de Goiaz. O nosso objetivo é assegurar ao povo goiano o direito de aproveitar as irrealizaveis possibilidades do seu Estado (TEIXEIRA, 1933, p. 131).

Deve-se ressaltar como o discurso de Pedro Ludovico consegue reverter a situação a seu favor. De homem que passava a impressão de que odiava a sua cidade natal, ao homem que sofria por causa da mudança, pois isso prejudicava vários aliados e amigos, ao mesmo tempo em que tomou tal decisão usando a *razão* e não o *sentimento*. De acordo com FREITAS, a versão de Pedro Ludovico sobre a necessidade da mudança se funde com a “*reinterpretação da História e a propaganda oficial*”, em que prevaleceu a imagem de uma cidade, que mesmo em construção, “*dava início a novos e iluminados tempos de progresso e de modernidade, em contraposição aos escuros dias do passado*” (2009, p. 337).

Há que se ressaltar que antes mesmo de Goiânia existir ela já existia para Pedro Ludovico. Nos *sonhos* do Interventor ela já estava traçada, arquitetada, e pensada. Ela era tudo que a Cidade de Goiás nunca seria! Pressupomos que a nova Capital seria a sua realização profissional e política. Profissional devido a sua formação médica, quando pôde colocar a mudança da capital como prioridade da sua administração, e fazê-la prosperar, devido à desconstrução da Cidade de Goiás, enquanto lugar habitável e saudável. Embora recorresse aos mesmos argumentos dos que o precederam, Pedro Ludovico teceu a sua argumentação na oposição entre

saúde e doença e projetou isso para além dos limites da Serra Dourada, enfeixando todo o Estado, jogando-o contra aquela que fora, no início do século XVIII, o berço de toda civilização goiana. E política porque essa foi a plataforma que garantiu, não somente o grande período em que esteve no poder do Estado, como se transformou no seu principal legado.

Ao examinar detalhadamente sua *paciente* mais desejada, Pedro Ludovico faz do Relatório de 1933 um extenso laudo médico do histórico da paciente, dos exames, do diagnóstico e do tratamento. Ao condenar a Cidade de Goiás e com ela a família Caiado, que ele destronara, Pedro Ludovico abre o caminho necessário para se perpetuar no poder, direta ou indiretamente, até 1969, quando perdeu os seus direitos políticos. O *médico* é fundamental para o *político*, e o *político* fará de tudo para colocar em prática o tratamento que o *médico* receitou: a construção da nova capital.

2.2- O Tempo da Cidade

No dia 10 de junho de 1966, o então Senador Pedro Ludovico fora convidado pelo Departamento de Geografia e História da Universidade Federal de Goiás, para que gravasse um depoimento durante a *I Semana de Estudos Históricos*, “(...) *com vistas a despertar o interesse pela história regional e local*”. De acordo com a idealizadora do projeto, a profa. Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, logo após a renúncia do então governador do Estado Mauro Borges⁶⁶, filho de Pedro Ludovico, em 26 de novembro de 1964, precedido por um clima de tensão que culminou com uma intervenção federal, muitos políticos e pessoas comuns passaram a evitá-los, “(...) *receosos de serem perseguidos pelo regime militar. (...) comentava-se que ‘velhos companheiros’ não se arriscavam sequer a*

⁶⁶ Sobre o Golpe Militar em Goiás ver os livros memorialísticos de Mauro Borges: “O Golpe em Goiás”, editado em 1965, que traz a sua versão sobre os acontecimentos que precipitaram a sua renúncia no ano anterior; e o livro “Tempos idos e vividos: minhas experiências”, de 2002, que é a sua autobiografia (BORGES, 1965; 2002).

passar na calçada de sua casa” Porém, Pedro Ludovico aceitou gravar o depoimento sobre a fundação de Goiânia, em sessão aberta, que se realizou no Ginásio de Esportes da Universidade Católica, tendo comparecido grande público, entre alunos, professores e demais interessados⁶⁷. (FREITAS, s/d, p. 11).

Dr. Pedro Ludovico estava acompanhado da nora, D. Maria de Lourdes Estivalet Teixeira, e do primeiro prefeito de Goiânia, Professor Venerando de Freitas Borges. Lembrome da figura desempenada do velho senador, em elegante terno claro; tinha o olhar alerta, sorriso cativante e inegável carisma pessoal. Foi saudado com breves palavras pelo Professor Egidio; em seguida, gravou pausadamente seu depoimento, em fita cassete, dentro dos mais modernos padrões da tecnologia disponível na época. Ao final, respondeu a perguntas e foi muito cumprimentado, atendendo, inclusive, a pedidos de autógrafa (FREITAS, s/d, p. 11).

À esse depoimento seguiram-se outros, como dos professores Venerando de Freitas Borges e Zoroastro Artiga. Entretanto, durante a referida pesquisa, não localizamos as fitas originais, que provavelmente estão escondidas em alguma caixa ainda inexplorada⁶⁸. Mas como na época era Senador da República, Pedro Ludovico publicou o seu depoimento, que fora uma transcrição da matéria do Jornal *“O popular”*, de 21 de junho de 1966.

Esse depoimento que fora publicado com o sugestivo título: *“Como e por que construí Goiânia”*, é um dos mais interessantes documentos relacionados a Pedro Ludovico e a análise que este faz sobre a sua grande

⁶⁷ *“Além do grande número de universitários e professores, compareceram também à solenidade o Reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz; o Reitor em exercício da UFG, Paulo Tormim; o Ministro Venerando de Freitas Borges, primeiro prefeito de Goiânia; o Prof. Paulo Fleury, jornalista Jayme Câmara, diretor de O POPULAR; diretor e professores da Faculdade de Filosofia, convidados e familiares do Sr. Pedro Ludovico”* (TEIXEIRA, 1966, p. 08).

⁶⁸ *“A fita cassete foi lacrada, rotulada e guardada no cofre da Faculdade de Filosofia; a ela, juntaram-se outras, gravadas posteriormente, contendo depoimentos dos professores Venerando de Freitas Borges e Zoroastro Artiaga. Depois de muitas mudanças de sede, do desmembramento da Faculdade de Filosofia, do fim do Instituto de Ciências Humanas e Letras – não tenho a menor idéia de onde possa estar essa valiosa documentação áudio-visual”* (FREITAS, s/d, p. 11). O depoimento também fora gravado pelo Jornal *O popular*, que cobriu o evento, e foi publicado integralmente na edição do dia 21 de junho.

obra. Era o momento, também, de resgatar a própria história e importância no cenário regional, fazendo com que os jovens que o ouviam pudessem se inteirar da aventura grandiosa que fora a construção da nova Capital.

Aqui nesse momento da história, encontramos um Pedro Ludovico assertivo e vibrante nos seus posicionamentos, ainda exercendo o poder político, enquanto Senador, mesmo tendo perdido prestígio com a cassação do seu filho Mauro Borges do Poder Executivo Estadual. À título de comparação, no primeiro Capítulo, quando analisamos a última entrevista de Pedro Ludovico, por meio do seu discurso, é possível presumir um homem melancólico, que fora alijado do poder de forma autoritária, e que além de tudo convivia com a recente viuvez. Talvez, por isso, o texto desse depoimento, em contraposição com os que ele escreveria e falaria futuramente, como o livro *“Memórias”*, e sua última entrevista, seja marcado pela presença forte de um político que não se considerava de todo derrotado, pois afinal, ele conseguira se safar do Ato Institucional nº. 1⁶⁹.

Diante dessas características, foi que escolhemos esse documento para que seja o fio condutor da narrativa da segunda parte desse capítulo. Em 1966 não encontramos um Pedro Ludovico tendo que defender a sua obra, ansiando por ela dar certo, e se concretizar, como nas suas entrevistas do final de década de 1930 até o final da década de 1940, mas sim uma personagem que tinha a total dimensão do que fizera, que poderia olhar o passado, não como mero expectador do momento, mas como alguém cuja vitória pessoal se descortinava entre o próprio concreto, ferro e asfalto da jovem Capital goiana.

O pequeno livreto de 35 páginas, impresso na gráfica do Senado Federal, em Brasília, datado de 1966, traz, à título de Introdução, pequena reportagem sobre a solenidade em que o depoimento fora feito. Depois de composta a Mesa⁷⁰, a profa. Lena Castello Branco saudou o convidado. Em

⁶⁹ O Ato Institucional nº. 1 foi editado pelo general Castelo Branco em 9 de abril de 1964. *“Por ele foram cassados os direitos políticos, pelo período de dez anos, de grande número de líderes políticos, sindicais e intelectuais e de militares. Além das cassações, foram também usados outros mecanismos, como a aposentadoria forçada de funcionários públicos civis e militares”* (CARVALHO, 2006, p. 160).

⁷⁰ *“A Mesa que dirigiu a solenidade foi presidida pelo Prof. Egídio Turchi, que passou em seguida a presidência para o Reitor em exercício Paulo Tormim. Foram convidados a tomar*

seguida, “dizendo que o Sr. Pedro Ludovico iria ‘falar para a história’, classificou de fundamental seu depoimento”, afirmando que “quando a perspectiva do tempo o permitir, dar especial relevo ao sentido nacional que teve a transferência da Capital goiana” (FREITAS apud TEIXEIRA, 1966, p. 08).

A exortação inicial, feita pela Profa. Lena, deu o tom exato do que seria o depoimento de Pedro Ludovico: diante daquela plateia, que o jornalista responsável pela matéria afirmou que muito o aplaudiu, o “arquiteto” de Goiânia pôde dialogar com a história, e principalmente com o passado que teve que enfrentar para que lograsse êxito. Já que era para falar para a História, na sua fala inicial, de improviso, após saudar os presentes, Pedro Ludovico enalteceu “(...) a figura de pessoas que colaboraram mais intimamente na obra de construção da nova Capital dirigindo palavras de elogio e agradecimento ao operariado que o ajudou a construir a cidade”. Posteriormente, também de improviso, narrou “as dificuldades dos primeiros dias de trabalho, lembrando principalmente a situação econômico-financeira de Goiás e os recusos que podia contar para dar cobertura às despesas de mudança” (TEIXEIRA, 1966, p. 07).

Antes mesmo de começar a ler o que tinha escrito, Pedro Ludovico em sua fala inicial, se apresenta com ares de herói; diante daquela plateia estava o responsável pela existência da cidade que abrigava a todos, e cujo relato foi, para além de ser usado por historiadores no futuro, como agora, serviu para começar a esboçar o mito que se consolidaria após a sua morte, como nos narra o jornalista que cobriu o evento:

Na parte escrita de seu depoimento (...), o Senador apresentou um relato de todos os lances históricos da construção de Goiânia, reunindo, como revelou no início, parte de discursos de sua autoria e disposições relativas ao assunto. Intercalando observações que julgava interessantes entre um e outro trecho da conferência, o Sr. Pedro Ludovico falou desde o seu tempo de estudante, de médico no interior de Goiás, de revolucionário e de dirigente

assento à mesa, além do conferencista: Desembargador Everaldo de Souza; Reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz. Profa. Lena Ferreira Costa; Prof. Venerando de Freitas Borges; Prof. Paulo Fleury da Silva e Souza” (TEIXEIRA, 1966, p. 09).

estadual que foi, até chegar à consolidação da cidade de Goiânia (apud TEIXEIRA, 1966, p. 07).

Ou seja, para falar de Goiânia, primeiramente Pedro Ludovico fala de si. É como se a cidade não existisse sem o seu inventor. No depoimento, o construtor da jovem capital não se limita a contar pormenorizadamente o processo de construção da cidade, era preciso, antes de tudo, situar o seu lugar de fala, exaltar os seus feitos, criticar os adversários da mudança, e tornar-se heróico e mítico para o público. Por isso, ele passa quase metade da sua palestra a falar de si próprio, a analisar sua mentalidade, e como ele estava a frente do seu tempo.

O título da palestra, em primeira pessoa, já evoca esse posicionamento do então Senador: *“Como e por que construí Goiânia”*. Porém, durante sua fala, Pedro Ludovico distorce o título e o *“por que”* vem antes do *“como”*. De início era preciso justificar a mudança, assentá-la para além do terreno das ideias e das probabilidades, uma hipótese remota, desacreditada, para, só depois, discorrer sobre como a ideia se tornou realidade.

Goiânia nasceu com o nascimento de Pedro Ludovico, assim o sugere. *“Nascido na velha Capital deste Estado, segui para o Rio, em 1910, com o fim de me matricular na Faculdade de Medicina daquela Metrópole”* (TEIXEIRA, 1966, p. 10). Seus primeiros lustros de vida é narrado de forma sucinta em apenas uma frase, esse desdém pela infância e adolescência, como a ressaltar que apenas o que importava na sua vida era sua trajetória política, ficou bem evidenciada no seu livro de memórias, que abordamos no Capítulo anterior.

Diplomado, volta para Goiás, fixando residência em Rio Verde, e diferentemente do que se observa no seu livro de memórias e nos seus discursos anteriores, aqui há uma valorização do *‘médico’*, como ferramenta necessária para diagnosticar os *‘males de Goiás’*, e o impulsionar na vida pública.

Sempre em contato com o povo e com a parte mais pobre da população, comecei a sentir com ela a dor da miséria, da falta de assistência para os seus males. Além dos sofrimentos físicos, havia os originados pela ausência de compreensão das autoridades públicas.

Os homens do campo eram as maiores vítimas.

Anemiados, inutilizados pelas endemias rurais, mal podiam tirar da terra o sustento para si e suas famílias. Nenhum amparo do governo lhes vinha, quer médico, quer terapêutico.

Vegetavam dia a dia, consumidos pela verminose e pela malária (TEIXEIRA, 1966, p. 10).

O depoimento de 1966 lembra o relatório de 1933, enviado a Getúlio Vargas, que no capítulo intitulado “*Serviço Sanitário*” há, também, uma grande preocupação em relação ao trabalhador rural, que de acordo com Pedro Ludovico, “*vegetava*” em “*condições miseráveis*”.

Vive consumidos pelas verminoses e pelo impaludismo. Tirando o sustento dos braços, do esforço dos seus músculos, chega a ponto de para eles não poder mais apelar. Atrofiado, inerte pela anemia que o abate, proveniente daqueles elementos nosológicos, reduz-se a completo aniquilamento. Sem capacidade econômica para adquirir medicamentos que combatam os parasitas que dia a dia, impiedosamente, lhe estiolam o físico, arrasta uma existência penosa, cheia de sofrimentos, desaparecendo, prematuramente, transformado em molambo humano (TEIXEIRA, 1933, p. 61 e 62).

A resposta para enfrentar esse problema, de acordo com Pedro Ludovico, era uma política do Governo Federal, que tinha condições de ajudar os Estados e Municípios, que sozinhos por sua vez, não conseguiam resolvê-lo. Para situar em 1966, historicamente o seu público sobre como era o Estado no período anterior a sua chegada ao poder, Pedro Ludovico evoca a imagem sofrida e desleixada do homem do campo, imortalizada na figura do Jeca Tatu de Monteiro Lobato⁷¹. Apesar de tudo, “*eram obrigados a pagar os impostos, principalmente estaduais e municipais. Se não o fizessem, vinha a execução fiscal e o seu pedacinho de terra devorado para pagamento do fisco*”. Embora não descrevesse as mazelas do cidadão com

⁷¹ Sobre esse assunto ver o interessante artigo de LIMA; HOCHMAN, 2000.

a mesma profundidade das do homem do campo, eles se assemelhavam no fato de que ambos *“não recebiam nenhum benefício das administrações públicas”*; possuíam *“obrigações, mas os seus direitos se mantinham inteiramente abstratos. Só eram lembrados deles quando se aproximavam as eleições”*. (TEIXEIRA, 1966, p. 10).

Este era o cenário que o jovem médico Pedro Ludovico enxergava no Estado. Cenário esse que, segundo o próprio, ia contra a sua mentalidade, que *“estava impregnada dos mais puros objetivos”*, em *“nobres pensamentos”* que havia haurido *“no convívio diário com grandes escritores e notáveis estudiosos das coletividades de todos os tempos”*. Influenciado por Balzac, Zola, Kant, Descartes, Comte, Marx, Engel, Rousseau, Saint Simon, e Fourier, *“desejava um mundo melhor, de mais equidade, de mais fraternidade e de maior solidariedade humana”* (TEIXEIRA, 1966, p. 11). Quando este Pedro Ludovico idealista encarou o Estado e suas mazelas, viu que seus pensamentos não se encaixavam na realidade.

Verifiquei desde logo que a realidade era muito dura e que a maioria dos homens, mesmo dos jovens, a ela se adaptava, por comodismo e por um egoísmo natural, biológico do ser humano.

Impressionado, porém, com tantos erros praticados pelo governo e pelos políticos de Goiás, e verificando que a mesma situação se deparava aos brasileiros de quase todas as outras unidades federativas, resolvi tomar parte ativa na política do meu Estado, observando, também, com interesse a política nacional (TEIXEIRA, 1966, p. 11).

Essa fala revela muito do *“revolucionário”* que Pedro Ludovico apregou a si durante toda a vida. É aqui que a mentalidade do homem se confunde com um contexto histórico propício. Pedro Ludovico aos poucos se revela ao público como um homem que ousou ver o que todos os outros, por *“comodismo e por um egoísmo natural”* não quiseram interferir, ou seja, se revela como um herói.

Fazendo um paralelo com o Capítulo anterior, que analisa esse período, quando Pedro Ludovico assume a condição de político ele passa a sofrer, conforme declarou em vários momentos, uma perseguição por parte

dos que exerciam o poder em Goiás, no caso a família Caiado, a quem ele credita as três vezes em que fora preso e quase morto. *“Não ignorava as consequências do meu gesto. Lutando contra a situação dominante, seria alvo imediatamente da sua ira, da violência que usava contra os que lhe opunham”* (TEIXEIRA, 1966, p. 11).

Percebe-se que Pedro Ludovico, conforme estamos reiterando desde o Capítulo anterior, tem a extrema preocupação, seja no seu livro de memórias, e nas suas entrevistas e depoimentos, de descrever o período anterior a Revolução de 1930, como um período conturbado, nebuloso, e que todos viviam a mercê de coronéis tirânicos. Isso deve-se ao fato, primeiro, de valorizar a sua participação, e conseqüentemente, sua importância política e histórica, e depois, de se colocar diante do público como a pessoa responsável por aquela mudança. Ou, pressupomos, de deixar subentendido que aquele período, sim, necessitava de uma Revolução, e não o que aconteceu em 1964.

À plateia, Pedro Ludovico retoma o seu descontentamento com o sistema político do período, cheio de fraudes, o início da sua vida pública, as três prisões que sofreu, e o contexto de cada uma delas, incluindo a sua participação na Revolução de 1930, com a sua invasão ao Estado de Goiás com cento e dez homens, até a sua consagração, na velha Capital, quando retornava preso e de comandado passou a comandante. A história da sua vida política era pontuada com prisões, tiros, injustiças, e finais felizes; afinal, o herói conseguira sobreviver a toda a sorte de infortúnios, desde o nascimento, quando se tornou o filho rejeitado do pai, que lhe desprezou. O mito começava a se esboçar.

Para não se dissociar de Goiânia, Pedro Ludovico sempre dizia que a *“idéia da mudança da capital tivemos-la desde menino”* (TEIXEIRA, 1966, p. 15). Porém, nunca publicou ou fez saber a qualquer outra pessoa essa ideia acalentada durante os estudos de geografia de Goiás. O fato é que para assentar seu argumento num terreno mais sólido e não nos anseios de uma criança, Pedro Ludovico, evoca, conforme afirmamos anteriormente, a fala de Carlos Pinheiro Chagas, logo após o fim da Revolução de 1930, que ficou *“impressionado com a insignificância da Capital”*; também foram arrolados os

precursores da ideia, como os Governadores Lino de Moraes e Couto de Magalhães, além da Constituição do Estado de 1891, conforme analisamos na primeira metade deste Capítulo (TEIXEIRA, p. 13).

Como se verifica, a ideia não era nova. Reconhecida por muitos como uma das medidas que consultariam fundamentalmente o progresso de Goiás, não havia surgido, até então, em nosso Estado, aquele que, enfrentando os tremendos óbices que se lhe antepunham, levasse avante a medida (TEIXEIRA, 1966, p. 14).

Nessa parte do depoimento, Pedro Ludovico segue o roteiro elaborado no Relatório de 1933, quando desnuda a então Capital do Estado da pior maneira possível, a fim de conseguir sensibilizar o Governo Central a respeito da importância do assunto. Trinta e três anos depois, as críticas contundentes à Cidade de Goiás voltaram com o mesmo vigor⁷².

Há que se ressaltar que das vinte e seis páginas com a transcrição do depoimento de Pedro Ludovico, as primeiras nove ele dedica ao período anterior a mudança da capital, ou seja, a tudo que fora elencado até aqui. Isso mostra, contudo, que o então Senador tratou de responder o *“por que contruí Goiânia”*; nessa segunda parte, que se inicia no momento em que externaliza a ideia da mudança, ele começa a responder o *“como construí Goiânia”*.

A primeira manifestação pública de Pedro Ludovico em relação à mudança da capital foi no Congresso de Municípios em Bonfim (atual Silvânia) em 1932, quando afirmou: *“O grande problema está em estudo e prometemos resolvê-lo brevemente, de acordo com os interesses do Estado”*. Tal assertiva animou os ânimos da população de Bonfim, que acreditou possuir as qualidades necessárias para abrigar a futura capital⁷³.

⁷² *“(...) chegamos a convicção de que a mudança da capital não era apenas um problema na vida de Goiás, era, também, a chave, o começo da solução de todos os demais problemas. (...) A opinião de que o atraso material de Goiás derivava, em grande parte, da inércia da velha capital não era somente nossa. Era coletiva. (...) Goiás, pois, não estava em condições de desempenhar o papel importante de uma capital, geralmente considerada a cabeça do organismo estadual”* (TEIXEIRA, 1966, p. 15 e 17).

⁷³ Sobre esse processo ver o estudo de MENDONÇA, 2009.

A partir desse momento, a ideia, ou o sonho de Pedro Ludovico, começou a ganhar forma. Durante o restante do seu depoimento ele elenca todas as minudências do processo de construção de Goiânia, desde dezembro de 1932, quando nomeou a comissão para escolher o local da futura Capital, até novembro de 1935, quando se instala o município de Goiânia. Nesse intervalo, Pedro Ludovico se atém a todos os obstáculos que enfrentou para que a nova cidade surgisse.

Citando artigos de várias leis, e ressaltando a sua participação atuante, o então Senador demonstrava que, em tudo, Goiânia primeiro foi idealizada, pensada, e principalmente, construída pelos seus decretos que, passo a passo, davam forma a cidade. Com isso, o mito se construía na mesma proporção em que ruas eram abertas. Pressupomos que Pedro Ludovico sabia que arquitetando sua fala na sua importância durante todo o processo histórico da construção, seria impossível dizer que seu nome não era sinônimo de Goiânia.

A idéia da mudança, como era de se esperar, passou a empolgar a opinião pública de todo o Estado. Os pontos de vista dividiram-se. Os anti-mudancistas formava uma forte legião na antiga capital e passaram a atacar fortemente o Govêrno. Nós, pessoalmente, que encarnávamos o movimento, passamos a ser o alvo principal das críticas veiculadas. Dizia-se que não passávamos de um visionário, de um sonhador. Por mais de uma vez, fomos tachados de louco. Em nenhum momento, todavia, sentimos os ânimos arrefecidos. E levamos à frente a nossa luta (TEIXEIRA, 1966, p. 18).

Esse trecho do depoimento reforça a junção da cidade com o seu idealizador: com o *“encarnávamos o movimento”*, Pedro Ludovico amealhava para si as glórias da construção da cidade. O homem que fora tido por visionário, sonhador e louco, e que até fora ameaçado de morte, se regozijava ante os seus feitos. Porém, uma cidade não se construiria somente com ideias, era necessário colocá-las em prática, e a primeira intervenção de Pedro Ludovico para transformá-la em realidade ocorreu por meio do decreto n. 2737, de 20 de Dezembro de 1932, onde nomeou a comissão para proceder a escolha do terreno que abrigaria a futura capital.

Concorriam as cidades de Bonfim (atual Silvânia), Ubatan, distrito de Campo Formoso (atual Orizona), Pires do Rio e Campinas.

A comissão era composta por oito membros: Colemar Natal e Silva, advogado; Antônio Pirineus de Souza, oficial do exército; Laudelino Gomes de Almeida, médico e diretor do Serviço Sanitário do Estado; Antonio Augusto Santana e Gumercindo Alves Ferreira, comerciantes; João Argenta, urbanista; Jeronimo Curado Fleury, engenheiro; e o Arcebispo de Goiás, D. Emanuel Gomes de Oliveira, como presidente. O trabalho da comissão se iniciou em 03 de janeiro de 1933, na cidade de Bonfim, e terminou em 04 de março de 1933, em Campinas, quando foi divulgada as conclusões do estudo que apontava esta última como o lugar ideal para a construção da futura Capital.

Algum tempo depois, aquele órgão enviava à Interventoria as conclusões. Baseada em parecer de sua Subcomissão Técnica, escolheu as imediações da cidade de Campinas, como local para se construir a nova capital do Estado. Quisemos, todavia, atendendo a sugestão do presidente da Comissão de Escolha, ouvir um dos mais abalizados urbanistas brasileiros, o Dr. Armando de Godoi, que, para isso, veio a Campinas acompanhado dos engenheiros Benedito Neto de Velasco e Américo de Carvalho Ramos. Feitos os estudos necessários, esses três técnicos homologaram a decisão da Comissão, sem restrições (TEIXEIRA, 1966, p. 17).

O processo de escolha do terreno da nova capital criou um *“combate silencioso”*, *“sem enfrentamento direto”* entre Pedro Ludovico e o então presidente da Comissão, o Arcebispo Dom Emanuel, que *“disputavam quem iria moldar e controlar o destino do Estado”* (VAZ, 1997, p. 240). Este último esteve à frente da Diocese entre 1923 a 1955. Neste período, *“tornou-se uma liderança no Estado, conquistando para as causas da Igreja grande parte da elite econômica e intelectual, reforçando o catolicismo como a religião majoritária”*. Com a revolução de 1930 *“chegou a aspirar o governo de Goiás, mas encontrou no interventor, Pedro Ludovico, um obstáculo para suas pretensões”* (BORGES, 2011, p. 83).

A Comissão para a escolha do local da nova capital aproximou os dois líderes. Dom Emanuel não escondia a sua predileção por Bonfim, cidade que já possuía uma estrutura bem organizada no campo educacional propiciado pelos Salesianos. No Relatório da Comissão, com a análise das quatro cidades candidatas, há uma menção ao fato de que Bonfim foi a escolhida pelo Arcebispo *“para nela construir o Ginásio Anchieta, o maior estabelecimento de ensino deste estado”*, inaugurado em 1926 (RELATÓRIO apud MONTEIRO, 1938, p. 39). *“A escolha de Campinas não agradou a Dom Emanuel, que havia se antecipado a Pedro Ludovico e construído uma segunda residência episcopal em Bonfim”* (BORGES, 2011, p. 83).

Por isso, quando a Subcomissão Técnica, composta por membros do governo provisório, concluiu que Campinas seria a melhor escolha, na Ata da Reunião Final da Comissão o Arcebispo *“declarou que, data vênica, apelava para o nobre governo do Estado para que a conclusão da ilustre sub-comissão pudesse ter ainda, a todo o tempo, o parecer luminoso de nomes de projeção nacional, e internacional”* (ATA, apud MONTEIRO, 1938, p. 46). Pedro Ludovico acatou a sugestão de Dom Emanuel, porém em nada alterou o local escolhido, que contrariava os objetivos do Arcebispo.

De acordo com o estudo de Ronaldo Ferreira Vaz, Pedro Ludovico *“não intencionava viver à sombra da Igreja e de Dom Emanuel”*, principalmente numa cidade como Bonfim, onde o Arcebispo gozava de enorme prestígio. Por outro lado, Dom Emanuel não quis, também, *“viver à sombra do Estado”*, por isso não transferiu a sede da Arquidiocese para Goiânia, que só teve o seu primeiro Arcebispado após a sua morte em 1955, com Dom Fernando Gomes dos Santos⁷⁴ (VAZ, 1997, p. 260-261).

Sobre esse *“combate silencioso”*, em momento algum Dom Emanuel se pronunciou contra a mudança da Capital e nem sobre a escolha de Campinas. No estudo biográfico realizado pelo Cônego Trindade, esse tema também é abordado, porém, não cita as opiniões pessoais do Arcebispo, que teve *“a honra de presidir a importante Comissão, portanto, com*

⁷⁴ Sobre esse assunto ver o interessante estudo de Borges, 2011.

garantias, a bem da verdade, de não se manifestar através do seu voto pessoal” (SILVA, 2006, p. 460). O autor ressalta, a todo o momento, que o Arcebispo esteve presente em todas as etapas da construção de Goiânia, e não a deixou desamparada, embora não tenha transferido a sede da Arquidiocese.

E hoje Goiânia é uma realidade. Em todas as suas fases, sempre esteve junto o prelado goiano, ora por si, ora por um sacerdote de sua delegação. Benzeu-lhe a primeira cruz, abençoou as primeiras pedras dos primeiros prédios, rezou missas campais. Criada a paróquia sob o patrocínio de Nossa Senhora Auxiliadora, a pedido da senhora Dona Gercina Borges Teixeira, as primeiras missas conventuais foram realizadas no recinto da Assembleia Legislativa Estadual (SILVA, 2006, p. 261).

Pressupomos que a insistência do autor em ressaltar a participação efetiva de Dom Emanuel na construção e consolidação de Goiânia, reflete as críticas que, porventura, tenha sofrido por não ter transferido a sede do poder eclesiástico para a nova Capital, mesmo tendo conseguido todos os terrenos necessários para a Igreja. Em uma entrevista em 1974, Pedro Ludovico foi questionado se a escolha de Campinas para a construção de Goiânia tinha a ver com sua preferência pessoal, ao passo que este lhe respondeu:

A escolha foi determinada pelo trabalho de comissão nomeada, em 1932, para esse fim. E o que pesou mesmo foi a associação de vantagens oferecidas pela área escolhida, como facilidade de comunicação com as demais regiões do Estado, topografia e clima favoráveis, proximidade dos 21 mil quilômetros quadrados das terras férteis do “Mato Grosso” goiano, disponibilidade de madeira para as primeiras construções, os recursos hídricos (principalmente o rio Meia Ponte), a possibilidade de construção de um sistema de abastecimento de água pioneiro (por gravidade) e vizinhança com o bem povoado núcleo de Campinas. Aprovei integralmente o local escolhido, que realmente apreciava e passei a considerar ideal para a construção da nova capital. A primeira lembrança que tenho dessas planícies foi de quando, com 18 anos, em viagem ao Rio, para estudar, por elas passei a cavalo (TEIXEIRA, 1998, p. 32).

Em seguida, durante o seu depoimento a convite da Universidade Federal de Goiás, Pedro Ludovico leu todo o Decreto n. 3.359, de 18 de maio de 1933, que demarcava o terreno na região que se localizava “às margens do córrego Botafogo, compreendido nas Fazendas denominadas Criméia, Vaca Brava e Botafogo, no município de Campinas, (...) para nela ser edificada a futura capital do Estado” (DECRETO apud MONTEIRO, 1938, p. 67). Com esse decreto a nova capital estava demarcada⁷⁵; e os terrenos particulares seriam desapropriados e indenizados pelo Estado. “Estabelecidos dessa forma, legalmente, as bases da mudança e construção da futura metrópole, restava-nos lançar mãos à obra” (TEIXEIRA, 1966, p. 22). A primeira medida ocorreu ainda no mês de maio.

A 27 de maio, nove dias após a assinatura do decreto (...) foi rezada a primeira missa nas verdejantes campinas, onde brevemente se deveria erguer a esperançosa Goiânia. Reconhecedor das tradições cristãs do povo de nossa terra, desejamos iniciar a construção do grande empreendimento com as bênçãos do Alto, invocando a proteção da Providência Divina, para que pudéssemos levar avante aquela realização, de cuja responsabilidade sentíamos o peso sobre os ombros.

Assim, naquela manhã clara de maio, foi oficiada a cerimônia do Santo Sacrifício, a qual contou com a presença das autoridades estaduais, dos dirigentes municipais de Campinas, alunos do Colégio Santa Clara e de pessoas de outras cidades vizinhas.

Ainda nos recordamos com precisão daquele ato solene. No local onde hoje se ergue imponente a nossa capital caçula existia apenas a vegetação comum a esta parte do território goiano.

Nenhum elemento material indicava o surgimento da cidade. Movia-nos apenas essa indômita confiança que nos levou a romper com o marasmo e a nos lançarmos à gigantesca empresa, e, no decorrer da tocante solenidade religiosa, líamos no semblante de poucos a convicção de que chegaríamos à meta colimada, tal o vulto da obra para um Estado pobre. O retinir dos instrumentos derrubando a vegetação soava como sinal de uma nova era para Goiás. Iniciava-se a construção da nova capital goiana (TEIXEIRA, 1966, p. 22 e 23).

⁷⁵ A linha divisória do município de Goiânia seria demarcada por meio do Decreto n. 3804, de 18 de setembro de 1933.

A extensa citação se justifica para ressaltarmos algumas características de Pedro Ludovico. Ele gasta três parágrafos para se referir a cerimônia religiosa, e depois de trinta e três anos ele vislumbrava no “*semblante de poucos*” a confiança de que a futura capital seria erguida. Mais uma vez ele reforça o pessimismo, até mesmo daqueles que o acompanhavam, para se projetar como um homem confiante, que em nenhum momento duvidou de que conseguiria construir a nova cidade.

Embora não tenha destacado durante a palestra, durante a Primeira Missa, o Padre Conrado, que a celebrou, disse, exaltando “*a figura varonil do interventor, como a de um homem verdadeiramente idealista e realizador*”; e que soube colocar o seu “*idealismo sadio e fecundo acima dos próprios interesses pessoais, partidários e políticos, pelo que no cenário político de Goiás ele se tornou uma figura invulgar*”⁷⁶. (CONRADO, apud MONTEIRO, 1938, p. 73). A alguns, Pedro Ludovico conseguia a admiração e a simpatia, enquanto na Cidade Goiás, a cada nova etapa do processo da construção de Goiânia, se arrefeciam os ânimos dos antimudancistas em não permitir que tal empresa seguisse adiante, conforme relatamos na primeira metade desse Capítulo. No meio desse cenário em 6 de julho de 1933, por meio do Decreto n. 3547, Pedro Ludovico contratou o urbanista Atílio Corrêa Lima⁷⁷, para que fizesse o projeto da nova capital.

A elaboração do projeto consistia da organização do esboço geral do traçado da cidade, partindo de um núcleo central e se desenvolvendo em torno dele, com um plano diretor, compreendendo sistema de logradouros públicos, zoneamento da cidade, esquemas das redes de água, esgoto, luz e força, sistema de parques, jardins, ruas-jardins, áreas para serviço de limpeza, regulamento de construções. Ao referido engenheiro entregamos, também, o encargo de projetar os edifícios do Centro Cívico – Palácio de Governo, Secretaria-Geral do Estado, Diretoria-Geral da Segurança e Assistência Pública. Palácio da Justiça, Palácio da Instrução e Quartel da Força Pública (TEIXEIRA, 1966, p. 23).

⁷⁶ Invulgar significa pessoa especial, extraordinária, incomum.

⁷⁷ Sobre Atílio Corrêa Lima e a formação do espaço urbano de Goiânia consultar os estudos de: VIEIRA, 2011; DINIZ, 2007 e ACKEL, 1986.

A Atílio Corrêa Lima, Pedro Ludovico incumbiu de dar forma ao seu sonho, de projetar a cidade idealizada. Nessa fala citada acima, é possível pressupor que o então Senador quis reforçar o seu papel de protagonista no processo de criação da nova cidade; desta feita, ele não leu o decreto todo, como fez com a demarcação das terras da nova capital e que ocupou quase três páginas, das trinta e cinco do pequeno livreto, pelo contrário, ele falou, resumidamente, em apenas um parágrafo, o seu pensamento em relação à cidade ideal e o que deveria ter essa cidade ideal. A impressão que passa é a de que Atílio apenas deu forma a um sonho, apenas colocou no papel o que fervilhava na cabeça de Pedro Ludovico. Entretanto, se Atílio Corrêa Lima colocou no papel, Jerônimo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno foram os encarregados de dirigir as obras e dar vida ao sonho.

Porém, antes de prosseguir com os decretos e seus desdobramentos, Pedro Ludovico falou a respeito dos antimudancistas, que *“tentavam por todos os meios entravar a efetivação de nossos propósitos”*. Após o Decreto que encarregava Atílio Corrêa Lima de projetar a futura capital, os ânimos dos descontentes se acirraram; *“inúmeros inimigos da mudança enviaram à Interventoria um recurso no sentido de ser revogado aquele diploma legal, que escolhia o Município de Campinas para nêle ser edificada a nova metrópole goiana”*. No referido recurso, os *“signatários”* alegavam vários motivos: a condição financeira do Estado, ausência de justificativa para a construção, desvalorização dos terrenos da antiga Capital, prejuízo para o Estado em relação aos prédios públicos da Cidade de Goiás, a melhor localização geográfica da antiga Vila Boa, e até a sua melhor altitude. Diante da proposta, Pedro Ludovico encaminhou, o que ele mesmo julgou de *“recurso risível”* para o Conselho Consultivo do Estado, que o rejeitou. *“Encaminhado ao Governo Provisório, como queriam os seus signatários, o recurso teve o mesmo destino, sendo ali rejeitado, também por unanimidade”* (TEIXEIRA, 1966, p. 23 e 24). Será que nessa primeira tentativa mais organizada de impedir a transferência da capital para a região de Campinas não teria o dedo do Arcebispado Dom Emanuel?

Em 24 de outubro de 1933 ocorreu o lançamento da Pedra Fundamental da cidade. A data escolhida remetia ao dia da vitória da

Revolução de 1930, que três anos antes, havia transformado Pedro Ludovico, de prisioneiro a comandante. A nova capital só era possível graças à revolução.

Foi com o advento do novo regime, com a queda dos oligarcas que imperavam no Estado há dois decênios, submetendo o povo de nossa terra a um governo feudal, que se criaram as condições de liberdade e progresso capazes de propiciar o surgimento de uma nova era de desenvolvimento para Goiás. (...) o movimento revolucionário abriu novas perspectivas para o nosso povo, criando-se um estado de coisas incompatíveis com o “statu quo” estabelecido pelo longo domínio retrógrado, truculento (TEIXEIRA, 1966, p. 25).

Pedro Ludovico nessa parte do seu depoimento foi mais enfático ao retratar a política antes da Revolução de 1930, porém, assim como fez em todo o momento, não citou o nome dos seus adversários políticos. A família Caiado não é mencionada um única vez, bem como o nome dos deputados opositoristas. Essa gentileza, no entanto, não se fez perceber no seu livro de memórias e nem na sua última entrevista, conforme analisamos no primeiro Capítulo.

Para a festividade do lançamento da Pedra Fundamental, Pedro Ludovico, por meio do Decreto n. 3929, de 21 de outubro de 1933, visando facilitar a divulgação da solenidade e a ida de pessoas interessadas, decretou “*ponto facultativo em todas as repartições públicas estaduais, nos dias 23, 24 e 25*”; e que o decreto fosse transmitido telegraficamente “*aos prefeitos municipais afim de que os interessados dele tenham ciência*” (DECRETO, apud MONTEIRO, 1938, p. 85).

Com isso o evento “*se revestiu de intenso entusiasmo*”, comparecendo “*numerosas caravanas do interior, numa demonstração clara do proselitismo criado em torno da mudança*”. Pedro Ludovico aproveitou para fazer um discurso a respeito do “*sentido da nossa luta*”. Durante sua fala na Universidade Federal de Goiás, em 1966, ele pode olhar para si mesmo no passado e contemplar a vitória do seu discurso e do seu entusiasmo. Na ocasião, ele afirmou que “*o visionário de então fêz várias*

previsões que hoje confirmam em toda linha, numa prova evidente de que tínhamos perfeita compreensão das perspectivas históricas abertas no nosso Estado” (TEIXEIRA, 1966, p. 25). Pedro Ludovico, dessa forma, escolhia no passado, a memória ideal para se projetar no presente. Em seguida, alguns trechos do discurso de 1933 que endossam o “*visionário*”, e que ele repetiu na íntegra:

A seleta assistência que me ouve não ignora que esta obra de grande vulto (...) é o pivô, o projeto grandioso de minha administração, a que dei todo o vigor do meu querer, toda a força do meu idealismo

Não vi obstáculos para sua realização. Desgostei velhos amigos ao protege-la e ao leva-la avante. Pus em jogo o meu prestígio político (...). Verdade é que noventa por cento dos goianos que habitam a hinterlândia ansiavam por ver concretizado esse desiderato.

As vozes da razão e a diretriz que me tracei no exercício do meu cargo, vendo tão somente o bem público e os imperativos da coletividade, me fizeram forte ante a fúria dos que viram os seus interesses contrariados, me tornaram insensível às assacardilhas e refratário às injúrias. A estes, pouco se lhes dá a situação das gerações vindouras, jamais pensando na excelsitude da solidariedade social.

(...) não foram pequenos, como vedes, os tropeços e contrariedades surgidos para chegar ao ponto que hoje atingimos, objetivando com o lançamento da pedra fundamental a obra por mim idealizada.

Sem violências, indiferente às maledicências dos que são incapazes de se sacrificar por um ideal, resolvido a antes cair com a minha idéia a abandoná-la por interesses pessoais, venho vencendo todos os óbices da caminhada construtora (...).

Prevejo que, dentro de cinco anos, grande porção desta área destinada à futura cidade estará coberta, senão de luxuosas, de alegres vivendas, em que os preceitos de higiene se casarão com o conforto e beleza da arquitetura (...)

Não se pode duvidar, pois, do futuro auspicioso que aguarda a nova capital da terra do Anhanguera (TEIXEIRA, 1966, p. 25-28).

Foi dessa forma que “*sonhador*” de 1933 se transformou no “*visionário*” em 1966. Nos trinta e três anos que separam esses dois momentos da vida de Pedro Ludovico, a construção do mito pôde erguer paredes sobre um sólido alicerce que se encontrava nos depoimentos,

entrevistas, discursos e tudo mais que tenha feito o então Senador, durante o período inicial da nova Capital. Tudo ressurgia nos mínimos detalhes, e o passado era confrontado com o presente.

No ano seguinte, em julho de 1934, devido ao processo de constitucionalização do País sob o aspecto democrático após a Revolução de 1930, Pedro Ludovico foi eleito governador por eleição realizada pela Assembleia Legislativa.

Estando convicto de que seria eleito, reuni no Palácio do Governo os representantes estaduais que me apoiavam e lhes afirmei que, se eleito fosse, levaria avante o problema da mudança da capital (...) Fui eleito por uma grande maioria (TEIXEIRA, 1966, p. 29).

Em maio de 1933, antes mesmo do lançamento da Pedra Fundamental, que ocorreu em outubro, Pedro Ludovico estipulara, por meio de um Decreto, o prazo máximo *“de dois anos para o governo efetuar a mudança da capital”*. Em maio de 1935, constatou-se *“não ser possível efetuar a mudança, em virtude de não se acharem concluídos os prédios públicos principais”*. Em novo Decreto ficou estabelecido *“que o governador do Estado poderia passar na nova capital, em seguida ou fracionadamente, o tempo que julgasse necessário ao incremento da cidade em construção”* (TEIXEIRA, 1966, p. 29-30). Foi nesse contexto que a oposição se animou para tentar protelar a mudança da capital, chegando a propor uma lei que a transferência da capital só poderia ocorrer quando a Cidade de Goiás fosse dotada de todos os elementos necessários para lhe garantir o progresso, conforme analisamos na primeira parte deste Capítulo.

Noutro passo, foi no Decreto n. 327, de 2 de agosto de 1935, que o nome Goiânia foi usado oficialmente pela primeira vez, até então ela era chamada de *“nova capital”*, *“futura capital”*, e *“nova cidade”*. Nele ficou estabelecido a fusão *“em um único os atuais municípios de Campinas, Hidrolândia e parte dos territórios dos de Anápolis, Bela Vista e Trindade, que passarão a constituir o Município de Goiânia”* (DECRETO apud

MONTEIRO, 1938, p. 269). Além do Município, esse Decreto foi o responsável pela criação da comarca.

O nome Goiânia tem uma história interessante que revela muito de Pedro Ludovico. O Jornal “*O Social*”, em seu número 4, de 5 de outubro de 1933, divulgou um concurso que se intitulava: “*Como se deve chamar a Nova Capital*”. Como prêmio foi oferecido uma assinatura do jornal por dois anos. Os interessados deveriam redigir, à mão ou à máquina, a sua sugestão, e enviar com a assinatura e o local de residência. De acordo com MONTEIRO, este “*concurso despertou grande interesse, concorrendo a ele vários intelectuais*” (1938, p. 261).

Muitos nomes foram sugeridos: Petrônia, Petrolândia, Goianópolis, Bartolomeu Bueno, Guaracima, Campanha, Esplanada, Liberdade, Eldorado, Crisópolis, Heliópolis, Tupirama, Marataira, Goiânia, dentre muitos outros. Os dois primeiros nomes faziam clara alusão a Pedro Ludovico. No final do concurso, Petrônia obteve o maior número de votos, 105; o segundo não alcançou 30 votos, e Goiânia ficou apenas com dez. Mas o resultado do concurso não foi respeitado, prevalecendo o desejo de Pedro Ludovico. Em 1966, o então Senador afirmou que “*apesar de em um concurso ter saído vitorioso o nome de Petrônia, em homenagem ao fundador da cidade (...) demos-lhe o nome de Goiânia*” (TEIXEIRA, 1966, p. 29).

Ou seja, Pedro Ludovico, pressupomos, não queria ter o nome na cidade que criou, pois ele já era sinônimo da cidade. Era impossível indissociar Goiânia do seu idealizador e construtor. Outro exemplo de modéstia da parte de Pedro Ludovico ocorreu em dezembro de 1935, quando, por um Decreto, ele modificou o nome de uma das principais avenidas de Goiânia: a “*avenida Pedro Ludovico*”, batizada por Atílio Corrêa Lima, passou a se chamar “*avenida Goiás*”, em homenagem a então Capital.

Em novembro de 1935 o Município, enfim, foi instalado. E em 04 de dezembro, Pedro Ludovico e a família transferiam a residência para Goiânia. Nesse período o “*local da nova cidade transformava-se numa grande oficina de trabalho*”. No meio a um clima de tensão por parte dos antimudancistas,

“centenas de operários labutavam na edificação dos prédios públicos e nas residências dos funcionários” (TEIXEIRA, 1966, p. 31).

Em Goiânia vivíamos período árduo. Nossos dias eram longos e estafantes. Ciosos da tremenda responsabilidade que assumíramos para com o povo, com a posteridade, estávamos à frente dos serviços, fiscalizando diariamente o prosseguimento dos trabalhos.

Mantínhamo-nos em perfeita atividade, às vezes até vinte horas por dia, sacrificando nosso repouso, num desdobramento de energias para atender os múltiplos afazeres dos três setores a que nos dedicávamos: o expediente normal do Governo; as atividades da política partidária; a construção da cidade. Trocáramos o conforto, a tranquilidade de um governo rotineiro e burocrático, por uma administração de lutas, marcada de acontecimentos emocionantes. Tínhamos, porém, a nossa meta (TEIXEIRA, 1966, p. 31).

Nesse trecho do depoimento, ocorre a fusão do homem com a cidade. Pedro Ludovico ao ressaltar os sacrifícios que fez para que seu sonho se realizasse, projetava-se no futuro, indo buscar na *“posteridade”*, que se encontrava diante dele, na plateia, a justificativa para toda a sua luta. Esse relato ganhava um caráter épico, e o então Senador, ares de herói, que se sacrificou em prol de um bem maior. O herói que se distinguia de todos os outros que estiveram na sua posição, por serem rotineiros, burocráticos, e não se darem a lutas e a emoções nas suas administrações. Era como se os outros governos não tivessem objetivo, e se arrastassem pelo *“marasmo”* e pela inércia.

Na parte final da sua palestra, Pedro Ludovico dedica-se a maior crise política que enfrentou pela transferência da Capital em 1936. Nesse último ato, o então Senador confere um caráter épico ao fato. Com Goiânia já quase pronta, os deputados oposicionistas protelavam a votação do projeto de lei que transferia a capital. *“A proposição era retida em mãos parlamentares antimudancistas, que obstruíam a votação da matéria. Os deputados governistas, com algumas exceções, não atuavam com a energia que se fazia mister”* (TEIXEIRA, 1966, p. 32). Estando o Presidente da Assembleia Legislativa afastado, e quatro deputados da situação que foram

as hostes da oposição, além de um que se encontrava no Rio de Janeiro para tratamento médico, a oposição aproveitou a fragilidade do governo junto aos deputados para tentar protelar a mudança. *“A situação radicalizava-se, recusando-se o governador a estudar qualquer acordo com a oposição”* (FREITAS, 2009, p. 33).

De acordo ainda com o estudo de FREITAS, restou a Pedro Ludovico agir com violência, que envolveu: envio de tropas à Cidade de Goiás, para pressionar os deputados oposicionistas, inclusive com a prisão de dois deles; censura prévia aos jornais da então Capital; e a prisão do prof. Francisco Ferreira dos Santos Azevedo⁷⁸, muito querido e respeitado pela população vilaboense, por ter apoiado um protesto dos seus alunos contra o governador. Com este último fato, toda a *“cidade levantou-se contra o governo. Manifestações de solidariedade somaram-se a atos de desagravo promovidos pela população da capital e dos municípios próximos”*. Até a mãe de Pedro Ludovico *“uniu-se às vozes que exigiam respeito e justiça ao querido e respeitado professor, afinal posto em liberdade”* (FREITAS, 2009, p. 33). Nenhuma dessas iniciativas violentas promovidas pelo governo de Pedro Ludovico foi dito na sua palestra, que teve o objetivo de colocá-lo como vítima.

A 21 de agosto fomos procurado pelo deputado Hermógenes Coelho, presidente da Assembleia Legislativa, que nos propunha uma aliança com a oposição. Repelimos com energia a proposta. Declaramos, então, categoricamente que jamais nos aliaríamos aos decaídos de

⁷⁸ Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (Cidade de Goiás, 14 de Abril de 1875 – 15 de Novembro de 1942). *“Aos 15 anos, matriculou-se na Escola Militar, no Rio de Janeiro, mas logo percebeu que não tinha vocação para o Exército. Voltou para Goiás e foi trabalhar nos Correios e Telégrafos. Com a ajuda de Leopoldo de Bulhões, cursou agrimensura, na Escola de Minas de Ouro Preto. No ano seguinte foi nomeado engenheiro do Estado. Em 1903, publicou a Carta Geográfica de Goiás. Em 1910, no seu Anuário Histórico Geográfico e Descritivo do Estado de Goiás, o Professor Ferreira publicou o conto “Tragédia na Roça”, que marca a estréia de Cora Coralina na literatura, aos 21 anos, um ano antes de fugir com Cantídio Tolentino de Figueiredo Bretas, seu futuro marido. Professor da Escola Normal de Goiás a partir de 1907, o Professor Ferreira foi nomeado diretor do Liceu de Goiás em 1921, permanecendo no cargo até a Revolução de 30, quando assumiu a direção da Escola Normal. Foi também um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e da Academia Goiana de Letras. O Dicionário Analógico da Língua Portuguesa: Idéias Afins foi publicado em 1950, oito anos depois de sua morte”*. (In: <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Imprensa&subsecao=Colunas&idjornal=167>, acesso em 03/01/2010).

1930, cuja queda fora um dos mais ardentes ideais de nossa vida (TEIXEIRA, 1966, p. 32).

Com a situação cada vez mais se agravando, os antimudancistas *“urdiam nova manobra. Tramavam um golpe contra o executor da mudança. Ofereciam a aprovação da transferência definitiva em troca da renúncia do Governador”*. Com isso, *“queriam, naturalmente, afastar o obstáculo maior, em seguida, desfechar o golpe mortal contra a mudança”* (TEIXEIRA, 1966, p. 33). Nessa fala, é possível perceber como Pedro Ludovico se projetava em Goiânia, de tal forma que sua renúncia colocaria fim a ideia da mudança da Capital; era como se só ele tivesse a coragem necessária para prosseguir com a ideia. O herói vitimizado pelo seu discurso reage por meio de uma carta enviada aos deputados aliados, que ele fez questão de ler durante a sua palestra:

Srs. Deputados:

Prezados amigos:

Para vossa orientação, declaro-vos que repilo qualquer acordo com a oposição.

Há em seu seio elementos muito sujos, que contaminariam meu Governo.

Penso deveis comparecer à Assembléia, e votar uma lei conforme já conversamos, baseada no artigo 18, nº. 16, da Constituição, o que seria lógico e aceitável em face do ambiente de insegurança provocado pela questão da mudança.

O futuro dirá.

Só Deus terá poderes para me fazer recuar.

Goiânia, 30 de agosto de 1936.

Do amigo Pedro Ludovico (TEIXEIRA, 1966, p. 33).

Com essas palavras, Pedro Ludovico não apenas não cedia à pressão da oposição, como também afirmava que somente Deus poderia fazê-lo recuar. *“Temos a impressão que essa carta desempenhou papel preponderante na decisão que a seguir se adotou. (...) E a lei foi aprovada”* (TEIXEIRA, 1966, p. 33). Em 23 de março de 1937, Pedro Ludovico assinava o Decreto n. 1816, que transferia definitivamente a Capital da

cidade de Goiás para Goiânia⁷⁹. “A assinatura do decreto da mudança definitiva foi recebida, em Goiânia, com grandes manifestações de alegria” (MONTEIRO, 1938, p. 608).

Logo em seguida, Pedro Ludovico citou a visita do então Presidente Getúlio Vargas (o primeiro a visitar o Estado de Goiás), que ocorreu em 1940, e que a construção de Goiânia o teria inspirado a colocar em plano a Marcha para o Oeste, conforme já analisamos no primeiro Capítulo. O então Senador terminou a sua palestra tendo como último ato a transferência da capital. Com isso, o “*como construí Goiânia*” estava respondido. A cidade já existia e a função pelo qual ela foi criada estava assegurada. Ele ainda diz que vários outros episódios ocorreram na construção e no desenvolvimento da nova capital, e incentivou os historiadores a registrá-los.

Esta palestra é um depoimento sincero de quem viveu intensamente todas as fases da batalha mudancista (...) que preferiu enfrentar os óbices de uma jornada heróica a ficar desfrutando da rotina inconsciente que afogava o Estado, há duzentos anos.

Não será preciso que nos encarreguemos de frisar as consequências benéficas da construção de Goiânia. Elas aí estão aos olhos de todos. Um surto de progresso, jamais verificado em nosso território, domina todos os setores de suas atividades. Goiânia abriu novos horizontes a Goiás (...) (...) A cidade cresce extraordinariamente, já com mais de duzentos mil habitantes. Suas amplas ruas e avenidas asfaltadas oferecem tráfego a mais de dez mil veículos. Erguem-se aqui milhares de casas por ano (...). Goiânia não para. (...) Atingimos o objetivo colimado (TEIXEIRA, 1966, p. 34-35).

Logo após agradecer os seus apoiadores, e principalmente a sua esposa, Pedro Ludovico assim encerra sua fala: “Os resultados de nosso trabalho aí estão, e os fatos se encarregam de proferir o seu veredicto” (TEIXEIRA, 1966, p. 35). Aventamos que diante da Goiânia construída e da

⁷⁹ Pedro Ludovico, por exemplo, enfrentou a oposição dos funcionários das repartições federais que se opunham à transferência para a nova capital. “E só conseguimos resolver isto quando fui ao Rio e expus pessoalmente o problema a Getúlio Vargas. Disse-lhe que a mudança da capital tivera todo o apoio da União e, no entanto, alguns chefes de repartições federais e muitos funcionários não se dispunham a vir para Goiânia. Getúlio me ouviu com atenção e tomou providências imediatas, as repartições se transferiram e os funcionários, mesmo os renitentes, acabaram se adaptando bem em Goiânia” (TEIXEIRA, 1998, p. 33).

sua vitória pessoal ao levar tal intento adiante, quem se preocuparia com os argumentos dos antimudancistas, tachados pelo discurso dominante como retrógrados e apenas preocupados consigo mesmos? Diante do herói ali posto, quem questionaria sua forma por vezes autoritária de lidar com as opiniões dissonantes durante o período da transferência?

Com esse discurso, Pedro Ludovico projeta-se na Goiânia que idealizou e construiu. Cidade e homem tornam-se um só. A transferência da Capital marca o último ato que Pedro Ludovico fez por sua cidade⁸⁰. No que dele dependia para surgir e crescer por si mesma. Pressupomos que, talvez por isso, Pedro Ludovico, durante a palestra, não tenha abordado o Batismo Cultural de Goiânia, realizado no dia 05 de julho de 1942, que marcava a sua inauguração, e a data em que deveria ser comemorado o aniversário da cidade, cerimônia essa que analisaremos no próximo Capítulo. Porém, a tradição tratou de comemorar esse evento no dia 24 de outubro. A respeito dessa contenda, anos depois, Pedro Ludovico afirmou:

Tanto os que defendem a data de 24 de outubro – vitorioso, afinal, na prática, pois o aniversário é comemorado neste dia – como os defensores da tese de que a celebração devia ocorrer a 5 de julho, sustentam-se em razões procedentes. Para mim é difícil tomar partido, eu prefiro não fazê-lo. Ambas as datas são muito importantes. O 24 de outubro corresponde ao lançamento da pedra fundamental, promovido em 1933, e simboliza um empenho tenaz pela mudança. O 5 de julho, data oficial da inauguração de Goiânia, traduz a sua consolidação, nove anos depois. Um dado importante, contudo, é a inauguração. Goiânia formou uma população pioneira de 14 mil habitantes. Em 42, portanto, a cidade já existia (TEIXEIRA, 1998, p. 33-34).

⁸⁰ De acordo com CHAUL, a construção de Goiânia e a transferência da Capital devem ser vistos sob alguns aspectos, onde destaca: “primeiro, como uma estratégia de poder de Pedro Ludovico – representante dos interesses dos grupos oligárquicos do Sul e Sudoeste – que tinha na mudança da Capital uma forma de consolidar seu poder político, uma vez que, de 30 a 37, no Brasil, tudo era provisório; segundo, Goiânia, mais que uma Capital para Goiás, era uma Capital para o Sul e Sudoeste, à medida que permitiria uma maior inserção de Goiás na economia de mercado; em terceiro lugar, uma nova Capital seria de suma importância para o processo de acumulação capitalista no Estado; por fim, Goiânia representaria a consolidação da frente pioneira na região, servindo de trampolim para conquista e viabilização capitalista da Amazônia. Tudo isso foi feito em nome do progresso, ou seja, da visão burguesa de progresso” (1988, p. 166).

Pedro Ludovico não se posicionou a favor de nenhuma das duas datas, mesmo porque partiu dele a escolha de ambas. O 24 de outubro fazia lembrar constantemente a data da vitória da Revolução de 1930, que o colocaria no poder, e, conseqüentemente, possibilitaria a construção de Goiânia. O 5 de julho, por sua vez, era uma homenagem a 1922, quando ocorreu a Revolta do Forte de Copacabana, dando início ao Movimento Tenentista, e que Pedro Ludovico acreditava ter nascido ali o ideal do processo revolucionário que ocorreria oito anos depois.

Goiânia estava repleta de signos construídos por Pedro Ludovico para se perpetuar na memória e na história...

TERCEIRO CAPÍTULO: O TEMPO DA CONSAGRAÇÃO

Goiânia, madrugada do dia 05 de julho de 1942.

Pedro Ludovico teria um dia cheio pela frente. A programação se iniciaria as cinco horas da manhã, com alvorada realizada pela Banda da Polícia Militar, logo após, uma passeata de militares e escolas, e encerraria com um grande banquete a ser realizado no Palácio das Esmeraldas às altas autoridades que se encontravam na cidade, cuja previsão de início era as vinte e duas horas. Nesse intervalo, teria que assistir aos desfiles, participar da missa campal e presidir a sessão solene de inauguração da Capital, no Cine Teatro Goiânia. Diante dos seus olhos, se Pedro Ludovico contemplasse a sua criação naquele momento, veria uma cidade pulsante, caminhando para o nono aniversário, e já com quase cinquenta mil habitantes! Esse quadro superava as suas expectativas! Sua cidade era cinco vezes maior que a *Velha Goiás*, sua terra natal, escondida e sufocada pela Serra Dourada. Sua realização e seu nome já estavam escritos nos anais da história do Estado, porém, o Governador queria apresentar a sua criação para todo o País⁸¹, queria que todos soubessem do seu feito mais admirável, e do quanto ele doou de si para a construção de Goiânia. Era necessário atrair autoridades, intelectuais, do Brasil inteiro, e batizar a jovem

⁸¹ “O Batismo Cultural acontece como um ritual de incorporação à nação, condição propiciada somente após a separação do estado anterior, representado pela porção indesejada da tradição: a decadência de Vila Boa. Parece-me que nesta data o processo de movimentação espacial se completa simbolicamente. A ação de transferir a capital do Estado é uma sequência de contínuas aproximações a um local esperado, em que se pretendia fundar uma nova ordem regional. Enfim, o que se celebra é a chegada definitiva, quando o que fora movimento no espaço é compensado por um seguro movimento de status, a alteração na condição de parte do Brasil. Cumprida a passagem territorial, é permitido empreender o rito que tanto cultua, como é a ocasião propiciatória da unidade de todas as partes do Brasil. Goiânia não só seria a ‘credencial’ para lançar Goiás além do âmbito regional, mas também era a concretização da integração do interior ao fluxo da nacionalidade. Lá estaria o Brasil inteiro, metonimicamente representado por uma plateia composta por ‘brasileiros da mais alta categoria e pelos operários, comerciantes, industriais, militares, religiosos, estudantes e fazendeiros’” (SOUZA, 2002, p. 93-94).

Capital sob a égide da cultura e da ciência. E assim foi feito! O evento que se iniciara no dia primeiro de julho, só acabaria no dia onze, entretanto, a data mais aguardada era aquela, onde diante de todos ele entregaria a cidade consolidada ao povo. Era a coroação definitiva da sua vitória pessoal!

O objetivo desse Capítulo é analisar a consagração da imagem de Pedro Ludovico na memória e na história goiana, como uma consequência do bem sucedido projeto da construção do arquétipo do héroi iniciado pela Revista Oeste e pelo próprio, em suas falas e escritos. Para isso, dividimos o estudo em três partes, a saber: “*O Tempo da ‘Oeste’*”, onde enfocaremos como a imagem de Pedro Ludovico fora moldada pela revista; “*O Tempo da História*”, onde analisaremos algumas importantes obras da historiografia goiana, e como a mesma aborda o construtor de Goiânia; e por fim, “*O Tempo da Memória*”, cuja análise parte dos livros de memória, depoimentos, além da participação de Pedro Ludovico em instituições sócio-culturais.

O Tempo da Consagração é um tempo dilatado, diferente dos outros dois nos Capítulos anteriores, que trazia documentos escritos em diversos períodos, mas referente a um único fato, esse traz documentos e obras que foram escritos até mesmo após a morte de Pedro Ludovico, não sobre um fato em si, mas sobre uma personalidade. A consagração é um tempo intermediário. É um passo grandioso para o processo de construção e consolidação do mito. Ao se revestir de atitudes heróicas na Revolução de 1930 e na construção de Goiânia, agora temos um Pedro Ludovico que pouco falará de si mesmo, e será visto e contemplado pelos outros, que, pressupomos, trilhará o seu caminho discursivo.

Entrento, deve-se considerar que as vozes dos seus críticos e opositores pouco aparecerá. Não que elas sejam escassas, porém, pouquíssimas resistiram à prova do tempo e tiveram força suficiente para contrapor ao discurso ludoviquiano, sempre a postos em contradizer os adversários e defender o seu legado, principalmente após a sua morte. Nisso a memória e a história contribuem para que esse discurso saía da academia e dos ambientes intelectuais para as ruas, praças, museus e monumentos, como analisaremos no Capítulo seguinte. Reitero que o nosso objetivo com esse estudo não é desconstruir o mito Pedro Ludovico, e sim

propor um processo de construção mítica dessa personagem da história goiana.

3.1- O Tempo da “Oeste”

O Batismo Cultural de Goiânia ocorreu no dia 05 de julho de 1942 e marcou a inauguração da cidade sob o signo da cultura e da ciência. Na ocasião, a convite de Pedro Ludovico, intelectuais, artistas e cientistas reuniram-se na jovem capital promovendo uma extensa programação que incluía conferências, congressos, palestras, peças teatrais, desfiles e exposições⁸². Neste dia, por exemplo, foi inaugurado o Teatro Goiânia e lançado o primeiro número da *Revista Oeste*, que propagandeava as ações do Estado Novo⁸³, bem como as de Pedro Ludovico. Entretanto, esse lançamento não constou da programação oficial do evento.

Nos seus vinte e três números, entre julho de 1942 a dezembro de 1944, a *Revista Oeste*, se tornou o um veículo do pensamento oficial da época, embora pautasse por um caráter cultural, revelando escritores e intelectuais. A revista Oeste “*se tornou um instrumento de poder do Estado, não só na esfera do governo estadual, mas do Estado Novo também*” (SCHWAB, 2010, p. 43). Outrossim, a Oeste ajudou a consolidar Goiânia, bem como difundiu o processo de modernização de Goiás (COSTA, 1994). Sua tiragem variava de 350 a 500 exemplares, e contou com mais de uma centena de colaboradores entre poetas, prosadores, historiadores, jornalistas, e cientistas sociais (NEPOMUCENO, 2008, p. 02-03).

⁸² Para uma descrição pormenorizada do evento consultar: PIMENTA NETTO, 1993. Para uma análise mais jornalística do evento, com um forte apelo a imagem de Pedro Ludovico, ver: GALLI, 2007. Para uma análise histórica, que dialoga com o contexto da época e principalmente com a Marcha para o Oeste consultar: SOUZA, 2002.

⁸³ Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial civil liderado por Getúlio Vargas, “*garantido pelas forças armadas, em que as manifestações políticas eram proibidas, o governo legislava por decreto, a censura controlava a imprensa, os cárceres se enchiam de inimigos do regime. (...) O Estado Novo não queria saber de povo nas ruas. Era um regime mais próximo do salazarismo português, que misturava repressão com paternalismo, sem buscar interferir exageradamente na vida privada das pessoas. Era um regime autoritário, não totalitário ao estilo do fascismo, do nazismo, ou do comunismo*” (CARVALHO, 2009, p. 109).

No seu estudo pioneiro Eliane Dayrell divide a Revista Oeste em três fases: a primeira, composta apenas do primeiro número, que conseguiu ser *“uma revista literária, de um elemento incentivador e apresentador do esforço intelectual goiano”*; a segunda fase, de março de 1943 a fevereiro de 1944, quando busca-se conciliar a *“função de divulgador literário com a de divulgador político ideológico”*; e a terceira fase, de março a dezembro de 1944, com a *“utilização da Oeste como instrumento exclusivamente de cunho político-ideológico”*, onde *“não há mais preocupação em conciliar propósitos distintos”* (DAYRELL, 1979, p. 1349-1350).

Com o objetivo de analisar a projeção de Pedro Ludovico na Revista Oeste, analisaremos quatro edições, das vinte e três que circularam entre julho de 1942 a dezembro de 1944. A escolha não se pautou pelas revistas em datas comemorativas como a julho de 1943 e 1944, onde se comemorava o aniversário da própria revista bem como o do Batismo Cultural de Goiânia, tampouco escolhemos as de outubro de 1943 e 1944, que homenageavam tanto a jovem capital quanto o seu idealizador, que aniversaria nesse mês.

As quatro edições escolhidas foram: a nº 1, de julho de 1942, justamente por ser o primeiro número e pautar o tom ufanista e bairrista que a revista adotará durante sua existência; a edição nº 2, de março de 1943, por ser o primeiro número de uma série ininterrupta até o seu fim, e por ser toda ela feita às expensas do Governo Estadual, de acordo com o projeto de Lei do então Interventor Federal, Pedro Ludovico; a edição de nº 12, de janeiro de 1944, que marca o meio da publicação; e por fim, a última edição de nº 23, de dezembro de 1944. Destarte, com essas quatro edições acreditamos que conseguiremos vislumbrar tanto a projeção de Pedro Ludovico na revista, como o seu impacto na memória e na história, conforme analisaremos nos próximos tópicos.

Todo o primeiro número da Revista Oeste é uma ode a Goiânia e a seu idealizador e construtor. O editorial, sob o título de *“Oeste”* dizia que a revista era *“o veículo oficial do pensamento moço de Goiás. Limita seu aparecimento a fase mais vitoriosa de Goiás, dentro de aspectos absolutos”* (REVISTA OESTE, nº 1, 1942, p. 02). Essa *“fase mais vitoriosa”* do Estado

dizia respeito a construção de Goiânia, que já era uma realidade em 1942, contando com quase o quádruplo de habitantes que existia na Cidade de Goiás, enquanto a mesma ainda ostentava o título de Capital.

A revista era pretenciosa no sentido de relacionar a nova Capital a “*outra posteridade mental*”, que repercutiu no “*estado social-político-intelectual*” dos jovens escritores e intelectuais, que renderam seus trabalhos a homenagear, em uma “*brasileiridade sã, uma obra e um autor*” (REVISTA OESTE, nº 1, 1942, p. 02).

A obra é Goiânia; Pedro Ludovico, o autor.

Vale pelo que a mocidade goiana deva retribuir a seu benfeitor. Benfeitor que nos oportunizou cooperação nos destinos comuns da raça goiá. Benfeitor que veiculou a seiva novadora de uma geração rumo a processos de revitalização política.

Por isso que OESTE repete a época e o homem; a obra e o destino.

Não lhe parece possível subtrair do campo de visada programático todo este sistema evolutivo, imediatizados, última análise, de uma só causa.

A causa Pedro Ludovico por Goiaz” (REVISTA OESTE, nº 1, 1942, p. 02).

Ou seja, logo no editorial, a revista se pauta por homenagear Pedro Ludovico, a quem chamam de “*benfeitor*” e sua causa por Goiás. Persiste aqui uma continuidade do que analisamos no Capítulo anterior, quando Pedro Ludovico arquitetou uma narrativa, principalmente no Relatório de 1933, onde vinculou o progresso do Estado a construção de uma nova Capital. Essa era a causa propagada, cujas raízes o próprio homenageado fez questão de deixar bem claro, uma vez que esse discurso – o discurso do vencedor – prevaleceu e foi disseminado em todos os números da revista.

No texto de Castro Costa intitulado “*O sentido ideológico de Goiânia*”, há uma tentativa de criar uma historicidade para a jovem capital. Para isso o autor relaciona a Marcha Para o Oeste a um novo *bandeirantismo*, ou seja, a uma nova reinvenção e recriação do Estado; se os bandeirantes descobriram o ouro no sertão que impulsionou os tempos pioneiros, foi somente com Pedro Ludovico que o Estado obteve a projeção e o progresso tão aguardados ao longo do tempo.

Aí está por que dissemos, linhas atrás, que a edificação de Goiânia, cidade que só a vontade de um Pedro Ludovico poderia erguer, representa um fato sociológico inédito no País, em vitorde de traduzir um momento centrífugo, isto é, que parte do centro de nosso território para se irradiar para a periferia. (...) É uma grande idéia na vida nacional, é um símbolo (REVISTA OESTE, nº 1, 1942, p. 03).

Para o autor, Pedro Ludovico deixou de ser um substantivo próprio para se tornar um adjetivo. Ao dizer que Goiânia só existe graças a “*vontade de um Pedro Ludovico*”, ele coloca o então Interventor na condição de figura quase mítica, cuja criação de uma cidade dependesse unicamente da sua vontade.

A foto da mãe de Pedro Ludovico, dona Josefina Ludovico de Almeida, ilustra o texto de Vasco dos Reis, que homenageia as mães goianas. Ao tomar a mãe do Interventor como modelo, o autor se justifica afirmando que a mesma “*encarna com perfeição as peregrinas virtudes de mãe brasileira e goiana*”. Por outro lado, o autor utiliza a mãe para tecer elogios ao seu filho mais ilustre: “*Ela é a genitora de Pedro Ludovico. Foi ela quem formou esse grande coração e esse grande cérebro, fundindo-os na extraordinária envergadura do estadista eminente que tanto eleva Goiaz e dignifica o Brasil*” (REVISTA OESTE, nº 1, 1942, p. 07).

Ainda no primeiro número há um poema chamado “*Exaltação*”, cujo subtítulo é: “*Ao ensejo da inauguração oficial de Goiânia*”, de autoria de Francisco de Brito. O poema ao falar de Goiânia fala muito de Pedro Ludovico, como se um já houvesse se tornado sinônimo do outro:

Um gênio audaz, da estirpe do Anhanguera,
enfrentando e vencendo dissabores,
aqui plantou o marco de outra era.

Á maneira do rude pioneiro
que escreveu a epopéia das Bandeiras,
ao seu povo ele deu novo roteiro.

Da luta furiosa e sem clemência
surgiu Goiânia, esplêndida e vibrante,
em revide aos tabus da decadência.

Soberba, impressionante realidade,
Goiânia empolga como raro exemplo
que um homem dá de força de vontade.

Cabem-lhe agora os louros da vitória:
a quem venceu sozinho uma batalha
sobra um lugar no Panteon da História!
(REVISTA OESTE, nº 1, 1942, p. 11).

A Goiânia do poeta é a Goiânia de Pedro Ludovico, a quem compara ao bandeirante Anhanguera e o coloca como alguém que deu ao Estado um novo roteiro, diferente do até então escrito na história. Para o poeta, Pedro Ludovico “venceu sozinho” a batalha para construção da cidade, como se não houvessem entusiastas, como se não houvessem apoiadores, só houvessem “dissabores” durante a trajetória para a sua consolidação. Dessa forma a narrativa do mito começava a se formar ao colocar Pedro Ludovico não só no *Panteão da História*, como no centro dos acontecimento e que somente ele tivesse o poder de gerir e interferir no andamento do processo de construção da Capital. Nesse mesmo caminho ressalto um trecho do poema “*Goiânia Festiva*” de autoria da poetiza Nelly Alves de Almeida, que diz:

Goiânia festiva!
Há música e alegria em teu seio!
E minha alma, fiandeira da ilusão,
Quer desfiar os fios lumionosos desta glória,
Na brancura divina de teus pés
Para que os sóis que, daí, surgirem
Sejam perenes
E coroam a tua frente e a de teu criador
Com o perfume da imortalidade!
E para que, nas páginas de nossa história,
Possam os homens de hoje mostrar aos de amanhã
O brilho que dimana, alvissareiro,
De teu dia maior!
De teu 5 de julho!
(REVISTA OESTE, nº 1, 1942, p. 12).

O poema coroava tanto Goiânia quanto Pedro Ludovico com o “*perfume da imortalidade*”, como se enquanto o cimento e o concreto da jovem capital perdurasse, também perduraria o nome do seu criador. A poetiza tinha total consciência da importância da inauguração de Goiânia ao

afirmar que “possam os homens de hoje mostrar aos de amanhã”, num claro sinal de que a Revista Oeste estaria, naquele momento, cumprindo o papel de guardião da memória.

Noutro texto, intitulado “O VIII Congresso Nacional de Educação e sua significação cultural para Goiânia”, Amália Hermano Teixeira relata a respeito do evento que ocorreu de 18 a 28 de Junho, ressaltando e elogiando o criador de Goiânia: “Uma nova capital – ontem, sonho para Pedro Ludovico e para nós outros brasileiros. Goiânia – hoje, a realização ousada de seu próprio idealizador, feito só comparável a um milagre” (REVISTA OESTE, nº 1, 1942, p. 15).

A última página da Revista Oeste é dedicada a um texto de Pedro Ludovico intitulado “Mensagem ao Brasil”, onde ele exalta Goiânia e o seu Batismo Cultural.

Dirijo-me ao Brasil, no ensejo da passagem do maior acontecimento já registrado no meu Estado.
Inaugura-se hoje a jovem Goiânia, Capital de Goiás.
Ao entregar à comunhão nacional a cidade cuja construção foi parte primacial do meu programa de governo, despido de espírito regionalista, ergo o meu olhar para a Pátria comum, antevendo o seu futuro esplendoroso.
Tenho a honra de saudar, na pessoa do grande condutor, o Presidente Getúlio Vargas, o Brasil gigante e poderoso.
(...) Saúdo o Brasil todo, símbolo de pujança, dignidade e elevação moral.
A Ele, BRASIL, entrego um grande ideal que se tornou uma grande realidade – GOIÂNIA. (REVISTA OESTE, nº 1, 1942, p. 23).

Ao fim da primeira edição da Revista Oeste, podemos observar que há uma enorme subserviência a imagem de Pedro Ludovico, algo que transcende uma simples bajulação (talvez pelo fato de ser custeada pelo Estado!), e quase chega a uma adoração, uma vez que a revista só não desce a esse nível, talvez por contar com grandes nomes da intelectualidade e da literatura do período. Esse tom se repetirá em todas os números da revista, chegando ao nível da adoração nas edições comemorativas, como as de julho e outubro.

A segunda edição da revista, de março de 1943, traz em torno da imagem de Getúlio Vargas uma justificativa do próprio e outra de Pedro Ludovico sobre o golpe que resultou no Estado Novo. Pedro Ludovico diz que o *“ato foi a resolução mais acertada de seu governo”*, se referindo ao Presidente (REVISTA OESTE, nº 2, 1943, p. 01).

No editorial, há uma justificativa em relação ao longo período em que a revista ficou fora de circulação (entre julho de 1942 a março de 1943), atribuídos a problemas enfrentados pela redação. Nesse texto há um longo agradecimento a Pedro Ludovico:

Incluamos destas palavras de rostos nossos agradecimentos ao sr. Pedro Ludovico Teixeira, agradecimento que é o mesmo de toda a mocidade de Goiaz, cujo espirito e capacidade de iniciativa são a própria inspiração de “Oeste”. Atendendo, com equidade, aos vários aspectos do Estado, o fundador de Goiânia não esqueceu algum deles (REVISTA OESTE, nº 2, 1943, p. 02).

Os problemas enfrentados pela redação foram resolvidos por Pedro Ludovico ao contratar os responsáveis pela revista como funcionários do Estado, custeando a sua publicação periódica. O agradecimento, nesse contexto, sugere ainda mais subserviência a imagem do Interventor.

O texto que ocupou o maior espaço na segunda edição da revista foi uma matéria sobre o golpe de 10 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo. Nele há uma foto de Pedro Ludovico sob o título *“Foi preciso o golpe de 10 de Novembro”*. O jornal transcreve, então, na íntegra, um discurso que ocupa mais de duas páginas. Antes, na introdução, há rasgados elogios ao autor do discurso, proferido em Anápolis, em janeiro de 1943.

(...) discurso êsse que OESTE tem hoje a honra de estampar em suas colunas, como homenagem a êsse homem invulgar que, a-par-de portador das magníficas qualidades de administrador que todos conhecem, é sem dúvida um dos analistas mais sinceros e perspicazes da atualidade política brasileira.

Essa oração, sóbria embora, vem reiterar o que se disse alhures – que o Interventor Pedro Ludovico é um dos mais objetivos divulgadores dos princípios doutrinários do Estado Novo, em tão boa hora implantado no Brasil. Aliás, o fato de ser hoje o único chefe de governo estadual que não foi

afastado de seu p o sto, desde 1930, \acute{e} bem uma demonstra $\text{c}\tilde{a}$ o inequívoca da identicidade de vistas que Sua Excel e ncia tem com o Presidente Vargas, do qual \acute{e} um auxiliar de pulso e empreendedor (REVISTA OESTE, n $^\circ$ 2, 1943, p. 03).

O texto ressalta um aspecto importante para a trajet o ria política de Pedro Ludovico: ele estava na chefia do Governo Estadual desde 1930, ora como Interventor, ora como Governador eleito, e novamente como Interventor Federal. Isso atestava a sua condi $\text{c}\tilde{a}$ o de proximidade com Getúlio Vargas, principalmente depois que este visitou Goi \tilde{a} nia, tornando o primeiro Presidente a visitar o Estado, bem como o impulso que a jovem Capital conferiu a sua “*Marcha para o Oeste*”.

Noutro passo, o texto de Odorico Costa: “*O m \acute{e} s de fevereiro na hist o ria de Goi \tilde{a} z*”, aborda o que de mais importante aconteceu nesse m \acute{e} s na hist o ria do Estado. Como n \tilde{a} o poderia deixar de ser, l \acute{a} estava Pedro Ludovico:

Na hist o ria de Goi \tilde{a} nia, por sua vez, n \tilde{a} o existem atos oficiais praticados em fevereiro. N \tilde{a} o existem atos oficiais, mas h \acute{a} uma ocorr e ncia de singular import \tilde{a} ncia: foi a 24 de fevereiro de 1931 que o sr. dr. Pedro Ludovico, pela primeira vez, falou a respeito de seu projeto de transferir para outro lugar a capital do Estado (REVISTA OESTE, n $^\circ$ 2, 1943, p. 21-22).

No penúltimo artigo, a Revista Oeste rende homenagens ao fundador de Goi \tilde{a} nia, com o título: “*Pedro Ludovico, protetor da classe intelectual em Goi \tilde{a} z*”, que traz um agradecimento a ele, por autorizar a Imprensa Oficial do Estado a editar a Revista Oeste, por meio do Decreto-Lei n. 7045, de 3 de fevereiro de 1943, que chegou a ser transcrito ao t \acute{e} rmino do artigo.

O gesto do Interventor Pedro Ludovico, mandando publicar, oficialmente, esta revista, \acute{e} d \tilde{e} sse que definem um estadista. Ele veio revelar que o governo goiano n \tilde{a} o se preocupa somente com os problemas econ o micos, isto \acute{e} , com as coisas materiais, mas, tamb \acute{e} m, com as coisas do espírito. E veio dar oportunidade aos goianos de mostrar,

através de OESTE, que nosso Estado não tem só fumo, cristal, babaçu, níquel, mas também... cabeças.

Há muito moço por aí de alta vocação literária, há muita gente que estuda em nossa terra e tem estudos sérios sobre assuntos sérios, há muito intelectual de boa linhagem, cá neste planalto. Entretanto, ninguém sabe deles. Até existe o grupelho dos tabús interessado em que esses valores não venham ocupar o seu lugar ao sol.

O próprio Interventor Pedro Ludovico é um intelectual, sobretudo um poeta. Naturalmente que os escritores mirins, que possuem apenas certificado do curso primário das letras, acharão absurda tal afirmação. – Poeta o Interventor?! Qual! Era só o que faltava! Mas, alto lá. Não estamos rabiscando estas linhas para semi-analfabetos. Pedro Ludovico, na tão só criação de Goiânia, realizou uma grande obra poética. Por que Goiânia é uma epopéia, escrita com amor, com sangue e coragem, no coração do Brasil. E sobre seu valor propriamente intelectual – não falamos de intelectual à antiga, tipo pernicioso, parasitário, que vivia no mundo da lua – falam, bem alto, seus discursos, entre os quais o pronunciado em Anápolis e que publicamos neste número, peça admirável, repassada de um humanismo viril e rica em sentido construtivo.

Por tudo isso, o dr. Pedro Ludovico Teixeira é, póde-se dizer, um exemplo vivo para a classe dos que pensam e estudam. Por outro lado, a Academia Goiana de Letras, a Biblioteca Pública do Estado, o Instituto Histórico e Geográfico e todas as entidades culturais contam com seu auxílio e com seu integral apoio. Livros são publicados, constantemente, com sua ajuda. Se isso não bastasse, estaria aí, para demonstrar o interesse do atual interventor goiano pela cultura, a proteção que ele dispensa aos intelectuais (...) (REVISTA OESTE, nº 2, 1943, p. 30).

Os agradecimentos a Pedro Ludovico também podem ser encontrados no editorial da edição de número 12, de janeiro de 1944, quando a Revista Oeste comemorava o fato de entrar no seu terceiro ano de existência, já que o primeiro número é de 1942, o segundo de março de 1943, quando iniciou sua série ininterrupta até dezembro de 1944.

Todavia, a glória maior dessa projeção da revista – nunca é demais lembra-lo – cabe a sua excelência o sr. dr. Pedro Ludovico, sem dúvida alguma o maior incentivador da cultura anhanguerina, de que OESTE é, no momento, a expressão mais séria (REVISTA OESTE, nº 12, 1944, p. 01).

Como veículo oficial, a Revista Oeste se projetava como a maior referência da cultura goiana, ou a sua “*expressão mais séria*”. Porém,

deixando cada vez mais de lado os contos, a poesia e a literatura de jovens escritores goianos, a revista passa a exaltar a imagem de Pedro Ludovico Teixeira, como quando, em um artigo, há a notícia de uma publicação da Rádio Clube, de um folheto editado pela Imprensa Oficial do Estado, contendo a transcrição dos discursos e homenagens proferidos por diversos políticos e personalidades goianas em honra ao Interventor pelo seu aniversário ocorrido em 23 de outubro do ano anterior, quando o referido programa de rádio foi transmitido (REVISTA OESTE, nº 12, 1944, p. 08).

Mais adiante, em um artigo intitulado *“A projeção de Goiás no cenário nacional”*, tendo uma fotografia de Pedro Ludovico como ilustração no lado esquerdo, há a exaltação de que nunca fora *“tão sólida e tão brilhante a posição de Goiás no cenário da vida nacional”*, e que os *“jornais e as revistas da Capital Federal e de todo o país trazem, diariamente, noticiário farto sobre as possibilidades do nosso Estado e as realizações do nosso governo”*. Ademais, em *“toda a parte, pessoas de resonsabilidade, em artigos, em conversa, em discursos, etc., não escondem seu entusiasmo pela administração de Pedro Ludovico, cuja figura admiram, estimam e respeitam”*. Os elogios ao Interventor continuam, a respeito do *“quão benéfica tem sido, para Goiás, a administração de Pedro Ludovico”*, que mais adiante é atribuído o fato de elevar *“bem alto, o nome de Goiás, que hoje se situa em posição destacada nos quadros políticos da Nação, o que, sobre tornar ainda mais querido e prestigiado o nosso Interventor, nos enche de justa satisfação”*. Para ressaltar ainda mais o atual governo, o artigo salienta que essa *“projeção se sucedeu a um período de verdadeiro obscurantismo, em que a nossa província viveu como que à margem da vida brasileira”*, obviamente se referindo ao período anterior a Revolução de 1930 (REVISTA OESTE, nº 12, 1944, p. 09).

Quem não nos conheça, procurará ver, na ascensão vertiginosa do nosso torrão à culminância do progresso, um milagre. Contudo, quem prive de perto com as gentes e as coisas da terra do Anhanguera, de logo encontrará explicação para o grande acontecimento, que está na administração patriótica, esclarecida e honesta do Interventor Pedro Ludovico. Porque sabem hoje todos os brasileiros, desde o Chefe da Nação ao mais humilde dos

nossos patrícios, que Pedro Ludovico foi a alavanca poderosa que ergueu o Estado de Goiaz da condição inferior em que ele se encontrava, antes de 30, para erguê-lo à magnífica situação em que atualmente está (REVISTA OESTE, nº 12, 1944, p. 09).

O texto destaca que antes de Pedro Ludovico era como se Goiaz não fosse integrado a nação, vivendo “à margem da vida brasileira”, e que a prosperidade só chegou ao Estado por obra e graça de Pedro Ludovico, que dividia a história goiana em dois períodos bem distintos: o “*obscurantismo*” e o *progresso*. Essa forma de conduzir a narrativa condiz com o que Pedro Ludovico apregoou a si durante toda a sua vida, como analisamos nos Capítulos anteriores.

O então Interventor também é lembrado em um artigo de Anderson Horta, intitulado “*O que virá depois?*”, com uma análise histórica sobre as formas de governo, a fim de vangloriar a Revolução de 1930 e a Revolução de 1937, que instituiu o Estado Novo, além de elogiar efusivamente Getúlio Vargas.

Haja vista o tino que demonstrou na escolha de seus imediatos colaboradores, salientando-se entre todos, a figura máscula de Pedro Ludovico Teixeira, Interventor neste Estado. Getúlio Vargas está para o Brasil assim como Pedro Ludovico está para Goiaz (REVISTA OESTE, nº 12, 1944, p. 23).

Ao comparar a importância de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico para o Brasil e para Goiás, o autor coloca o Interventor, além de próximo da figura do Presidente, como alguém que tem os mesmos objetivos e se comporta da mesma maneira. Como boa parte da Revista Oeste é uma ode a ideologia do Estado Novo, artigos dessa natureza se proliferaram por suas páginas, principalmente do meio para o final.

Ademais, há que se ressaltar que a medida que o Estado Novo avançava, sua ideologia se propagava pelos meios de comunicação, principalmente pelos financiados pelo erário, como era o caso da Revista Oeste, comprometendo o seu “*caráter literário*”. Nos seus últimos números, “*suas páginas tornaram-se quase que totalmente dedicadas a Getúlio*

Vargas, Pedro Ludovico Teixeira, à política estadual, nacional e internacional, à propaganda da economia goiana e às festas cívicas” (ARRAIS, 2013, p. 98).

É dessa forma que o último número da Revista Oeste se apresenta, totalmente descaracterizada do seu objetivo inicial: de valorizar os escritores goianos e disseminar a literatura. A 23ª edição, de dezembro de 1944, coloca como primeira matéria a transcrição do discurso proferido por Marcelo Caetano da Costa intitulado “*Getúlio Vargas e Pedro Ludovico*”, na ocasião dos festejos pelo aniversário do Estado Novo em 10 de novembro de 1944. O texto enfoca a importância do golpe de Vargas, e a importância histórica de Pedro Ludovico:

Nestas plagas goianas, estaríamos faltando com as nossas convicções se não uníssemos ao nome de Getúlio Vargas, o desse outro brasileiro puro e idealista, que nos faz lembrar os “Varões Ilustres” de Plutarco, e que se chama PEDRO LUDOVICO, o construtor invejável de Goiânia – orgulho merecido dos filhos deste Estado.

(...) Não pretendo queimar incenso em turíbulos laudatórios às gloriosas individualidades de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico.

Quero tão somente apresentar as homenagens do meu profundo respeito às suas qualidades invulgares de homens públicos.

Não pretendo endeusar, tão pouco, as suas individualidades de sobejo conhecidas.

Não procuro as suas genealogias, para realçar os seus méritos.

Tem eles a fidalguia de caráter daquele personagem de Dumas, Kent, cujos títulos nobiliárquicos irradiavam dele, pelos seus talentos, para os avoengos.

Os deuses que os viram nascer foram pródigos em os beneficiar, porfiando para entregar-lhes o filtro misterioso da vitória.

Brasileiros:

Não é só no bronze ou no livro que se glorifica o cidadão.

Se a vida não é mais do que a sucessão dos pais aos filhos e dos filhos aos netos, os nomes resplandecentes de GETÚLIO VARGAS e PEDRO LUDOVICO, viverão eternamente na sucessão desta geração que irá cantando em aleluias balsâmicas pelo mundo em fora a grandeza de seus talentos e a integridade de suas virtudes cívicas (REVISTA OESTE, nº 23, 1944, p. 02).

A enorme transcrição se justifica, pois trata-se de um dos textos com os elogios mais explícitos a Pedro Ludovico. Em seu último número, pressupomos, a revista esforça-se para manter ativa a memória do Interventor visando a posteridade. Vasco dos Reis, noutro artigo, por exemplo, ao analisar os benefícios da política nacional em Goiás e a ação do governo estadual, no texto “*Ação civilizadora*”, exalta o Interventor: “(...) *desse grande, desse extraordinário administrador cujo nome falo ou escrevo sempre com orgulho: Pedro Ludovico*” (REVISTA OESTE, nº 23, 1944, p. 05).

Embora Goiânia fosse cantada em verso e prosa pela Revista Oeste, que se alinhava ideologicamente ao Estado Novo, e conseqüentemente, ao governo do Estado, pressupõe-se pela forma como fora defendida no artigo “*Goiânia e o desenvolvimento econômico de Goiás*”, que a jovem capital não era uma unanimidade. Podemos aventar, com base no artigo, que além dos decaídos da Revolução de 1930 e daqueles que tiveram os seus interesses prejudicados com a transferência havia, ainda, uma oposição em todo o Estado que buscava, usando inversamente os mesmos argumentos que Pedro Ludovico lançou para justificar a transferência: Goiânia impedia o progresso do restante do Estado.

É este o objetivo do referido artigo que com uma foto estampada de Pedro Ludovico, rebate a *incompreensão e a calúnia*. “*Quantos te não injuriam, dizendo que estás sugando as energias econômicas do Estado, que se vê entravado em seu progresso em benefício do teu!*”. A estes o autor chamou de “*homens de visão estreita*”, “*homens necessitados de filosofia*” (REVISTA OESTE, nº 23, 1944, p. 08). Infelizmente, a pesquisa não se aprofundou na propaganda negativa de Goiânia pelo Estado, porque este não é o nosso objetivo, mas levando em consideração o teor do texto é compreensível atestar que tal fato ocorreu⁸⁴.

⁸⁴ Em 1960, por exemplo, Alfredo Nasser nos dá notícia de que Pedro Ludovico e seu grupo usava o discurso da construção de Goiânia, para garantir apoio político e impor seus candidatos, como aconteceu com Mauro Borges, seu filho, naquele ano. “*Não fiz outra referência ao sr. Mauro Borges Teixeira na última campanha que a de ser seu filho. Isso é negar-lhe méritos pessoais? É negar-lhe o direito de participar da vida pública de Goiás? Muito menos. É condenar, em plano alto, em face dos melhores preceitos democráticos, as razões de sua candidatura e a maneira pela qual se processou sua escolha. Ao invés de debater o assunto, num diálogo que é o próprio do regime, seus amigos esbravejam: - ‘Mas*

E para tentar defender Goiânia em 1944, houve uma breve contextualização sobre a situação do Estado antes da Revolução de 1930. É a mesma estratégia que Pedro Ludovico usou de maneira explícita até a sua última entrevista, analisada no Primeiro Capítulo deste estudo.

Mas, que era o Goiás de antanho? Um simples gigante geográfico. Porém: - “gigante adormecido” no “berço esplêndido” de uma riqueza sem par. Terra, Goiás, que tudo poderia dar, “em nela se plantando”... Nela, todavia, só se plantou, àquele tempo, a herva daninha da politicagem. E as plagas de Anhanguera aí estavam, poéticas, mas desertas, perdidas...

(...) Goiás não tinha nada. Cerca de apenas cinco milhões de cruzeiros eram as rendas do Estado, em 1930. Estado que, por isso, não valia economicamente nada. Porque não vale, economicamente – e também politicamente e administrativamente – Estado sem renda, sem gente, sem administração.

(...) Pedro Ludovico calçou o gigante adormecido no bosque a bota de Goiânia, deu-lhe uma injeção de idealismo, e o Gigante se ergueu, majestoso, para gloriosas caminhadas (REVISTA OESTE, nº 23, 1944, p. 08).

A defesa de Goiânia e do seu idealizador ocorria em duas frentes, tanto pela Revista Oeste, quanto pela censura, que agia com rigor contra tudo que os desabonassem, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, que chegou a punir alguns veículos de imprensa goiana⁸⁵. Para lembrar todos aqueles que os criticavam, o argumento da

o sr. Pedro Ludovico construiu Goiânia! Sim, ele construiu Goiânia, então, vamos erguer-lhe uma estátua. Mas eles não querem só a estátua. Querem, também, continuar esmagando todas as manifestações de liberdade e o desejo de evolução do povo goiano. Um soldado espanca um cidadão. Se você protesta, eles dizem: - 'Deixa bater! Pedro Ludovico construiu Goiânia'. O dinheiro do povo é gasto criminosamente. Se você reclama, eles gritam: - 'Quem construiu Goiânia?' As eleições são tomadas de nossas mãos à boca das urnas, através de arma e de cofre. Se você geme, eles lhe dão uma coronhada: - 'O Pedro não construiu Goiânia? Como é que vocês querem ganhar eleição?' Ora, Goiânia já comemorou não sei quantos anos, na sua construção colaborou uma geração de brasileiros, sua existência já recompensou largamente aos que participaram dessa construção. Que mais? A tal indigência mental está reduzido o Governo, que toda crítica é uma ofensa pessoal. E onde está a ofensa?" (NASSER, 1995, p. 227).

⁸⁵ Como o jornal “O Anápolis”, que de acordo com o seu então redator-chefe José Asmar, em 1942 foi suspenso pelo DIP, “o famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda, arremedo do aparelho na Alemanha nazista concebido por Joseph Goebels. Notinha crítica sobre buracos urbanos valerem duas semanas de punição, com direito a corretivo na Voz do Brasil. Na justificativa, o ridículo, marca registrada da censura: crítica a prefeito abrangia interventor, que o nomeara, e, ipso facto (o latim era necessário), o inatingível presidente da República” (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980, p. 246).

análise do antes e depois de Pedro Ludovico e conseqüentemente de Goiânia, era sempre lembrado⁸⁶.

Destarte, no artigo Letras Goianas, mais odes a Pedro Ludovico: *“Continua o Interventor Pedro Ludovico a dar mão forte aos nossos intelectuais, com o que vai estimulando, de maneira louvabilíssima, o gosto pelas belas letras”* (REVISTA OESTE, nº 23, 1944, p. 15).

A revista, finalmente, encerrou a sua exaltação a Pedro Ludovico com a transcrição de um discurso proferido por Cruz Perilo, funcionário federal aposentado, residente na Cidade de Goiás, por ocasião da inauguração da piscina pública daquela cidade, feita *“as expensas dos cofres do Estado”*, onde rendeu rasgados elogios a Pedro Ludovico:

(...) houve por bem o sr. dr. Pedro Ludovico Teixeira, preclaro Interventor Federal no nosso Estado, filho dileto desta querida e culta cidade de Goiás, detentora que é dos feitos gloriosos que enobrecem as páginas acidentadas de nossa história já bissecular, inaugurar e oferecer ao laborioso culto e altivo povo de Goiás, sua extremosa cidade-berço, na pessoa de seu dinâmico Prefeito, esta piscina construída toda ela nos moldes da técnica moderna.

(...) Destarte, deu sua excelência, o senhor Interventor Federal, além de muitas outras, sobejas provas e formal testemunho de seu grande amor e dedicação à sua terra natal, para cujo desenvolvimento e progresso, constantes e supremos anseios de sua pacífica e laboriosa população, não poupa esforços e não mede sacrifícios.

(...) É uma grande dívida que o povo goiano contraiu para com a sua mais alta autoridade do nosso Estado, filho dileto deste rincão abençoado.

(...) Felizmente, dotado de uma superior visão das coisas e dos homens, o dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal, idealizador e construtor da gigantesca obra que é Goiânia, a Flor-de-Liz, a mais jovem das Capitais do Brasil, cujo progresso é excepcionalmente vertiginoso, atestado eloquente, em um momento de feliz inspiração, nomeou justamente a um ano, Prefeito de Goiás, o sr. Divino José de Oliveira (...)

O eminente estadista, sr. dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Nacional, que tão sabiamente dirige os altos destinos do país, nesta hora de tremenda responsabilidade

⁸⁶ Atualmente, o argumento é o mesmo construído por Marconi Perillo nas suas campanhas eleitorais para o governo do Estado de Goiás, que o definia como o *Tempo Novo*, em oposição a tudo que havia sido feito na história política de Goiás, que ele denominou de *Tempo Velho*, mesmo buscando em líderes como Pedro Ludovico e Mauro Borges as raízes do seu discurso.

e nos difíceis e cruéis dias que estamos vivendo, nunca quis dispensar a colaboração eficiente, franca e sincera do nosso clarividente Interventor Federal dr. Pedro Ludovico Teixeira, cujo nome, coberto de loiros, passará à posteridade como um exemplo a ser imitado pelas gerações futuras (REVISTA OESTE, nº 23, 1944, p. 26-27).

O que torna esse discurso muito interessante para a análise proposta é que, para além de simplesmente elogiar Pedro Ludovico, há o objetivo de uní-lo à Cidade de Goiás, mais de uma década após iniciar o discurso da transferência da Capital. Como ressaltamos no Capítulo anterior, não foi muito amistoso esse episódio da história goiana: políticos e intelectuais foram presos (como o professor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, o que gerou protestos em toda a cidade), órgãos de imprensa foram fechados e a polícia foi mandada para a rua com o objetivo de vigiar os anti-mudancistas. Para além disso, conforme analisamos no primeiro Capítulo, no tocante a sua autobiografia, a sua cidade natal não ocupava muito das suas considerações, levando em conta que os quinze primeiros anos de vida ele passou nela não rendeu nem três páginas inteiras. Ademais, além da construção do caráter, por meio da educação que tivera, não há nada que o vincule afetivamente a antiga Vila Boa, a não ser a rivalidade que ainda mantinha com a família de Totó Caiado⁸⁷.

Isso posto, o processo de transferência da capital foi realizado de maneira impositiva, sendo que o discurso de Pedro Ludovico era de que a mesma impedia o progresso, creditando, dessa forma, a uma cidade apenas toda a precária situação política-econômica de Goiás. Embora tenha conseguido o sucesso com a sua empreitada, até hoje, mais de oitenta anos após esses eventos, Goiânia não é uma unanimidade entre os vilaboenses e os critérios utilizados por Pedro Ludovico para a transferência são contestados⁸⁸. Diante desse contexto, pressupomos que o discurso

⁸⁷ Lena Castello Branco em seu livro sobre a família Caiado conta uma curiosa história ocorrida em 1933, na formatura dos alunos do Colégio Liceu, onde o filho de Totó Caiado, Emival Caiado, logo após receber o diploma das mãos de Pedro Ludovico, recusou-se a apertar a sua mão estendida, como um gesto de que a *"luta contra ele haveria de continuar na nova geração da família Caiado"* (FREITAS, 2009, p. 264-265).

⁸⁸ Desde o início da pesquisa do Mestrado, em 2009, quando minhas idas a Cidade de Goiás se tornaram constantes, sempre conversei com várias pessoas sobre esse tema e

transcrito pela Revista Oeste teve o objetivo de fazer uma aproximação calorosa entre Pedro Ludovico e a sua cidade natal⁸⁹.

É dessa forma que a Revista Oeste chega ao fim, mesmo Pedro Ludovico ainda sendo Interventor. Além do afastamento de alguns colaboradores, sejam por motivos pessoais, ou por perceberem que a revista se tornara um instrumento ideológico do Estado Novo não cumprindo, portanto, a sua finalidade exclusivamente literária, podemos analisar outras conjunturas que justificasse o fim da revista, já que não há nada conclusivo nesse aspecto. Deve-se considerar, outrossim, problemas financeiros, *“de autoridades ou possibilidades de manter elementos capazes de darem continuidade à edição da revista”*. Ademais, pode-se aventar a possibilidade de um *“esvaziamento dos interesses em jogo, provocado, em parte, pelas alterações já esboçadas no quadro da vida nacional”*. Não havia espaço para a sua função de instrumento político-ideológico diante do desenrolar da guerra na Europa, que deixou o mundo apreensivo, principalmente o Brasil, que, em 1944, entrou nos fronts de batalha (DAYRELL, 1979, p. 1349).

Ao encerrar esse passeio por esses quatro números da Revista Oeste, constata-se o empenho da mesma em blindar Pedro Ludovico de possíveis ataques pessoais ou em relação a sua administração, e tentar cristalizar uma imagem de herói⁹⁰. Nesse percurso, os adjetivos dedicados ao Interventor são exultantes: benfeitor, grande coração, grande cérebro, estadista, gênio audaz, estirpe do Anhanguera, criador, feito só comparável

pude constatar traços de ranço e ressentimento com relação a transferência da Capital. Sobre esse assunto ver também: MEIRELES, 2014.

⁸⁹ De acordo com o estudo de Cristiano Arrais, a partir de 1939 houve diversas tentativas de construir uma continuidade entre Vila Boa e Goiânia. Nesse sentido, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás trabalhou *“como intermediário entre as duas cidades, a fim de dissolver os racores existentes e transformar a cidade de Goiás em cidade histórica. Mas era também uma forma de acalmar os ânimos e avançar na formação da identidade para a nova cidade que, segundo acreditavam, consolidar-se-ia com o tempo”* (ARRAIS, 2013, p. 95).

⁹⁰ *“Oeste não se distancia de outros periódicos que surgiram durante o Estado Novo (Cultura Política, Novas Diretrizes) divulgando o culto à imagem pessoal do Presidente. Como estes, publica seus discursos ou trechos, enaltece suas qualidades e atos. Acompanha-os ainda na extensão do culto pessoal a outas autoridades nacionais. O aspecto regionalista de Oeste, entretanto, vai incumbi-la de transpor ao milieu estadual, esta característica do que podemos classificar como parte do conjunto ideológico do Estado Novo. Vai ser o instrumento do culto pessoal ao Interventor, estendendo-se às autoridades estaduais, segundo o modelo nacional, como no mesmo modelo também serão iniciados no culto alguns elementos familiares do Interventor”* (DAYRELL, 1979, p. 1346-1347).

a um milagre, homem invulgar, magníficas qualidades de administrador, humanismo viril, incentivador da cultura anhanguerina, benéfico, querido, prestigiado, patriota, esclarecido, honesto, alavanca poderosa, figura máscula, brasileiro puro e idealista, “varões ilustres” de Plutarco, construtor invejável, orgulho merecido dos filhos deste Estado, gloriosa individualidade, fidalguia de caráter, grandeza de talentos, integridade de suas virtudes, extraordinário administrador, dotado de uma superior visão das coisas e dos homens, filho dileto e clarividente, isso só para ficar nos textos citados nas últimas páginas.

Dessa forma, a Revista Oeste cumpre o seu papel de propagar a imagem de Pedro Ludovico e exaltar os seus feitos, bem como consolidar Goiânia como um marco histórico e definitivo para o progresso do Estado, que será repercutido nos livros de memória e nos livros historiográficos. Outrossim, a intensa campanha promovendo Pedro Ludovico e seus feitos sufocou o discurso oposicionista, e seu nome se consolidou nas décadas de 1940 e 1950, para atingir o auge na década de 1960, que culminará com a cassação do seu mandato de Senador, quando conheceu o ostracismo.

3.2- O Tempo da História

Na constituição mítica de Pedro Ludovico, várias forças tiveram que conspirar munido desse objetivo, sejam os jornais, as revistas, os amigos, os admiradores, os adversários e até mesmo os historiadores, que conseguiram captar o momento dessa transformação do homem em mito. Nessa parte abordaremos duas obras historiográficas fundamentais sobre esse processo: *“Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história”*, de Maria Cristina Teixeira Machado, e *“As Estratégias da Memória em Goiás: Política Cultural e a Criação do Museu Pedro Ludovico”*, de Roseli de Fátima Brito Netto Barreto. É verdade que há vários outros trabalhos sobre Pedro Ludovico,

seja artigos, monografias, dissertações e tese, porém, eles não o privilegiam exclusivamente⁹¹.

Isso posto, o primeiro trabalho que analisaremos é o de Maria Cristina Teixeira Machado, intitulado *“Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história”*, escrito como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, defendido em 29 de maio de 1987, e publicada em 1990, na já clássica coleção *“Documentos Goianos”* da editora da mesma instituição. De acordo com a autora:

A motivação interior para a escolha do presente tema, acredito ter se originado do fato de pertencer a uma geração que viveu os últimos momentos políticos de Pedro Ludovico e que cresceu à sombra da mitificação de sua figura. Apesar de não ter vivenciado o apogeu de sua militância política, pude sentir a sua influência, que se estendeu muito além do exercício legal no poder (MACHADO, 1990, p. 20).

Dividido em três Capítulos: *“O Tempo”*, *“O Carisma”* e a *“A História”*, o trabalho foi pioneiro por tecer a narrativa a partir da figura de Pedro Ludovico e não colocá-lo como personagem de um fato maior ocorrido num contexto específico; o objetivo *“não é a análise do homem, mas do tempo através do homem”* (MACHADO, 1990, p. 21). Para isso, a autora se vale do acervo particular de Pedro Ludovico, até então inexplorado pela pesquisa histórica, colocando muitos desses documentos como anexo do livro. Ademais, usa-se entrevistas, jornais, revistas, e uma plêide de livros com enfoque na história econômica, que era o que estava em voga no então Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás.

⁹¹ FERNANDES, 2013, fez uma interessante tese de doutorado analisando a relação entre Pedro Ludovico e Totó Caiado, sob o prisma da memória, do ressentimento, do esquecimento e do silêncio no período de 1930 a 1970. A mesma autora, em sua dissertação de Mestrado, FERNANDES, 2003, analisou a trajetória política de Pedro Ludovico, por meio da sua autobiografia. Esses dois trabalhos foram muito bem realizados, porém, para a referida análise não os privilegiamos porque o primeiro divide o protagonismo da narrativa com Totó Caiado, e o segundo por que o enfoque do trabalho não encontrou diálogo nos outros dois no quesito de abordagem teórica pioneira a respeito de Pedro Ludovico.

Na Introdução, a autora, além de descrever as motivações para a referida pesquisa, também explica o conceito de “*carisma*” a partir de Max Weber, e a metodologia adotada no desenvolvimento do trabalho. No primeiro Capítulo “*O Tempo*”, há uma análise detalhada da situação sócio-econômica do Estado durante a Primeira República com destaque para a oligarquia e o atraso, encerrando com a reação dos grupos opositores, principalmente no final da década de 1920.

No segundo Capítulo, “*O Carisma*”, a autora inicia analisando o sul do Estado, com enfoque no povoamento, situação econômica e história. É nessa região, mais precisamente no Sudoeste, que Pedro Ludovico se formará politicamente, se tornando um dos principais líderes da oposição à família Caiado. Por fim, analisa-se a “*emergência do carisma*”, a partir da participação de Pedro Ludovico na Revolução de 1930.

Quando defendo que Pedro Ludovico era uma personalidade carismática, um homem com capacidade de polarizar, de liderar, imprimindo sua marca, sua cor ao processo histórico, o faço fundamentada no conceito que gozava entre seus contemporâneos e na sua própria ação na história. A ação do líder e a sua avaliação controem o carisma e, posteriormente, o mito. Esse processo porém (ação+avaliação da ação=carisma), se originou da combinação de elementos estruturais, decorrentes do momento histórico em que se desenvolveu a ação política do líder, aliados a aspectos de sua personalidade que marcaram aquela ação. Assim, as forças históricas aliadas a singularidade do homem, configuram o carisma e o mito (MACHADO, 1990, p. 99).

Na tese do trabalho, exposta na citação acima, a autora sedimenta a formação do mito a partir da configuração do carisma, que decore de três elementos: o primeiro diz respeito ao “*exercício da medicina acompanhado de uma formação humanística, em um Estado pobre e carente*”, que possibilitou que Pedro Ludovico “*gozasse de prestígio e respeito entre a população do Sudoeste*”. O segundo elemento, por sua vez, é evidenciado pelo destaque das “*qualidades reais ou atribuídas*” a Pedro Ludovico, que sempre estão presentes na sua avaliação tais como: “*íntegro*”, “*capaz*”, “*grande construtor de Goiânia*”, “*homem que construiu Goiás*”, “*grande*

estadista” e *“corajoso”*⁹². Por conseguinte, o terceiro elemento destaca a *“relação paternalista estabelecida entre o líder e seu séquito”* (MACHADO, 1990, p. 99-100).

Por fim, no terceiro Capítulo, *“A História”*, a autora inicia abordando a *“ideologia revolucionária”*, principalmente a questão do progresso. Posteriormente ela analisa a *“ação do carisma”* presente no período em que Pedro Ludovico permaneceu de maneira ininterrupta no comando do Estado, ou seja, de 1930 a 1945, dividindo-o em cinco fases: *“1930- Ascensão do poder; 1931/32- Acomodação do poder; 1933/34- Ação do poder; 1935/37- Consolidação do poder; e 1938/45- Estado Novo: dinamização da ação”* (MACHADO, 1990, p. 124). A autora encerra o Capítulo analisando os *“resultados”*, da *“dinâmica dos anos Pedro Ludovico em Goiás e dos reflexos da ação do carisma na nova configuração do Estado, configuração esta, que caracterizei como moderna”* (IDEM, 1990, p. 152).

Concluindo, como já foi dito, as transformações, que se deram, reforçaram o carisma e produziram o mito. Pedro Ludovico foi visto então, como “o homem que transformou Goiás”, como o “homem que tirou Goiás do atraso”. O tempo e o homem configuram o carisma que, pela sua ação na história, extrapola o tempo e permanece até nossos dias (MACHADO, 1990, p. 162).

Na sua interpretação da história de Pedro Ludovico, ao focar o carisma e as bases para a constituição do mito, *“como se a história decorresse de sua vontade e ação”* (MACHADO, 1990, p. 180), a autora privilegia a atuação do personagem num contexto histórico bem particular, como se favorecesse o surgimento de tal líder carismático; como se, órfãos de tais lideranças, o Estado clamasse por alguém que o tirasse do atraso. Nesse sentido, o perfil político, cultural, e social de Pedro Ludovico conspiraram para que ele se tornasse esse líder. Munido de vários gráficos ao analisar a situação econômica do Estado, antes e depois de 1930, a autora corroborou o discurso do líder revolucionário e de todo o seu

⁹²Eliézer Cardoso de Oliveira escreveu um interessante artigo, ainda não publicado, e que nos foi cedido gentilmente pelo autor, a respeito da questão da coragem e da valentia presentes na personalidade política de Pedro Ludovico (OLIVEIRA, s/d).

“séquito”, que lhe garantiram essa posição de destaque na História de Goiás.

O outro trabalho que analisaremos também foi escrito originalmente como dissertação de mestrado defendida em 2001, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, *“As Estratégias da Memória em Goiás: Política Cultural e a Criação do Museu Pedro Ludovico”*, de Roseli de Fátima Brito Netto Barreto, enfoca a representação do idealizador de Goiânia no Museu inaugurado em 1987 com o objetivo de manter viva a sua memória. Outrossim, a estratégia de *“consagração da memória ludoviquista tornou-se bem sucedida por causa do programa em que se alinharam políticos, intelectuais, estudiosos e pesquisadores, imbuídos pela proposta de realçar símbolos regionais”* (BARRETO, 2001, p. 12). A abordagem histórica, por sua vez, privilegia o período de 1979, ano da morte de Pedro Ludovico, até 1991, quando se comemorou o centenário do seu nascimento.

No referido trabalho os conceitos e metodologia próprias da pesquisa histórica, harmoniosamente, vinculam-se aos da museologia⁹³, produzindo um trabalho pioneiro, nesse sentido, no Programa de Pós-Graduação em História da UFG. Isso só foi possível, porque segundo a autora os *“museus passaram a ser discutidos enquanto construção histórica”* (BARRETO, 2001, p. 12). Essa aproximação, contudo, não permeou todo o trabalho, uma vez que a museologia *“restringiu-se a certos aspectos metodológicos em torno da leitura do acervo”* (IDEM, p. 13).

Dividido em dois Capítulos, que, por sua vez, são subdivididos em três subtópicos, respectivamente, o trabalho aborda desde o impacto da morte de Pedro Ludovico à disputa da sua memória no campo político, uma vez que ele não deixou herdeiros diretos do seu espólio nesse aspecto.

⁹³ *“(...) a museologia contribui com a valorização do lugar em que condensam as experiências políticas, culturais e simbólicas e a percepção das interferências dos contextos políticos e suas representações no momento do processo de ritualização dos objetivos museológicos. Com isso, analisar o Museu Pedro Ludovico, em uma perspectiva histórica, é, em primeiro lugar, trazer a discussão recente acerca da contextualização do lugar e do papel do museu como espaço de exaltação de heróis e um modo específico de como se divulga a História”* (BARRETO, 2001, p. 13).

No primeiro Capítulo, na parte intitulada “*O Imortal e a Morte: O Funeral de Pedro Ludovico*”, a autora narra a repercussão da morte de Pedro Ludovico valendo-se de jornais e do filme-documentário “*Pedro Fundamental*”, que analisaremos posteriormente. Com esses elementos, a autora alicerça a importância da memória do líder político, com o objetivo de justificar a criação de um museu. “*A sua morte se sobrepôs a qualquer divergência política, sendo reverenciado até mesmo por seus adversários*” (BARRETO, 2001, p. 19).

A segunda parte do primeiro Capítulo intitula-se “*Acertando as contas com o passado: A Memória de Ludovico*”, onde a autora analisa a autobiografia de Pedro Ludovico e a sua última entrevista, ao Jornal Opção, ressaltando os fatos mais significativos da sua trajetória. O livro “*Memórias*” foi, na concepção da autora, após a construção de Goiânia, a “*segunda medida rumo à perenidade*”⁹⁴ (BARRETO, 2001, p. 22), e conclui:

A percepção das dimensões das representações imaginárias sobre a vida e a obra de Ludovico se tornam mobilizadoras de uma práxis histórica que definiu uma nova forma de identificar uma identidade regional. As representações sociais sobre a figura pública de Ludovico podem ser analisadas como estratégias de consagração da memória social, por meio da eleição de suportes que fizeram dele o personagem central da vida política do Estado dos anos de 1930 aos dias de hoje, assegurando a função de uma tradição política em Goiás (BARRETO, 2001, p. 29).

Essa “*práxis histórica*” estava relacionado com o fato da herança da memória de Pedro Ludovico carregar “*os elementos agregadores necessários a criação de uma tradição que ultrapassasse os conflitos entre os grupos políticos locais*” (BARRETO, 2001, p.31). É nesse sentido que a autora constrói, na terceira parte do primeiro Capítulo intitulado “*Da Cultura Popular ao Fato Museal: A Construção da Memória (1979-1987)*”, uma análise da disputa do espólio político de Pedro Ludovico entre os grupos políticos locais, que propiciou a criação do Museu e a sua posterior

⁹⁴ A primeira foi em 24 de outubro de 1933, quando ocorreu o lançamento da Pedra Fundamental de Goiânia; a segunda medida foi em 5 de julho de 1942, com a inauguração da capital e o seu Batismo Cultural; e a terceira, por fim, foi em 1973, quando publica o seu livro de memórias (BARRETO, 2002, p. 63).

inauguração. Ademais, há um interessante histórico em relação a Política Cultural, de memória e salvaguarda, desde os primeiros anos do Governo Vargas com a criação do SPHAN (Serviço de Preservação do Patrimônio Cultural), até as Políticas de Cultura e Patrimônio aprimoradas ao longo do século XX, que permitiu que vários bens pudessem ser tombados.

No segundo Capítulo, por sua vez, a autora inicia com “*O Fato Museal*”, que aborda detalhadamente o processo de instituição do Museu Pedro Ludovico, que “*não se constitui apenas em um depósito da memória material de Pedro Ludovico. Trata-se de um objeto de um ritual que adquire um caráter mitológico*” (BARRETO, 2001, p. 48).

A segunda parte do segundo Capítulo, “*Visitando o Museu Pedro Ludovico*” está dividida em quatro momentos, que foram pensados no projeto museológico e expográfico do Museu Pedro Ludovico, e que norteou o trabalho no trato com os objetos existentes na casa: “*Pedro Ludovico o Político*”, “*Pedro Ludovico o Homem*”, “*Pedro Ludovico e a Família*” e “*Pedro Ludovico e a Construção de Goiânia e o Desenvolvimento da Cidade*”. Como se estivesse a nos guiar por uma visita ao museu, a autora contextualiza e relaciona os objetos, em cada um dos momentos propostos, com o sentido ideológico adotado no discurso da exposição, por meio, principalmente, de fotografias.

Por fim, a última parte do segundo Capítulo, “*A Memória em Disputa*”, a autora analisa a disputa da memória política de Pedro Ludovico de forma mais aprofundada entre políticos e partidos de Goiás. Outrossim, ela aborda a criação da Fundação Museu Pedro Ludovico, que, posteriormente, se transformaria na Fundação Cultural Pedro Ludovico, e também o projeto de uma estátua equestre para homenagear o construtor de Goiânia, que abordaremos no próximo Capítulo.

O imaginário social acerca de Ludovico transformou-se em uma das formas reguladoras da vida coletiva, cujas referências simbólicas se tornaram fatores preponderantes na condução do processo que levou grupos políticos a preservarem a memória de Ludovico como símbolo do progresso de Goiás. Era fundamental colocar em prática a nova concepção em torno da difusão cultural e disseminação do conhecimento que pudesse complementar

a formação do povo goiano, dando-lhe consciência dos símbolos locais (BARRETO, 2001, p. 110).

O trabalho pioneiro, e muito bem concebido, de Roseli Barreto, nesse sentido, é um marco na consagração de Pedro Ludovico pela historiografia que o situa, não na história do personagem em si (cuja biografia foi colocada numa nota de rodapé), mas na forma como os seus elementos de representação se confluíram para apresentá-lo de forma monumentalizada no Museu, que é o espaço mais significativo de difusão dessa memória.

Destarte, as duas obras analisadas tiveram como fio condutor da narrativa Pedro Ludovico Teixeira, seja na ação do carisma que possibilitou o surgimento do mito, como no primeiro trabalho, ou na forma como esse mito é ressignificado no museu como parte dessa estratégia de consagração, como no segundo. Há que se ressaltar que há inúmeros trabalhos que analisam Pedro Ludovico e a sua ação em determinado contexto, tais como na Revolução de 1930 ou na construção e transferência da capital, que já foram citados anteriormente. Contudo, a nosso ver, o que fez com que esses dois trabalhos, de relevante valor acadêmico, se sobressaíssem, foi a análise pioneira de ambos sobre a imagem de Pedro Ludovico; e principalmente no caso do primeiro, ajudar a corroborar o seu discurso sobre si e a sua versão da história.

3.3- O Tempo da Memória

No dia 20 de dezembro de 2012 o Senado Federal devolveu, simbolicamente, o mandato de oito ex-senadores cassados durante o Regime Militar⁹⁵, dentre eles Pedro Ludovico. De acordo com a reportagem

⁹⁵ São eles: Juscelino Kubitschek (1902–1976), Aarão Steinbruch (1917-1992), Arthur Virgílio Filho (1921–1987), João Abraão Sobrinho (1907-1993), Mário de Sousa Martins (1913-1994), Wilson de Queiroz Campos (1924 –2001), Pedro Ludovico Teixeira (1981-1979), e Marcelo Alencar, o único que ainda estava vivo à época da solenidade.

do *Correio Brasiliense*, reproduzida pelo sítio do Senado⁹⁶, os familiares dos homenageados receberam um diploma e um broche de uso exclusivo do parlamento.

O então presidente do Senado, José Sarney, afirmou se tratar de um *“ato de justiça”*, além de representar o *“resgate da memória nacional”*, uma vez que os senadores foram cassados *“por força de atos arbitrários e injustos cometidos pelo regime militar”*. A diplomação e a devolução simbólica dos mandatos dos oito senadores terminou com uma saudação emocionada, quando foram todos nomeados e convidados a tomar assento⁹⁷.

Quarenta e três anos após a cassação do seu mandato, Pedro Ludovico e os outros ex-senadores, tiveram um pequeno adendo nas suas biografias. Houve, por fim, o reconhecimento da injustiça cometida. E Pedro Ludovico, que caiu no ostracismo após ser cassado e ter os seus direitos políticos suspensos por dez anos, teve o seu reconhecimento e a sua consagração, feita de maneira institucional.

E dessa forma o mito é constantemente revisitado e difundido. O Pedro Ludovico que tanto fora consagrado em vida, também o seria (e principalmente!) após a sua morte. Entre o último número da Revista Oeste e a devolução simbólica do seu mandato, há um hiato de sessenta e oito anos. Nesse tempo, o *“arquiteto”* de Goiânia foi consagrado em diversas formas pela memória: seja em hinos, medalhas, selos, filmes, livros, e como membro de diversas sociedades que o evocam constantemente. Dessa forma, o seu nome se perpetua e a memória, juntamente com a história, o faram ecoar também pelas ruas, praças e bairros de Goiânia, que, pressupomos, encerrará o processo de constituição do mito, como analisaremos no próximo Capítulo.

Ao diferenciar memória autobiográfica e memória histórica, HALBWACHS salienta que a *“primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral”*, embora nossas vidas

⁹⁶ Cf.

<http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/notSenamidia.asp?ud=20121221&datNoticia=20121221&codNoticia=788495&nomeOrgao=&nomeJornal=Correio+Braziliense&codOrgao=47&tipPagina=1>

⁹⁷ Idem.

sejam bem mais contínuas e densas que a memória “*resumida e esquemática*” da história (1990, p. 55); os acontecimentos históricos, nesse sentido, executariam a função de “*auxiliares de nossa memória*” (1990, p.56). Por isso, ainda não estamos “*habitados a falar da memória de um grupo*”, sem que a mesma esteja “*ligada a um corpo ou a um cérebro individual*” (1990, p. 53). Outrossim, nossa memória individual não está “*isolada e fechada*”, para evocarmos o nosso passado, temos, frequentemente, a “*necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade*”. É o que o autor denominou de “*memória emprestada*” (1990, p. 54).

Ora, se a nossa memória é constituída por pontos de referências fixados pela sociedade e que precisamos recorrer a lembrança dos outros para nos permitir rememorar acontecimentos que, muitas vezes, não participamos efetivamente, podemos presumir, portanto, que, no caso específico de Pedro Ludovico, diante da sua biografia e do seu feito maior, construindo uma nova Capital para Goiás, ele se tornou esse “*ponto de referência*” para a memória do Estado? Partindo do pressuposto que no caso da historiografia, analisada no item anterior, o discurso de Pedro Ludovico foi corroborado em trabalhos de ilibado valor acadêmico, o que não dizer de outros marcos, ou “*pontos de referência*”, orquestrados a partir de uma narrativa da memória individual, que o incorporou como marco para a análise de uma época? Será que ao ter o seu nome vinculado a produções audiovisuais, livros de homenagens, medalhas, selos, e indiretamente, hinos, visando a sua consagração e a perpetuação da sua memória, Pedro Ludovico não estaria a se tornar, para além de um marco ou “*ponto de referência*”, numa “*entidade*” cuja história e os feitos são menores que a apropriação que se faz do mesmo? Em último caso, não seria esse o processo de construção da trajetória de um mito?

3.3.1- O Hino, o Selo e a Comenda

O hino do Estado de Goiás foi alterado em 2001; com letra de José Mendonça Teles e melodia de Joaquim Jayme, substituiu a versão de 1919, composta por Antônio Eusébio de Abreu e Custódio Fernandes Góis⁹⁸. As semelhanças entre os dois hinos ficavam por conta dos tempos pioneiros dos bandeirantes, a saga do Anhanguera e do progresso que finalmente parecia bater a porta. A diferença se evidenciava devido a duas cidades que não existiam em 1919, que são citadas na versão de 2001, e que mudaram o rumo da história do Estado: Goiânia e Brasília.

A cortina se abre nos olhos
outro tempo agora nos traz.
É Goiânia, sonho e esperança,
É Brasília pulsando em Goiás!⁹⁹

Embora a Cidade de Goiás seja citada no verso: “- *Levanta, arraial Vila Boa!*”, ela remete aos tempos coloniais, do ouro e do período que a cidade teve relativa importância na vida do Estado. Para alguém que não tenha um conhecimento sobre a história de Goiás, fica difícil relacionar a Vila Boa com a cidade Patrimônio da Humanidade. Já Goiânia e Brasília ressaltam as qualidades do presente. Goiânia, a ideia de Pedro Ludovico transformada em realidade, virou sinônimo de “*sonho e esperança*”, cujo exemplo fez Brasília pulsar em Goiás. Para contemplar as transformações ocorridas no Estado, graças a intervenção de Pedro Ludovico, até o hino oficial de Goiás teve que ser refeito.

O hino de Goiânia, por sua vez, oficializado após concurso público pela Lei Municipal nº 5.075, de 04 de Dezembro de 1975, e ratificado pela Lei Municipal nº 6.048, de 21 de novembro de 1983 tem a letra do escritor e poeta Anatole Ramos e a música do advogado e musicista João Luciano Curado Fleury. É interessante ressaltar que o hino, assim como o do Estado,

⁹⁸ Cf: <http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/simbolos/hino>

⁹⁹ Idem.

não faz referência direta a Pedro Ludovico, embora o coloque no ról dos heróis:

Construída com esforços de heróis,
É um hino ao trabalho e à cultura
E seu brilho qual luz de mil sóis
Se projeta na vida futura¹⁰⁰.

O hino, composto na década de 1970, em um período que o prestígio de Pedro Ludovico reduziu drasticamente devido ao Golpe Militar de 1964, evoca a Goiânia de “agora”:

Vinde ver a Goiânia de agora,
A cumprir seu glorioso destino.
Brasileiros e gente de fora,
E cante, vós também, o seu hino¹⁰¹.

A Goiânia de “agora”, a da década de 1970, era a Goiânia, que crescia vertiginosamente, e que cumpria o seu destino “glorioso”, principalmente devido a “*um povo adotado*”, como evoca outro verso do hino.

Noutro passo, em relação ao selo, em 2011 os Correios homenagearam o construtor de Goiânia com um selo comemorativo, lançado em uma solenidade no Museu Pedro Ludovico, devido aos seus cento e vinte anos de nascimento, conforme a fotografia abaixo:

¹⁰⁰ Cf: <http://www.goiania.go.gov.br/html/principal/goiania/dadosgerais/dadosgerais.shtml>

¹⁰¹ Idem.

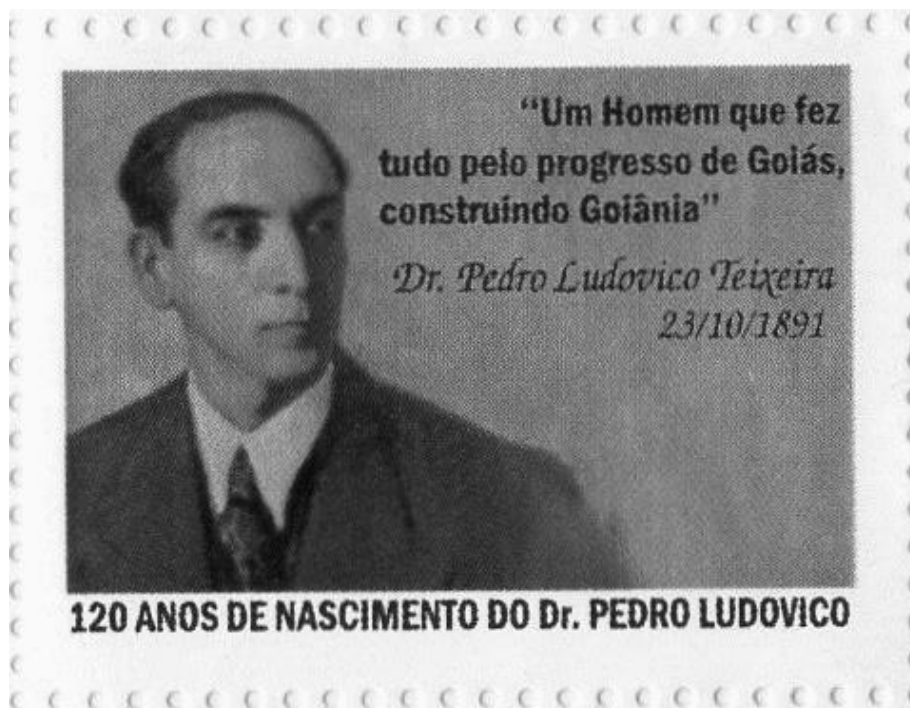


Imagem nº 2: Selo comemorativo pelos 120 anos de nascimento do Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Acervo Particular do autor.

É interessante destacar a frase escolhida para ilustrar o selo: *“Um Homem que fez tudo pelo progresso de Goiás, construindo Goiânia”*. Embora esteja em terceira pessoa, a frase é de autoria do próprio Pedro Ludovico, que a concebeu para o seu epitáfio. Outra questão é em relação a palavra *“Homem”*, escrita com a inicial maiúscula, que evoca que o homem Pedro Ludovico era singular, e por isso, merecedor de tais homenagens¹⁰².

Pedro Ludovico também empresta o seu nome a uma Comenda, que é a maior honraria do Legislativo goiano. Instituída pela Lei nº 7460 de 29 de agosto de 1995, tem por objetivo agraciar aqueles que prestaram *“relevantes serviços ao Município”* de Goiânia¹⁰³, ou ao Estado de Goiás.

Após a indicação de um nome por um deputado, ele é votado pelos demais, e sendo aprovado, ele recebe a medalha em sessão solene. De acordo com o então deputado Júlio da Retífica, *“entregar essa comenda significa homenagear aqueles que possuem a mesma grandeza de Pedro*

¹⁰² No próximo Capítulo analisaremos novamente essa frase, em outro contexto.

¹⁰³ Cf: <http://cm-goiania.jusbrasil.com.br/legislacao/574773/lei-7460-95>

*Ludovico Teixeira. Ela é símbolo de honra. Traz, em seu bojo, o espírito visionário e lutador de quem lhe empresta o nome*¹⁰⁴.

Ou seja, Pedro Ludovico é lembrado como alguém *honrado*, *visionário* e *lutador*. Esses três adjetivos permearam toda a sua trajetória política e foi constantemente reiterado pelo próprio, seja quando se afirmou como revolucionário ou na construção de Goiânia (conforme analisamos nos Capítulos anteriores) e também pela Revista Oeste. A força desse discurso - que é o discurso do vencedor - conseguiu romper a barreira do tempo e se firmar.

Para além das questões políticas que permeiam esses tipos de homenagens (quando nem sempre são indicadas pessoas honradas, visionárias ou lutadoras), o fato de ter o seu nome como símbolo desses adjetivos demonstra o quanto a memória de Goiás, e principalmente de Goiânia é subserviente em relação a Pedro Ludovico e o seu legado, que se iniciou devido ao discurso adotado pelo próprio e que foi repercutido até ganhar a enorme dimensão atual, que pretendemos destacar no próximo Capítulo.

3.3.2- Instituições Socio-Culturais

Pedro Ludovico Teixeira foi membro e presidente da Academia Goiana de Letras, ocupando a cadeira nº 01, tendo como patrono José Vieira do Couto Magalhães, cujos apontamentos serviram como base para o discurso da transferência da capital, conforme analisamos no Capítulo anterior.

A Academia Goiana de Letras iniciou os seus trabalhos em Goiânia, em 19 de abril de 1939, como uma continuação da Academia de Letras de Goiás, fundada na então capital, Cidade de Goiás, em 1904, apenas oito anos após a criação da Academia Brasileira de Letras. Diferentemente desta

¹⁰⁴ Cf: <http://al-go.jusbrasil.com.br/noticias/1743615/julio-da-retifica-ressalta-importancia-da-comenda-pedro-ludovico>

que possuía quarenta membros e seguia o modelo francês que não admitia mulheres, a de Goiás tinha apenas doze membros, e incentivava a participação feminina chegando até mesmo a elegê-las para a Presidência da instituição, que, infelizmente, durara poucos anos. Com a criação da Academia em Goiânia, foram considerados inicialmente vinte e umas cadeiras e na sua primeira configuração não se percebe a participação de mulheres.

Pedro Ludovico, além de ser membro fundador da Academia, ocupante da cadeira nº 01, foi eleito também seu primeiro presidente. A solenidade de instalação da instituição ocorreu no Salão Nobre do Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual. Ao presidir essa sessão, Pedro Ludovico afirmou durante o seu discurso não se considerar “*cultor das belas letras*”, e que por isso “*declinava*” da presidência que significava para ele “*tão alta e honrosa investidura*”; ao agradecer a “*distinção de sua escolha*”, considerou que se mantinha no cargo apenas naquela solenidade “*em solidariedade à ideia em marcha*”¹⁰⁵.

A título de curiosidade, dentre os vinte confrades de Pedro Ludovico na configuração inicial da Academia, nove contribuíram efetivamente na Revista Oeste, fora os que entraram depois: Vasco dos Reis Gonçalves, Victor Coelho de Almeida, Colemar Natal e Silva, Guilherme Xavier de Almeida, Luiz do Couto, Albatênio de Godoy, Augusto Ferreira Rios, José Xavier de Almeida Júnior e José da Costa Pereira.

Ademais, Pedro Ludovico também foi membro honorário da Academia de Letras de São Paulo, porém, além do que evidencia algumas biografias, não conseguimos encontrar maiores detalhes desse título.

Por conseguinte, durante a sessão solene de instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), no dia 17 de setembro de 1933, no salão nobre do Lyceu de Goiás, na antiga capital do Estado, o então Interventor Pedro Ludovico recebeu o diploma de Presidente de Honra da instituição, além de ser o patrono da cadeira nº 01¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶

Cf: http://www.luzehumanidade.com.br/historia_loja.php/http://www.ihgg.org/home/secao.asp?id_secao=263&id_unidade=1

A ideia do Instituto nascera no ano anterior e foi de José Honorato da Silva e Souza, membro do governo do Interventor Pedro Ludovico, que convidou alguns intelectuais, com o objetivo de criar a instituição devido “o abandono a que se achava o estudo da história e da geografia no Estado”. O Estatuto fora aprovado em 14 de abril de 1933, “adaptado aos moldes” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁰⁷.

Após a sessão solene de instalação do IHGG, os membros da instituição só se reuniram na nova Capital, Goiânia, no dia 25 de junho de 1938. No mês seguinte a pedra fundamental da sede própria da instituição foi lançada por Colemar Natal e Silva, nos lotes 43 e 45, da Rua 82, que se localiza em frente a Praça Cívica, doados pelo Interventor Pedro Ludovico. A sede seria inaugurada no ano seguinte¹⁰⁸.

Pedro Ludovico também era maçom, iniciado na Loja “Luz e Caridade” de Uberlândia-MG. Entre essa sociedade sua memória é bastante difundida. Na síntese histórica do sítio da Loja Maçonica Liberdade e União nº 1158 consta que o “arquiteto” de Goiânia “ficou afastado por longos anos, dadas, naturalmente, às circunstâncias da época, mas é verdade que sempre viveu como autêntico Maçom”¹⁰⁹.

Ao tempo de seu governo, atendia as reivindicações dos Maçons. Por sua ordem, o Estado de Goiás doou terrenos à Loja “Liberdade e União”, ao Instituto Libertas e à Fraternidade de Assistência aos Menores Aprendizizes – FAMA¹¹⁰, sendo que todos foram bem aproveitados.

A Maçonaria Goiana é e sempre será grata a esse “Grande Benfeitor” por tudo de bom que fez por ela e pelo Estado de Goiás, notadamente, à Loja “Liberdade e União” jamais o esquecerá; e neste momento, lhe rende, mais uma vez, especial “Homenagem de Gratidão”¹¹¹.

No sítio do Grande Oriente do Estado de Goiás, por exemplo, é possível visualizar uma fotografia de Pedro Ludovico sendo homenageado

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Cf: <https://arlsliberdadeeuniao.wordpress.com/historia/sintese-historica/>

¹¹⁰ Mais sobre o assunto ver o interessante estudo de FARIA, 2014 sobre o Preventório Afrânio de Azevedo e a FAMA.

¹¹¹ Cf: <https://arlsliberdadeeuniao.wordpress.com/historia/sintese-historica/>

numa solenidade maçônica¹¹², o que mostra sua importância e o respeito que a instituição possui em relação a sua memória. Posto que o mesmo doou toda a área do atual Cemitério Jardim das Palmeiras e da FAMA à Loja Grande Oriente do Estado de Goiás.¹¹³ Outros, mais ousados, consideram que toda a cidade de Goiânia possui referências maçônicas, seja na sua arquitetura ou na escolha de certas datas para os principais eventos da cidade¹¹⁴.

Essas evidências configuram para que a imagem de Pedro Ludovico fosse não somente difundida como disseminada em várias instituições, sejam as que lidam diretamente com a memória, como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico, sejam as de cunho exclusivamente cultural, como a Academia Goiana de Letras, ou num ambiente mais reservado, porém de grande projeção na sociedade, como a Maçonaria. Em todas elas Pedro Ludovico conseguiu transitar, permitindo que sua memória se perpetuasse. Ao embasarmos nossa pesquisa, neste tópico, por páginas da pesquisadas na internet ressaltamos que o seu nome é facilmente encontrado vinculado ao sítio dessas instituições, o que demonstra que mesmo com o passar do tempo e do surgimento de outras plataformas de comunicação, o nome de Pedro Ludovico resiste no tempo, no espaço e no intermundo¹¹⁵.

3.3.3- Livros de Memória

Há vários livros de memória que citam Pedro Ludovico¹¹⁶. Neste universo, dois se destacam: “*O Velho Cacique*” organizado por Luiz Alberto

¹¹² Cf: <http://www.gobgo.org.br/OLD/lojas/1158.html>

¹¹³ Cf. FARIA, 2014.

¹¹⁴ Sobre o assunto consultar a interessante reportagem de Frederico Vitor, publicada no Jornal Opção: <http://www.jornalopcao.com.br/reportagens/planta-urbanistica-de-goiania-pode-conter-simbolo-macom-6355/>

¹¹⁵ Conceituamos intermundo como a transição entre novas plataformas de pesquisas utilizadas na história no tempo e no espaço.

¹¹⁶ Há vários livros de memória em que Pedro Ludovico é citado, principalmente ao se referirem a Goiânia, sua criação. Reunimos ao longo da pesquisa alguns livros dessa natureza: BORGES, 1980, o amigo de longa data de Pedro Ludovico narra em suas memórias, dentre outras coisas, o primeiro e o último encontro que tiveram; CÂMARA,

de Queiroz, cuja primeira edição é de 1990 e já se encontra na sétima, e *“Pedro Ludovico: a saga da construção de Goiânia no coração do Brasil”*; organizado pelo então Senador Íris Rezende de 2001. Os dois livros trazem depoimentos de várias personalidades sobre Pedro Ludovico; a diferença é que o primeiro arrola quarenta e três depoimentos entre amigos, admiradores e adversários, intercalando-os de modo a permitir ao leitor conhecer várias histórias, ângulos singulares e curiosidades acerca da personalidade do homenageado. O livro do Senador Íris Rezende, por sua vez, é um tributo à Goiânia, e, por extensão, ao seu criador, cujos artigos para além de sacralizá-lo, o analisa no seu contexto histórico com um pouco mais de profundidade em relação ao primeiro.

Ademais, cabe ressaltar que todos os depoimentos das pessoas que conheceram Pedro Ludovico conduzem a narrativa falando primeiramente de si. Partindo do pressuposto que a trajetória de Pedro Ludovico faz parte da *“memória coletiva”* de Goiânia e, por que não dizer; do Estado, então ela

1973, onde o autor rememora, seguindo a linha discursiva traçada por Pedro Ludovico, os bastidores da transferência da capital para Goiânia; FLEURY, 2007, principalmente no segundo capítulo, quando descreve Pedro Ludovico como um *“homem visionário e decidido”* (p. 35); ASMAR, 1989, narrativa sobre a vida de Jaime Camara Filho, tendo como pano de fundo a trajetória de Pedro Ludovico; TELES, 2007, nas páginas 67 e 76; TELES, 2012, no seu *“livro-testemunho”*, arrola vinte e seis depoimentos de pessoas importantes para a memória de Goiânia, em todos o nome de Pedro Ludovico aparece, com comentários sempre elogiosos; SOUZA, 1989, a autora presenciou os primeiros momentos da nova Capital, idealizada pelo *“Doutor Pedro”* cuja *“tenacidade [...] infundia-lhes mais confiança e lhes dava um grande apoio moral”* (p. 12-13); BORGES, 2002, a narrativa da trajetória pessoal e política do filho de Pedro Ludovico, onde o pai ocupa grande parte da narrativa; FERREIRA, 2012, a autora em uma crônica rememora Pedro Ludovico na página 73, ao falar das importantes árvores da história de Goiânia; MELO, 1985, dedica o capítulo VII ao *“Dr. Pedro”*, que para *“os perseguidos e humildes ele foi liberal e humano. Que o digam as dezenas de foragidos políticos que, fugindo de Filinto Müller, vieram para Goiás e aqui foram amparados, e aqui puderam trabalhar em paz, sob a proteção de Pedro Ludovico. Foram algumas dezenas de democratas, socialistas, sindicalistas e até comunistas”* (p. 135); MARTINS, 1999, apresenta o perfil de Pedro Ludovico na página 949; LISITA JÚNIOR, 1984, também traça um perfil de Pedro Ludovico na página 300; ROSA, 1980 e 1974; BRITTO, s/d, um dos principais adversários de Pedro Ludovico narrando sua trajetória pessoal, tendo como pano de fundo os governos de Pedro Ludovico em grande parte da obra; QUEIROZ, 1969, cita Pedro Ludovico ao falar dos jornais para fins políticos, página 198-199; BARBOSA, 1992; GUIMARÃES, 2000, Pedro Ludovico surge na sua crônica sobre os seus vinte e cinco anos como morador de Goiânia, página 183; NASCIMENTO, 2006, narra o seu primeiro encontro com Pedro Ludovico entre as páginas 150 a 154; REIS, s/d, descreve os eventos mais importantes que ocorreram em cada ano, incluindo os ligados a Pedro Ludovico; SOUZA FILHO, 1980, narra de maneira sucinta os acontecimentos da Revolução de 1930 na página 21 e 22; LÔBO, 1987, também narra os acontecimentos da Revolução de 1930 entre as páginas 77 a 81; GODOL, 1971; PASSOS, s/d.; RASSI, 2007; os livros de comemorações dos aniversários de Goiânia são muito interessantes para analisar as ressignificações da memória, dentre eles destaco CALAGE, 1993, ROCHA, 2009, ROCHA, 2003.

apenas “*envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas*”. A memória coletiva “*evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal*” (HALBWACHS, 1990, p. 53-54). Dessa forma, Pedro Ludovico é revisitado como uma personagem de um fato insólito, curioso, crítico ou polêmico, cujo narrador também faz parte. E é isso o que torna esses livros de depoimentos muito interessantes, porque é uma “*memória individual*” compondo um quadro maior que é a “*memória coletiva*”.

Isso posto, além dos depoimentos, a última parte do livro “*O Velho Cacique*”, intitulado “*Documentos históricos*”, traz ao longo de quarenta e uma páginas, interessantes documentos de Pedro Ludovico como sua carteira de identidade, título de eleitor, cartas, decretos, fotografias, panfletos eleitorais, artigos de jornais, e telegramas. Na introdução, Luiz Alberto de Queiroz apresenta-se como um fiel e leal admirador da memória de Pedro Ludovico, enaltecendo-o e apresentando os seus objetivos com a obra:

No momento em que a classe política perde a credibilidade perante os olhos da população, cresce o prestígio de homens que no passado souberam, pelas suas atitudes, pelo seu devotamento, impor-se à admiração popular, transformando-se com o passar dos anos em exemplo de grandeza. (...) Nesses tempos em que cresce o desencanto em relação ao cenário político, ganha importância a figura de Pedro Ludovico Teixeira, o Velho Cacique, que fez da sua carreira política uma espécie de sacerdócio. (...) [...] o personagem de um marco na história de Goiás, graças a virtudes como a tenacidade desse dirigente. (...) O construtor de Goiânia travou a batalha da modernização contra o atraso. (...) [...] Pedro Ludovico modernizou o Estado com as elites. Homem de coragem (...) O velho Pedro tinha o hábito de cultivar amizades. Pelos amigos dedicava lealdade incondicional. (...) [mesmo] com idade avançada, impressionava-me o carisma do grande líder. (...) Morto o amado e, ao mesmo tempo, odiado líder político, reverencio sua memória, prestando-lhe o tributo de minha gratidão neste Velho Cacique, livro cujos depoimentos traduzem o que realmente significou Pedro Ludovico para Goiás, na análise de companheiros e adversários políticos. (...) O leitor perceberá que mesmo os adversários, já com certo distanciamento histórico, falam de Pedro Ludovico como um político honesto. O Velho Cacique continua a ser, portanto, um exemplo para as novas gerações de homens

públicos. (...) [...] é considerado, até hoje, o maior político da história de Goiás. (...) Na verdade, Pedro Ludovico era para mim uma espécie de mito (QUEIROZ, 2007, p. 17, 18, 20 e 21).

Portanto, logo na Introdução o leitor se depara com um autor que admira o homenageado, querendo trazer diversas narrativas sobre essa personagem. Esse livro é de extrema importância para a perpetuação do mito, uma vez que, como já foi afirmado, em dezessete anos se encontra na sétima edição, que fora ampliada no decorrer do tempo, com depoimentos colhidos, principalmente, em 1989 e 1997, ou seja, no mínimo dez anos após morte de Pedro Ludovico, permitindo, desse modo, um olhar distanciado no tempo. As lembranças, as experiências, os encontros, os casos, os ressentimentos e as críticas veladas foram trazidos à cena para permitir que a memória do “*Velho Cacique*” ressurgisse vigorosa com o propósito de oferecer subsídios aos interessados em estudá-lo, e por isso, ela se tornou uma obra obrigatória nesse sentido.

Dividimos a análise em dois momentos: os amigos e admiradores e os adversários. Isso posto, o primeiro a colaborar com a sua visão em relação a Pedro Ludovico é o jornalista Waldemar Gomes de Melo:

Pode-se dizer que Pedro Ludovico era de muita linha, abrigava no peito um coração generoso, e em sua fronte resplandiam a força e a firmeza bafejadas por uma energia capaz de acionar o látego que em Jesus ao afugentar os vendilhões do tempo... Pelas suas qualidades de pessoa e o lustre, que dele faziam um estadista, destacava-se no cenário político do seu tempo com dimensão suficiente para governar o Brasil. E se o destino lhe houvesse reservado essa missão, não se tenha dúvida, o desempenho seria o melhor possível, porque seu caráter era assistido por dois valores essenciais que cada vez mais se escaceiam dentre os homens públicos brasileiros – moralidade e trabalho (MELO, 2007, p. 32).

O filho, Pedro Ludovico Teixeira Júnior, empresário, ressalta que o seu pai foi um homem com características “*pouco comuns em uma pessoa só: bom, justo, inteligente, culto, valente coragem cívica, espírito público, despreendido em matéria de dinheiro, amor à coisa pública, enérgico, sem rancor e franco*” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2007, p. 35). Nessa mesma linha o

primeiro prefeito de Goiânia e amigo fiel de longa data do homenageado, Venerando de Freitas Borges, observa o homem *“de larga visão e forte personalidade, de atitudes firmes e desassombradas, Pedro Ludovico jamais subordinaria o maior ideal de sua vida a um simples capricho pessoal”* (BORGES, 2007, p. 45).

Bernardo Élis, membro da Academia Brasileira de Letras, no seu texto aborda os encontros que teve com Pedro Ludovico e a *“independência”* que pleiteava na época da Revista Oeste e o considerou como um *“homem de franquezas”* e *“goiano ilustre”* (Élis, 2007, p. 60). O então Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Colemar Natal e Silva, por sua vez, falou de Goiânia e sua história, que descreveu como *“a maior obra”* de Pedro Ludovico (NATAL E SILVA, 2007, p. 71).

Celestino Filho, ex-deputado federal, destacou que a *“honradez, o caráter e o respeito público foram seus atributos durante toda a vida. Esses componentes morais que exortavam sua personalidade faziam-no credor do respeito e admiração de seus concidadãos”* (FILHO, 2007, p. 79). Ademais completou que o *“Terceiro Ananguera¹¹⁷ era enérgico, mas não era rancoroso”* (Idem, p. 82).

A ex-deputada estadual Almerinda Arantes, salientou que *“Pedro Ludovico foi o redescobridor de Goiás”* (ARANTES, 2007, p. 85). Era amigo *“intransigente”* dos amigos, *“aos inimigos ele fazia justiça. Foi um médico humanista, jamais cobrava receitas, não fez fortuna material, porém angariou uma fortuna que jamais será dilapidada – a eterna gratidão do povo goiano”* (Idem, p. 88).

Almir Turisco de Araújo, ex-presidente da Assembléia Legislativa de Goiás, que logo de início diz que quanto *“mais o tempo passa, maior é o*

¹¹⁷ Este termo *“Terceiro Ananguera”* foi inicialmente dito por Dom Francisco Aquino Correia, Arcebispo de Cuiabá, indicado por dom Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás, para proferir o sermão na missa campal do dia 05 de julho de 1942, na cerimônia do Batismo Cultural de Goiânia: *“Estamos aqui, portanto, comemorando uma significativa e fulgida etapa dessa marcha para o Oeste, que encontrou um dos seus mais estrênuos vanguardeiros, na pessoa do Interventor Pedro Ludovico, que, nestes dias, com as revelações do seu governo, filia-se na estirpe homérica dos Buenos da Silva, os ínclitos e lendários Anangueras, descobridores de Goiás. Fazendo jus, nos fastos da nossa nobiliarquia histórica, ao honroso título de ‘terceiro Ananguera’. Não o Ananguera da idade colonial, a embasbacar com peloticas a barbárie dos selvagens; mas um Ananguera do século vinte, Ananguera douto e aristocrata, que nos enche de maravilha, fazendo surgir a nossos olhos, sob a varinha mágica de sua administração, esta cidade moderna, que ontem sertão, é hoje uma futura metrópole”* (CORREIA, apud NETTO, 1993, p. 35).

apego que sinto à figura de Pedro Ludovico”, destacou o “seu comportamento humanitário, pois, com os próprios recursos, sempre procurou reduzir as carências sociais da nova capital, ajudando os humildes e deserdados de bens materiais” (ARAÚJO, 2007, p. 93-94).

Paralelamente, o Pedro médico, clínico-geral, jamais discriminou quem dele necessitasse, levando esperança e alento a lares humildes, que praticamente não tinham acesso regular a uma orientação médica. Na labuta de seu ofício, Pedro honrou os ideais de Hipócrates, sem qualquer conotação do mercantilismo avassalador nos dias presentes (ARAÚJO, 2007, p. 94).

O ex-reitor da Universidade Federal de Goiás em 1966, quando Pedro Ludovico deu o seu depoimento, que abordamos no Capítulo anterior, Jerônimo Geraldo de Queiroz, resumiu o criador de Goiânia da seguinte forma:

E essa liderança ideológica-simbólica, substituindo a democracia do impulso pela democracia da razão, baseada na honradez, trabalho, autoridade, essa, Pedro Ludovico encarnou, antecipando o líder democrático moderno, nem carismático nem autoritário, nem de propriedade, nem tradicional, mas que se amamentou na experiência e no amor cívico, na oportunidade e no prestígio do mérito, no trabalho vocacionado, sob a virtude prudente e redentora da livre discussão, jamais se julgando iluminado para converter os outros, e sim para resolver as dúvidas do povo pela conclusão razoável (QUEIROZ, 2007, p. 102).

Por conseguinte, Antônio Magalhães, então Presidente do Tribunal de Contas de Goiás, ressaltou que mesmo não se *“encontrando ao nosso lado, no nosso convívio, Pedro Ludovico, muito mais que uma lembrança, é uma presença, marcando com a sua honradez, audácia e obra lugar primacial na história da vida política de Goiás”* (MAGALHÃES, 2007, p. 105). Já Rivadávia Xavier Nunes, ex-secretário de segurança pública, afirmou que Pedro Ludovico *“foi o maior líder político deste Estado”* (NUNES, 2007, p. 111).

O Desembargador Heveraldo de Souza, por sua vez, asseverou que Pedro Ludovico foi um *“padrão de dignidade, que tudo fez pelo seu Estado e*

pelo seu povo, realizando um governo austero, voltado para o bem comum e dentro dos mais lúdicos princípios de moralidade administrativa” (SOUZA, 2007, p. 119). Outrossim, Jahyr Abrão Estrela, ex-deputado estadual, comentou que viu Pedro Ludovico algumas vezes *“tratar com pessoas humildes, sempre atencioso, humano e tolerante. De quando em quando, ralhava, é isto mesmo, literalmente ralhava com os impertinentes e com os solicitantes sebosos e puxa-sacos”* (ESTRELA, 2007, p. 123).

Para o escritor José Asmar, Pedro Ludovico *“ocupa merecido lugar na primeira fila dos vultos históricos de Goiás e, em classificação outra, do País”* (ASMAR, 2007, p. 125). O ex- prefeito de Rio Verde, cidade onde Pedro Ludovico iniciou sua carreira política, Felipe Santa Cruz, afirmou que ele *“foi um grande médico, humanista, atendia a ricos e pobres sem cobrar, e ainda doava medicamentos”* (CRUZ, 2007, p. 131). O ex-governador de Goiás, José Feliciano Ferreira, por sua vez, considerou que *“entre os pilares da personalidade de Pedro Ludovico, nós destacamos dois dos mais entranhados – a honestidade e o espírito de justiça”* (FERREIRA, 2007, p. 145).

Para finalizar, um dos depoimentos mais interessantes é o do padre José Dalla Mutta, que acompanhou a família de Pedro Ludovico durante décadas (Dona Gercina era católica fervorosa!), que ao defender um mausoléu para os corpos de Pedro Ludovico e sua esposa na Praça Cívica, que seria segundo ele a maior homenagem que Goiânia poderia prestar para ambos, resume a essência de todos os depoimentos, tanto de amigos, admiradores e adversários: *“Goiânia é Pedro Ludovico. Pedro Ludovico é Goiânia”* (MUTTA, 2007, p. 148).

Entretanto, a imagem imaculada tecida pelos amigos e admiradores de Pedro Ludovico não era uma unanimidade, e isso, pressupomos, apenas servia para fomentar ainda mais a sua empatia com a população. Como ressaltamos nos Capítulos anteriores, Pedro Ludovico creditava aos adversários políticos o empecilho para cumprir seus objetivos. Seus adversários na Revolução de 1930, de acordo com a sua narrativa sobre si, foram os que não queriam uma nova forma de administrar, mais moderna, dinâmica e ousada; os adversários da transferência da Capital eram pessoas

apegadas a Cidade de Goiás e que não estavam interessadas no progresso e no bem comum do Estado. Com essa forma de tratar os adversários, como se fossem adversários de seus projetos, Pedro Ludovico permite que se avenge a possibilidade de que eles não chegaram a representar risco algum à sua trajetória política e da construção de sua narrativa e do seu discurso. Como em todas as histórias de heróis, Pedro Ludovico não gozava com a anuência de todos, e isso foi crucial para a constituição do mito, uma vez que até mesmo as críticas ferrenhas de seus adversários se tornaram pequenas diante da sua imagem, e todos, orgulhosos por dizer que eram seus opositores, reconheceram suas qualidades.

Desta feita, Francisco de Britto, membro da Academia Goiana de letras, e *“intransigente adversário político durante cerca de trinta anos”* de Pedro Ludovico, considerou que o mesmo *“foi um homem honrado. A despeito do rigor com que era combatido, graças aos métodos autoritários de que se valia, nunca a oposição pôs em dúvida a sua honestidade”* (BRITTO, 2007, p. 69). Ademais completou que *“Goiânia redimiu-o de todos os erros”* (Idem, p. 70).

O sobrinho de Totó Caiado, Leão Caiado Filho, ex-deputado estadual, abordou no seu depoimento, sob a ótica da antiga Vila Boa, o quão prejudicial foi a transferência da Capital para ela, embora reconheça que a mudança *“ocasionou ao Estado, o sentido moderno de seu desenvolvimento”* (CAIADO FILHO, 2007, p. 76). Afinal, conclui que o *“Senador Pedro Ludovico era homem culto, honesto, de presença marcante”* (Idem, p. 78).

Já Dante Ungarelli, ex-presidente do Instituto do Desenvolvimento Agrário, que não compareceu ao enterro de Pedro Ludovico por não ser *“hipócrita social”*, diz que antes de conhecê-lo, *“já o conhecia pela sua fama de homem de muita abnegação”* (UNGARELLI, 2007, p.89). Que havia sido um *“grande benemérito que tirou do ostracismo o Estado”*, e que das *“injustiças da Revolução de 64, a cassação de Pedro Ludovico foi a maior, irreparável, pois este homem merecia respeito e consideração”* (Idem, p. 91).

Adversário de Pedro Ludovico por mais de trinta anos, o médico José Fleury, admitiu que o mesmo era *“um grande líder, tinha uma qualidade*

nata, nascida com ele. Tinha visão administrativa do Estado e de suas necessidades”. Ademais, “Pedro Ludovico foi uma personalidade que marcou em todos os seus erros e acertos”. (FLEURY, 2007, p. 99) Sobre a cassação do mandato de Pedro Ludovico, ele avalia que “foi uma surpresa, pois era desnecessária e injusta, transformando-o em mártir¹¹⁸. Ele já era um homem idoso, não tinha mais condições físicas para grandes lutas. Eu acho que foi um erro político e injusto”. (Idem, p. 100).

Para Clodoveu Alves de Castro, ex-deputado estadual, Pedro Ludovico “era, porém, um homem honesto que jamais ensejou às oposições as críticas de malversação do patrimônio público ou particular” (CASTRO, 2007, p. 104). José Luiz Bittencourt, ex-vice governador de Goiás, por sua vez, declara que:

Meu depoimento sobre Pedro Ludovico é, assim, um testemunho de admiração pela sua figura humana, indubitavelmente situada na história do nosso povo como uma das individualidades mais marcantes de todo o processo de elaboração da vida política, social e cultural de Goiás (BITTENCOURT, 2007, p. 109-110).

Alfredo Nasser, que faleceu em 1965, e foi um dos mais ferrenhos críticos e adversários de Pedro Ludovico, é lembrado por um artigo que escrevera em 1953, onde critica o então Governador e o responsabiliza pela omissão no caso do assassinato do jornalista Haroldo Gurgel¹¹⁹ a mando de um dos seus mais fieis correligionários, por vingança (NASSER, 2007).

¹¹⁸ É mister considerar que quando Pedro Ludovico foi cassado, tornou-se persona non grata nas rodas do poder então estabelecidas pelo Golpe Militar, e que com isso, para a sua biografia, foi considerado injustiçado. Como na narrativa do herói, que chega ao fundo do poço para depois ser consagrado, Pedro Ludovico tornou-se um mártir político e isso contribuiu para a consagração da sua imagem.

¹¹⁹ O jornalista Haroldo Gurgel, do jornal “O Momento” foi assassinado no dia 08 de agosto de 1953, na Praça do Bandeirante, no centro de Goiânia, por jagunços do Presidente do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Goiás (DAE), Pedro Arantes. Em Goiânia, nessa época, havia um rodízio de energia entre os bairros, pois a Usina do Jaó, que abastecia a cidade, foi levada por uma enchente do Rio Meia Ponte. Então, a Marinha cedeu um motor a diesel para ajudar no abastecimento, porém a produção de energia era insuficiente para a demanda que a cidade exigia, por isso o revezamento. Diante desse contexto, o assassinato foi motivado porque Pedro Arantes precisou ir ao dentista, mas por causa do rodízio, não havia energia no local. Então ele ligou no DAE e pediu para suspenderem o rodízio para ele fazer o tratamento dentário. A notícia foi levada ao jornal “O Momento” dos irmãos Antônio Carneiro Vaz e João Vaz, e no outro dia, o jornal estampava a machete assinada por Haroldo Gurgel: “O homem chegou e deu a luz”. Na hora do

Leolídio Caiado, ecologista, sobrinho de Totó Caiado, diz que a Goiânia planejada por Pedro Ludovico é filha da antiga Capital. No fim diz que não Pedro Ludovico, mas sim seu primo, José Ludovico de Almeida, *“foi, inegavelmente, um dos melhores governadores do Estado de Goiás”* (CAIADO, 2007, p. 122). Por fim, Ursulino Tavares Leão, ex-vice governador de Goiás, observou que: *“Erguendo Goiânia, Pedro Ludovico não apenas redescobriu Goiás. Criou um modelo de solução para problemas considerados insolúveis, o qual Juscelino Kubitschek, copiou”* (LEÃO, 2007, p. 143).

Embora nem todos os depoimentos que compõe o livro tenham sido citados, tanto da parte dos admiradores e amigos, quanto da dos adversários, há que se considerar que a linha de pensamento reveste-se da mesma maneira. Ou seja, os amigos exaltando os feitos magníficos de Pedro Ludovico e suas qualidades (alguns chegam a ser mais eloquentes que os textos da Revista Oeste!), e os adversários com depoimentos mais sóbrios e menos apaixonados, porém, respeitosos.

Noutro passo, além dos sete artigos que compõe o livro organizado pelo então Senador Íris Rezende, há um capítulo com trinta e quatro fotografias de Pedro Ludovico contemplando a vida pública e a sua vida pessoal, ao lado da família e amigos. Ademais, há uma edição fac-símile ao final, do livro *“Falando Francamente”*, publicado por Pedro Ludovico em 1964, contendo os seus discursos proferidos no Senado Federal entre 1958 a 1964.

Na apresentação do livro o autor justifica a iniciativa pela ocasião do 68º aniversário da mudança da Capital do Estado de Goiás, onde pretende *“resgatar alguns aspectos da vida desse personagem maior da história*

almoço, tanto Gurgel, quanto os irmãos Antonio e João Vaz foram alvejados: o primeiro morreu no local, o segundo levou oito tiros e o último cinco. Esse assassinato causou revolta e comoção na população de Goiânia e teve repercussão até no exterior. Uma multidão levou o corpo do jornalista até a Praça Cívica e o depositou na frente ao Palácio das Esmeraldas, que se encontrava cercado de policiais armados com metralhadoras, a mando do então governador Pedro Ludovico, acusado de acobertar os assassinos. A profa. Lena Castello Branco se inspirou nesse episódio para escrever o conto *“Domingo de agosto”*, publicado em FREITAS, 2009. Mais informações: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/goias-tem-historico-de-violencia-contra-jornalistas>; <http://diariodegoias.com.br/opiniaio/1233-goias-e-o-estilo-ludoviquista-de-calar-a-midia>.

goiana” (REZENDE, 2001, p. 05). O primeiro artigo também é assinado pelo organizador do livro que faz uma apaixonada análise da vida de Pedro Ludovico enaltecendo-o, principalmente, por meio de Goiânia, que considera ser:

(...) obra de estadista, que confirma a largueza da sua visão de homem público que soube descortinar uma nova realidade para a sua terra e o seu povo, acima das pequenas questões que afligem o dia-a-dia de quem participa ativamente do processo político. Esse é o mérito de Pedro Ludovico. Essa é a sua glória, que dificilmente será algum dia superada em Goiás (REZENDE, 2001, p. 14).

Destarte, o produtor cultural Px Silveira, autor do filme-livro *“Pedro Fundamental”* sobre a vida de Pedro Ludovico, que será analisado mais adiante, traça um curto perfil biográfico do homenageado (SILVEIRA, 2001). Eurico Barbosa, ex-deputado estadual e ex-presidente da Academia Goiana de Letras, por sua vez, enaltece o ex-Interventor Federal afirmando que: *“Nenhum excedeu – muitos, naturalmente, o igualaram – Pedro Ludovico em sinceridade e correção moral. Perante a História ele ficará como o maior propulsor do envolvimento de Goiás”* (BARBOSA, 2001, p. 24). Seguindo essa mesma concepção, mas com os elogios mais acalourados, Nelson Siqueira, ex-deputado estadual, afirma que:

(...) sua figura não se comporta nos limites nacionais. Sua vida política e pública está destinada a um lugar de destaque nas grandes bibliotecas do mundo para servir de exemplo aos jovens de hoje como uma das figuras de maior realce na vida pública brasileira, não apenas como o maior dos cidadãos de uma época plena de valores na vida nacional, mas para servir de exemplo a quantos pretendam servir o Brasil com patriotismo e, principalmente, com lucidez e espírito público. Suas qualidades e virtudes transcendem os limites de Goiás para o colocarem no meio dos homens que serviram à humanidade com realizações que foram além de seus objetivos iniciais (SIQUEIRA, 2001, p. 25).

Por fim, Luís Estevam, economista, professor da Universidade Católica de Goiás, afirma que embora Goiânia lhe deva a vida e a sua existência, *“a criatura tenha, de certa forma, suplantado o criador. Não no*

sentido de apagá-lo da história, o que seria impossível. Mas no sentido de nervosamente ter ultrapassado os seus limites idealizados” (ESTEVAM, 2001, p. 29).

Nesses cinco artigos¹²⁰, há uma idealização da imagem de Pedro Ludovico, assim como nos depoimentos arrolados no livro “*O Velho Cacique*”. Em ambos, os autores se mostraram ora subservientes à memória ludoviquiana, enaltecendo o revolucionário e a criação de Goiânia, no percurso, que, conforme aventamos, fora sugerido pelo próprio Pedro Ludovico no discurso e na narrativa construída sobre si. Os amigos e admiradores enaltecem o homem simples e o médico humanitário, além do político leal, moderno e íntegro.

Os adversários políticos, por sua vez, numa clara demonstração de que era impossível manchar a imagem cristalizada de Pedro Ludovico, trataram de relativizar os seus feitos, de inocentá-lo de casos de corrupção que porventura ocorreram no seu governo, e no assassinato do jornalista Haroldo Gurgel, que teriam sido cometidos sem o seu conhecimento e consentimento, é claro! Os elogios de “*honesto*” e “*correto*” permearam todos os discursos dos adversários políticos, como a absolvê-los perante a própria história, que marcava em definitivo o nome de Pedro Ludovico em suas páginas.

Pedro Ludovico continua a ser um marco na história de Goiás, que a dividiu e a fez ganhar novo fôlego e novo impulso – o quão Goiânia foi benéfica para o desenvolvimento do Estado é unanimidade entre amigos e adversários. À História, como nesse trabalho que estamos a realizar, não nos resta julgar os depoimentos e nem enaltecer os defeitos ou esconder as qualidades de Pedro Ludovico. Essa personagem tornou-se grande e quase onipresente na história política de Goiás no século XX, justamente por permitir diferentes abordagens e sugerir muitos desdobramentos interessantes. Na memória de muitos, Pedro Ludovico é admirado, querido, e principalmente, respeitado. À História e a essa memória somam-se outros

¹²⁰ Os outros dois artigos são de autoria de José Luiz Bittencourt e José Asmar, cujos depoimentos abordamos quando analisamos o livro “*O Velho Cacique*”.

elementos cuja função é perpetuar o seu nome, como no caso do filme “*Pedro Fundamental*”, que analisaremos em seguida.

3.3.4- O Filme

Um outro elemento interessante para a constituição de uma memória acerca de Pedro Ludovico é o filme-documentário “*Pedro Fundamental*”¹²¹, de PX Silveira, de 1992. O média-metragem, de trinta e oito minutos de duração, rodado em 35mm e 16mm, exigiu dois anos de pesquisa e produção, que resultou além do filme um livro com a biografia de Pedro Ludovico, as fotografias históricas, os principais acontecimentos que desenrolam a narrativa, e notas de produção. Sobre a sua intencionalidade com o filme e opinião em relação ao personagem título, o diretor escreve:

Pedro Ludovico foi sobretudo um vitorioso. Sua obra foi e continua sendo gênese de muitas outras. Um homem cuja vida teve consequências profundas no processo econômico, político e histórico de um Estado inteiro. Pelos seus atos vimos gerações sendo catapultadas avante no tempo. Ele quem acertou os ponteiros de Goiás com os de um Brasil de vocação moderna, que haveria depois de mirar em Goiânia para construir Brasília. Daí, muito naturalmente, o orgulho de termos feito este trabalho.

Em “*Pedro Fundamental*” reaprendemos a antiga lição de que é importante rememorar o passado, revolvendo-o e dele extraindo lições para o presente. Pois com Pedro Ludovico podemos calibrar o significado e a abrangência de palavras que hoje nos soam gastas, perdidas das essências que as originaram, sobretudo quando ouvidas no mundo da política. Ideal, probidade, altruísmo... são palavras que parecem esvaziadas e amareladas com o uso superficial que se lhes dá.

Altruísmo, probidade, ideal... são palavras imprescindíveis para compreender Pedro Ludovico. Um homem que dando tudo de si mesmo e não esperando nada para si, fundiu-se em seu próprio feito, tornando-se o Homem-Ideal: um só movimento, uma só força, um só pensamento (SILVEIRA, 1992, p. 84).

¹²¹ Disponível em: <http://vimeo.com/67012482>

Pelo exposto, percebe-se a admiração do diretor em relação a Pedro Ludovico, que justifica até o título do filme: *“Pedro Fundamental”*. Acreditamos que, para além de fazer uma analogia com *“pedra fundamental”*, que marca o início das grandes obras, também havia a intenção de transformar o Pedro em *fundamental* para o Estado, que possibilitou que gerações inteiras fossem *“catapultadas avante no tempo”*; como se Pedro, ao criar Goiânia, tivesse o poder de interferir no tempo, acabando com um tempo de atraso para um novo tempo que se mostrou vitorioso em todos campos: o econômico, o político, o social e o histórico.

Os adjetivos que o diretor usou para descrever Pedro Ludovico em nada difere com os adjetivos empregados pelos colaboradores da Revista Oeste. No hiato de cinquenta anos que separa os dois produtos culturais (a revista e o filme), Pedro Ludovico construiu uma sólida personalidade pública que reverbera até os dias atuais. A imagem de que Pedro Ludovico doou tudo de si não esperando nada em troca insinua que o herói foi antes de tudo um missionário pronto a ajudar quem quer que fosse, que é corroborado em outro momento do livro: *“Em mais de 80 anos de vida Pedro Ludovico trilhou o caminho do coletivo, tornando-se uma figura legendária por atos e gestos sempre atentos aos menos favorecidos, àqueles que acreditam que dias melhores virão”* (SILVEIRA, 1992, p. 90). Os elementos para a constituição do herói em mito, ou no *“Homem-Ideal”*, como definiu o diretor, estão presentes em toda a narrativa audiovisual.

O objetivo do filme foi fazer uma narrativa da história de Pedro Ludovico a partir de um depoimento que o próprio concedeu a Fundação Getúlio Vargas em 1976, onde *“em cerca de cinco horas, fala de si mesmo, da política e de fatos que viraram história”* (SILVEIRA, 1992, p. 89). Para ilustrar a narrativa, o diretor utiliza imagens de arquivo, fotografias do período e reconstituições cênicas dos principais eventos da vida de Pedro Ludovico, sempre com um enfoque político em detrimento do pessoal. Nesse sentido, não há espaço para o contraditório, para os adversários, para aqueles que o conduziram a um fim de vida melancólico à sombra do ostracismo e sem poder exercer sua maior paixão: a política.

O Pedro Ludovico que surge na tela é vibrante, que após uma breve apresentação de sua genealogia, da sua formatura, e do seu casamento, aparece combatendo os temidos Caiados na Revolução de 1930 e conseguindo ocupar a Interventoria Federal no Estado. Já no governo, Pedro Ludovico narra o seu desejo de transferir a Capital, por estar *“mal situada”*, e que essas críticas vinham desde o tempo do Império; para tanto, enfrentou até insuações de que era louco, dado a grandiosidade do projeto a que se propunha.

A construção de Goiânia é uma parte fundamental da narrativa, desde a escolha do nome, a concepção arquitetônica e as dificuldades da construção - que foi iniciada com empréstimo solicitado pelo Estado - já que este não possuía condições. Nessa parte, Pedro Ludovico salienta: *“Eu sou um homem que defendo as minhas ideias em qualquer terreno, em qualquer sentido”*. Outrossim, há um enfoque na forma como Pedro Ludovico conseguiu realizar tal proeza com poucos recursos: exercendo uma fiscalização intensa sobre o dinheiro gasto, chegando até mesmo a contar as latas de gasolina, para ver quanto se havia gasto.

O filme ainda passeia pelos principais prédios da jovem capital, como o Grande Hotel, o Palácio do Governo e o Mercado Municipal. Fatos pitorescos como primeiro avião, a primeira visita de um Presidente da República em Goiás, em 1940, e o Batismo Cultural, em 1942, também são citados. No seu relato, Pedro Ludovico afirma que após a inauguração da cidade, a nova capital *“ainda precisava de muita coisa (...) muitas obras, e eu tinha que me dedicar a Goiânia pra vê-la terminada, de maneira que eu tive que olhar por esse lado”*, como se estivesse a justificar o longo período em que permaneceu no poder do Estado.

Ao focar a transformação que Goiânia passou no decorrer dos anos, de pequena cidadezinha a metrópole, o filme consagra Pedro Ludovico, como se tudo só fosse possível por obra e graça sua, já que durante essa mudança ouve-se o personagem título narrar:

Quando eu vejo Goiânia, a parte alta da cidade, eu tenho uma bela impressão, eu tenho um grande prazer, porque eu vi um sonho meu transformado em realidade. Goiânia

cresceu muito, eu mesmo não esperava que isso acontecesse, que Goiás era um Estado pobre, era igual a Piauí e Mato-Grosso em 1930. Então, eu tenho que ficar surpreso com esse crescimento, com esse progresso de Goiânia. De maneira que eu tenho um grande prazer em ver que o povo de Goiás concorreu muito para o crescimento de Goiânia.

Logo após focar as transformações de Goiânia, o filme mostra as fotografias da esposa, dona Gercina, de seus filhos e de vários momentos da vida de Pedro Ludovico, nunca em ambiente privado. Também ganha destaque nos minutos finais a sua cassação política.

O filme encerra como começou: com a morte de Pedro Ludovico. Ao colocar sua biografia política e seus principais feitos entre esses dois momentos que foram divididos, o diretor, no nosso entender, quis passar a ideia de que ele não havia “*morrido*”. Não há morte para àquele que permanece vivo na memória, seja das milhares de pessoas que compareceram ao velório e acompanharam o cortejo até o seu sepultamento (a pé, de carro, de moto ou de bicicleta), seja em relação àqueles que fecharam as portas do seu comércio enlutados pela perda do político, das escolas que dispensaram as aulas em homenagem ao fundador da cidade, ou dos meios de comunicação que o engrandeciam em suas reportagens. O mito nascia naquele momento, ao som do tango “*La Cumparsita*”...

QUARTO CAPÍTULO: O TEMPO MÍTICO

Goiânia, 16 de agosto de 1979.

Morre Pedro Ludovico Teixeira, na sua casa, deitado na sua cama.

No dia 21 de julho ele esteve internado alguns dias em um hospital que ficava ao lado da sua casa, devido a um infarto. No dia da sua morte, relata sua empregada, que desde 1948 prestou serviços à família, o fundador de Goiânia *“almoçou bem”*, conheceu o bisneto de oito meses que sua neta que morava na Bahia veio lhe apresentar; às 15 horas tomou café. Sua filha, as 16h30min, perguntou se o pai desejava uma vitamina. *“Dr. Pedro diz que sim, que pode trazer as 5 horas. Quando dona Lívia foi levar a vitamina, encontrou dr. Pedro na cama, morto, como se estivesse dormindo”*¹²².

A notícia da sua morte, aos 87 anos de idade, causou *“pânico”* nas autoridades do governo, uma vez que não sabiam o que fazer com o morto: *“se decretavam luto oficial, se velavam o corpo no Palácio das Esmeraldas, na Assembléia Legislativa, ou se o conduziam ao cemitério na viatura do Corpo de Bombeiros”*. Pedro Ludovico havia perdido o mandato de Senador da República em 1969 e teve os seus direitos políticos suspensos por dez anos. Era *persona non grata* para os militares que governavam o Brasil no regime de excessão. Ao consultar o alto escalão em Brasília a resposta veio em código: *“descasquem o abacaxi!”*. O fundador de Goiânia, o combativo político que governara o Estado por vários lustros, foi tratado, após a sua morte, como um *abacaxi*, ou seja, como um problema. Nesse ínterim, o Comandante da Polícia Militar ligou três vezes para o Comandante do Corpo de Bombeiros: a primeira para demiti-lo, uma vez que o mesmo colocou a

¹²² Arquivo Frei Simão Dorvi, doravante designado AFSD: Documentos Avulsos. *Folha de Goiaz*. Goiânia, 24 de outubro de 1979, p. 32.

disposição da família de Pedro Ludovico uma viatura para conduzir o corpo ao cemitério; a segunda vez para “*dizer-lhe impropérios*”; e a terceira, logo em seguida, para readmitir o demitido, e concordar que o defunto fora “*um político importante*”, e que, por isso, merecia ser acompanhado pela viatura do Corpo de Bombeiros¹²³ (TELES, 2004, p. 87-88).

A notícia levou milhares de pessoas ao velório que aconteceu na Assembléia Legislativa. Todos queriam tocar no caixão, num gesto de agradecimento àquele que mudou o rumo da história goiana, que acelerou o crescimento de Goiás, com sua visão de estadista. Foi o maior enterro já visto em Goiânia. Uma multidão acompanhou o corpo, da Assembléia Legislativa ao cemitério Santana, em Campinas. Um carro de som tocava ininterruptamente o tango “La Cumparsita” cumprindo desejo seu. O trajeto foi todo feito a pé, numa procissão de tristeza. Lá ia o corpo de um homem predestinado, homem incomum, desses que surgem de século em século para mudar o curso da história (TELES, 2004, p. 46).

No seu túmulo, no cemitério Santana, encontra-se o seguinte epitáfio, que já foi citado quando abordamos o selo comemorativo: “*Um homem que fez tudo para o progresso de Goiás construindo Goiânia*”. Essa “*frase foi escolhida pelo próprio Pedro Ludovico que disse que quando morresse gostaria que ela fosse escrita em seu túmulo*” (FERNANDES, 2003, p. 29). No jogo das representações o seu epitáfio reforça a forma como Pedro Ludovico gostaria de ser lembrado. Nela está inserido todo o discurso do seu processo de constituição mítica. Pedro Ludovico se coloca como *homem*, que ganha ares de coragem, virilidade; *que fez de tudo*, que chegou a ser preso para lutar por seus ideais, e que estava pronto enquanto Revolucionário, quando a Revolução de 1930 começou, como ressaltamos no Primeiro Capítulo; *progresso de Goiás construindo Goiânia*, novamente o

¹²³ “*As manifestações coletivas diante de sua morte demonstraram que o velório de Ludovico já não era mais uma obrigação da família; mais que isso, era uma cerimônia ex grei, ou seja, acima do povo que, no caso, era pouco mais do que figurante. A cidade parou com a morte do ‘grande morto’, talvez o único e duradouro líder político de fato em Goiás. Aquela devoção explícita era, por um lado, verdadeira e, por outro, adubada pelo oportunismo daqueles que queriam herdar parte de seu prestígio e conseguir um ‘lugar ao sol’. A cena pertencia e atendia aos interesses daqueles que exerciam o jogo do poder*” (BARRETO, 2001, p. 18).

discurso de que Goiás só conseguiu progredir graças a transferência da Capital, conforme analisamos no Segundo Capítulo. Ao escolher o seu epitáfio, pressupomos que Pedro Ludovico se projetou na história do Estado como aquele a dividiu entre antes e depois da sua existência.

O objetivo desse capítulo é analisar como o discurso de Pedro Ludovico, uma vez apropriado e ressignificado pela história e pela memória, se perpetua em símbolos, ou signos, que sustentam essa imagem por meio do Museu e da consagração do seu nome em diversos monumentos espalhados pela cidade e pelo Estado. É o tempo mítico! É o que, em um rápido passeio pela cidade construída por ele, percebe-se o tributo que a mesma faz ao seu nome. Que imagem Pedro Ludovico conseguiu deixar para a posteridade, e quais os argumentos que a sustentam? De que forma essa imagem é reelaborada para não deixar a memória desaparecer? É a partir dessas questões que pretendemos abordar o tempo mítico, que dividimos em duas partes, a saber: o *Tempo da Musealização* e o *Tempo da Monumentalização*.

4.1- O Tempo da Musealização

Em 25 de setembro de 1979, pouco mais de um mês após a morte de Pedro Ludovico, o Governo do Estado de Goiás sancionou a Lei nº 8.690, que criou o Museu em homenagem ao fundador de Goiânia. É interessante ressaltar o caráter de urgência com que isso fora feito, a despeito de todo o problema que a morte do estadista provocou, tendo que ser velado na Assembléia Legislativa e não no Palácio das Esmeraldas, sede do governo, e onde passou a maior parte da sua trajetória política. Pressupomos que essa rápida iniciativa do então governador Ary Ribeiro Valadão evidencia a importância da memória de Pedro Ludovico e o apogeu do seu processo de mitificação.

Art. 1º - Fica o Governo do Estado de Goiás, autorizado a implantar o MUSEU PEDRO LUDOVICO.

Art. 2º - O MUSEU PEDRO LUDOVICO terá sede no sobrado que serviu de residência ao fundador de Goiânia, à Rua 26, esquina da Rua 25, Centro, nesta Capital.

Art. 3º - O MUSEU PEDRO LUDOVICO se constituirá da casa residencial, dos móveis, biblioteca, utensílios e de todos os demais pertences, inclusive roupas e objetos de uso pessoal, que a família concordar em alienar ao Estado, para preservação, com detalhes, da memória do fundador de Goiânia.

Art. 4º - Para implantação do MUSEU PEDRO LUDOVICO fica o Governo do Estado autorizado a desapropriar o citado imóvel, pagando-lhe o justo valor, em dinheiro, aos herdeiros, de acordo com a avaliação do INAI e da Bolsa de Imóveis do CRECI, bem como a indenizar a família por todos os demais objetos que esta concordar em ceder para se incorporarem ao patrimônio do citado memorial¹²⁴.

Entretanto, a desapropriação só aconteceu seis anos mais tarde, por meio do Decreto n. 2.488, de 05 de Julho de 1985, que declarou o imóvel onde morou Pedro Ludovico e sua família de utilidade pública. “*O imóvel de que trata este artigo será destinado à implantação do Museu Pedro Ludovico*”. Ademais, fica “*o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto*”¹²⁵. Porém, o museu só foi criado em 18 de maio de 1987, por meio do decreto n. 2.712.

Art. 1º - Ficam instituídos, na Secretaria da Cultura, diretamente subordinados à Superintendência de Memória e Patrimônio Cultural:

I- Museu “Pedro Ludovico”, tendo por objetivo a preservação da memória cultural da capital do Estado de Goiás e a manutenção de um centro de pesquisa com base nos documentos deixados pelo fundador de Goiânia e nos que vierem a ser reunidos para permitir o levantamento documental da história de Goiás em seus vários aspectos¹²⁶.

O Museu está localizado na casa onde residiu Pedro Ludovico com sua família. Foi construída entre 1935 e 1937, projetada por Atílio Correia Lima e edificada pela equipe do escritório Coimbra Bueno, especialmente

¹²⁴ GOIÁS. Lei n. 8.690, de 25 de Setembro de 1979.

¹²⁵ GOIÁS. Decreto n. 2.488, de 05 de Julho de 1985.

¹²⁶ GOIÁS. Decreto n. 2.712, de 18 de Maio de 1987.

para ser a casa do fundador de Goiânia. *“Nos períodos que Pedro Ludovico foi governador e senador, a família transferiu-se para o Palácio das Esmeraldas e para a cidade do Rio de Janeiro, respectivamente”*¹²⁷. Nesses períodos a casa era alugada ou arrendada. Em 1969 os Ludovico voltaram a habitá-la, até a morte do patriarca.

Em 1987, o Estado pagou pelo imóvel, dezessete milhões de cruzados, divididos em três parcelas, abrangendo os móveis, a biblioteca particular de Pedro Ludovico, eletrodomésticos, pratarias, roupas, além de vários documentos. *“A coleção de objetos pessoais, que inclui os materiais de sua esposa, consta dos troféus – símbolos de suas conquistas e vitórias – que enaltecem a trajetória vitoriosa do nosso personagem”* (BARRETO, 2001, p. 112).

Os cinquenta anos que separam a construção e a sua transformação em museu, a casa dos Ludovico sofreu várias modificações, como a construção de novas dependências, por exemplo¹²⁸. Para que o Museu fosse inaugurado em 25 de setembro de 1987¹²⁹, *“a casa sofreu algumas adaptações. Passou por restauração e recebeu doações de bens que pertenceram ao casal Pedro Ludovico/Gercina Borges!”*¹³⁰. Atualmente o Museu conta com doze funcionários da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte, além de dois funcionários terceirizados da limpeza.

¹²⁷ MUSEU PEDRO LUDOVICO doravante designado MPL: Folder, 2010.

¹²⁸ *“A casa passou por algumas intervenções ao longo do tempo, em razão das necessidades da família. Em 1955, foi construída a sala de TV entre a varanda e a sala de jantar, no piso térreo. Na década de 1950, o banheiro da suíte do casal sofreu modificações no acabamento interno, durante serviços de manutenção na rede de esgoto. O revestimento original foi mantido. Em 1957, a família decidiu contruir a piscina. No processo de restauração de 1974 foi construído um banheiro no piso térreo e dois quartos de hóspedes transformados em suíte. A intervenção atingiu também a fachada da casa: o muro ganhou grades para garantir maior segurança e foi revestido de pedras em toda a sua extensão”* (MPL, 2010).

¹²⁹ *“Após todas as negociações, foi nomeada para instalação do Museu Pedro Ludovico uma comissão constituída pelos seguintes especialistas: Alba Tânia Rosauro Macedo, restauradora; Maria Teresinha Campos de Santana, historiadora e responsável pela direção do museu; Marilda Godói Carvalho, arquivista; Terezinha Boaventura de Paula, artista plástica e Mary José Yazigi, arquivista. Esses membros eram funcionários da Secretaria de Estado da Cultura. A comissão contava ainda com Anselmo Edson de Teixeira Silva, engenheiro; Pedro Batista dos Santos, engenheiro, representando a antiga Emop – Empresa de Obras Públicas do Estado de Goiás e Vicente Porfírio Pessoa, profissão não identificada”* (BARRETO, 2001, p. 52).

¹³⁰ <http://www.secult.go.gov.br/post/ver/143356/monumentos>

O museu foi concebido para, de forma pedagógica, divulgar a memória de Ludovico, revigorando os acontecimentos comemorativos, buscando dar sentido à formação de um tempo histórico, reiterando-a a cada celebração do aniversário do personagem e de Goiânia. (...) A missão do MPL é mostrar em cada objeto, com sua aura simbólica, a presença, indissociável, da figura do fundador de Goiânia. Com essa renomeação, os objetos deixaram de ser orgulho apenas da família Ludovico e passaram a fazer parte de uma coleção que possuía a capacidade de construir as redes entre os objetos e a proposta de representação da memória coletiva. A exposição, então, atingiu uma de suas funções precípua: de oferecer-se aos olhos dos visitantes com um ar cerimonial e uma função específica, a de representar a história. Ao entrar no museu, o visitante deve ver e depois se lembrar de elementos representativos do Estado Novo e da Marcha para o Oeste. Para isso, segundo a proposta museológica, basta, então, que a juventude tenha contato com a casa e com os objetos de conteúdos simbólicos, para que o tempo de mudanças e transformações ocorridas em Goiás seja revisitado e revigorado. (BARRETO, 2001, p. 104-106).

Nesse sentido, o Museu, que está inscrito no Livro do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Goiás¹³¹, é um *lugar de memória*, que consagra, ressignifica e divulga a memória de Pedro Ludovico. De acordo com Pierre NORA, a história “*é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais*”, enquanto que a memória “*é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente*”; ou seja, nos *lugares de memória*, a reconstrução do passado, ou melhor, a *representação do passado*, só consegue ter um sentido se, pela memória, os indivíduos conseguem se identificar simbólica e afetivamente (1993, p. 09). Outrossim, os lugares de memória, compreendem como um momento de articulação onde a consciência “*da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação*” (1993, p. 07).

Nessa perspectiva, no Museu Pedro Ludovico, houve uma *ruptura com o passado*, porque embora haja uma *memória esfacelada*, por entre os

¹³¹ Despacho nº 1.096/1982 (Processo CEC 302/81) e Decreto nº 4.943/1998 (Processo 16204654).

móveis, objetos, roupas e documentos dos moradores mais ilustres, eles já não residem naquele ambiente. Porém, é possível ver essa memória *encarnada* no local, onde tudo conspira, não para reviver esse passado, mas para representá-lo da forma mais “real” possível. O objetivo do Museu é fazer com que o tempo de Pedro e Dona Gercina se mostre em todos os seus detalhes; é, pois, uma invasão à privacidade de um casal, que a qualquer momento pudesse retornar.

Essa sensação de intimidade que os Museus causam, depende das lembranças que a exposição consegue despertar nos seus visitantes. Em qualquer outro lugar, um Museu Pedro Ludovico, pressupomos, não despertaria uma memória “*afetiva e mágica*”¹³² tão bem quanto a sua casa. Nele, Pedro Ludovico se torna um homem *comum*, que gostava de ver televisão, principalmente o futebol, ler bons livros, divertir-se na piscina, dirigir sua caminhonete vermelha, ouvir boa música, tomar boas bebidas e comer jabuticaba no quintal. Sua casa permite esse tipo de interação entre o público e a representação de um homem, que dentre outras coisas, construiu Goiânia. Será que conhecer o homem que criou a cidade não é o grande chamativo para o Museu? Ou, conhecer o Museu do homem que criou a cidade não é, porventura, uma forma de legitimar o poder e a dominação exercido pela esfera governamental para criar os seus símbolos, com o objetivo de manter a ordem social e os laços de identidade? Em última análise, o discurso do vencedor, que é o discurso de Pedro Ludovico, ordenado expograficamente no Museu, que também é o “*Museu da Cidade de Goiânia*”, não favorece, para além da sua perpetuação mítica, um processo contrário de contestação a esses símbolos impostos?

Para tentarmos compreender melhor o sentido de um Museu Casa, como o de Pedro Ludovico, Mário Chagas, em um interessante artigo sobre a “*poética*” das casas museus de “*heróis populares*”, analisa a residência de três personalidades que se transformaram em museus, a saber: Chico Mendes, Mestre Vitalino e Cora Coralina e afirma que essas instituições, são, antes de tudo, “*gestos políticos, com intencionalidades claras, gestos*

¹³² Cf. NORA, 1993, p. 09.

que implicam disputas no campo da política de memória” (CHAGAS, 2011).

Ademais:

Não há dúvida de que a casa museu encena uma dramaturgia de memória toda especial, capaz de emocionar, de quebrar certas barreiras racionais, de provocar imaginações, sonhos e encantamentos. Por isso mesmo, é preciso perder a ingenuidade em relação às casas museus: elas fazem parte de projetos políticos sustentados em determinadas perspectivas poéticas, elas também manipulam os objetos, as cores, os textos, os sons, as luzes, os espaços e criam narrativas de memória com um acento lírico tão extraordinário que até os heróis épicos, os guerreiros valentes e arrogantes, e os homens cruéis e perversos são apresentados em sua face mais cândida e humana; afinal eles estão em casa, e ali eles precisam dormir em paz, receber visitas, comer e atender a outras necessidades físicas. As casas museus, assim como os documentos, os signos e todos os outros museus, podem ser utilizadas para dizer verdades e para dizer mentiras. O que fazer? Fugir das casas museus como quem foge de casas mal assombradas? Haverá um outro caminho? Talvez seja possível exercitar uma nova imaginação museal que, abrindo mão da ingenuidade, valorize a perspectiva crítica, sem abrir mão da poética, e busque conectar a casa museu com as questões da atualidade, com os desafios do mundo contemporâneo. O exercício de uma nova imaginação museal também permitiria e estimularia a criação de novas casas museus, casas que encenassem novas dramaturgias, que valorizassem a dignidade social, o respeito às diferenças, o respeito aos direitos humanos, à liberdade, à justiça; que registrassem no presente e projetassem no futuro a memória criativa daqueles cuja memória é frequentemente esquecida, silenciada, apagada (CHAGAS, 2011).

Após ir ao Museu Pedro Ludovico algumas vezes e fazer a visita guiada sozinho, e também acompanhado por alunos do ensino fundamental, do ensino médio, populares e amigos, questões como essas levantadas por Mário Chagas emergem. A casa está lá, posta, *dramaturgicamente* arrumada para fazer perpetuar o mito. À espera de alguém que nunca chega, mas que é o dono da casa, misturam-se várias sensações: o *respeito*, devido a bem urdida trama de alguém que enfrentou muitas adversidades em prol do bem comum do Estado, como quando somos imersos pelo sentido *“ideológico”* da Revolução de 1930, onde já no hall de

entrada, *mocinhos* e *bandidos* são apresentados e a história do héroi é forjada; e o *receio*, de adentrar o seu quarto e o banheiro de pessoa tão importante, ou seja, de lhe invadir a intimidade.

A esse processo de ressignificação de um espaço importante da vida humana em um museu, se dá o nome de musealização, que, do ponto de vista museológico é a *“operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal”*, ou seja, *“consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu (...) Um objeto de museu não é somente um objeto em um museu”*. Ao adentrar o museu, muda-se o *“estatuto do objetivo”*, que para ser apresentado na exposição, precisa, primeiramente, ser ressignificado ao contexto e a mensagem que se quer transmitir (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 57).

Isso posto, os objetos do Museu Pedro Ludovico não estão lá por serem exclusivos e de importância histórica e patrimonial por si mesmos; e sim, por terem pertencido a família¹³³. Nesse sentido, a geladeira, por exemplo, se encontra em exposição não por ser *“antiga”*, mas por ter feito parte de um universo particular que cercou o personagem homenageado, no seu espaço original. Isso é, de fato, o que distingue os Museus Casas, ou Casas Museus, dos demais tipos de museus e instituições de salvaguarda.

Mas o que é um Museu Casa¹³⁴? Para Mário Chagas, são casas que *“saíram da esfera privada e entraram na esfera pública, deixaram de abrigar pessoas, mas não deixaram necessariamente de abrigar objetos, muitos dos quais foram sensibilizados pelos antigos moradores”*. Nesse sentido, elas servem para evocar *“nos visitantes lembranças de seus antigos habitantes, de seus hábitos, sonhos, alegrias, tristezas, lutas, derrotas e vitórias; mas servem também para evocar lembranças das casas que o visitante habitou e que hoje o habitam”* (CHAGAS, 2011). Andréa Delgado, por sua vez, no seu trabalho de fôlego sobre a construção de Cora Coralina como Mulher-

¹³³ Iara Ribeiro Regiani fez um interessante trabalho de conclusão de curso sobre o acervo do Museu Pedro Ludovico, propondo um modelo de fichas de registro, localização e conservação para sistematizar a documentação museológica (REGIANI, 2014).

¹³⁴ Sobre esse assunto ver: ANAIS do Primeiro Seminário sobre Museus-Casas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

Monumento¹³⁵, define o Museu de Cora como um “Museu Biográfico” (DELGADO, 2003, p. 19). Entretanto, esse conceito não faria sentido no caso do Pedro Ludovico, pois a exposição não contempla a sua “biografia”; e sim, privilegia a sua biografia política, selecionada pela memória do próprio, quando escreveu o seu livro “*Memórias*”. Diferente de Cora Coralina, que nasceu na casa e carrega consigo toda a sua trajetória de dois séculos de história, a casa de Pedro Ludovico representa a sua vitória pessoal diante do processo de construção de Goiânia.

Outrossim, a casa de Cora Coralina - faço-a comparativamente porque são as únicas casas Museus de maior visibilidade no Estado de Goiás - é, antes de tudo, uma Casa Histórica, tombada no final da década de 1970, cujo sentido narrativo só encontrou uma proeminência na memória da cidade devido a famosa poeta. A Casa de Cora está intrinsecamente ligada a sua poesia, a sua memória, a sua história e a sua atuação na antiga Capital, tanto que se tornou o seu símbolo maior e serviu como principal ferramenta de propaganda quando da candidatura da Cidade de Goiás, ao título de Patrimônio da Humanidade, conforme analisou a historiadora Andréa Delgado (2003). O Museu Pedro Ludovico, por sua vez, só foi tombado na década de 1980, quando os arranjos para a consagração da sua memória, por meio de uma instituição museal, estavam adiantados. Ou seja, a casa de Pedro Ludovico é uma casa que se tornou patrimonializada devido ao seu morador ilustre, como também aconteceu com o seu túmulo e o cemitério que o abriga, que analisaremos na próxima parte. Por fim, o Museu Casa de Cora Coralina e o Museu Casa Pedro Ludovico serviram, cada um a seu modo, para moldar a imagem heróica de seus homenageados, propagar, difundir e preservar essa memória histórica que foi, anteriormente, pensada, talhada e moldada para gerar o efeito desejado, qual seja, a construção da Mulher-Monumento no primeiro caso e a consagração do mito no segundo, que estava instituído logo após a sua morte.

¹³⁵ O trabalho de Andréa DELGADO investiga “a teia discursiva que produz Cora Coralina como Mulher-Monumento, artesã e guardiã da memória, socialmente investida do poder de evocar, testemunhar e eternizar o passado. Processo que constitui uma das estratégias da instituição da cidade de Goiás como histórica e turística” (2003, p. 05).

Não vamos nos ater, nesse tópico, a descrever a expografia e os discursos provenientes dela, trabalho esse que foi realizado com muito êxito por Roseli Barreto (2001), que analisamos no Capítulo anterior. Nosso objetivo é o processo de musealização, onde os objetos também nos interessam, mas o enfoque será na própria institucionalização de Pedro Ludovico no seu museu e a constante disputa da sua memória com a família Ludovico.

Destarte, depois de instalado, em 25 de setembro de 1987, o Museu Pedro Ludovico passou por reformas em 1992, 1998 e 2010. As placas de instalação das duas primeiras se encontram na parede externa nos fundos da instituição, a última está pendurada na coluna da entrada principal. A placa de 1992 relata somente que o Museu foi “restaurado e entregue ao público em 19/03/92”. Na de 1998 está escrito:

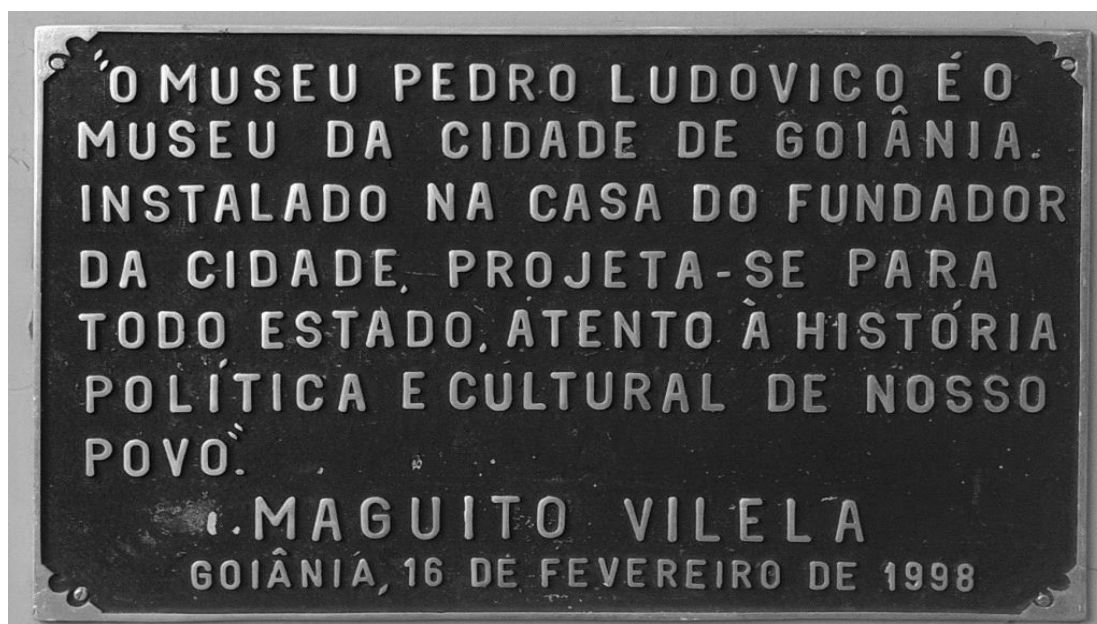


Imagem nº 3: Placa de reforma do Museu Pedro Ludovico Teixeira em 1998. Foto do autor.

A reforma de 2010, por sua vez, foi amplamente divulgada na imprensa, e conforme o folder, ocorreu alguns acréscimos em sua exposição como o ambiente dedicado a Dona Gercina, esposa de Pedro Ludovico e um painel composto de fotografias e textos sobre o processo de construção e desenvolvimento de Goiânia.

As obras de restauro e revitalização abrangeram desde o prédio, com o restauro de paredes, telhados, piso, até a exposição de longa duração que ganhou novos painéis informativos e novos recursos para estudo e pesquisa. O projeto contou com um trabalho de pesquisa criteriosa em fontes bibliográficas — livros publicados, teses, dissertações e monografias de autores que estudaram a vida e a obra do fundador de Goiânia e a sua importância para a história de Goiás. (...) Com a exposição de longa duração revitalizada, a ação de comunicação do Museu poderá ser aperfeiçoada e não ficará restrita somente à exposição, mas será estabelecida sistematicamente durante todo o processo museológico, desde a pesquisa e preservação até os eventos, reuniões, oficinas e ações educativas¹³⁶.

A reabertura depois da última reforma, que durou onze meses, contou com a presença do então Governador Alcides Rodrigues e Linda Monteiro, então Presidente da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico - que se transformou em Secretaria de Cultura em 2013 - e virou apenas uma superintendência com a reforma administrativa de 2015. Durante a cerimônia, “os bailarinos Fabiane Clemones e Leilson Santos, integrantes do Balé do Estado, apresentaram a obra *La Cumparsita, tango visto como uma das paixões de Pedro Ludovico*”¹³⁷. A imprensa destacava que toda a atmosfera da nova reforma fazia lembrar a Goiânia dos anos 40 e 50.

Depois dessa reforma, segundo relato de funcionários do Museu, cresceu muito o número de visitantes. Sobre esse assunto, há que se destacar que no Museu Pedro Ludovico há o cuidado em analisar estatisticamente a quantidade de visitantes. Esses dados nos foram apresentados e mostra mês a mês o fluxo de visitas e a motivação, que se divide em um público proveniente de instituições de ensino (escolas públicas, particulares e universidades), e os visitantes não vinculados a alguma instituição de ensino.

¹³⁶ Jornal Opção. “Opção Cultural: Museu Pedro Ludovico reabre depois de obras de restauro e revitalização”. Edição 1846, Goiânia, 21 a 27 de novembro de 2010.

¹³⁷ Jornal O Repórter. “Governo reinaugura Museu Casa de Pedro Ludovico, após 11 meses de trabalho”. Edição 656. Brasília, 30 de novembro a 6 de dezembro de 2010.

FLUXO DE VISITANTES MUSEU PEDRO LUDOVICO 2012/2014				
Mês		2012	2013	2014
Janeiro	Inst. de Ensino	27	0	237
	Público Geral	172	173	247
Fevereiro	Inst. de Ensino	0	165	182
	Público Geral	165	159	130
Março	Inst. de Ensino	330	165	311
	Público Geral	142	51	168
Abril	Inst. de Ensino	84	258	323
	Público Geral	143	143	245
Maio	Inst. de Ensino	461	422	455
	Público Geral	42	198	274
Junho	Inst. de Ensino	100	210	34
	Público Geral	208	164	187
Julho	Inst. de Ensino	0	0	51
	Público Geral	242	305	351
Agosto	Inst. de Ensino	343	326	525
	Público Geral	147	225	246
Setembro	Inst. de Ensino	329	361	405
	Público Geral	185	171	373
Outubro	Inst. de Ensino	514	478	-
	Público Geral	151	196	-
Novembro	Inst. de Ensino	482	320	-
	Público Geral	106	213	-
Dezembro	Inst. de Ensino	115	186	-
	Público Geral	100	18	-
Total		4588	4907	4744

Fonte: Museu Pedro Ludovico.

Durante os anos de 2013 a 2014 aumentou consideravelmente o número de visitantes no Museu. Provavelmente o ano de 2014 deverá ultrapassar e muito essa conta, pois o mês de maior visitação é o de outubro, quando as escolas agendam com meses de antecedência para vincular a visita ao aniversário de Goiânia comemorado dia 24, e dessa forma, abordar esse conteúdo num espaço de educação não-formal¹³⁸. Se

¹³⁸ Enquanto Educação Formal refere-se a um “sistema de educação hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado, da escola primária à universidade, incluindo os estudos acadêmicos e as variedades de programas especializados e de instituições de treinamento técnico e profissional”, a Educação Não-Formal compreende “qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou

até setembro de 2014, o Museu já contava com 4744 visitantes; em 2013, no mesmo período esse número era de 3496, contra 3120 de 2012, o que nos faz pressupor um aumento em fins de 2014.

Como o Museu é aberto todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a média de visitação de 2012 e 2013 foi de 12,5 e 13,4 respectivamente, já em 2014, apenas no período analisado, foi de 17,3 visitantes por dia. É uma média muito acima do registrado em várias instituições museológicas do Estado.

Uma das razões que pode explicar esse processo é o fato do Museu Pedro Ludovico tomar a iniciativa de ligar para as instituições de ensino da Capital e insistirem para que visitem a instituição. Com isso, os professores são constantemente lembrados da existência do Museu e o mesmo pode auxiliá-los no desenvolvimento dos conteúdos do currículo. A isso dá-se o nome de Ação Educativa.

Por outro lado, não podemos negligenciar a grande quantidade de visitantes que não pertencem a nenhuma instituição de ensino e que visitam o Museu. Esse número, que correspondia a 39,3% em 2012, aumentou para 41,1% em 2013, e até o momento pesquisado de 2014, foi de 46,9% do total de visitantes. Isso nos faz pressupor que o aumento dos visitantes ocorre em todos os públicos, mas, principalmente, naquele interessado em visitar o Museu sem ser obrigado a isso, como ocorre nas escolas.

Isso demonstra que há um interesse na sociedade em relação ao Museu e a personalidade que lhe dá o nome, cujas histórias e feitos são lembrados constantemente naquilo que Halbwachs denominou de *memória coletiva*. Goiânia como símbolo maior e o Museu como um lugar que ressignifica e divulga essa memória, tornam-se espaços que são recorrentemente buscados para forjar o sentido e o sentimento de identidade. De acordo com BARRETO (2001, p. 48), o Museu “*não se constitui apenas em um depósito da memória material de Pedro Ludovico. Trata-se de um objeto de um ritual que adquire um caráter mitológico*”. Será

como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem”, como museus, meios de comunicação, a igreja, o teatro, o cinema, o parque, dentre outros (MARANDINO, 2009, p. 30-31).

que é atrás dessa personagem mítica e heróica que os visitantes adentram o Museu Pedro Ludovico?

Se os visitantes buscam essa imagem, a família Ludovico faz de tudo para que seu membro mais conhecido faça jus a essa curiosidade. Embora esteja sob a responsabilidade do Governo do Estado, a família de Pedro Ludovico fiscaliza e atua constantemente na preservação e na conservação do museu. Durante a reforma de 2010, por exemplo, a família foi consultada por meio da sua *“representante”*, Maria Dulce Loyola Teixeira, nora de Mauro Borges, que *“colaborou com a seleção, identificação e seção de imagens, além de indicação de parentes e amigos do casal Pedro Ludovico e Gercina Borges”*¹³⁹.

Dois anos depois, em dezembro de 2012, a família reivindicou, por meio de um blog¹⁴⁰, nova reforma do espaço, com o sugestivo título *“A casa de Pedro e Gercina pede socorro ao governador”*. De acordo com o texto, a família constatou *“o estado de abandono”*, após *“uma visita ao Museu, no último sábado, dia 15 de dezembro passado, depois da cerimônia de lançamento do selo comemorativo dos 120 anos de Pedro Ludovico”*¹⁴¹.

Toda a casa precisa de manutenção, vários cômodos estão com os tetos danificados por infiltrações, o telhado está vazando água da chuva e quando chove em alguns cômodos a água cai como bica, deixando o Museu sem a mínima condição de receber os visitantes.

Pouco se vê da antiga casa de Pedro e Gercina. Os cômodos/salas estão sem os móveis e os arquivos pertencentes ao Museu estão dentro de algumas pastas colocados no chão. Vendo tudo isso, é preciso perguntar: até que ponto o desinteresse pelo patrimônio histórico chega?

A resposta está no que se vê por toda a casa. Toda casa precisa de cuidados. Os móveis (acervo) estão danificados e amontoados em um depósito nos fundos da casa. O jardim e o quintal não tem nenhum tipo de manutenção, estão abandonados. Pelo que se pode notar o que tem mantido a salvo os pertences e o Museu é a dedicação dos pouquíssimos funcionários que lá estão, porém, isso não é o

¹³⁹ JORNAL O POPULAR. Magazine. “De volta as origens”. Goiânia, 24 de novembro de 2010.

¹⁴⁰ <http://estatuaequestrepedroludovicoteixeira.blogspot.com.br>

¹⁴¹ <http://estatuaequestrepedroludovicoteixeira.blogspot.com.br/2012/12/a-casa-de-pedro-e-gercina-pede-socorro.html>

suficiente para evitar que a degradação aconteça. A “razão”, explicam, é porque não existem verbas para atender às necessidades do Museu. Ora, como pode não existir verbas para atender às mínimas necessidades dessa casa que foi o embrião da Agência Pedro Ludovico?

Além da falta de manutenção e da falta de móveis nos cômodos, a família denunciou o abandono que o Museu estava relegado como um todo. O argumento de que a casa constituía um dos dois únicos bens deixado pelo casal Teixeira (o outro foi uma fazenda em Rio Verde, herdada por dona Gercina de seu pai), e que embora “*simples*”, “*porém digna e valorosa*”, “*foi repassada para o Estado para que zelassem por seus bens e para que preservassem a sua história*” também permeou o texto, como uma tentativa de sensibilizar do endereçado dessas questões, o governador Marconi Perillo, “*acreditando que ele desconheça o assunto*”¹⁴².

A tentativa não deve ter rendido resultados práticos, já que em 2013, novamente um membro da família, pela rede social Facebook, escreveu, no dia do aniversário de Goiânia, em 24 de outubro:

Caros amigos, desde o início do mês venho postando e contando um pouco da história da fundação de Goiânia e de seu fundador Pedro Ludovico Teixeira, mas hoje, no dia do aniversário de nossa linda cidade, gostaria de fazer uma grave denúncia sobre a forma como o Governo do Estado vem tratando o Museu Casa de Pedro Ludovico que está sob sua administração. O Museu Pedro Ludovico, o único do Estado que conta a história da fundação de Goiânia, bem como de seu fundador, uma das mais importantes obras em estilo art decó do País, está literalmente caindo aos pedaços. A pintura, bem como pedaços de reboco descolam das paredes e ninguém faz nada, pois não tem verba para isso. O acervo, doado pela família, que inclui fotos antigas, mobília, vestuário e objetos pessoais, não está sendo adequadamente conservado e em razão disso está se deteriorando. Para nós da família é muito triste ver o que está acontecendo com a antiga casa de nosso avô. Quando questionados, os funcionários sempre dizem a mesma coisa: “o museu não tem verba”. É lamentável a forma como o Estado está tratando a nossa cultura e principalmente uma história tão rica e importante como é a fundação de Goiânia.

¹⁴² Idem.

É nossa história, de todos os goianos, que está se perdendo e infelizmente porque não existe verba para isso¹⁴³.

Os apontamentos de falhas estruturais no Museu foram feitas em menos de dois anos após a reinauguração, em 2010, depois de onze meses de reforma. Mais graves ainda são as denúncias de que documentos e objetos do acervo estão se deteriorando por falta de conservação, que se confirmou com o excelente estudo realizado por Lara Ribeiro Regiani (2014).

Em 2014, as denúncias contra a situação do Museu Pedro Ludovico ganharam contornos de revolta. Sobre a questão da falta de recursos, foi mostrado que, naquele ano, o Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), distribuiria R\$ 240 mil em prêmios. O alvo das críticas recaiu sobre o então Secretário de Estado da Cultura, Gilvane Felipe: *“Quem sabe um dia as pessoas protagonistas desse episódio se sintam envergonhadas da omissão, pois, ocupam cargos que têm a finalidade de zelar por um bem público e não zelam”*¹⁴⁴. Mais uma vez o governador foi poupado, com o mesmo argumento usado em 2012, o de desconhecimento do mesmo quanto a situação do Museu Pedro Ludovico.

Esse é mais um lamento indignado pelo não mais só o descaso com o Museu Pedro Ludovico Teixeira, mas o abandono total. Tudo necessita ser urgentemente socorrido. Não podem culpar os que cuidam no dia a dia do Museu com o maior carinho, porque nem rendimentos adequados eles possuem, no entanto exercem funções por amor ao museu, cortam a grama, limpam, zelam, coisa que não conseguem, nem enviando ofícios de solicitações, com a direção da Agepel. Absolutamente, nada tem sido feito para conservar o Museu, está em total abandono.

Mais uma vez, entrei na casa de D.Gercina e Dr. Pedro Ludovico, o fundador de Goiânia, com toda a sinceridade melhor seria se os que se dizem especialistas no assunto pedissem demissão, dizendo: “não somos preparados para dirigir algo de tamanha responsabilidade”. O que tem feito a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – Agepel – para o Museu? Nada.

Nem é preciso dizer que deveriam preservar o patrimônio, está intrínseco isso. Onde estão os móveis da casa, dizem que estão em uma “reserva técnica” onde e como estão

¹⁴³ Resolvemos omitir o nome do autor.

¹⁴⁴ <http://familiapioneira.blogspot.com.br/>

sendo cuidados, pois na vista de todos estão se acabando, imaginem trancados em sei lá onde? Por que não estão em cada sala como era antes? Por que os objetos que antes ficavam expostos não podem ficar mais? Ora, a resposta é a mesma de sempre a água da chuva está estragando todo o acervo.

Uma casa necessita de manutenção constante. Não ficarei chovendo no molhado, bastam as fotos para que todos constatem a triste realidade da casa que já foi um dia muito bem cuidada pelos moradores que lá residiam, não eram ricos nem ostentavam poder, mas jamais permitiriam que mostrassem a sua casa como está. Essa era a casa de Pedro e Gercina, estão lembrados?

(...)

A família e os goianos agradeceriam muito se alguma providência fosse de fato tomada, porque há muito tempo nada ali é feito.

Esse breve relato acerca da insistência da família em reivindicar melhorias no Museu, revela a forma como a mesma luta pela preservação da memória de Pedro Ludovico; seja por meio de blogs, em artigos de opinião publicados nos jornais da Capital, ou mesmo pelas redes sociais, que tem um alcance maior, há todo um trabalho que objetiva a perpetuação da memória e da história do idealizador e construtor de Goiânia.

A família, nesse caso, exerce o poder de cobrar melhorias e de acompanhar a forma como o Estado mantém e conserva a casa de Pedro Ludovico. Os autores citados, neste quesito, tem plena consciência de que objetos sem a devida conservação, que mostra a ação corrosiva do tempo, afetam a imagem do principal homenageado. Outrossim, objetos guardados na reserva técnica também são alvo de críticas, por acreditarem que, com isso, estão escondendo partes da sua vida e da sua obra, mostrando, por outro lado, total desconhecimento da expografia museológica.

O projeto de expografia, bem como seus aspectos físicos, são constantemente monitorados pela família, que usam os meios de comunicação para tentar sensibilizar os responsáveis pelo Museu Pedro Ludovico, valendo-se de fotografias para justificar e embasar as reivindicações.

Pressupomos que esse poder “*mediador*” da família é utilizado para manter a memória de Pedro Ludovico da forma como lhes agrada e tentar

coibir excessos ou possíveis omissões da sua trajetória. Isso fica evidente ao relacionar o “*abandono*” da casa, a um “*abandono*” da própria história da população goiana. Ao falarem em nome de todos os habitantes de Goiás, a família tem a exata consciência do papel desempenhado por Pedro Ludovico durante a sua vida e enxergam no Museu um lugar cujo objetivo é o de projetar e disseminar a sua memória. A sua vitoriosa memória!

4.2- O Tempo da Monumentalização

Em 2010, o Jornal Opção¹⁴⁵ afirmou que os goianos “*parecem acometidos por uma nova doença, a ‘ludoviquice aguda’*. Parece obrigatório que praças, bairros, centro administrativo, talvez até bidês, tenham o nome de Pedro Ludovico”. A crítica ganha ares de sarcasmo logo pelo título: “O ‘mítico’ Pedro Ludovico é candidato a Deus”. O jornalista não o poupa em sua argumentação, ao dizer que Pedro Ludovico foi um “*interventor-ditador do varguismo*”, que embora “*parece um homem sem defeitos*”, liderou em Goiás “*um governo tão despótico quanto o de Getúlio Vargas, com perseguição implacável aos adversários políticos*”. Nem mesmo Mauro Borges escapa ao afirmar que o mesmo apoiou o golpe militar, e depois de renunciado é “*tratado como santo, como se tivesse sido contra, desde a primeira hora*”. Essa matéria foi feita em meio a polêmica do lugar em que deveria ser instalada a estátua equestre de Pedro Ludovico e a crítica ressalta que em Goiânia tudo lembra o seu idealizador, enquanto outros nomes importantes da história de Goiás foram relegados ao esquecimento¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Jornal Opção. Edição 1846 de 21 a 27/11/2010.

¹⁴⁶ O jornal cita, por exemplo: Totó Caiado, Emival Caiado, Hélio de Brito, Nion Albernaz, Juca Ludovico, Galeno Paranhos, Peixoto da Silveira, Luís Rassi, Otávio Lage, Domingos Vellasco, Colemar Natal e Silva, Jerônimo Queiroz, Bernardo Sayão, Bernardo Élis, José J.

É inegável que em um breve passeio por Goiânia a lembrança e a imagem de Pedro Ludovico são evocadas a todo instante. A cidade mais parece uma ode ao seu construtor. E são esses signos espalhados pela metrópole que impulsionam a perpetuação do mito. Talvez não se trata de uma *“ludoviquice aguda”*, doença que segundo o jornalista explica essa subserviência em relação a memória de Pedro Ludovico, mas, pelo contrário, é a força do discurso ludoviquiano que rompeu as barreiras do tempo e o coloca quase que sacralizado perante a cidade.

Nesse discurso do vencedor não há espaço para outra memória. Embora cheia de bustos e referências a outras personalidades¹⁴⁷, somente o de Pedro Ludovico é tratado com certa deferência, principalmente pelos lugares estratégicos em que seu nome é colocado. Se na Avenida Anhanguera ergue triunfante a estátua do bandeirante¹⁴⁸, que evoca um passado de fausto aurífero nos sertões dos Guayazes, a estátua de Pedro Ludovico sinaliza para o tempo da modernidade. Bartolomeu Bueno e Pedro Ludovico estão separados por séculos, porém, nos permite aventar que ao colocar o monumento ao Bandeirante no centro da jovem Capital, fato já

Veiga, Belkiss Spencièrre, Eli Brasiliense, Carmo Bernardes, Orlando Alves Carneiro, Lourival Louza e Altamiro de Moura Pacheco.

¹⁴⁷ Em Goiânia, por exemplo, há monumentos dedicados a Alfredo Nasser, cujo busto foi erguido na Assembleia Legislativa de Goiás; Andreilino Rodrigues de Moraes, prefeito de Campinas à época da construção de Goiânia, tendo doado vários terrenos; Antônio Accioly, fundador do Atlético Clube Goianiente em 1937, seu busto encontra-se no estádio desse time; Antônio Lizita, italiano de nascimento, foi o primeiro comerciante de Goiânia, seu busto localiza-se na Rua 04 no Centro; a poetiza Cora Coralina, cujo busto está na entrada do salão do SENAC; Joaquim Câmara Filho, jornalista, fundador do jornal O Popular, seu busto está na Avenida Anhanguera com a Tocantins, no centro; Jeová Bailão, fundador da Câmara de Dirigentes Logistas do Estado de Goiás, seu busto está na Avenida Perimetral com a rua 220; Padre Pelágio Sauter, padre alemão redentorista que trabalhou nas paróquias de Campinas e Trindade, seu busto encontra-se no início da GO-060; Jaime Câmara, jornalista, seu busto encontra-se na sede da Organização Jaime Câmara; Almirante Tamandaré, patrono da Marinha Brasileira, seu busto fica na praça de mesmo nome no Setor Oeste; e Santos Dumont, considerado o pai da avião.

¹⁴⁸ *“(...) no mundo das representações, o monumento ao Bandeirante, em Goiânia, doação dos paulistas, perpetua a memória de Bartolomeu Bueno, o descobridor de Goiás, representante dos primeiros tempos de Goiás, de uma época mítica, de fausto aurífero, de riquezas mineradora que se dizia, tinha antecedido o longo período de estagnação econômica. E São Paulo colocou o Bandeirante bem no centro da nova capital goiana, no cruzamento das Avenidas Anhanguera com a Goiás – como que vindo do leste, olhando, caminhando para o oeste, alimentando o mito, talvez insinuando que aqui tudo começou com um intrépido paulista, que a história de Goiás é herdeira do descobridor paulista, sua antiga capital foi fundada por ele – sua nova capital inaugurando um novo tempo não poderia apagar feitos tão memoráveis. E o Bandeirante ali está, como lembrança a todos que passam pelo coração de Goiânia”* (PINHEIRO, 2008, p. 28-29).

previsto por Atílio Corrêa Lima¹⁴⁹, conclui-se que são apenas esses dois tempos que devem ser lembrados e perpetuados pela memória: o fausto aurífero da mineração e a construção de Goiânia.

Os monumentos, assim como o museu, é um lugar de memória, conforme abordamos na parte anterior desse capítulo. E de acordo com Pierre Nora, se *“habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história”* (NORA, 1993, p. 08). A memória precisa de um suporte no presente para conseguir emergir e como ainda não a habitamos para ter a dimensão do todo, a memória passa por uma constante disputa de poder que elege o que deve ser lembrado ou esquecido. Sobre essa característica política dos monumentos, Cristina Freire o considera como *“inegável”*, uma vez que *“ocupam o espaço da cidade”*. No mesmo parágrafo ela complementa:

Aliás, na maioria das vezes, é o Estado que patrocina essas construções. Pois bem, mesmo sendo realizados a partir de uma intenção pública, a apropriação social não se realiza obrigatoriamente atrelada ao seu qualificativo de “bem público”. O acesso e a proximidade não são medidas físicas, diretamente observáveis (FREIRE, 1997, p. 101).

A própria epistemologia da palavra *monumento* significa *lembrar, advertir*, ou seja, *“aquilo que traz à lembrança alguma coisa”*. E essa lembrança tem um caráter afetivo, pois *“não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva”*. Nesse contexto, tudo que foi edificado para rememorar acontecimentos ou pessoas no presente e no futuro, deve ser chamado de monumento (CHOAY, 2001, p. 17).

¹⁴⁹ No Relatório de Atílio Corrêa Lima, de 1935, há a seguinte proposta: *“No cruzamento dos eixos das avenidas Pedro Ludovico, Araguaia, Tocantins e ruas 10, 26, 34 e 35, deverá ser erigido futuramente um monumento comemorativo das bandeiras descobertas, e riquezas do Estado, figurando como homenagem principal a figura do Anhanguera”* (LIMA apud SABINO JÚNIOR, 1960, p. 105).

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele trabalha e mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de certa forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento (CHOAY, 2001, p. 18).

Citando Riegl, CHOAY ainda aponta a diferença entre *monumento* e *monumento histórico*. O primeiro “*é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata*”, já o segundo não é criado desde o princípio para este fim, “*ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte*” (2001, p. 25).

No Museu Pedro Ludovico temos um exemplo de monumento histórico, uma vez que ele não foi pensado para essa destinação, e sim para ser a residência de uma família, no caso, a família do construtor da cidade. Localizada em local privilegiado e planejada pelo mesmo urbanista que projetou Goiânia, a casa da antiga rua 26, hoje rua Dona Gercina Borges Teixeira, conseguiu se tornar um monumento histórico por sintetizar em si um momento importante da história, seja pelo estilo *art decó* ou pelas tramas e conflitos que ela encerrou, que, transportadas pela memória, elegeu aquele lugar como um lugar de celebração da vida e da obra do fundador da cidade, e por extensão, de toda a cidade.

Destarte, a casa onde hoje funciona o museu é um monumento histórico, porém ao dar o nome desse lugar de *Pedro Ludovico* temos aí,

também, o nascimento de um monumento, pensado a *posteriori*. Monumento significa “*tudo que busca perpetuar personagens ou acontecimentos associando-se, ao tempo e à memória, em particular à memória social, e a ideia de marco delimitador de uma ordem temporal e espacial*” (CIRLOT, 1984, p. 421). Esse monumento se caracteriza, principalmente, “*pelo valor comemorativo de caráter episódico e abrangência coletiva*”, ou seja, ele “*referencia o espaço da cidade e perpetua, através da sua espacialidade, a nossa memória*” (ESCOBAR, 1998, p. 37).

Nesse sentido, Cristina Freire salienta que os monumentos “*garantem uma forma de existência para além da sua materialidade*”, uma vez que eles simbolizam muito mais que o material de que foram feitos, mas também o que não é visível, nem tangível, e sim, o que cada pessoa vai construir, pela sua memória, os acontecimentos rememorados pela aquela referência física, “*que sintetiza alguma coisa*”. Em outro momento ela conclui que o monumento deve ser tratado como *res publica*, uma vez que se encontra “*em exposição na cidade*” (FREIRE, 1997, p. 41 e 90).

Partindo desse princípio, de considerar como monumento tudo que está em exposição na cidade e que sintetiza um momento importante da história daquele lugar, onde a memória constantemente evoca o seu simbolismo e o ressignifica para quem o observa ou o contempla, é que vamos, nessa parte do Capítulo, percorrer alguns monumentos dedicados a perpetuar a memória de Pedro Ludovico. Nessa perspectiva, nosso objetivo é analisar os lugares onde o nome Pedro Ludovico é associado, seja numa estátua, num busto, no nome de um bairro, numa rua, numa avenida, numa escola, numa casa, dentre outros.

A cidade edificada precisa narrar sua História e a de suas “ilustres” personalidades. Não uma narrativa somente elaborada com palavras, gestos ou sons, mas, também, com imagens visuais materializadas que permanecem resistentes ao tempo no contexto urbano da cidade. (...) As obras em espaço urbano são signos da visualidade artística e cultural de uma Cidade contribuindo na construção de sua identidade. Essas manifestações democratizam o acesso à cultura, considerando que o espaço museológico possui um horário estabelecido, além de intimidar um grande número

de membros da sociedade (CABRAL; BORGES, 2008, p. 516).

4.2.1- O Busto da Praça

Nesse sentido, o primeiro monumento que escolhemos para análise é o busto de Pedro Ludovico localizado em frente ao Palácio das Esmeraldas, sede do Governo do Estado e residência oficial do governador. O busto, de acordo com CABRAL e BORGES, é em estilo neoclássico e constitui na primeira Arte Urbana de Goiânia (2009, p. 07). Foi feito em 1937, no Rio de Janeiro, na Fundação Cavina, pelo artista Zaco Paraná¹⁵⁰ e tombado pela Lei Estadual nº 8915, de 13 de outubro de 1980.

¹⁵⁰ “João Zaco Paraná (Brzezany, Polônia, 1884/Rio de Janeiro-RJ, 1961). Radicado no Brasil desde 1887. Graduou-se na Escola Nacional de Belas Artes – ENBA, onde lecionou Modelagem” (CABRAL;BORGES, 2008, p. 523).



Imagem nº 4: Busto de Pedro Ludovico em frente ao Palácio das Esmeraldas. Foto do autor.



Imagem nº 5: Detalhe da Placa do Busto de Pedro Ludovico. Foto do autor.

O busto mostra Pedro Ludovico olhando, imponente e realizado, para a Avenida Goiás. Na placa colocada um pouco abaixo do busto lê-se: *“Doutor Pedro Ludovico Teixeira, o architecto de Goiânia. Nobreza moral, administração. Para a immortalidade”*. O monumento foi inaugurado pelo então governador Pedro Ludovico após ser efetivada a transferência da capital.

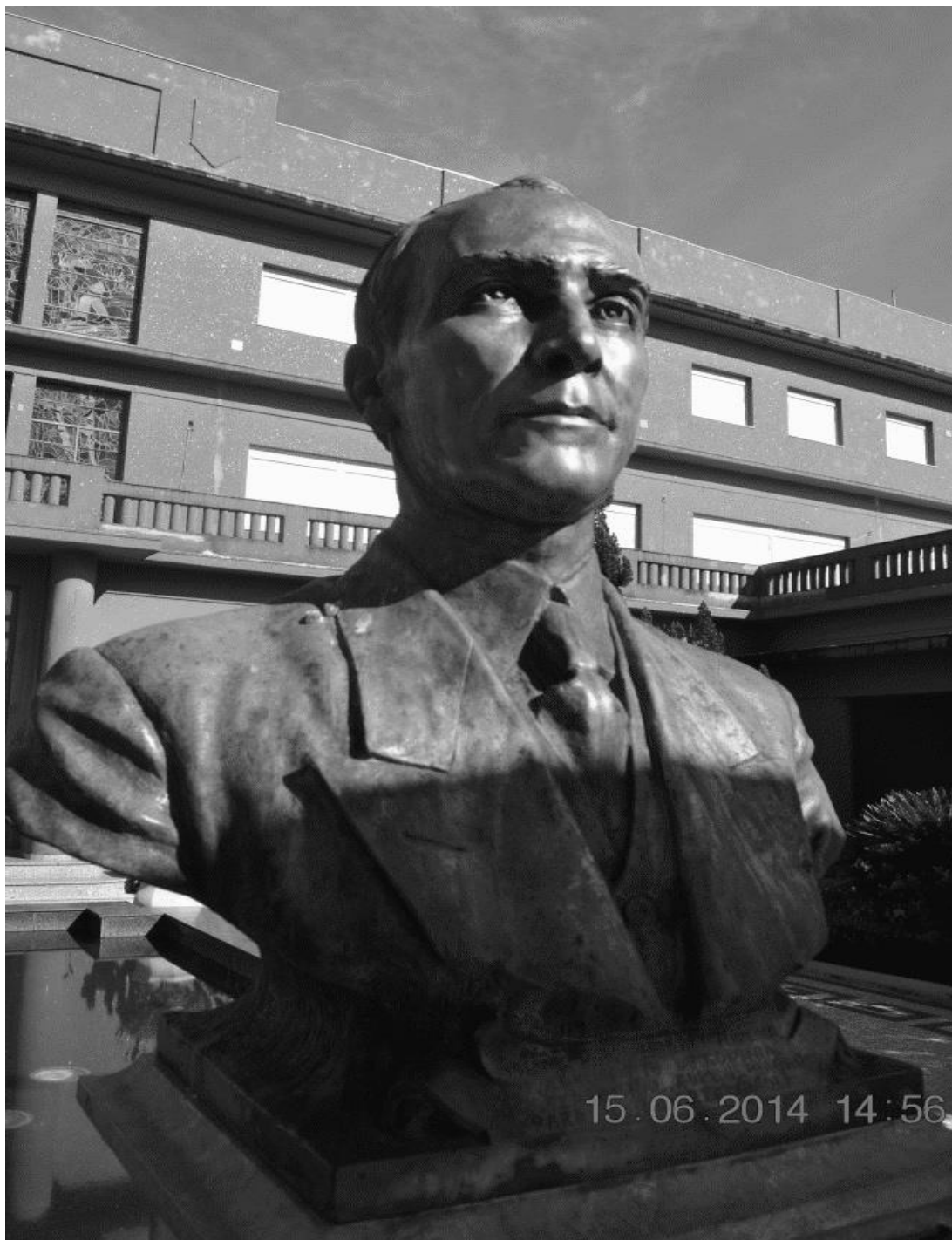


Imagem nº 6: Detalhe do Busto de Pedro Ludovico. Foto do autor.

Com esse monumento, Pedro Ludovico se reveste de uma aura mítica, ao perpetuar o próprio busto. Se por um lado ele não deixou que colocasse o nome à cidade de Petrônia, e nem que a Avenida Goiás levasse o seu nome, por outro, permitiu que se lhe fizesse um busto. Ora, a relação umbilical entre Pedro Ludovico e Goiânia estava consolidada. E o seu

principal monumento era justamente a cidade que ele construira, como bem definiu o então Prefeito da jovem Capital, Venerando de Freitas Borges, em seu discurso durante o Batismo Cultural de Goiânia, em 05 de julho de 1942 e que foi transcrito por Pedro Ludovico no seu livro de memórias:

É o trabalho cantando o seu hino. E eis aí, senhor Interventor Pedro Ludovico, o seu monumento. Eis a sua consagração. Eis o triunfo de tantas lutas. Eis, enfim, a suprema aspiração – A IMORTALIDADE. (...) Duradoura é sua obra. O tempo, que tudo consome, não conseguirá destruir os frutos de tanto amor, de tanta dedicação e de tão acendrado patriotismo. Sua consagração não se fez nem se fará nos monumentos das praças públicas. Ela reside mais na admiração de todos os brasileiros, no culto e na gratidão das gerações futuras (BORGES *apud* TEIXEIRA, 1973, p. 215-216).

Essas contradições apenas ressaltam o fato de que para Pedro Ludovico e seus aliados, Goiânia era o seu grande monumento. Tão atrelado estavam ambos que enquanto existisse a cidade, também ecoaria o nome do seu idealizador e construtor. O busto, nessa perspectiva, inaugurado pelo próprio homenageado, talvez represente apenas a reprodução da sua imagem, e a perpetuação da mesma. Seus feitos seriam sempre lembrados, mas e do seu rosto, será que alguém se lembraria?

4.2.2- A Praça do Busto

E esse busto se encontra na Praça Cívica, que recebeu o nome de Pedro Ludovico Teixeira em 1979, logo após a sua morte. Na ocasião em que foi votada pela Câmara de Vereadores a mudança, Venerando de Freitas Borges, o primeiro prefeito de Goiânia, muito próximo de Pedro Ludovico *“tentou evitar que mudassem o nome da Praça Cívica para Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira. De nada adiantou, os vereadores não quiseram ouvir Venerando nem seus assessores e votaram a mudança”*. Os

argumentos de Venerando seria o de que Pedro Ludovico não gostava desse tipo de homenagem, já que não deixara que a Avenida Goiás levasse o seu nome, realizando a troca de próprio punho no projeto inicial (AQUINO, 2011).

De acordo com Atílio Corrêa Lima, no seu projeto urbanístico da cidade, a praça do Centro Administrativo seria a principal de Goiânia, não estaria “*sujeita a trânsito intenso*”, e apresentaria “*um caráter monumental*”. Ademais, “*os edifícios públicos que a guarnecem formam um conjunto arquitetônico único, ligados por um elemento comum em forma de colunata formando galeria coberta*” (LIMA apud SABINO JUNIOR, 1960, p. 105).



Imagem nº 7: Placa da Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Foto do autor.

4.2.3- O Palácio da Praça

Nessa praça, sem dúvida, se encontra a maior quantidade de referências à memória de Pedro Ludovico. Além de ter um busto, batizar a

praça, ter uma estátua onde aparece montado num cavalo - que analisaremos posteriormente - o seu nome ainda seria estampado no Centro Administrativo do Governo do Estado, que foi rebatizado de Palácio Pedro Ludovico Teixeira, após a sua última reforma, em 2002.



Imagem nº 8: Detalhe do Palácio Pedro Ludovico Teixeira. Foto do autor.

Construído nos fundos do Palácio das Esmeraldas, o Palácio Pedro Ludovico Teixeira tem treze pavimentos e é ocupado por secretarias e autarquias estaduais. Sua edificação foi iniciada no governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964), filho de Pedro Ludovico, no seu primeiro ano de mandato. Após a deposição do mesmo a obra foi paralisada sendo retomada no governo Otávio Lage (1966-1971), e finalmente inaugurada em 1973, na gestão de Leonino Di Ramos Caiado (1971-1975)¹⁵¹. De acordo com MEDEIROS (2010, p. 263), a construção do Centro Administrativo, com a frente voltada para o lado sul da cidade, “no sentido contrário a direção

¹⁵¹ Informações consultadas no sítio: <http://www.ascom.ufg.br/pages/44047-as-7-maravilhas-de-goiania>

imprimida ao projeto original de Atilio Corrêa Lima”, revela a intervenção do poder público em ocupar o sul da cidade¹⁵².

4.2.4- A Estátua da Praça

Nosso trajeto pela praça central de Goiânia, de onde partem largas avenidas e por onde a cidade cresceu e se transformou na metrópole de hoje está chegando ao fim. A praça que em tudo lembra Pedro Ludovico também abriga uma estátua equestre. Essa obra, instalada em 2010, foi fruto de imensa polêmica, que discorreremos a seguir.

¹⁵² Em um artigo publicado em 2010 no blog <http://famiapioneira.blogspot.com.br/>, o poeta e membro da Academia Goiana de Letras, Luiz de Aquino escreveu sobre a justificativa da localização do prédio do Prédio do Centro Administrativo: *“Em 1961, quando começou a concebê-lo, Mauro Borges notou que a cidade crescia para o Sul. Imaginou que, num dado momento, algum administrador haveria de estender a Avenida Goiás para o rumo Sul, então o edifício de onze andares foi ali construído para proteger o Palácio (declaração de Mauro Borges ao repórter Benevides de Almeida, da Folha de Goiás, na década de 1970)”* (AQUINO, 2010).



Imagem nº 9: Estátua Equestre de Pedro Ludovico. Foto do autor.

A referida obra foi feita por Neusa Moraes (1932-2004), a mesma que criou o *“Monumento a Goiânia”*¹⁵³, que se localiza na parte central da Praça Pedro Ludovico, no lugar antes ocupado por um obelisco, que se perdeu definitivamente sobre a poeira do tempo e do esquecimento. Neusa Moraes nasceu na Cidade de Goiás, graduou-se na Escola de Belas Artes de São Paulo, onde se especializou em escultura. De volta a Goiás, durante o período de 1971 a 1992, trabalhou como professora de Pintura, Composição Artística, Desenho do Escultor e Escultura no Instituto de Artes, hoje Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás.

¹⁵³ *“Monumento à Goiânia é a primeira escultura de livre expressão instalada em espaço urbano da nova Capital de Goiás. Considerado pelos goianienses o cartão postal de Goiânia é a obra mais expressiva da escultora goiana Neusa Moraes. A obra representa a miscigenação de três raças - o índio, o negro e o branco - trabalhando na construção de uma cidade. Inaugurada no dia 03 de novembro de 1967, sexta-feira. Nomeado pelos goianienses de “Monumento às Três Raças”, “Três Raças”, “Monumento ao Trabalhador”, “Monumento aos Construtores” e “Os Negrões” (Bronze e Granitina, 700 x 310 x 470 cm). A escultura pública ocupa no Plano Urbanístico de Atilio Corrêa Lima o marco inicial da Cidade”* (CABRAL; BORGES, 2009, p. 01).

Em sua carreira essa grande artista goiana, que conseguiu projeção nacional e internacional¹⁵⁴, teve na estátua equestre de Pedro Ludovico um de seus *“grandes dissabores”*. Ela *“lutou contra o descaso político com o monumento, pois o mesmo ficou diversos anos nos fundos da Igreja Coração de Maria, na espera da boa vontade dos poderes públicos”* (CURADO, 2012).

A obra foi encomendada à Neusa Moraes, no início da década de 1990 pela Prefeitura de Goiânia, que queria homenagear o idealizador da cidade. A artista, então, sugeriu a criação de uma estátua equestre, vislumbrando, desse modo, a mesma no alto do Morro do Serrinha, de onde, presume-se, Pedro Ludovico avistou o terreno plano e teve a certeza de que ali era o lugar ideal para a construção da nova Capital.

A estátua de sete metros de altura, quase dois de largura e três de comprimento, com o peso de duas toneladas, foi confeccionada em gesso e ferro, restando a cobertura de bronze, que a Prefeitura não quis assumir. Com isso, ela ficou abandonada até 2003, quando o Governo do Estado se comprometeu a terminá-la, depois de um acordo com a Prefeitura, retirado-a do fundo da igreja e encaminhado-a a Fundação Artística Ltda (Funduart), em Piracicaba, para receber o revestimento em bronze. Neusa Moraes morreu em 2004 sem ver a sua obra concluída.

De acordo com uma reportagem,¹⁵⁵ o revestimento em bronze da obra custou ao Estado R\$ 423.600 mil e chegou em Goiânia em outubro de 2010, dividida em oito partes para facilitar o transporte. No mês seguinte foi inaugurada sobre um pequeno pedestal ao lado do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, em frente ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Na base do seu pedestal lê-se: *“Uma trajetória marcada por grandes obras, rupturas, combates, avanços e modernidade. Nesta data, o Governo de Goiás cumpre o compromisso assumido e entrega este Monumento aos goianos e à cidade de Pedro”*.

¹⁵⁴ Mais sobre o assunto ver: CURADO, 2012.

¹⁵⁵ http://www.goiasnet.com/cultura/cul_report.php?IDP=9403



Imagem nº 10: Detalhe da Placa da Estátua Equestre de Pedro Ludovico. Foto do autor.

Se a biografia de Pedro Ludovico foi marcada por “*rupturas*” e “*combates*”, sua estátua equestre não passou por menores defafios. Desde que foi criada, o monumento teve que enfrentar dois problemas, excluindo a longa espera de quase duas décadas: a legitimidade da estátua em si e o local onde seria exposta¹⁵⁶.

Em relação ao primeiro problema, a idéia de Neusa Moraes ao imaginar o seu Pedro Ludovico montado em seu cavalo não levou em conta a sua história. As críticas não demoraram a aparecer: “*acredito que representar Pedro Ludovico a cavalo é desmerecer o homem contemporâneo, urbano até o último fio de cabelo e o seu terno de linho branco, todo estiloso!*” (TAVEIRA, 2010). No mesmo sentido, o poeta Luiz de Aquino argumenta:

Continuo dizendo, teimando, que a sugestão mais a concepção do monumento somam-se num mesmo erro. Qual? A evidencia histórica, já que Pedro Ludovico nunca foi cavaleiro. A imagem nos remonta a militares e desbravadores dos séculos XIX e anteriores, ou a fazendeiros e tropeiros das décadas do século passado que antecedem as rodovias e as carretas. Pedro era o cidadão fundamentalmente urbano, goiano de nascimento, mas carioca durante os estudos acadêmicos e refinado médico. Do

¹⁵⁶ Esses dois problemas também são apontados num texto de Lena Castello Branco Ferreira de Freitas publicado no Jornal Diário da Manhã: “*Em Goiás, quase não se veem monumentos; somente alguns poucos pioneiros de cidades foram bustificados em bronze. Desse material é feita também a estátua equestre de Pedro Ludovico, que tanta celeuma despertou quanto à legitimidade com que evoca o fundador de Goiânia (a cavalo); e, igualmente, quanto à sua localização em sítio que lhe desse o merecido destaque*” (FREITAS, 2014).

cavalo serviu-se poucas vezes, como montaria, mas sua vida marcou-se mesmo pela política, exercida em gabinetes e viagens por trem, automóvel e avião. Bem que Bernardo Elis insistiu noutro conceito para a estátua, e a família do fundador de Goiânia incomoda-se com a imagem que se tenta impor aos pósteros. Errou-se, pois, no momento de se sugerir a estátua equestre, porque a ideia não foi exposta para discussão e... iluminação! Faltou luz histórica (AQUINO, 2011).

A estátua equestre, embora imponente, não condiz com a vida do homenageado. Um médico que soube usufruir da Belle Époque carioca, que lia romances, poetas, ensaístas, e filósofos em várias línguas, que pautou a sua vida pelo exercício da política, não encaixa na concepção de cavaleiro colocado pela escultora. Nessa perspectiva, como ressalta Cristina Freire, os monumentos cumprem *“função como mensageiros ideológicos”* (FREIRE, 1997, p. 95).

Nesse sentido, o cavalo, que já foi fundamental numa guerra e no período anterior ao automóvel, também o era para encarar os sertões de Goiás. Pedro Ludovico, homem citadino, igualmente o usou, porém, para a posteridade, o cavalo lembra o arcaico e o idealizador de Goiânia passa a imagem de um fazendeiro, ou homem do campo e toda uma carga simbólica desabonadora dessas representações. Se os monumentos podem ser analisados na perspectiva social e histórica, *“testemunham, porém, melhor a época de sua execução do que o período que pretendem evocar”* (FREIRE, 1997, p. 95).

Por outro lado, há que se ressaltar que a artista, Neusa Moraes imaginou o seu Pedro Ludovico olhando a campina verdejante do alto do Morro do Serrinha, e nesse contexto, o monumento até que se encaixaria perfeitamente na paisagem, já que retrataria um momento importante da história de Goiânia: a escolha daquele local para a edificação da cidade.

Entretanto, isso nos leva ao segundo problema que levantamos: o local de exposição da estátua de Pedro Ludovico. A primeira opção seria o Morro do Serrinha, um território de doze hectares, na região sudoeste da cidade e a única a possuir vegetação de cerrado preservada. Esse morro é área de preservação ambiental e esse foi um dos argumentos usados para a sua não instalação no local.

É inconveniente a sua instalação no Morro da Serrinha, que é uma área de preservação permanente, vítima do descaso, da incompetência, da omissão, da falta de consciência ecológica e de planejamento com foco na questão ambiental. O planejamento urbano da cidade foi realizado sem que houvesse um planejamento da drenagem urbana, da ocupação racional do solo e sem a destinação responsável dos espaços públicos (BARBOSA, 2010).

O argumento ambientalista somou-se ao desejo da família, que dizia que o melhor lugar para a instalação do monumento era a Praça Pedro Ludovico, onde ele teria passado a maior parte da sua vida pública. A pressão surtiu efeito e a Câmara de vereadores de Goiânia determinou que a obra ali fosse instalada. Com isso, a ideia da construção de um mirante e a revitalização do Morro do Serrinha, transformando-o num local de visitação foi abortado.

O movimento para colocar a estátua na Praça Pedro Ludovico saiu vitorioso. Deslocando o monumento do seu lugar de origem (pelo menos na sua concepção), ocorreu o que Cristina Freire (1997, p. 252) denominou de *“monumentos em trânsito”*, que seria a mudança do local onde fora pensado para outro, ou seja, a desterritorialização do objeto, que o faz perder parte de sua característica original. Com a instalação do monumento na praça foi a vez dos urbanistas e arquitetos reclamarem:

A Praça Cívica, pela sua configuração e dimensão, não é adequada para receber a escultura com 7 metros de altura, a não ser que o objetivo seja ofuscá-la em meio a outros monumentos que a praça acolhe. Compositivamente, é importante observar que uma figura, para se fazer visível e imponente, precisa ter um fundo neutro, e me parece que a Praça Cívica não cumpre este papel.

Do ponto de vista urbanístico, deve-se avaliar que a possibilidade de levar a estátua à Serrinha pode ser uma oportunidade para revitalizar uma área privilegiada que, há anos, vem sendo mal utilizada e degradada. Obviamente, não se está falando da simples inserção da estátua, mas de associá-la a um mirante, ao parque, ou a outros elementos que animem a Serrinha e que a configurem como um evento urbano.

Simbolicamente, acredito que o estadista moderno montado a cavalo só ficará bem inserido num contexto histórico que explique o fato e não no centro cívico da cidade, símbolo maior de modernidade e urbanidade. A modernidade de Ludovico se vincula mais à linguagem *art déco*, que fazia referência mais ao aerodinamismo das máquinas do que ao do lombo de um cavalo (COSTA, 2010).

Mais uma vez destaca-se o argumento do contexto histórico em que a estátua está inserida e que não cabe numa praça cercada de prédios públicos e que é o Centro do Poder Executivo Estadual. A autora citada chama a atenção também para o fato da visibilidade do monumento, que passaria despercebido pela população. Nesse sentido, Cristina Freire (1997, p. 101) ressalta que a visibilidade é fruto da “*interação*” e da “*apropriação*”, ou seja, de como se construirá a relação entre o monumento, o espaço, e os habitantes daquela comunidade.

Com base na determinação da Câmara de Vereadores, para que o monumento fosse instalado na Praça Pedro Ludovico, o Governo do Estado resolveu colocá-la ao lado do Prédio do Centro Administrativo, em frete ao Instituto Histórico e Geográfico. A família do homenageado fez intensa campanha para que a estátua não ficasse no “*quintal*” da praça (local pejorativamente denominado) e sim no centro da praça, ou num memorial que deveria ser construído no lugar onde se encontra o Palácio das Campinas, que no passado era a sede da Prefeitura de Goiânia, e hoje é um departamento da mesma.

A campanha da família contra a instalação do monumento no lugar onde hoje ele está, mobilizou meios de comunicação, a criação de alguns blogs¹⁵⁷, com a compilação de vários artigos da própria família ou de pessoas que apoiavam a ideia, e até mesmo um abaixo assinado virtual¹⁵⁸, que em outubro de 2014 contabilizava 178 assinaturas. O principal objetivo de toda a campanha era a colocação do monumento no centro da praça e não no lugar em que ela foi instalada, que, argumentam, não projeta

¹⁵⁷ Eis os blogs: <http://estatuapedroludoviconapraça.blogspot.com.br/>;
<http://estatuaequestrepedroludovicoteixeira.blogspot.com.br/>;
<http://memorialdospioneiros.blogspot.com.br/>; e <http://familiapioneira.blogspot.com.br/>

¹⁵⁸ Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2010N3448>

adequadamente a figura de Pedro Ludovico, que fica escondido em um local de pouca visibilidade. Na época, o então Deputado Federal Jovair Arantes, em um texto publicado no Diário da Manhã, defendia também o mesmo:

Existe em Goiânia uma situação de incoerência e de desrespeito à história, por conta de dois monumentos colocados em locais sabidamente equivocados. A Praça Cívica Pedro Ludovico Teixeira não exhibe o monumento ao seu homenageado, o fundador de Goiânia. Em seu lugar está o Monumento das Três Raças, erguido para homenagear os construtores de Goiânia e a Praça do Trabalhador, que deveria conter alguma referência aos operários que fizeram e fazem essa bela capital, tem uma velha locomotiva de ferro fundido a servir de adorno. Uma campanha cívica foi iniciada e precisa receber coro entre as pessoas que pensam, planejam e querem fazer uma Goiânia cada vez mais bonita e coerente com seus monumentos. O principal mote dessa movimentação deve ser a correção dessa injustiça com o homem que ergueu, no meio do cerrado, uma das mais belas capitais brasileiras e, por sua vez, colocar o Panteão em homenagem aos trabalhadores na praça destinada a esse fim (ARANTES, 2012).

O título do texto ilustra bem o objetivo do autor: *“Pedro em sua praça e os trabalhadores na sua”*. Embora o argumento seja pertinente e os monumentos, e o que eles querem expressar, não estejam instalados nos locais adequados (insisto que o local adequado para a estátua equestre de acordo com a sua criadora fosse o alto de um morro e não no centro ou no *“quintal”* de uma praça), evidenciam, antes de tudo, que ambos os monumentos não funcionam como referencial no tempo, que de acordo com FREIRE (1997, p. 95), é *“um elo entre o passado (que representam) e o futuro para o qual se dirigem”*. Enquanto isso, o projeto para construção de um memorial na Praça de Pedro Ludovico, que tem um busto, uma estátua, um edifício com seu nome, segue vagorosamente.

Destarte, a também conhecida como Praça Cívica, portanto, em tudo lembra Pedro Ludovico. É, em Goiânia, o local onde pulsa com maior força a memória do seu criador. É o local inicial da construção da cidade, onde ocorreu o lançamento da Pedra Fundamental, e para onde convergem todas

as ruas da capital. É o centro de uma capital planejada, que ao longo do tempo foi se adaptando ao crescimento desordenado¹⁵⁹.

4.2.5- O Painel defronte a Praça

Há, também, referências a Pedro Ludovico no painel em forma de mosaico, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em frente a Estátua Equestre do construtor de Goiânia. O Painel intitula-se “*Memória Goianiense*”, de autoria de Patrícia Lobo e Henrique Manuel, inaugurado em outubro de 2005, e retrata fatos pitorescos e importantes da história de Goiânia e do Estado, que foram imortalizadas em fotografias famosas.

¹⁵⁹ Sobre esse assunto ver o interessante estudo de DAHER, 2003.

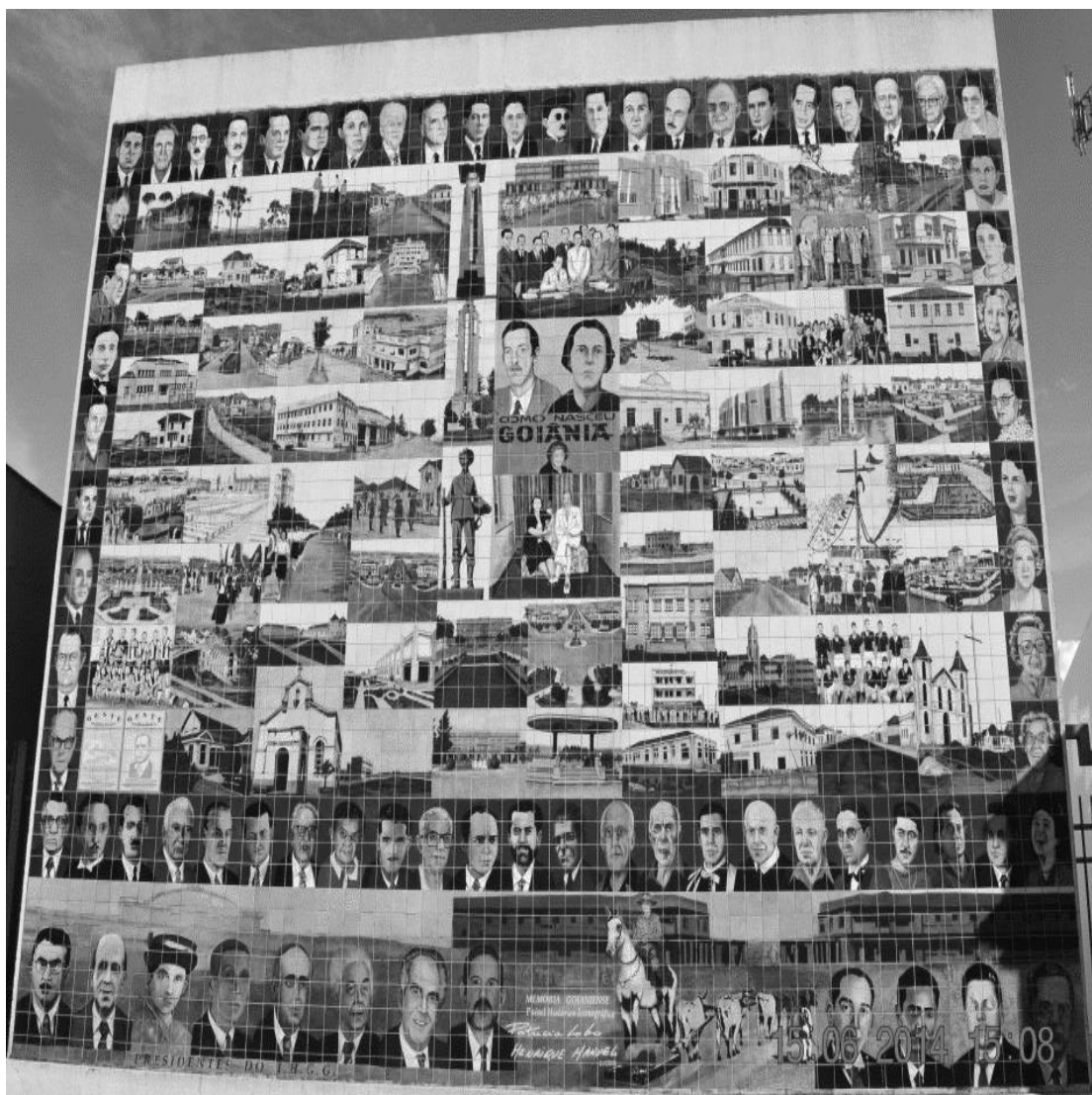


Imagem nº 11: Painel do Prédio do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Foto do autor.

Pedro Ludovico aparece em quatro momentos sempre com muito destaque. Logo no centro surge ao lado de sua esposa, dona Gercina; um pouco acima está sentado assinando o decreto de transferência da capital em 1937; mais embaixo aparece montado num cavalo (cuja fotografia talvez tenha inspirado a escultora Neusa Moraes) com Goiânia sendo construída ao fundo, com a utilização de carros de boi; e ao lado, aparece junto aos governadores mais recentes de Goiás. Num painel que homenageia várias personalidades do Estado, Pedro Ludovico ganha uma projeção muito grande.



Imagem nº 12: Detalhe do Painel do IHGG. Pedro Ludovico e Dona Gercina. Foto do autor.



Imagem nº 13: Detalhe do Painel do IHGG. Pedro Ludovico assinando o decreto de transferência da Capital. Foto do autor.



Imagem nº 14: Detalhe do Painel do IHGG. Pedro Ludovico. Foto do autor.

4.2.6- E o Estádio? E o seu Busto?

Outro lugar de memória sobre Pedro Ludovico é o Estádio Olímpico, que leva o seu nome, cujo lançamento da Pedra Fundamental ocorreu durante a visita de Getúlio Vargas a Goiânia, em 1940. O estádio ficou pronto anos depois, e até a construção do estádio Serra Dourada na década de 1970, foi o maior palco do futebol goiano. Em suas arquibancadas cabiam cerca de dez mil pessoas. Construído no centro da Capital, na Avenida Paranaíba, abrigava um busto de Pedro Ludovico, conforme a fotografia abaixo:



Imagem nº 15: Busto de Pedro Ludovico no Estádio Olímpico.

Fonte: http://www.enjoygram.com/m/771966697420438505_440152893

Não sabemos que fim levou esse busto, já que o Estádio Olímpico fora demolido em 2006 para abrigar o Centro de Excelência do Esporte, que até o momento não foi finalizado. Outrossim, não sabemos se manterão o nome de Pedro Ludovico no estádio em reconstrução. É oportuno ressaltar que o Estádio Olímpico serviu para fazerem a triagem dos radioacidentados durante o desastre com o Césio-137, em 1987, já que se localizava próximo as áreas afetadas¹⁶⁰.

¹⁶⁰ No decorrer do tempo todas as áreas relacionadas ao desastre foram se “descontaminando simbolicamente”, e sem nenhuma referência ao acontecido, como no caso do lugar onde foi construído o Centro de Cultura e Conveções, dentre outros. Mais sobre o assunto ver SILVA, 2005.

4.2.7- O Parque Agropecuário

A Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, fundada em maio de 1941 por Altamiro de Moura Pacheco, no setor Vila Nova, ocupa uma área de 150.000 metros quadrados. O seu Parque de Exposições Agropecuário leva o nome de Pedro Ludovico Teixeira, e é o palco de uma das maiores festas de Goiânia, atraindo quase um milhão de pessoas¹⁶¹.

4.2.8- O Bairro

Pedro Ludovico também empresta o seu nome a um dos setores mais valorizados de Goiânia atualmente. Sobre a história desse setor obtivemos algumas informações em um programa de televisão¹⁶², e em alguns livros sobre a urbanização de Goiânia. Em todos, as informações remetem sua origem a um processo de ocupação de famílias muito pobres que vieram trabalhar na construção da cidade e não tinham recursos para comprar os lotes disponíveis dos bairros já urbanizados no final da década de 1940.

¹⁶¹ Mais sobre a questão do Movimento Country e sua relação com a formação da Identidade goiana, ver o interessante estudo de SILVA, 2001.

¹⁶² Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=zaQ89VfZOXo>



Imagem nº 16: Placa do Setor Pedro Ludovico. Foto do autor.

Até então, essas pessoas residiam às margens do córrego Botafogo, que na época se localizava no extremo leste da cidade. Nas informações arroladas consta que um segurança particular de Pedro Ludovico, chamado Pedro Alagoano, resolveu ceder uma área pertencente ao Estado, que estava sob sua custódia, para que abrigasse essas famílias. Essa área se localizava no extremo sul da cidade, na região da fazenda Macambira. Tudo foi feito, segundo consta, com a aprovação de Pedro Ludovico, tendo até mesmo a sua esposa, dona Gercina, participado do processo de cadastramento dessas famílias. Porém, a área do setor consta como proveniente de invasão.

As áreas públicas invadidas foram ocupadas pela classe mais baixa da cidade, em termos econômicos. Eram terrenos de menor valor, tanto pela topografia, proximidade de cursos d'água, como pela origem cultural e financeira de sua população e situação social. Contudo, os loteamentos ocupados pelas invasões em áreas mais favorecidas, à medida que a cidade foi crescendo, adquiriram maior valor, o que provocaria uma mudança da classe social dos seus

habitantes, ou seja: a classe mais favorecida comprava esses lotes, e seus antigos moradores se mudavam para locais mais distantes da cidade, após terem obtido bons lucros com a venda das áreas invadidas por eles mesmos (DAHER, 2008, p. 262).

Tal fato também ocorreu com o setor Pedro Ludovico, onde em 1958, quando bairros *“inicialmente não previstos foram projetados e implantados sobre áreas invadidas, regularizando a situação de posse dos seus moradores”*. Na década de 1960, o setor já contava com uma população de 564 habitantes, o que correspondia a 0,4% do total (MOTA, 2004, p. 46-50).

De acordo com o estudo de AMARAL (2008, p. 226), o projeto do setor Pedro Ludovico é de de Ewald Janssen¹⁶³, engenheiro alemão, que o concebeu a partir da idéia concêntrica de Atílio Correia Lima, onde todo o bairro se desloca a partir de um centro, local que se encontra o Mercado Municipal Pedro Ludovico. Com largas avenidas e muito arborizado, o bairro logo se tornou uma das áreas mais valorizadas da região. Atualmente, além do Hospital de Urgências de Goiânia, que é referência para todo o Estado, o setor conta com duas das mais importantes áreas verdes da capital: o Parque Areião e o Jardim Botânico.

¹⁶³ Quando toma posse novamente como governador em 1951, diante das muitas modificações feitas no plano de urbanização de Goiânia, Pedro Ludovico contrata o engenheiro alemão Ewald Janssen para que desse um parecer a respeito. *“Apesar de sua formação em engenharia e do conhecimento que detinha sobre cidades, Janssen não tinha o mínimo reconhecimento acadêmico no Brasil, não publicava artigos sobre urbanismo, não participava, enfim, de campos intelectuais em Goiás ou no Brasil. Além disso, a sua condição de imigrante o colocava de certo modo como outsider em relação aos engenheiros que atuavam em Goiânia. Como esse engenheiro não aparece em nenhum livro de memórias de goianos e goianienses, e tampouco aparece nos livros de história oficial ou nas memórias de Pedro Ludovico e Venerando Borges, as suas referências são autocentradas. Ao mesmo tempo em que falam da cidade, os documentos produzidos por Janssen falam do seu autor. Mostram a sua pertinência ao saber urbanístico, porém, a sua impertinência ao lugar onde escolhera viver e trabalhar”* (MEDEIROS, 2010, p. 141-142).

4.2.9- O Mercado do Bairro

Como afirmamos anteriormente, no centro do Setor Pedro Ludovico se localiza o Mercado Municipal Pedro Ludovico. De acordo com o sítio da Prefeitura de Goiânia¹⁶⁴, que tem o histórico de todos os mercados da Capital, esse, especificamente, foi fundado em 1963, porém, na fachada do estabelecimento a data de fundação é 1968.



Imagem nº 17: Detalhe da fachada do Mercado Municipal Pedro Ludovico. Foto do autor.

Essa divergência das datas, possivelmente, é resultado das várias intervenções realizadas no local pelo poder público. Foi fundado na administração do prefeito Hélio Seixo de Brito (1961-1966). A data do seu mandato como prefeito excluí a data de 1968, como sendo a da fundação do mercado, prevalecendo, deste modo, a data do sítio da prefeitura de Goiânia. Entretanto, esse primeiro estabelecimento era de tábuas, e somente em 1968, na administração de Íris Rezende Machado (1966-1969) foi construído o atual prédio, de alvenaria. A data, portanto, que deveria constar na sua fachada seria 1963, data em que foi, de fato, fundado. Em 1968 o prédio foi reconstruído.

¹⁶⁴ Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/portal/imprimir.asp?s=2&tt=con&cd=1512>

Somente 1996, na gestão de Darci Accorci (1993-1996) o prédio sofreu a primeira reforma. Em 2004, o prefeito Pedro Wilson realizou uma pintura e reparo nos banheiros, telhados e madeiramento. Em 2007, novamente com Íris Rezende prefeito, o prédio foi fechado para reforma e reinaugurado no ano seguinte. Nessa última reforma as trinta e três bancas que existiam no local foram extintas, sendo alocadas nas salas de alvenaria construídas para esse fim. Com a área interna do mercado desocupada, o espaço foi reservado para eventos culturais.



Imagem nº 18: Fachada do Mercado Municipal Pedro Ludovico. Foto do autor.

Durante a pesquisa não encontramos o motivo do batismo desse mercado com o nome de Pedro Ludovico. O nome pode ter sido uma homenagem ao próprio, ou também uma homenagem ao setor, como a afirmar que é o Mercado Municipal do setor Pedro Ludovico, nesse caso, é uma ressignificação da homenagem já feita no nome do setor.

4.2.10- As Ruas e Avenidas

Batizar as ruas de uma cidade é prerrogativa do Prefeito Municipal, auxiliado pela Câmara de Vereadores. A Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, proibiu, em *“todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza”*. A Lei nº 12.781, de 10 de janeiro de 2013, estendeu essa proibição também a pessoas vivas ou não, que tenham *“se notabilizado pela defesa ou exploração da mão de obra escrava”*¹⁶⁵. Porém, antes da referida Lei ser elaborada, Pedro Ludovico emprestava o seu nome para ruas e avenidas da capital de Goiás. Quando esteve em suas mãos o poder de decidir, o então Interventor não deixou que seu nome batizasse uma das principais avenidas da cidade, como analisamos páginas atrás.

Atualmente há ruas e avenidas com o nome de Pedro Ludovico em treze, dos 819 bairros ou setores de Goiânia; são eles: Setor Sudoeste, Vila Mauá, Vila Adélia, Conjunto Romildo Francisco do Amaral, Vila Nova Canaã, Vila Canaã, Cidade Jardim, Jardim Vila Boa, Parque Oeste Industrial, Parque Oeste Industrial Extensão, Vila Anchieta, Setor Cristina e Setor Andréia. Esses bairros se localizam em várias regiões, favorecendo a perpetuação do seu nome em toda a cidade.

4.2.11- As Escolas e os Colégios

A homenagem por meio do nome de alguma instituição de ensino é uma das mais simbólicas e tradicionais, juntamente com o nome de ruas e avenidas. Em um estabelecimento de ensino os alunos estarão em contacto diariamente com o nome da pessoa que o *“batizou”*, seja, nas provas,

¹⁶⁵ Disponível no sítio: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6454.htm

atividades, ou mesmo no uniforme. A partir daí, principalmente nas disciplinas de humanidades, pode-se buscar relacionar a importância daquela nome com o contexto histórico trabalhado em sala de aula. Essa constante lembrança do nome pode mudar a concepção que se faz dele, uma vez que o nosso olhar sobre o passado está em constante transformação¹⁶⁶.

Nesse aspecto, priorizamos os colégios ou escolas estaduais. A pesquisa foi realizada no sítio da Secretária de Educação do Estado de Goiás¹⁶⁷. Dentre as mais de mil instituições, Pedro Ludovico Teixeira empresta seu nome a sete delas, localizadas nos municípios de Dorvelândia, Caçu, Fazenda Nova, São João da Aliança, Santa Tereza de Goiás, Quirinópolis e Trindade. Um dado curioso é que não há uma homenagem dessas na Cidade de Goiás, onde nasceu; em Bela Vista, onde clinicou assim que chegou do Rio de Janeiro; em Rio Verde, onde iniciou a carreira política e ganhou projeção; e nem em Goiânia, cidade que construiu.

As sete instituições de ensino garantem a Pedro Ludovico uma vantagem sobre a própria esposa, Gercina Borges Teixeira, que é homenageada em duas, em Caiapônia e Porangatu (fato interessante é que a mesma não foi reconhecida na própria cidade natal, Rio Verde), e também sobre a principal escritora do Estado, a poetiza Cora Coralina, reconhecida nacionalmente, que empresta o nome a apenas quatro instituições, localizadas em Águas Lindas de Goiás, Cidade de Goiás, Goiânia e Jaraguá. Por outro lado, um dos principais adversários políticos de Pedro Ludovico, Alfredo Nasser, é homenageado em dezessete instituições de ensino.

Esses dados apenas ilustram a difusão do nome dos homenageados nos colégios e escolas públicas do Estado de Goiás, e de forma alguma

¹⁶⁶ Na Bahia, por exemplo, depois de uma solicitação de alunos, ex-alunos, professores, pais e responsáveis, o governo do Estado mudou o nome do Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici para Colégio Estadual Carlos Mariguella. A comunidade local escolheu o nome do colégio por meio de uma votação onde Mariguella venceu, por 406 votos, o geógrafo Milton Santos, que obteve 128. Enquanto Médici, que presidiu o Brasil de 1969 a 1974, foi um dos mais terríveis ditadores da nossa história, Carlos Mariguella representou um dos principais oponentes ao Regime Militar. Fonte: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/02/governo-muda-oficialmente-nome-de-colegio-de-medici-para-marighella.html>

¹⁶⁷ <http://seduc.go.gov.br/escolas/>

deve ser usado para medir a importância hierárquica dessas personalidades. Outrossim, há que se destacar as circunstâncias históricas e políticas que ensejaram o batismo desses estabelecimentos. Por exemplo, ainda há vinte e sete colégios no Estado com o nome dos Presidentes do Regime Militar¹⁶⁸. O que hoje foi retratado nesse levantamento pode não ser o mesmo cenário daqui há uma década. Como bem salientou Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 09).

Isso posto, podemos concluir que nos monumentos, onde a memória é constantemente reatualizada, o sentido dos mesmos pode sofrer algumas mudanças no decorrer do tempo. Nomes de colégios e nomes de ruas são sempre alvo de protestos para que sejam substituídos. E assim, mudar a importância que foram dados a algumas personalidades e a alguns acontecimentos. No início desse tópico citamos uma reportagem que criticava o batismo de algum monumento com o nome de Pedro Ludovico. O que hoje constrói o mito, pode ser usado para desconstruí-lo amanhã, e dessa forma, dotar outra personalidade para garantir o sentimento de identidade. Por ora, Pedro Ludovico cumpre esse papel.

4.2.12- O Túmulo

Vários locais de memória estão espalhados por Goiânia, e principalmente, pela praça central que leva o seu nome. Esse culto à imagem de Pedro Ludovico está estampado até mesmo no seu túmulo. De

¹⁶⁸ Quinze colégios com o nome de Humberto de Alencar Castelo Branco, e doze com o nome de Arthur da Costa e Silva.

acordo com o sítio da Secretária de Cultura do Estado de Goiás¹⁶⁹, o túmulo do idealizador e construtor da nova capital, no Cemitério Santana, foi tombado como Bem Cultural do Município de Goiânia, por meio da Lei Municipal nº 6962, de 21 de maio de 1991, com a justificativa de abrigar o corpo de um homem “*considerado o principal personagem da transformação cultural, social, política e econômica do Estado de Goiás*”. Seu túmulo é visitado, até hoje, por políticos que ganham eleições¹⁷⁰, e querem se colocar como herdeiros do seu espólio político¹⁷¹.

Ademais, o túmulo de Pedro Ludovico Teixeira foi tombado antes mesmo do Cemitério Santana, que se deu mais de um ano depois pela Lei Municipal nº 7164, de 14 de dezembro de 1992. Construído em Campinas, em 1939, após a desativação do Cemitério Perim, na Vila São José, próximo ao atual Cemitério Parque, o Cemitério Santana foi tombado por abrigar o corpo de Pedro Ludovico e de todos da sua família, incluindo sua mãe, esposa e filhos.

¹⁶⁹ <http://www.secult.go.gov.br/post/ver/143356/monumentos>

¹⁷⁰ De acordo com o jornal “O Hoje”, de 03 de novembro de 2010, o então governador eleito, pela terceira vez, Marconi Perillo, visitou o cemitério Santana dia de finados. “(...) comentou ele durante visita pela manhã ao túmulo de Pedro Ludovico Teixeira, no Cemitério Santana, em Goiânia. ‘Vim aqui trazer flores e homenagear este que é, sem dúvida, a maior liderança do nosso Estado’, afirmou Marconi, destacando a figura do fundador de Goiânia. ‘Ele era uma pessoa muito culta e preparada, tinha um amor extraordinário ao nosso Estado, foi uma pessoa com coragem cívica também impressionante, e foi dele a ideia de transferir a capital para Goiânia. Foi uma liderança que marcou a nossa história’. Em entrevista coletiva, o governador eleito destacou alguns eventos que, para ele, colaboraram para a transformação de Goiás num Estado próspero e moderno. Citou a Marcha para o Oeste, o governo de Getúlio Vargas, a gestão de Pedro Ludovico e de Juscelino Kubitschek, que transferiu para Goiás a capital do Brasil. Marconi não se esqueceu de citar, também, o governo de Mauro Borges, que classificou como revolucionário. ‘Essas duas personalidades (Mauro e Pedro Ludovico) são verdadeiros ícones nossos. Mauro na luta dele pela legalidade, justiça e liberdade, e doutor Pedro como liderança que descortinou os horizontes de Goiás para o Brasil. Sempre, ao longo da minha vida, vou reverenciar a memória dos dois e o trabalho que ambos realizaram pelo nosso Estado’, disse.”

¹⁷¹ Sobre o papel da herança política de Pedro Ludovico ver: CUNHA, 2009.

4.2.13- Em sua Terra Natal...

Se em Goiânia são muitas as referências a Pedro Ludovico, na sua Cidade Natal reina quase que o completo silêncio. Na antiga Capital não há ruas, instituições de ensino, espaços culturais, pontes, vielas, becos, ou travessas, com o nome do ex-governador. Se em tudo Goiânia lembra seu idealizador, em nada a Cidade de Goiás lembra do seu filho que lhe tirou o status de Capital e que tanto a criticou.

Para um visitante despercebido, passar pela rua da Abadia, na antiga Vila Boa, talvez não lhe chame a atenção uma minúscula placa localizado ao lado da porta de uma pequena casa em estilo colonial. Caso o visitante a perceba, notará que se trata da única menção ao nome de Pedro Ludovico que a cidade lhe faz. É a casa onde Pedro Ludovico nasceu e morou durante os seus primeiros lustros de vida.



Imagem nº 19: Fachada da casa onde nasceu Pedro Ludovico na Cidade de Goiás. Foto do autor.

Quando tiramos essa foto, em julho de 2013, a casa ao lado estava passando por uma reforma, o que explica a existência do monte de areia. Na pequena placa consta os seguintes dizeres: “*Nesta casa nasceu Pedro Ludovico Teixeira. Estadista. Fundador de Goiânia. 1891-1980*”.



Imagem nº 20: Detalhe da Placa na casa onde nasceu Pedro Ludovico na Cidade de Goiás. Foto do autor.

É interessante que nessa placa não há o nome de quem a sugeriu ou a fez, se foi o prefeito, uma autoridade ligada ao patrimônio, ou até mesmo alguém da família de Pedro Ludovico. Sobre essa placa há um equívoco grosseiro: o “*estadista*” não morreu em 1980, e sim, em 1979. Esse fato ilustra a forma como a Cidade de Goiás trata a memória de Pedro Ludovico, já que uma simples consulta em qualquer sítio de busca na internet encontra-se facilmente a data correta, e até mesmo o dia e hora do acontecido. Pressupomos que esses equívocos revelam que a cidade ainda não superou a forma como Pedro Ludovico a desconstruiu para justificar a sua ideia de transferir a Capital, e processos de resistência levantem contra o homem mítico e as suas marcas na cidade.

Nas nossas idas à Cidade Goiás, desde o início da pesquisa do Mestrado, em 2009, nos deparamos com vários vilaboenses, e esse assunto da transferência da Capital sempre entrava na pauta dos diálogos, umas

diziam orgulhosas de conheciam pessoas que nunca haviam posto os pés em Goiânia e que a capital inventada por Pedro era apenas ressentimento e despeito por causa da família Caiado. Outras afirmavam que a cidade de Goiás poderia continuar a ser a Capital, e algumas, bem poucas, nessas conversas informais, e que não tinham nenhum caráter científico, afirmavam que Pedro Ludovico estava com a razão ao realizar a transferência. Para esses últimos, o principal argumento se encontrava ao alcance dos olhos: a imponente Serra Dourada que cerca a *velha* Goiás do bandeirante Anhanguera, não suportaria o crescimento da cidade na mesma proporção que havia acontecido com Goiânia.

A cidade Patrimônio da Humanidade talvez não teria esse título, se não houvesse um *Pedro* no meio do seu caminho...

CONCLUSÃO: O TEMPO DO JEQUITIBÁ

Em uma noite, quando estava internado na Clínica Santa Úrsula, devido a um infarto, poucos dias antes de falecer, Pedro Ludovico recebeu a visita do amigo e companheiro de várias décadas, Venerando de Freitas Borges, o homem que fora convidado por ele para ser o primeiro prefeito de Goiânia e que narrou esse encontro no seu discurso à beira do caixão no Cemitério Santana. *“Naquele instante, eu me sentei ao lado de Pedro Ludovico e ele, com as suas mãos nas minhas, apertava e me dizia: ‘Meu caro amigo, o jequitibá está tombando’”* (BORGES, 1980, p. 131).

O jequitibá é uma das maiores árvores da flora brasileira, chegando a atingir sessenta metros de altura. É nativa da Mata Atlântica, mas também é encontrada no cerrado. O significado do seu nome, em língua tupi, é *“gigante da floresta”*. No jogo das representações, Pedro Ludovico tinha uma imagem de si bastante diferente da do seu grande adversário político: o Senador Totó Caiado. Enquanto este se via como uma onça, violenta, que era temida, mais até do que respeitada, Pedro Ludovico se enxergava como uma árvore imponente, um *gigante*. A onça, que pode até se esconder provisoriamente na copa da árvore, vive em média vinte anos, não consegue, portanto, superar a vida do jequitibá, que pode chegar a milhares de anos¹⁷². Para que tombe, é necessário muito tempo. Nesse sentido, o *jequitibá de Pedro*, ou o *Pedro Jequitibá* ainda não *tombou*, contrariando o que ele havia confidenciado ao amigo; suas raízes estão profundamente entranhadas, não na terra, mas numa rede complexa de vários fios de memória e de história que se entrelaçam para sustentar o mito. Nesse ambiente, o tempo do jequitibá está apenas começando, há um longo

¹⁷² No parque Estadual Vassununga, em Santa Rita do Passa Quatro-SP, há um jequitibá de 3000 mil anos e que com uma circunferência de dezesseis metros, necessitando de dez pessoas de mãos dadas para abraçá-lo.

caminho pela frente, e embora seu caule esteja marcado pelas unhas das onças que o usam de esconderijo, isso não é o suficiente para colocar a sua estrutura em risco.

O objetivo desse trabalho, reitero, não foi o de consagrar, mitificar, e nem construir o homem-monumento, já que para a minha análise eu parto do princípio de que Pedro Ludovico assim pode ser considerado. Ele é o mito consagrado pela história e pela memória! É o homem-monumento! Por isso, o objetivo desse estudo foi simplesmente propor um processo de construção mitíca, onde Pedro Ludovico teve relevante participação, pois partiu dele a sedimentação discursiva dos caminhos que o conduziram a esse patamar.

Durante a pesquisa, nos deparamos com dois caminhos discursivos propostos por Pedro Ludovico que o levaram a sua consagração e a sua mitificação, quais sejam, a Revolução de 1930 e Goiânia. O trabalho enfocou que a teia discursiva utilizada por Pedro Ludovico foi ampla e constantemente reafirmada ao longo da sua vida nesses dois aspectos e projeta-se com força até os dias atuais.

No Primeiro Capítulo analisamos o processo de construção de Pedro Ludovico como um *revolucionário*, na Revolução de 1930, a partir do seu discurso divididos em quatro tempos: em 1978, quando concede a sua última entrevista; em 1973, quando publica o seu livro *Memórias*; em 1933, quando lança o Relatório destinado a Getúlio Vargas; e em 1930, no momento da Revolução, no tempo imediato. A análise foi feita não no tempo cronológico, mas em ordem decrescente, ou seja, de 1978 a 1930. Desse modo, foi possível observar as grandes linhas gerais do discurso que prevaleceu no decorrer do tempo e que foram rememoradas constantemente por Pedro Ludovico. Após contextualizar historicamente os antecedentes e os desdobramentos da Revolução de 1930, situamos a trajetória de Pedro Ludovico, tanto ao se constituir como um *revolucionário*; mas, principalmente, ao tentar evidenciar que não foi o contexto maior da Revolução que o impulsionou a tomar as atitudes “revolucionárias” em Goiás, e sim que ele já era um *revolucionário* pronto, no momento em que o contexto nacional o permitiu assim se colocar. Para Pedro Ludovico o seu

papel de “revolucionário” se iniciou no exemplo do Movimento Tenentista em 1922, na sua atuação como redator de jornais oposicionistas à família Caiado e ao se permitir colocar em prática seus ideais no governo. Sua frase: “*Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo*” (TEIXEIRA, 1933, p. 122), ilustra bem seu posicionamento. O *revolucionário*, por sua vez, evoca a imagem de uma pessoa disposta a modificar a situação vigente, corajosa e que estaria disposta a morrer por seus objetivos. Com um discurso desabonador dessa situação vigente, o revolucionário, de acordo com Pedro Ludovico, surge com ares de herói, cuja liderança e carisma não lhe foi herdada por relações familiares (como no caso das oligarquias), e sim conquistada com muito esforço (a base de combates violentos com armas de fogo, por exemplo). A coroação do discurso de Pedro Ludovico *revolucionário* ocorre quando, sendo levado preso para a antiga Capital, é informado da vitória da Revolução e que de comandante passa a comandante da tropa que o escoltava. A sorte também é um elemento do discurso da construção da narrativa do herói e da consagração do mito.

No Segundo Capítulo analisamos o processo de construção de Goiânia e a construção discursiva da cidade ideal em contraposição à Cidade de Goiás, e como a nova Capital se tornou sinônimo de Pedro Ludovico, seu idealizador e construtor, na sua narrativa sobre a cidade. O Capítulo foi dividido em duas partes enfocando que o discurso do progresso do Estado foi o motivo principal para a construção de Goiânia e foi pensado a partir de declarações recolhidas entre os séculos XVIII e XIX, que atribuíam adjetivos desabonadores à Cidade de Goiás, atestando que a mesma não poderia continuar como a Capital do Estado. Valendo-se desse discurso, Pedro Ludovico o ressignifica de modo *cirúrgico* ao observar a sua Terra Natal como uma *paciente* com uma doença terrível e incurável, chamada *atraso*, que colocava em risco a saúde de todo o Estado, que era onerado para permitir que a Cidade de Goiás continuasse como Capital e que não poderia arcar com os custos para que a mesma se modernizasse. Ao jogar o Estado contra uma cidade, Pedro Ludovico buscou legitimidade para o seu discurso em relação a transferência da Capital. Vitorioso em seu

projeto, três décadas após o seu início, o então Senador pôde refletir sobre a sua cidade e construir uma narrativa que o colocou como o protagonista de todo processo, como analisamos na segunda parte deste Capítulo. Sua frase sobre a condição de Goiás antes de 1930: *“Muito atrasado. (...) Ele só começou a melhorar, a progredir, a se elevar, depois que mudei a capital”*. (TEIXEIRA, 2009, p. 194) ilustra bem esse momento. O discurso do progresso venceu o discurso dos antimudancistas, acusados por Pedro Ludovico de travar o desenvolvimento do Estado. Como a construção de Goiânia se mostrou acertada, Pedro Ludovico colheu durante toda a sua vida política os louros por tal iniciativa. Dessa forma, a história de Goiás pode ser dividida em antes e depois da transferência da Capital, que influenciou até mesmo a construção de Brasília. Era possível uma capital moderna no sertão!

No Terceiro Capítulo analisamos a consagração de Pedro Ludovico na memória e na história, cuja teia discursiva iniciou durante a sua vida e permaneceu incólume até os dias atuais, mais de trinta anos após a sua morte. Dividido em três partes, enfocamos, primeiramente, o tratamento que Pedro Ludovico recebeu na *Revista Oeste*, que circulou durante o seu governo. Embora fosse carregada pela ideologia estadonovista e publicada às expensas do Estado, a revista contribuiu para consolidar a imagem de herói de Ludovico, bem como o seu caráter mítico com a construção de Goiânia, que foi cantada em verso e prosa por vários escritores. Os ecos dos elogios que Pedro Ludovico recebeu na *Revista Oeste* são encontrados em obras historiográficas e memorialísticas, que abordamos, respectivamente, na segunda e na terceira parte do Capítulo. Enquanto a historiografia ajudou a compreender a trajetória de Pedro Ludovico, ressaltando os seus feitos e procurando enquadrá-lo em conceitos que permitissem maior profundidade da análise, os depoimentos de familiares, amigos, admiradores e adversários, endossaram a sua consagração mítica, quando foi elogiado por todos. A frase de Almir Turisco de Araújo ilustra bem esse sentimento: *“mais o tempo passa, maior é o apego que sinto à figura de Pedro Ludovico”* (ARAÚJO, 2007, p. 93). Para além disso, o selo comemorativo, sua

participação em instituições sócio-culturais e o filme-documentário contribuem para que a memória de Pedro Ludovico perdure no presente.

Por fim, no Quarto Capítulo analisamos os signos presentes em Goiânia, no campo do Patrimônio, que reforçam a consagração e a perpetuação do mito. Na primeira parte discorremos sobre o papel que o Museu Pedro Ludovico exerce para a ressignificação e divulgação da sua memória, cuja atuação é acompanhada de perto pela família do homenageado, que luta para manter a casa sempre conservada. O Museu exerce o poder de controle e divulgação da memória de Pedro Ludovico, ressaltando os seus aspectos mais relevantes, enaltecendo o político e o homem de família, ao mesmo tempo que se esforça para mostrar a história da cidade de Goiânia pela perspectiva do seu idealizador e construtor. Ao percorrer sua casa, fica evidente a simbiose entre Goiânia e Pedro Ludovico, emoldurado pelo discurso da exposição. Na segunda parte do Capítulo nos detivemos em analisar o impacto da imagem de Pedro Ludovico na Capital e no Estado de Goiás. Para isso, arrolamos a história dos monumentos erguidos a Pedro Ludovico, bem como nome de escolas, ruas, praças, prédios, bustos, dentre outros. Com isso foi possível observar a força da imagem de Ludovico no imaginário goiano. A frase que melhor ilustra esse processo é a do Jornal Opção¹⁷³, que em 2010 afirmou que os goianos *“parecem acometidos por uma nova doença, a ‘ludoviquice aguda’. Parece obrigatório que praças, bairros, centro administrativo, talvez até bidês, tenham o nome de Pedro Ludovico”*. É a força do discurso vencedor de Pedro Ludovico que se mostrou vitorioso!

Reconhecemos que ao adotar o discurso do próprio Pedro Ludovico como condutor da narrativa, e não privilegiar o contraditório na mesma proporção, foi uma opção metodológica arriscada. Ao afirmarmos que Pedro Ludovico construiu o caminho discursivo que o levou a sua mitificação, que iniciou após subir ao poder em 1930, para se desvencilhar da política até então praticada, e se solidificou com a construção de Goiânia, a opção metodológica se justifica.

¹⁷³ Jornal Opção. Edição 1846 de 21 a 27/11/2010.

Longe de ser um trabalho biográfico e de tentarmos, a todo instante, distanciar o político da sua vida pessoal, embora o teor do seu discurso em diferentes momentos foi analisado a partir de acontecimentos da sua vida privada (como na sua última entrevista e na publicação do seu livro *Memórias*), adotamos, desse ponto de vista, a imagem que Pedro Ludovico tentou cristalizar na memória do Estado: a do político, que durante vários lustros, controlou os destinos de Goiás, e deixou um legado importantíssimo com a construção de Goiânia.

Gestado politicamente no *tempo da onça*, Pedro Ludovico conseguiu abrir na história um tempo só seu. Um tempo que não é delimitado pelo interstício entre o seu nascimento e a morte; é um tempo além, composto de várias camadas, de fios que se entrelaçam, e que se sobrepõe uns aos outros, ora avançando, ora recuando no tempo, ora encontrando eco na história, ora embasando as memórias, ora criando monumentos. Disso resulta a sua consagração e o apogeu do seu processo de constituição mítica. Bem, se “*a história não perdoa os fracos*”, então concluímos que nesse sentido, Pedro Ludovico foi antes de tudo, um forte. O seu mito, tal qual um jequitibá, por enquanto, resiste.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sítios Consultados:

<http://www.secult.go.gov.br/post/ver/143356/monumentos>

<http://www.museupedroludovico.go.gov.br/post/ver/147437/gercina-borges>

<http://estatuaequestrepedroludovicoteixeira.blogspot.com.br>

<http://estatuaequestrepedroludovicoteixeira.blogspot.com.br/2012/12/a-casa-de-pedro-e-gercina-pede-socorro.html>

<http://familiapioneira.blogspot.com.br/>

<http://memorialdospioneiros.blogspot.com.br>

<http://www.ascom.ufg.br/pages/44047-as-7-maravilhas-de-goiania>

http://www.goiasnet.com/cultura/cul_report.php?IDP=9403

<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2010N3448>

<http://www.youtube.com/watch?v=zaQ89VfZOXo>

<http://www.goiania.go.gov.br/portal/imprimir.asp?s=2&tt=con&cd=1512>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6454.htm

http://www.enjoygram.com/m/771966697420438505_440152893

http://www.fflch.usp.br/dl/documenta/fichas_descritivas/Magalhaes_1876.htm

<http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Imprensa&subsecao=Colunas&idjornal=167>

<http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/notSenamidia.asp?ud=20121221&datNoticia=20121221&codNoticia=788495&nomeOrgao=&nomeJornal=Correio+Braziliense&codOrgao=47&tipPagina=1>

<http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/simbolos/hino>

<http://www.goiania.go.gov.br/html/principal/goiania/dadosgerais/dadosgerais.shtml>

<http://cm-goiania.jusbrasil.com.br/legislacao/574773/lei-7460-95>

<http://al-go.jusbrasil.com.br/noticias/1743615/julio-da-retifica-ressalta-importancia-da-comenda-pedro-ludovico>

http://www.luzehumanidade.com.br/historia_loja.php/http://www.ihgg.org/home/secao.asp?id_secao=263&id_unidade=1

<http://www.gobgo.org.br/OLD/lojas/1158.html>

<http://www.jornalopcao.com.br/reportagens/planta-urbanistica-de-goiania-pode-conter-simbolo-macom-6355/>

<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/goias-tem-historico-de-violencia-contr-jornalistas>

<http://diariodegoias.com.br/opiniaio/1233-goias-e-o-estilo-ludoviquista-de-calar-a-midia>

<http://vimeo.com/67012482>

<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/02/governo-muda-oficialmente-nome-de-colegio-de-medici-para-marighella.html>

<http://seduc.go.gov.br/escolas/>

<http://morrodaserrinha.blogspot.com.br/2010/07/estatua-de-pedro-e-o-respeito-camara.html>

Livros, revistas, artigos, dissertações e teses:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ACKEL, Luiz Gonzaga. *Attílio Correa Lima: um urbanista brasileiro*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Mackenzie. São Paulo, 1986.

ÁLVARES, Geraldo Teixeira. *A luta na epopéia de Goiânia: uma obra de engenharia nacional*. Rio de Janeiro: Of. Graf. do Jornal do Brasil, 1942.

AMARAL, Camilo Vladimir de Lima. *Por um urbanismo pós-crítico. A inserção da Poiesis nas Ciências Aplicadas ao Urbano*. (Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

ANAIS do Primeiro Seminário sobre Museus-Casas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

AQUINO, Luiz de. *A estátua seria outra*. Goiânia, 2011. Disponível em: <http://penapoesiaporluizdeaquino.blogspot.com.br/2011/02/estatu-seria-outra>

_____. *Ainda: a estátua no quintal*. Goiânia, 2010. Disponível em: <http://familiapioneira.blogspot.com.br/2010/11/ainda-estatu-no-quintal.html>

AQUINO, Reginaldo Lima de. *História do comportamento pessedista nas eleições em Goiás (1945-1966)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2002.

ARANTES, Almerinda. "Depoimento". In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

ARANTES, Jovair. *Pedro em sua praça e os trabalhadores na sua*. Goiânia, Jornal Diário da Manhã, 24/08/2012.

ARAÚJO, Almir Turisco de. "Depoimento". In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

ARAÚJO, Paulo Dias de. “Esclarecimento do Editor”. In: TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. 2ª Ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

_____. *Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

_____. *Identidade e cidades de fronteira: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. *Goiânia: os discursos no urbano e as imagens da cidade*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

ASMAR, José. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

_____. *Camara Filho: o revoltoso que promoveu Goiás*. Goiânia: Ed. O Popular, 1989.

ASSIS, Wilson Rocha. *Estudos de História de Goiás*. Goiânia: Editora Vieira, 2009.

_____. *Os Moderados e as Representações de Goiás n’a Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007 (Dissertação de mestrado em História – mimeo).

ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. *Imprensa Goiana, depoimentos para a sua História*. Goiânia: Editora Cerne, 1980.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910*. Brasília, SPHAN/8ª DR, 1987.

BADAN, Rosane Costa. *O mobiliário como testemunha da história de Goiânia (1930-1940)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2004.

BARBOSA, Eurico. "Pedro Ludovico perante a História". In: REZENDE, Íris (org.) *Pedro Ludovico: a saga da construção de Goiânia no coração do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. *Pedro Ludovico: a mudança revolucionária*. (Prêmio Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira). Goiânia: s/e, 1992.

BARBOSA, Rusembergue. *Estátua de Pedro e o respeito à Câmara Municipal*. Goiânia, 2010. Disponível em: <http://morrodaserrinha.blogspot.com.br/2010/07/estatua-de-pedro-e-o-respeito-camara.html>

BARRETO, Roseli de Fátima Brito Netto. "Estratégias da memória: a criação do museu Pedro Ludovico". In: SANDES, Noé Freire *et. all. Memória e Região*. Coleção Centro-oeste de Estudos e pesquisas. Brasília/Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002.

_____. *As estratégias da memória em Goiás: Política Cultural e criação do Museu Pedro Ludovico*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2001.

BERNARDES, Genilda D'Arc. *Construtores de Goiânia: o cotidiano no mundo do trabalho*. (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC, 1989.

_____. *Goiânia, cidade planejada / cidade vivida: discurso e cultura da modernidade*. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília: Brasília, 1998.

BERTRAN, Paulo. "A memória consútil e a Goianidade". In: *Ciências Humanas em Revista*, v.5, nº.1. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

BITTENCOURT, José Luiz. "Depoimento". In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

BORGES, Lindsay. *Memória e sacralização de Dom Fernando Gomes dos Santos: O "Arcebispo da Providência"*. (Tese, Doutorado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2011.

BORGES, Mauro. *O Golpe em Goiás*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Tempos idos e vividos: minhas experiências*. Goiânia: Ed. do Autor, 2002.

BORGES, Venerando de Freitas. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

_____. *Dobras do Tempo*. Goiânia: Ed. O Popular, 1980.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues [et al]. *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

BRITTO, Francisco de. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

_____. *Memórias. 1904-1959*. Goiânia: Ed. Abertura Ltda, s/d.

CABRAL, Maria Madalena Roberto; BORGES, Maria Elizia. “Arte em espaço urbano de Goiânia: resguarda da memória histórica, artística e cultural da sociedade. In: *Anais do XVII Encontro Nacional da ANPAP. Panorama da Pesquisa em Artes Visuais*. Florianópolis, 2008.

_____.; _____. “Monumento à Goiânia: outro olhar sobre sua trajetória”. In: Seminário de Cultura Visual. Goiânia, 2009.

CAIADO FILHO, Leão. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

CAIADO, Leoldio. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

CALAGE, Eloí (Org). *Goiânia 60 anos: um passeio pela história*. Goiânia: Casa das Idéias, 1993.

CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.

CAMPBELL, Joseph. *As transformações do mito através do tempo*. São Paulo: Editora Cultrix, 1990.

_____. *O herói de vil faces*. São Paulo: Pensamento, 2007.

CAMPOS JÚNIOR, Paulo Borges. *A transferência da sede da "Goiás" para Goiânia (1954)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1998.

CAMPOS, Francisco Itami. "Mudança da capital: uma estratégia de poder". In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.) *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

_____. "Serviços de higiene, origem da saúde pública em Goiás". In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

_____. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1983.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. "Construções de Goiânia". In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.) *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. "Brasil, um imenso hospital?" In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*. Rio de Janeiro, 2006.

CASTRO, Clodoveu Alves de. "Depoimento". In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

CAZARIN, Ercília Ana. "A leitura: uma prática discursiva". In: *Linguagem em (Dis)curso*. Vol. 6, n.2, p. 299-313. Tubarão: Universidade Federal de Santa Catarina, mai/ago 2006.

_____.; LASSEN, Dulce Beatriz Mendes. "O processo de leitura – gesto de interpretação". In: *Nonada*. Vol. 11, 2008. Disponível em: <http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/article/viewFile/110/31>

CHAGAS, Mário. “A poética das casas museus de heróis populares”. In: Revista Mosaico. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/po%C3%A9tica-das-casas-museus-de-her%C3%B3is-populares>

CHAUL, Nars Fayad. A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia: UFG (Coleção Documentos Goianos, n. 17), 1988.

_____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

_____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995 (Dissertação de doutorado em História – mimeo).

CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Goiânia, travessias sociais e paisagens cindidas*. Goiânia: Ed. UCG, 2007.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora Unesp, 2001.

CIRLOT, Juan Eduardo. *Dicionário de Símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984.

COELHO, Gustavo Neiva. “O Art Déco e a política modernizadora na fundação de Goiânia”. In: In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.) *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

_____. *A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia*. Goiânia: Ed. do Autor, 1997.

CORDEIRO, Narcisa Abreu. *Goiânia: evoluções do plano urbanístico*. Goiânia: Edição da autora, 1989.

COSTA, Ana Elísia da. *Estátua de Pedro 2*. Goiânia, 2010. Disponível em: http://amigosdemuseu.blogspot.com.br/2010_07_01_archive.html

COSTA, Castro. “‘Oeste’ foi uma alvorada literária”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Vol. nº 11. Goiânia, Janeiro de 1986.

_____. *Goiânia: a metrópole do oeste*. Goiânia: Prefeitura Municipal, Assessoria Especial de Cultura, 1985 (1947).

COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Maria Beatriz Ribeiro. *A Revolução de 1930 e a Revista Oeste na consolidação de Goiânia. Do Bandeirismo utópico à concretização do discurso*. (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1994.

CRUZ, Felipe Santa. "Depoimento". In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

CUNHA, Cileide Alves. "A herança modernizadora de Pedro Ludovico e a memória de seu grupo político". In: CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luiz Sérgio (orgs). *História Política de Goiás*. Goiânia: UFG, 2009.

CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. *Neusa Moraes, a mulher monumento*. Goiânia, *Jornal Diário da Manhã*, 24/07/2012.

DAHER, Tânia. *Goiânia, uma utopia européia no Brasil*. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania mulher e morte no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DAYREL, Eliane Garcindo. "A Revista Oeste – Ideologia e História". In: *Anais do IX Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História*. São Paulo: 1979. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S09.62.pdf>

DELGADO, Andréa Ferreira. "Goiás: a invenção da cidade 'Patrimônio da Humanidade'". In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n.23, p. 113-143, jan/jun 2005.

_____. *A Invenção de Cora Coralina na Batalha das Memórias*. (Tese, Doutorado em História). Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de

Museus, Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935) – Ideal estético e realidade política*. (Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

DOLES, Dalísia Elizabeth; NUNES, Heliane Prudente. “Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus”. In: *Ciências Humanas em Revista*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, v. 3, n.1/2, jan/dez 1992.

DOSSIÊ. *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento*. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

ÉLIS, Bernardo. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

ESCOBAR, Miriam. *Esculturas no espaço público em São Paulo*. São Paulo: Vega, 1998.

ESTEVAM, Luiz. “Entre o sonho e a realidade”. In: REZENDE, Íris (org.) *Pedro Ludovico: a saga da construção de Goiânia no coração do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

ESTRELA, Jahyr Abrão. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

FARIA, Kalya Ynanhiá Silva de. *Da dignificação dos filhos de Lázarus: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo*. Goiânia, 1942-1950. (Dissertação, mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2014.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2010.

FERNANDES, Clever Luiz. *História da UDN nas eleições em Goiás (1945-1966)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2002.

FERNANDES, Marilena Julimar. *Pedro Ludovico x Antônio (Totó) Ramos Caiado: memórias, ressentimentos, esquecimentos e silêncios (1930-1970)*. Tese, doutorado em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2013.

_____. *Percursos de Memórias: A trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira*. Dissertação, mestrado em História. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

FERREIRA, Dilza Maria Barbosa. *Goiânia: retratos em memória*. Goiânia: PUC-Kelps, 2012.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, José Feliciano. "Depoimento". In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. "A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, Celestino. "Depoimento". In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

FLEURY, José. "Depoimento". In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

FLEURY, Nelson Rafael. *Notas históricas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

FONTANEZI, Janete Romano. *Centro de uma capital planejada: forma, memória e história de Goiânia (1933-1969)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC, Annablume, 1997.

FREITAS, Eliane Martins. *Memórias de uma “Odisséia”: Tito Lívio (Teixeira) e a Construção da Memória Histórica sobre a “Revolução de Trinta” em Uberlândia – MG*. Campinas: Unicamp, 1999.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999.

_____. “Goiânia: lócus privilegiado da saúde”. In: _____. (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999.

_____. *Monumentos Depostos*. Goiânia, Jornal Diário da Manhã, 02/06/2014. Disponível em: <http://www.dm.com.br/texto/178950>

_____. *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*. Volume 2. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

_____. *UFG: meio século*. Mimeo. Goiânia, s/d.

_____. *Novilha de Raça e outros contos*. Goiânia: Kelps, 2009.

GALLI, Ubirajara. *A história do batismo cultural de Goiânia*. Goiânia: Ed. da UCG. Contato Comunicações, 2007.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODINHO, Lúri Rincon. *A construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia*. Goiânia: Contato Comunicação, 2013.

GODOI, Albatênio. *Homens e Fatos*. Goiânia: Ed. Pongetti, 1971.

GOIÁS. *Lei n. 8.690*, de 25 de Setembro de 1979.

_____. *Decreto n. 2.488*, de 05 de Julho de 1985.

_____. *Decreto n. 2.712*, de 18 de Maio de 1987.

GOMIDE, Cristina Helou. *História da transferência da capital*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2002.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. 1983. *Goiânia: 50 anos*. Brasília: MEC-SESU, 1985.

GUIMARÃES, Juruena Di. *De binóculo*. Goiânia: Ed. Kelps, 2000.

HAHNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1970)*. Trad: Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. UNB, 1993.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Positivo, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JORNAL FOLHA DE GOIAZ. Goiânia, 24 de outubro de 1979.

JORNAL O HOJE. Goiânia, 03 de novembro de 2010

JORNAL OPÇÃO. Goiânia, 16 a 22 de agosto de 1998.

_____. *Opção Cultural: Museu Pedro Ludovico reabre depois de obras de restauro e revitalização*. Edição 1846, Goiânia, 21 a 27 de novembro de 2010.

JORNAL O REPÓRTER. *Governo reinaugura Museu Casa de Pedro Ludovico, após 11 meses de trabalho*. Edição 656. Brasília, 30 de novembro a 6 de dezembro de 2010.

JORNAL O POPULAR. Magazine. *De volta as origens*. Goiânia, 24 de novembro de 2010.

JOZEF, Bella. "(auto)biografia: os territórios da memória e da história". In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs). *Discurso histórico e narrativa histórica*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1998.

KAADI, Mariana de Simone. *Joaquim Rosa: Memória e Política em Goiás (1928-1934)*. (Dissertação de mestrado em História – mimeo). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tempo: estudios sobre historia*. Barcelona: Paidós/ICE/UAB, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948.

LEÃO, Ursulino Tavares. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs). *Discurso histórico e narrativa histórica*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1998.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida (Orgs). *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cãnone Editorial, Ed. UCG, 2007.

LIMA, Nísia Trindade. “Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

_____. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.

_____.; HOCHMAN, Gilberto. “Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país”. In: *Ciência & Saúde Coletiva*. V. 5(2), 2000.

LINHARES, Maria Yedda (Org.) *História geral do Brasil*. 9ªed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LISBOA, Andreia Silva. *O Brazil-Central e suas potencialidades na “Revista A Informação Goyana” (1917-1935)*. Dissertação, mestrado em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2009.

LISITA JÚNIOR, Ciro. *Dicionário enciclopédico de Goiás*. Goiânia: Ed. UCG, 1984.

LÔBO, José Sêneca. *Bonfim de Goiás. Minha Terra e Minha Gente*. Goiânia: Ed. Cerne, 1987.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

MACIEL, Dulce Portilho. *Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade*. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea). Universidade Federal Fluminense - Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1996.

MAGALHÃES, Antônio. "Depoimento". In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. "Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX". In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, set-dez. 2004.

_____. *Alimentação, Saúde e Doenças em Goiás no Século XIX*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, 2004.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar*. Goiânia: Edição do autor, 2001.

MARANDINO, Martha (org.). "Museu como lugar de cidadania". In: *Salto para o futuro. Museu e escola: educação formal e não-formal*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2009.

MARINHO, Marcelo Benfica. *História da comunicação alternativa em Goiás: da resistência à cidadania*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2004.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico de Goiás*. Goiânia: Ed. Kelps, 1999.

MEDEIROS, Wilton de Araújo. *Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar (1933/1973)*. Tese, doutorado em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2010.

MEDEIROS, Wilton de. *Patrimônio, Memória e Gestão. Uma nova imagem de Goiânia*. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

MEIRELES, Marilúcia Melo. Os “bobos” em Goiás: enigmas e silêncios. Goiânia: Ed. UFG, 2014.

MELLO, Márcia Metran de. *Goiânia: cidade de pedras e palavras*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; PIRES-ALVES, Fernando A. “Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

MELO, Orlinda Carrijo. *A invenção da cidade: leitura e leitores*. Goiânia: Ed. UFG, 2007.

MELO, Waldemar Gomes de. “À guiza de abertura”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

_____. *Goiás. Imprensa que vivi e política*. Goiânia: Editora Rio Branco e Artes Gráficas Ltda, 1985.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. “A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas”. In: *Revista Mosaico*, v.2, n.2. Goiânia: jul/dez., 2009.

_____. *A Assembléia Constituinte Goiana de 1935 e o Mudancismo Condicionado*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

_____. *A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. Goiânia: Editora Vieira, 2013

MENDONÇA, Sônia Regina de. “Estado e Sociedade: A consolidação da República Oligárquica”. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.) *História geral do Brasil*. 9ªed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia: os nordestinos (1930-1970)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2004.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. “O Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara e os Trabalhadores na Cidade de Goiás – 1830-1860”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

_____. *Do corpo místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás 1736-1808*. Tese (Doutorado em História). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

_____.; ROCHA, Leandro Mendes. “A Chegada do Europeu (Goiás Colonial)”. In: ROCHA, Leandro Mendes (org.). *Atlas Histórico. Goiás Pré-Colonial e Colonial*. Goiânia: Editora do CECAB, 2001.

MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

MOREIRA, Cleumar de Oliveira. *História política de Goiás: a dinâmica do desenvolvimento (1945-1964)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2000.

MOTA, Juliana Costa. *Planos Diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano*. (Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Carlos: Universidade de São Paulo, 2004.

MOURA, Edna Aparecida Santana. *História dos planos diretores de Goiânia (1933-1995)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

MOYSÉS, Aristides (Coord). *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Ed. UCG, 2005.

MUSEU PEDRO LUDOVICO. *Folder*. Goiânia, 2010.

MUTTA, José Dalla. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

NASCIMENTO, Irineu Borges do. *Vim de longe... muito longe*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

NASSER, Alfredo. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

NASSER, Consuelo (coord.). *Alfredo Nasser: o líder não morreu*. Goiânia: Líder, 1995.

NATAL E SILVA, Colemar. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

_____. “Goiânia, cidade das realizações ousadas”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Vol. nº 11. Goiânia, Janeiro de 1986.

NEIVA, Artur; PENA, Belisário. *Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás*. Edição Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1999.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. “A Revista ‘Oeste’: seus intelectuais e a organização da cultura e modernidade em Goiás (1942-1944)”. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação: O ensino e a pesquisa em História da Educação*. Aracajú-SE: 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/838.pdf>

_____. *O papel político-educativo de “A Informação Goyana” na construção da nacionalidade*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

NORA, Pierre. “Entre História e Memória: a problemática dos lugares.” In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC (10), dezembro/1993.

NUNES, Rivadávia Xavier. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *A valentia como componente da personalidade política de Pedro Ludovico Teixeira* (mimeo.) Anápolis, s/d.

_____. *Imagens e Mudança Cultural em Goiânia*. (Dissertação, mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. *A “Marcha para o Oeste” no Brasil: entre a civilização e o sertão*. (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade de Campinas, 2013.

ORIENTE, Esther Barbosa. *Dona Gercina: a mãe dos pobres*. Goiânia: Ed. Oriente, 1981.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. “Introdução”. In: PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PALACÍN, Luís. *Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas 1722-1822*. Goiânia: Secretaria Estadual de Cultura, 1972.

_____. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: Cerne, 1986.

_____. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.

PASSOS, Élder Camargo de. “Do Gabinete Literário Goiano”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Vol. nº 10. Goiânia, Janeiro de 1982.

_____. *História de Goiás*. S/e; s/d.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. “Goiânia, Filha mais moça e bonita do Brasil”. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.) *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

_____. “O Estado Novo e a Marcha para o Oeste”. In: *História Revista*, 2(1). Goiânia, Universidade Federal de Goiás, jan./jun, 1997.

PIMENTA NETTO. *Anais do batismo cultural de Goiânia*. Goiânia: Secretaria Municipal de Cultura, 1993 [1969].

PINHEIRO, Antonio César Caldas. “Vila Boa de Goiás: o tempo mítico e a sua fundação. Memória e tradição inventada”. In: SERPA, Élio Cantalício; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Histórias de Goiás: memória e poder*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

_____. *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

POULOT, Dominique. “Cultura, história, valores patrimoniais e museus”. In: *Vária História*. Vol. 27, n. 46. Belo Horizonte, jul/dez 2011.

QUEIROZ, Jerônimo Geraldo de. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

_____. *Evolução cultural de Goiás*. Goiânia: Ed. Oriente, 1969.

QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

RASSI, Jorge Abdalla. *Goiânia pequena grande cidade*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

REGIANI, Iara Ribeiro. *Uma casa guarda muitas coisas: uma proposta de estruturação das fichas de registro como forma de compor a documentação museológica do Museu Pedro Ludovico*. (Monografia, graduação em Museologia). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2014.

REIS, Gelmires. *Lembranças do Passado*. S/e; s/d.

REZENDE, Íris (org.) *Pedro Ludovico: a saga da construção de Goiânia no coração do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. “Uma vida de honestidade e retidão”. In: _____ (org.) *Pedro Ludovico: a saga da construção de Goiânia no coração do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

REZENDE, Joffre M. de. “A viagem científica de Neiva e Penna: roteiro para os estudos das doenças do sertão”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

RIBEIRO JÚNIOR, João. *As perspectivas do mito*. São Paulo: Pancast, 1992.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

ROCHA, Hélio. *Goiânia 75*. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

_____. *Os inquilinos da Casa Verde – Governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela*. Goiânia: s/e, 1998.

_____. *Sete Décadas de Goiânia*. Goiânia: Contato Comunicação, 2003.

ROCHA, Leandro Mendes (org.). *Atlas Histórico. Goiás Pré-Colonial e Colonial*. Goiânia: Editora do CECAB, 2001.

ROSA, Joaquim. *De Totó Caiado a Pedro Ludovico*. Goiânia: Oriente, 1980.

_____. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1974.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1994.

SÁ, Dominichi Miranda de. “Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

SABINO JUNIOR, Oscar (org.). *Goiânia documentada*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1960.

_____. *Goiânia global*. Goiânia: Oriente, 1980.

SANDES, Noé Freire *et. all.* *Memória e Região*. Coleção Centro-oeste de Estudos e pesquisas. Brasília/Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002.

_____. “Memória e história de Goiás”. In: _____ *et. all.* *Memória e Região*. Coleção Centro-oeste de Estudos e pesquisas. Brasília/Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002.

_____. “1930: Entre a memória e a história”. In: *História Revista*. Nº 8 (1/2). Goiânia: Ed. da UFG, 2003.

SCHWAB, Marina de Castro. *Os intelectuais no Estado Novo (1937-1945). A trajetória de Paulo de Figueiredo e as revistas Cultura Política e Oeste*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2010.

SERPA, Élio Cantalício; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Histórias de Goiás: memória e poder*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

SILVA, Ana Lúcia. *A Revolução de 30 em Goiás*. Tese, doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

SILVA, José Trindade da Fonseca e. *Lugares e Pessoas: Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

SILVA, Karinne Machado. *Álbuns da cidade de Goiânia: visualidade documental (1933-1940)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. "Progresso e sertão goiano: a espera". In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.) *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

SILVA, Reijane Pinheiro da. *Aqui o sistema é bruto: Movimento Country e Identidade goiana*. (Dissertação, mestrado em Sociologia – mimeo). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2001.

SILVA, Telma Camargo da. "As fronteiras das lembranças: memória corporificada, construção de identidades e purificação simbólica no caso de desastre radioativo". In: *Revista Vivência*. UFRN/CCHLA. n. 28, 2005.

SILVEIRA, Px. "Pedro Fundamental". In: REZENDE, Íris (org.) *Pedro Ludovico: a saga da construção de Goiânia no coração do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. *Pedro Fundamental. Um filme de PX Silveira*. Goiânia: s/e, 1992.

SIQUEIRA, Nelson. "Pedro e Juscelino". In: REZENDE, Íris (org.) *Pedro Ludovico: a saga da construção de Goiânia no coração do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

SOUZA FILHO, Eduardo Henrique de. *As reminiscências de um Juiz*. Goiânia: Oriente, 1980.

SOUZA, Armênia Pinto de. *Goiânia: a saga dos pioneiros*. Goiânia: Oliveira, 1989.

SOUZA, Candice Vidal. “Batismo cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos de Marcha para o Oeste”. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.) *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

SOUZA, Heveraldo de. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

SOUZA, Rildo Bento de. *Pobres, doentes e desvalidos: o asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás (1909-1935)*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás (Dissertação, Mestrado em História), 2010.

SOUZA, Welton Ferreira de. *O êxodo rural e o desafio urbano de Goiânia (1960-1990)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1995.

TAMASO, Izabela Maria. *Em Nome do Patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. (Doutorado em Antropologia). Brasília: UNB, 2007.

TAVEIRA, Deolinda. *Pedro Ludovico e seu cavalo*. Goiânia, 2010. Disponível em: <http://morrodaserrinha.blogspot.com.br/2010/07/praca-civica-vai-receber-estatua-de.html>

TEIXEIRA JÚNIOR, Pedro Ludovico. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

TEIXEIRA, Mauro Borges. *Tempos idos e vividos. Minhas experiências*. Goiânia: Ed. do Autor, 2002.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. “A última entrevista de Pedro Ludovico Teixeira”. In: *Revista UFG*. Ano XI, n. 6. Goiânia: Ed. da UFG, 2009.

_____. “Depoimento de Pedro Ludovico”. In: ROCHA, Hélio. *Os inquilinos da Casa Verde – Governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela*. Goiânia: s/e, 1998.

- _____. *Como e por que construí Goiânia*. Brasília: Senado Federal, 1966.
- _____. *Memórias*. 2ª Ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973.
- _____. *Relatório apresentado ao Ex.^{mo} S.^{nr} D.^r Getúlio Vargas, d. d. Chefe do Governo Provisorio, e ao povo goiano, pelo dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado. 1930-1933*. Goiás, 1933.
- TELES, José Mendonça (Org). *Memórias goianienses*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.
- _____. “A Revista Oeste e o cinquentenário de Goiânia”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Vol. nº 11. Goiânia, Janeiro de 1986.
- _____. *A vida de Pedro Ludovico. Fundação de Goiânia*. 2ª edição. Goiânia: Kelps, 2004.
- _____. *Em defesa de Goiânia* (Coletânea de artigos e entrevistas sobre a memória cultural/patrimonial de Goiânia). Goiânia: Ed. do Autor, 1988.
- _____. *Eu te vejo, Goiânia* (roteiro sentimental). Goiânia: Ed. UCG, 2007.
- UNES, Wolney. *Identidade art déco de Goiânia*. São Paulo: Ateliê Editorial; Goiânia: Ed. da UFG, 2001.
- UNGARELLI, Dante. “Depoimento”. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. (Org.) *O Velho Cacique*. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.
- VAZ, Ronaldo Ferreira. *Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)*. (Dissertação, Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.
- VIEIRA, Patrick Di Almeida. “Attilio Corrêa Lima e o planejamento de Goiânia – um marco moderno na conquista do sertão brasileiro”. In: *Revista Urbana. CIEC/UNICAMP*, v. 4, n. 4, mar. 2011.